



Débora Massmann
Guilherme Antônio Alves de Oliveira
(Org.)

Discursos de e Discursos sobre o Sertão: língua, história e memória



FAPEAL

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DE ALAGOAS



BATUQUE

Empreendimentos Artísticos

Obra Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas
(FAPEAL)



Todos os direitos desta edição reservados à
Batuque Empreendimentos Artísticos (Editora).
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Discursos de e discursos sobre o Sertão [livro
eletrônico] : língua, história e memória /
organização Débora Massmann, Guilherme Antônio
Alves de Oliveira. -- 1. ed. -- Maceió, AL :
Batuque Empreendimentos Artísticos, 2025.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-984975-1-4

1. Alagoas (AL) 2. Línguas e linguagem
3. Memórias 4. Sertão I. Massmann, Débora.
II. Oliveira, Guilherme Antônio Alves de.

25-260617

CDD-400

Índices para catálogo sistemático:

1. Línguas e linguagem 400

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Copyright © 2025 – Dos organizadores representantes dos autores
Coordenação Editorial: Batuque Empreendimentos Artísticos (Editora).
Revisão: Débora Massmann
Editoração: M8 Estúdio
Capa: M8 Estúdio

Conselho Editorial:

Andrea Silva Domingues (UFPA)

Benedita Celeste de Moraes Pinto (UFPA)

Célio Rodrigues (Axé Pratygy)

Carla Moreira (CEFET-MG)

Cintia Regina Ribeiro dos Santos (UFAL)

Danilo Marques (UFAL)

Josenilda Rodrigues de Lima (UFAL)

José Roberto Gonçalves (LABOUR)

Lídia Ramires (UFAL)

Marli Santos (UFAL)

Renata Gicelly de Farias Bezerra (IFS)

Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira (UNIFESSPA)

Samuel Barbosa (IFCE)

Sóstenes Ericson (UFAL)

Vagner Bijagó (UFAL)

Esta publicação é dedicada aos/às estudantes do Curso de Letras (*campus* Sertão), da Universidade Federal de Alagoas.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL) pelo financiamento do projeto que deu origem a esta coletânea.

À Universidade Federal de Alagoas, especialmente, ao *campus* Sertão, pela oportunidade de conhecer os sentidos do Sertão, por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Aos docentes do Curso de Letras (*campus* Sertão), pelas trocas e pelo apoio na execução do Projeto que deu origem a esta coletânea.

Aos/às estudantes do Curso de Letras (*campus* Sertão), das turmas de 2019 a 2025, pelo compartilhamento de saberes e pelas trocas sempre visíveis e sempre possíveis.

Sumário

Apresentação Débora Massmann	8
Parte I - Língua, história e memória	
1 - “Ser tão”, sertões: por uma outra nova paisagem (sonora) sertaneja Ismar Inácio dos Santos Filho	14
2 - “De um tempo que parece não ter passado”: sertão como conceito e uma poética da natureza Hugo Pedro Silva dos Santos	39
3 - O uso de <i>a gente</i> na posição de sujeito no alto sertão alagoano Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória	51
4 - A variação pronominal de segunda pessoa do singular em alagoas: da capital ao alto sertão Maria Helena Menezes de Souza	63
5 - Herói ou bandido: uma análise sobre a figura de lampião no cangaço Lucas Gonçalves da Silva	72
6 - Liberdade por um fio: uma análise do discurso sobre o cabelo crespo Juliane Miranda	81
7 - “Qual a sua desculpa?” Uma análise do discurso sobre o sucesso a partir de matérias jornalísticas Thyara Ravelly Sandes Silva	90
8 - Constituição discursiva sobre família e homossexualidade no campo religioso católico: análise interpretativista dos discursos envoltos de dois Papas do século XXI Alexandre Ribeiro Emiliano	100
9 - “Nada contra, só não curto [...]”: uma análise discursiva de desenhos sociais no <i>GRINDR</i> Aleph Danillo da Silva Feitosa Aderjan Albert da Silva Argolo Rodrigo Agra de Oliveira	113
10 - Identidade, masculinidade sertaneja e resistência <i>Queer</i> John Kevin Lopes de Araújo da Silva Isaac Itamar de Melo Costa	130

Parte II - Linguagens, arte e cultura

- 11 - “Aí eu chegava e via cantano o livro” - Práticas de leitura em voz alta no povoado Cansanção (Água Branca – AL): vias de acesso à cultura escrita** 141
Rosilene dos Santos Gonçalves
Thiago Trindade Matias
- 12 - Cultura, ensino, literatura e arte no sertão alagoano: o caso do “Circo de leitura Joval Rios”** 153
Márcio Ferreira da Silva
Maycon Roberto dos Santos Queiroz
- 13 - Efeitos de sentido sobre os corpos femininos no MMORPG *WORLD OF WARCRAFT*** 167
Ernando Nunes Cabral Filho
Débora Raquel Hettwer Massmann
Andrey Ronald Monteiro da Silva
- 14 - O funcionamento da contradição no discurso sobre o/a trabalhador/a-musicista em Alagoas** 178
Rodrigo Santos
- 15 - A (in)definição da negritude: desafios conceituais e políticos** 192
Ábia Marpin
- 16 - O corpo político da mulher de terreiro: uma análise** 209
Ana Luiza da Silva Oliveira
Adélia Augusta Souto de Oliveira
- 17 - Inovação e formação docente: experiências do Curso de Pedagogia da UFAL – *campus* do Sertão no contexto do PRIL** 224
José Messias da Silva Aguiar
Lílian Kelly de Almeida Figueiredo Voss



APRESENTAÇÃO

Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes.
Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos.
Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a
viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra.
A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala.
Arrastaram-se para lá, devagar, Sinhá Vitória com o filho mais novo escanchado no quarto e o
baú de folha na cabeça, Fabiano sombrio, cambaio, o aió a tiracolo, a cuia pendurada numa
correia presa ao cinturão, a espingarda da pederneira no ombro.
O menino mais velho e a cachorra Baleia iam atrás.
Gracialiano Ramos

O sertão é uma palavra que designa sempre o outro.
(Durval Muniz de Albuquerque Júnior)

Historicamente, os sentidos que foram/são formulados em torno da designação Sertão estão atravessados pelo jogo imaginário, pelos estereótipos e pela discriminação que colocam em funcionamento processos de significação em torno do Sertão produzindo como efeito de sentido a projeção de um território inóspito, de um lado, potencializado pela seca, pela fome e pela violência; de outro, consequentemente, ressignificado pela (re)existência de seus habitantes que, em situações tão adversas, conseguem (sobre)viver. Como destaca Agra do Ó (2011, p. 27)¹, é importante sempre lembrar que "muito da credibilidade de certas noções deriva apenas de sua repetição, e que os estereótipos e as categorias redutoras que emergem de verdades naturalizadas nos limitam ao invés de no favorecer". Albuquerque Júnior (2011, p.28)², por sua vez, considera que

a estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho em nome de semelhanças superficiais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.28).

O funcionamento dos estereótipos, numa perspectiva discursiva, na qual nos inscrevemos, está fundamentado nas formações imaginárias que estão inscritas na história e são reguladas pelas relações de força e pelas relações de poder. Assim, os sentidos que circulam sobre o Sertão resultam do "confronto entre o simbólico e o político, em processos que ligam discursos e instituições" (ORLANDI, 2002, p. 42)³. Em outras palavras, os sentidos sobre o Sertão, historicamente, estão relacionados aos modos como as instituições (o Estado, a Mídia, a Igreja, entre outros) regulam os gestos

¹ AGRA DO Ó, A. Apresentação à 4ª edição. In ALBUQUERQUE JR., D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011.

² ALBUQUERQUE JR., D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011.

³ ORLANDI, E. P. **Análise de discurso. Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2022.



de interpretação “dispondo sobre o que se interpreta, como se interpreta, quem interpreta e em que condições” (ORLANDI, 2004, p. 10)⁴.

Considerando o exposto, nesta coletânea, intitulada “Discursos *de* e *sobre* o Sertão: língua, história e memória”, buscamos analisar os discursos *de* e *sobre*⁵ o Sertão Alagoano e construir espaços de textualização sobre os modos de designação, nomeação e descrição da região, de seus habitantes e de seus falares locais, entre outros. Considerando o fato de que a região do Sertão tem ocupado historicamente posição de destaque nos debates nacionais e considerando, sobretudo, a efervescência das relações entre linguagem e sociedade, voltamo-nos para uma “escuta social” (Pêcheux, 1990)⁶ no que se refere às discursividades que são produzidas em torno do Sertão. Teríamos, ainda hoje, o imaginário de que o Sertão Alagoano é um espaço cujo clima e terreno são predominantemente áridos? Ou aquele de que a região é pouco habitada e pouco explorada? Ou ainda de que não há qualquer infraestrutura básica à população e de que a região é terra sem lei?

Nesse sentido, podemos partir dos estereótipos e dos imaginários que circulam em torno do Sertão, de seus habitantes e suas línguas, pensando no trabalho com a linguagem, e como isso tem se modificado (se é que se modificou) a partir da tensão entre os discursos *de* (do Sertão) e os discursos *sobre* o Sertão, procurando assim analisar o que permanece e o que muda no cenário contemporâneo. Pensamos na relevância científica, política e social que as reflexões em torno dessa questão podem ter sobretudo sustentando-se a partir da perspectiva das ciências da linguagem que leva em conta o funcionamento da memória e dos sentidos na história.

Assim, o tema de pesquisa explorado, nos diferentes textos desta coletânea, é a relação entre linguagem, sociedade e história. Inscrita em uma perspectiva que coliga o conhecimento da língua com o sujeito que a pratica e sua relação com a sociedade na história, a proposta de trabalho que se apresenta concebe a linguagem em uma posição fundamental para a compreensão dos objetos simbólicos produzidos e postos em circulação em diferentes épocas e nos diferentes domínios epistemológicos. Nessa posição, compreende-se que a relação entre linguagem, sociedade e história é constitutiva: não se trata de uma simples correlação entre os termos, mas sim de uma relação emaranhada, indissolúvel de modo que não se pode pensar um termo sem pensar necessariamente o outro. Assim, concebida como algo próprio ao homem enquanto ser histórico e simbólico, a linguagem é compreendida como o fio condutor e a mediadora das relações do homem com seu entorno. A história, por sua vez, é tomada como historicidade e se apresenta como determinante e constitutiva dos processos de produção de sentidos que circulam em nossa sociedade.

É importante destacar que, nessa perspectiva, a língua é compreendida sócio-historicamente. Isso significa que a forma de trabalho com a linguagem que se propõe aqui coloca em relação àquilo que é próprio da língua (o que é/está estável e o que é/está sujeito a falhas e ao equívoco) com sua exterioridade, com a história, com a memó-

⁴ ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**. Campinas: Pontes, 2004.

⁵ A noção de discurso *de* e de discurso *sobre* é desenvolvida⁵ por Orlandi (1990[2008]), na obra “Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo”.

⁶ Pêcheux, M. *Análise Automática do Discurso*. In: Gadet, F.; Hak, T. (Org). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.





ria, com a sociedade e com as condições de produção que sustentam todas as práticas linguageiras. É possível observar então que, nesta proposta, o estudo da linguagem não se reduz à questão da gramática, não obstante se reconheça e se considere que o conhecimento da estrutura e do funcionamento da gramática de uma língua - sobretudo, na formação de professores que vão atuar diretamente na relação língua e ensino - é absolutamente importante e deva ser considerado nos movimentos dessa língua na história em sua relação com a sociedade. Isso conduz a compreender a gramática não apenas como objeto normatizado, mas sobretudo como um objeto histórico de institucionalização da língua que zela e objetiva sua unidade enquanto língua de um país, de uma nação. Nessa abordagem, a língua é tomada como um objeto sócio-histórico à serviço da significação.

Nesse sentido, a proposta desta coletânea se interessou pelos processos linguístico-discursivos que são postos em funcionamento nos discursos *de* e *sobre* o Sertão Alagoano. Para isso, tomou-se como base teórica as formulações de Orlandi (1990⁷[2008])⁸ para quem

os 'discursos *sobre*' são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. É no 'discurso *sobre*' que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o 'discurso *sobre*' é um lugar importante para organizar diferentes vozes (dos discursos *de*). Assim, o discurso *sobre* o samba, o discurso *sobre* o cinema são parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos dos discursos *do* samba, *do* cinema, etc." (ORLANDI, 1990[2008], p. 44).

Ao estabelecer como objeto central de reflexão a noção de discurso *de* e *sobre*, buscou-se analisar discursos que colocam em funcionamento práticas sociais a partir de materialidades discursivas heterogêneas. Em sua especificidade, objetivou-se compreender como os discursos produzem práticas de consenso que legitimam discursos dominantes e, conseqüentemente, práticas sociais de normatização e submissão.

Em nossa perspectiva analítica, entendemos que as instituições produzem "discursos *sobre*" o Sertão que se distanciam absolutamente dos "discursos *de*" (do) Sertão que são aqueles produzidos por indígenas, quilombolas, migrantes e moradores da região, entre outras categorias regionais. Esses diferentes discursos circulam e se legitimam institucionalizado os sentidos sobre a região, seus habitantes, sua língua e sua identidade.

No plano das práticas sociais, esses discursos dominantes *sobre* funcionam na direção de (re)produzir estereótipos estabelecendo limites da inclusão e da exclusão. Considerando essas condições de produção, duas questões nortearam o desenvolvimento de nossas pesquisas, saber:

⁷ Essa noção foi retomada, posteriormente, e detalhada por Mariani (1998) e Costa (2014).

⁸ ORLANDI, E. P. **Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo**. Campinas: Editora da Unicamp: 1990[2008].





1) como o “discurso de” (do Sertão) pode se tornar contra-discurso/anti-discurso e pode legitimar, portanto, discursos de resistência em diferentes espaços (local, regional e nacional);

2) como o discurso dominante e o discurso de resistência criam um espaço de tensão que permite romper estereótipos e ressignificar os modos de dizer o Sertão;

Esses dois questionamentos permitiram desenvolver uma série de atividades de pesquisa, ensino e extensão que se apresentaram como premissas para se considerar que o conjunto de discursos *de* e *sobre* o Sertão aponta para o funcionamento do político na linguagem. Nesse sentido, como destaca Orlandi (2008), os discursos *de* e *sobre* trabalham incessantemente o limiar da interpretação que, não reveladora, demanda incansavelmente que se produza sentidos. É nessa relação constitutiva entre discursos *de* e *sobre* o Sertão que se presentifica o memorável, (re)atualiza a memória discursiva e a história materializando-se assim sob a forma de discursos de consenso e de discurso de resistência. É, pois, na brecha, na fissura, ainda que minúscula, entre o discurso *de* e o discurso *sobre* que emerge a tensão do político com o simbólico, confronto constitutivo do funcionamento da linguagem na sociedade.

A análise dos discursos *de* e *sobre* o Sertão Alagoano nos remeteu a diferentes condições de produção do conhecimento linguístico na sociedade e na história. Ao articularmos o conhecimento científico da área de Letras às questões sociais e regionais, reforçamos o tripé fundamental - ensino, pesquisa e extensão - das universidades brasileiras e promovemos a articulação e a multiplicação de conhecimentos acadêmicos-eruditos e de saberes sociais-tradicionais. Além disso, criamos condições para que, de um lado, a sociedade tome conhecimento e reflita sobre os processos de produção de sentidos⁹ que são postos em funcionamento nos discursos *sobre* o Sertão e, de outro lado, para que ela contribua produzindo discursos *de* (do o Sertão) alterando assim os modos de dizer e de significar o Sertão Alagoano, produzindo práticas de consenso e/ou de resistência à institucionalização de sentidos sobre a região.

A presente publicação resulta, pois, das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto “Discursos *de* e *sobre* o Sertão: Língua, Memória e História”, desenvolvido, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL), no período de 2022 a 2025. Este projeto de pesquisa reuniu pesquisadores de diferentes níveis de formação acadêmica que tomaram a linguagem como objeto de análise e de interpretação dos processos históricos e sociais em torno do Sertão Alagoano. A obra está dividida em duas partes que compreendem, respectivamente, “Língua, história e memória” (Parte I) e “Linguagens, arte e cultura” (Parte II). Além desta coletânea, as atividades desenvolvidas no âmbito do referido Projeto de Pesquisa, nos permitiram organizar a Enciclopédia Digital do Sertão (EnciDiSer¹⁰) que reúne um conjunto de verbetes com discursos *do* Sertão, organizado por estudantes do Curso de Letras, *campus* Sertão, que participaram

⁹ Tais como o jogo imaginário, o jogo argumentativo, as relações de poder e de força e os estereótipos, entre outros.

¹⁰ Acesse < <https://encidiser.com.br/> >.





das atividades do projeto. As pesquisas realizadas apontam para a pluralidade e para as potencialidades da temática aqui apresentada. O Sertão é um mar de possibilidades científicas, culturais e artísticas. Mergulhe!

Maceió, verão de 2025.
Débora Massmann



Parte I
Língua, história e memória



“Ser tão”, sertões: por uma outra nova paisagem (sonora) sertaneja

Ismar Inácio dos Santos Filho¹¹

(...) se estamos felizes com como as coisas no mundo estão, como, por exemplo, ataques neonazistas a negros, nordestinos, homossexuais, mulheres, indígenas (...) se nós pesquisadores estamos contentes com isso, não há o que fazer. Tudo bem. **Como penso que não estamos, não estamos nada felizes com isso**, ao contrário, queremos apostar em discursos que possam reinventar a vida social, tirar de debaixo do tapete o que a modernidade continua a esconder e rejeitar, deslegitimar, em seu ideal de pureza, essencialismo e fundamentalismo, **é crucial apostar em discursos da utopia, em discursos que ensaiem o futuro, ou em discursos que apresentem futuros alternativos**. [negrito meu] (MOITA LOPES, 2013).

Considerações iniciais

O linguista aplicado Luiz Paulo da Moita Lopes, na epígrafe que abre este capítulo, está nos convidando a, nas nossas pesquisas, contar outras histórias sobre quem somos ou sobre quem podemos ser. Convoca-nos, no fazer Linguística Aplicada, a reagirmos às perplexidades do mundo, como possibilidades de reinvenção da vida social, ensaiando, então, futuros outros. Deixando-me interpelar pelas ideias desse pesquisador, proponho-me neste texto a provocar o repensar de sentidos de “sertão”, termo e território, como um modo de desaprender ideias e práticas consolidadas acerca dessa noção e desse lugar e de sua gente, desalinhando narrativas e costurando outras, novas.

Nesse intuito, nesta reflexão – que é uma especificação do relato de experiência “Ser tão”: provocações e reações (da paisagem estático-silenciosa à produção de uma paisagem sonora sertaneja”, apresentado na “I Jornada GPEL – Livro ilustrado: memórias, práticas e experiências”, realizada em outubro de 2024 – objetivo de maneira mais precisa relatar o contexto e a compra do livro literário infantil ilustrado “Ser tão” (na Figura 01, na sequência), de Fábio Monteiro, com ilustrações de Maurício Negro, publicado pela editora Paulinas, em 2016, e discutir as expectativas construídas sobre o

¹¹ Professor do Curso de Letras (*campus Sertão*) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas.





Figura 01: Capa e quarta capa do livro literário infantil ilustrado “Ser tão” (coladas como página dupla aberta).



Fonte: Monteiro (2016).

livro e as minhas ações e reações (enunciativas) à leitura dessa narrativa e ao incômodo vivenciado em decorrência da tematização de sertão nessa literatura infantil.

Cada uma dessas etapas de reflexão anteriormente mencionadas, desde a aquisição do texto e seu contexto, perpassando pelas ações/reações, aparecerá aqui datada, sendo, para cada período mencionado, informados os dados climáticos¹² do sertão alagoano, de modo a estranharmos a homogeneidade climatológica, aquela que acompanha o nosso imaginário social, pensada para o sertão. Por exemplo: neste final de ano de 2024, período da escrita deste texto, quando consideramos o fenômeno seca¹³ nos últimos meses no sertão alagoano, os dados registraram uma espécie de “evolução” da estiagem prolongada, devido às chuvas abaixo da média, passando, então, do surgimento da seca fraca (S0), para o avanço e posterior intensificação dessa seca, chegando à seca moderada (S1). Especificamente em nov./2024, houve um avanço da seca moderada, que passou à seca grave (S2).

¹² Os dados sobre a situação da seca no Brasil são gerados a partir do Monitor das secas, um sistema de acompanhamento/monitoramento regular e periódico da “estiagem”, produzido por diversas instituições de diferentes Estados e do Governo Federal, que apresentam através de mapas, mensalmente, essas referências climatológicas. Para mais informações acessar < <https://monitordesecas.ana.gov.br/perguntas-frequentes> >.

¹³ Sobre “seca”, é importante considerar que para o Monitor das secas esse fenômeno climático significa a ocorrência de uma “estiagem prolongada”, de modo a provocar um desequilíbrio hidrológico. A respeito dessa condição do clima, em cada mapa há informações que indicam as categoriais/níveis da seca, através de cores, e os seus efeitos/impactos sobre as lavouras, as pastagens e na disponibilidade de água: i) a referência S0 indica a “seca fraca”, marcada na cor amarelo, que significa que o clima entrou em situação de seca, podendo ter como consequência, em seu início, diminuição do crescimento das culturas e pastagens, e no seu fim alguns déficits hídricos prolongados, implicando para a não recuperação completa das plantações; ii) S1 é a referência à “seca moderada”, em cor creme, que aponta para uma condição de estiagem prolongada em que ocorrerá danos às culturas, às pastagens, aos córregos, reservatórios ou poços; iii) S2 é a “seca grave”, em cor laranja, que aponta para uma estiagem prolongada em que provavelmente haverá perda da colheita, pela escassez de água; iv) S3 é indicativo da “seca extrema”, em cor vermelho, e diz de uma escassez de água generalizada, gerando grandes perdas às culturas e pastagens; v) S4, “seca excepcional”, em cor marrom, marca a ocorrência de escassez de água, já em condição de emergência, gerando de modo generalizado perdas das pastagens e culturas. A cor branca indica a não ocorrência de estiagem prolongada, o que não significa que não possa ocorrer redução de chuvas. O marcador C indica que o efeito daquela seca é de curto prazo, o L, que é de longo prazo, e o CL, que é de curto e longo prazo.





Em todo esse período, os impactos da seca são de curto prazo. Nesta proposta, de maneira ampla, além dos objetivos de narrar e estranhar a leitura, o incômodo e as ações e reações à obra literária citada, pretendo (como *Considerações*) refletir acerca da participação desse livro infantil e suas consequências no letramento literário-imagético territorial de crianças. Por isso, questiono-me: Que sentidos para sertão estão propostos pelo autor e pelo ilustrador desse texto literário infantil? Quais incômodos me causaram, causaram a mim, um homem à época com 47 anos? Quais outros sentidos são possíveis e necessários? Mas, como essa obra chegou às minhas leituras? Quais os interesses e expectativas na compra desse livro? Para dar respostas a essas indagações, apresento nas partes que seguem problematizações e também algumas (re)ações minhas, inicialmente respondendo às duas últimas questões.

Para dar conta desse projeto discursivo, de modo a contribuir com a proposta empreendida por este livro, que busca apresentar um olhar analítico a questões do sertão, ao tempo em que discute língua, memória, história, cultura e sociedade, este texto está estruturado da seguinte maneira: uma Introdução, em que apresento a proposta de discussão, e, posteriormente, dois tópicos de reflexões, em que situo os interesses de pesquisa e o contexto da compra do livro literário infantil em discussão, no primeiro, e, no segundo, discuto sobre as orientações metodológicas de leitura, faço a apresentação da leitura de “Ser tão” e a apresentação das minhas reações enunciativas à obra infantil, como uma (re)ação *queer* (SANTOS FILHO, 2020). Por fim, teço as Considerações finais, em que discuto sobre as possíveis consequências dessa obra e das minhas reações para um letramento literário territorial. Teço diálogos com Albuquerque Jr. (2008; 2012; 2016; 2017a; 2017b; 2021), Baronas (2004), Besse (2014), Miotello (2020a; 2020b), Moita Lopes (2013), Santos Filho (2012; 2020; 2022) e Silva (2024), dentre outras referências.

Gelasal (Linguística Aplicada) e Estudos Pibic (Ciclos 2019-2020 e 2020-2021): Sertão, sertões – espaços de vidas e vivências – contexto de encontro com/ e de compra do livro “Ser tão”

Em continuidade, é preciso dizer que desenvolvo pesquisas no Grupo de Estudos em Linguística Aplicada/*Queer* em Questões do Sertão Alagoano (doravante GELASAL), coletivo de estudos proposto e liderado por mim desde 2013, ano de sua criação/aprovação no escopo dos grupos de pesquisa na Universidade Federal de Alagoas, precisamente no Campus do Sertão, na cidade Delmiro Gouveia, sertão alagoano. No Gelasal, buscamos praticar uma “G/geografia discursiva”, conforme já discutimos em Santos Filho (2022; 2024) e Santos Filho e Santos (2024), por exemplo, em fortes diálogos com a Historiografia dos espaços, tal como a desenvolve Albuquerque Jr. (2008; 2021), como um fazer pesquisa em Linguística Aplicada Indisciplinar, nos termos de Moita Lopes (2013), e de uma Linguística Aplicada “para cortar”, conforme temos discutido e praticado (SANTOS FILHO, 2023; 2024).

Assim, em nossas pesquisas, partimos de um primeiro pressuposto básico, o de que o “mundo”, uma região ou uma cidade – os espaços – não é um referente, a priori das práticas discursivas. Entendemos, portanto, que um lugar é uma produção, uma





invenção, nas práticas enunciativo-discursivas. Logo, nesse coletivo de estudos, visamos problematizar a interface *linguagem e território*, problematizando a amálgama *linguagem-espacos-tempos-sujeitos*. Nesse intento, estudamos processos de naturalização (que são normatizações) do espaço sertão/escaldante, e, em consequência, da fome, da miséria, da pobreza, do inculto, do distante e do inferior. Nessas práticas discursivas o sertão está sempre para o “outro”, na perspectiva de que, nas reflexões de Albuquerque Jr. (2021), esse espaço é produzido de maneira relacional, sendo o outro para quem o enuncia. É o rural, um grotão, pensado como o outro da civilização.

Então, nesses estudos, visamos provocar desassossegos, para fazer (re)pensar os sentidos dessa(s) territorialidade(s). Mas, também, queremos provocar alegrias frente a práticas que reinventam o mundo, ao subverter essas práticas que apagam a diversidade das existências de espaços-sujeitos. Dessa maneira, um segundo pressuposto (imbricado ao primeiro) alimenta as pesquisas do Gelasal, o de que, conforme Albuquerque Jr. (2008), os enunciados são espacializante, no sentido de que são as pessoas, em suas práticas enunciativo-discursivas, que inventam espaços. Portanto, entendemos que ao enunciarmos construímos os lugares como “objeto-de-discurso”, que posteriormente podem ser/ são incorporados, passando a ser uma “realidade”.

Logo, um lugar passa a existir nos processos da enunciação, que, nesse sentido, acaba se tornando prescritiva e normativa, nunca representacional, porque inscreve normas e fantasias, que podem ser (e são) incorporadas, pelos interlocutores e pelas interlocutoras. Ou seja, entendemos que o conteúdo semântico para os espaços incide sobre nós e sobre nossas relações com os espaços e seus sujeitos. Sendo assim, o livro literário infantil não mostra o sertão, produz sentidos para o sertão, participa da produção de um conteúdo semântico para “sertão”. Por conseguinte, é imprescindível compreendermos que as narrativas espaciais têm consequências, porque, tal como discute Fabrício (2022), os signos, os discursos, nos provocam e podem nos disciplinar, instaurando ilusões de realidade. Mas, há, também, esperanças, pois, os signos podem colocar sob suspeita e desconfiças credos e certezas. Este é o meu grande interesse com esta escrita, qual seja, provocar suspeitas e também contentamentos.

Nesses intuitos de pesquisa, comprei a obra “Ser tão”, em junho de 2021, período em que concluíamos a segunda etapa do projeto de pesquisa “O sertão (re)enunciado: faça chuva ou faça sol, há vida”, desenvolvido no Pibic¹⁴ (2019-2020 e 2020-2021), com os seguintes planos de pesquisa: “A ressimbolização do sertão em textos jornalísticos impressos”, “O sertão alagoano ressignificado na TV”, “Outras lições sobre o sertão em livro didático” e “Na internet, outros sertões”. Nesses, objeti(vá)vamos refletir sobre processos de ressimbolização do espaço sertão/Nordeste/semiárido, em textos de diferentes esferas discursivas que tematizavam essa territorialidade. Sobre aquele mês, em consulta ao Monitor das secas, passamos a saber que no sertão alagoano ocorreram

¹⁴ Participaram desse projeto de pesquisa as/os estudantes de graduação, na condição de pesquisadoras e pesquisadores de iniciação científica, Jéssica Santos Cavalcanti (bolsista CNPq), Hugo Pedro Silva dos Santos (bolsista UFAL) [substituído por Rafael Gonçalves, no último semestre, em 2021], Thiago da Silva Lima (colaborador) e Simone Souza dos Santos (colaboradora) [substituída por Evellyn Ferreira de Souza, no segundo ano].





precipitações pluviométricas positivas, fato que possibilitou que ocorresse um recuo da seca grave (S3) para a seca moderada (S1) e depois para a seca fraca (S0), mas ainda com impacto de curto e longo prazo. Quando comparamos esses dados com os de 2024, apresentados anteriormente neste texto, já notamos que não há homogeneidade climática nesse sertão.

Nesses projetos (e planos) de pesquisa, na iniciação científica, as análises de um bloco de reportagens em um dossiê em jornal impresso (de 2019), de diários de bordo e de uma websérie, sobre um "semiárido das nascentes", no sertão cearense, de uma reportagem televisiva (de 2016) sobre o sertão alagoano e de um capítulo de livro didático sobre "Nordestes" (de 2013), no plural, apontaram que essas enunciações sobre o(s) espaço(s) sertão/Nordeste/semiárido se deram sob uma abertura de sentidos, na perspectiva de que fazem repensar os discursos populares sobre esse(s) lugar(es) e conceito(s), que se dão como discursos hegemônicos, que vêm sendo forjados historicamente desde o final do século XIX. Nas considerações, os estudos argumentam que os sentidos pejorativos são deslizados, configurando agora um espaço dissidente, refratando os sentidos construídos e mantidos pelas elites nortistas e nordestinas (elites brasileiras, de modo geral), que objetivavam assenhorar os sujeitos sertanejos, nordestinos e do semiárido. Tais enunciações, agora, vão além de dizer do sertão/Nordeste/semiárido apenas como lugares de vivência na roça, da costura e do trabalho braçal.

Os estudos concluíram que tais enunciações apresentam esses espaços sob novas perspectivas, aquelas que trazem as faces que foram/são negligenciadas, não comentadas, discursivizando, portanto, essa região como plural, não sendo apenas um lugar da seca, da fome e da miséria. Conforme discutem, essas novas narrativas sobre sertão/Nordeste/semiárido estão pautadas na ideia de convivência e do bem viver com o semiárido, tal como discute Schistek (2017). São uma releitura do "sertão", que agora é um espaço complexo, em suas dimensões climática, social, cultural, tecnológica e econômica. Está para sertões possíveis e emergentes. Nessa ressimbolização, o sertão se dá sob uma nova rede de significados, em novos processos linguístico-discursivos e imagéticos de nomeação/designação, para além do regionalismo arcaico. Sertão está para sertões, lugares de vidas e de vivências. Se considerarmos apenas a primeira página do dossiê "Semiárido das nascentes", por Ana Mary C. Cavalcante (textos) e Mateus Dantas (fotos), já há a tematização de um "Sertão encantado", como podemos ver, apreciar e sentir, e nos alegrar, na Figura 02, que segue.





Figura 02: Capa do dossiê jornalístico "Semiárido das nascentes", no jornal O Povo.



Fonte: O Povo (2019).

Então, foi nesse contexto de reflexões e de alegrias, por essas novas enunciações sobre sertão, que vi a divulgação e fiz a compra do livro literário infantil ilustrado "Sertão". No site de venda (na Amazon), o livro é indicado para crianças que estão cursando o 3º e 4º ano do Ensino Fundamental, portanto, crianças com idades entre 8 e 9 anos. É apresentado como uma obra que narra sobre Tonho, um menino que vive no sertão e que conhece e faz amizade com um pássaro, que voa para outros lugares, de realidades diferentes. Informa que o sertão é narrado como "uma árida paisagem sertaneja". Todavia, informa também que narra a passagem de um mundo estéril a um mundo abundante. Em consulta ao Monitor das secas, de dezembro de 2015 ao mês de publicação da obra, março de 2016, o fenômeno seca no alto sertão alagoano saiu da seca excepcional (S4), passando às secas extrema (S3) e grave (S2), com impactos de longo prazo, mesmo com as chuvas de fevereiro e março. No entanto, sobre tais dados climatológicos, é importante registrar que na reportagem "Veja dica de um passeio imperdível pelo sertão alagoano" (TV GAZETA, 2016), no segundo semestre daquele ano, o sertão alagoano é informado como um cenário de inverno (de junho a agosto), em que há temperaturas baixas, já tendo chegado a 12 graus. É um espaço de noites geladas, aquecidas por fogueiras, de gente agasalhada e de um sol que nasce preguiçoso, pois a neblina cobre a cidade, gerando um frio cortante, com ventos uivantes. Esse sertão, em Água Branca (AL), segundo o texto jornalístico, oferece um passeio imperdível, em um turismo de vivência (para uma outra problematização, ver Hugo Pedro Silva dos Santos, nesta obra). Estamos diante de dados de chuvas e estiagem que se movem, no tempo e no espaço, mesmo no sertão alagoano, quando comparamos os três períodos já mencionados neste texto. Não há uniformidade climática.





Por essa configuração e nesse contexto, a obra "Ser tão" foi adquirida certamente pela "regra do jogo do prazer", conforme discute Albuquerque Jr. (2018), ao refletir acerca das escolhas e discussões, ao fazer ciência, do filósofo francês Michel Foucault, e sobre as sensibilidades implicadas em seu trabalho filosófico-historiográfico. Em meu caso, não posso negar que a obra literária infantil ilustrada foi "escolhida" pelas orientações conceituais e metodológicas de uma Linguística Aplicada Indisciplinar, tal como discute Moita Lopes (2013), as de que essa área objetiva fazer estudos voltados às práticas sociais, não sobre a língua como sistema, por exemplo, e sob o pressuposto de que o mundo é construído na linguagem. No entanto, para além desse processo de racionalização científica (cartesiano-positivista) já esperado, o critério que pode aferir a escolha de "Ser tão" está para motivações emocionais e afetivas, porque eu estava imbuído pela felicidade que me tomava, dadas às considerações das pesquisas já comentadas acerca de outros sertões, incluindo aquele de um passeio imperdível, no sertão alagoano.

Assim, no anúncio de venda do livro, a informação de que a narrativa contava a passagem de um mundo estéril a um mundo abundante possivelmente me provocou expectativas e emoções. Então, houve uma escolha a partir de uma "razão aquecida" (Souza Santos, 2020), pelos sentimentos e sensações corporais, incluindo os arrepios. No fazer pesquisa, trata-se de uma outra racionalidade, tal como entendemos com Moita Lopes (2013), porque entendemos que a pesquisa em LA Indisciplinar está para processos epistemológico que são ao mesmo tempo políticos, éticos e estéticos. Todavia, essas motivações emocionais podem estar também para o desconforto e o incômodo, que, nesse caso, me tomaram após a leitura da obra e que têm me mobilizado a problematizar essa e outras práticas discursivas que naturalizam o sertão/Nordeste/semiárido como um lugar uno, de seca e de fome, como o outro da civilização (aqui já há um spoiler da leitura de "Ser tão"). Vejamos na sequência uma página dupla aberta (Figura 03), momento em que no livro ilustrado se inicia a narrativa verbal, já acompanhada de todas as páginas anteriores, todas em tons de laranja-vermelho! Que sertão está sendo produzido nessa literatura infantil ilustrada? Dada a imagem, certamente não é o sertão encantado, nem aquele de um passeio imperdível.

Figura 03: Início da narrativa "Ser tão".



Fonte: Monteiro (2016).





Orientações metodológicas de leitura (de ordem bakhtiniana) – a leitura de “Ser tão” como um encontro de palavras [e algumas (re)ações de enfrentamento]

Antes de proceder com uma leitura geral de “Ser tão” propriamente dita, é de grande relevância explicitar as orientações teórico-conceituais e metodológicas acerca de “linguagem” e “leitura” que sustentam o fazer pesquisa no Gelasal e que, portanto, dão base à leitura da obra referida e a esta escrita. Na perspectiva de uma LA Indisciplinar, nas ideias de Moita Lopes (2013), o fazer pesquisa nessa abordagem epistemológica deve produzir conhecimentos sobre o mundo em que vivemos, necessitando por em xeque uma epistemologia fundada em uma noção de língua nacional, de um estado-nação, visto que vivemos em um mundo constituído por fronteiras porosas. Logo, uma noção de língua territorializada não faz (mais) sentido. Assim, é preciso nesse fazer LA pensar diferente, movendo-se por outra lógica, de modo a pensar o que não deveria ser pensando e fazer o que não deveria ser feito. Para esse linguista, então, estamos assim diante da “inovação”, processo crucial na ciência. Conforme diz, esse pensar diferente tem a ver com o tematizar o que não deveria ser tematizado e também ir ao encontro de uma outra epistemologia.

Nesse sentido, a LA indisciplinar busca operar por uma noção de língua que se afaste do ideal fundamentalista e essencialista de pureza, que, segundo argumenta Moita Lopes (2013), acompanhou-nos na Modernidade e nos acompanha na Modernidade recente. Para ele, o ideal de uma língua pura, neutra, autônoma, transparente e representacional funcionou para manter desigualdades, pois mantinha/mantém os sujeitos em seus devidos lugares (de classe social, raça, gênero e sexualidade, e podemos incluir espaço). Se são esses os fundamentos desse fazer LA, é coerente o diálogo com as proposições construídas no Círculo de Bakhtin sobre língua(gem), sujeito e ciência. Aqui, mobilizo tais ideias a partir de Valdemir Miotello (2020a; 2020b), um pesquisador brasileiro que tem se debruçado sobre noções relevantes a esse grupo de pessoas, homens e mulheres, que, para ele, construiu uma perspectiva completamente inusitada de ver o mundo, a vida, a linguagem e o fazer ciência. Seu modo de discutir essa teoria me cativa.

Para Miotello (2020a), em um processo de afastamento de uma perspectiva absolutista e universal de ver o mundo e fazer ciência, o Círculo afastou-se de duas perspectivas reinantes no início do século XX, o objetivismo abstrato e o subjetivismo idealista, pois essas lidavam com uma noção de verdade objetiva, que se impunha, às vezes vindo de fora (para a primeira corrente filosófico-linguística, na qual a verdade estava no objeto), e noutras vezes vindo de dentro (para a segunda, para a qual a verdade estava no indivíduo). Assim, noutra abordagem, o eixo de valor atribuído foi preocupar-se com a relação sujeito-vida-sujeito, encarando o mundo, os eventos e os acontecimentos sob esse viés. Conforme discute Miotello (2020a), para o Círculo, a ciência, a arte e a vida se encontram na unidade da resposta, onde se encontram *singulo* e *singulo*, em relação. Ou seja, para o Círculo, em uma filosofia do ato responsável, o eixo de valor é tomado como estando na relação – pessoa-pessoa, pessoa-evento-texto, pessoa-verdade, mentira, nunca apenas no sujeito, que em abordagem anterior, era o senhor dos sentidos das coisas, ou as coisas eram donas de seus sentidos. Dessa maneira, abandona-se a noção de sujeito uno, individual, como o eixo central de valor, assim como também diz Moita Lopes (2013) sobre a noção de sujeito na LA Indisciplinar. Essa é a base da perspectiva dialógica de linguagem.





Com esse deslocamento, a linguagem é pensada como o lugar de encontros, de encontro com a palavra do outro, no sentido de que a palavra de quem enuncia já é uma refacção da palavra do outro, palavra que também se constitui como a materialidade que passa a construir as consciências do “eu” e do “outro”. Miotello (2020a) argumenta que, nessa proposta, o “eu” dirige ao “outro” os signos, as palavras, os sentidos (desse tempo ou de outros tempos), que vão os construindo. Tais signos são construídos das memórias – do passado – e das perspectivas de futuro. Eis uma abordagem epistemológica (e para a vida) inovadora, na qual, para o Círculo, o importante é pensar sobre os sentidos produzidos, para refletir sobre os eventos, as coisas, com profundidade, ouvindo as palavras-vozes constitutivas, não como uma ciência da exatidão.

Miotello (2020a) esclarece que “cada um, ao tomar um rosa e oferecer para uma outra pessoa, sobrepõe sentidos naquela rosa, que são absolutamente singulares”, pois, acrescenta uma carga de valor aos sentidos produzidos pelo o outro, por outras relações, que estão postas ao seu dispor. Continua argumentando que cada evento, texto, tem centenas de sentidos, em tensão, pois um signo, uma palavra, é uma arena de lutas. Conforme explicita, “a palavra frequenta todas as bocas, vai a todos os eventos; quando ela vem para mim [‘eu’], ela vem sobrecarregada de sentidos, sentidos em luta” [inserção minha] (Miotello, 2020a). Aqui, podemos lembrar, a partir de Butler (2002), a ideia de que há uma historicidade constitutiva nas palavras, lá, latente. Assim, a partir desse filósofo-linguista, com base nas ideias do Círculo, podemos compreender que ao dizer “pão da vovó”, o “eu” desse dizer não está apenas acrescentando uma simples locução adjetiva, na construção desse sintagma nominal, ao nome “pão”, ao pão, mas enunciando um sobrevalor, um outro valor, uma carga de novos valores, pois agora é “da vovó”.

Dessa maneira, ao receber a palavra do outro, a carga de sentidos bate no sujeito que a “recebe” e, desse modo, ela participa, então, da sua consciência. Nesse processo, o sujeito que a “recebe” pode rejeitá-la, aceitá-la ou tentar anulá-la, numa tentativa de monopolizar, de apagar, os sentidos, transformando o *signo*, que sempre é de múltiplos sentidos, em um *signal*, em um processo de uma face autoritária do dizer. De maneira geral, cabe ao “eu”, cabe-nos, responder à palavra que o outro manda, como um ato ético, responsável, para dizer a sua/minha/nossa palavra, dizer os sentidos que habitam na vida que enuncia, dizer do modo como olha(mos) o mundo, dizer dos compromissos que tem/temos, para que esses sejam lançados também, na direção do outro, como mediação do mundo.

Nesse sentido, tal como discute Miotello (2020a; 2020b), para o Círculo, a compreensão desse processo discutido, dessa interação, está para um fazer metodológico, no qual o foco é o “cotejo”, como um jeito de aprender. O processo metodológico, que está para uma leitura enunciativo-discursiva, nas palavras de Santos Filho (2012), está para a escuta das palavras do “eu” e do “outro”, em um dado enunciado, e também como uma maneira de enfrentar as palavras do “eu”, colocando-as em encontro com as palavras de quem lê, buscando compreender e responder, em um ato ético-responsivo. Nesse procedimento metodológico dialógico, é preciso dar respostas, para dizer que valor o analista atribui, como vê, de modo a se posicionar, pois é preciso estar de um lado. Assim, esse procedimento é também sociológico, pois coloca o evento, o texto analisado, nas relações sociais. Consequentemente, a leitura/compreensão é a afirmação responsiva de quem lê, uma resposta, uma palavra do leitor-analista. Vamos ao encontro de “Ser tão” e ao seu cotejo.





Leitura de “Ser tão”: ainda o espaço seco, pobre, distante e de uma paisagem estático-silenciosa (da alegria e do contentamento ao desconforto)

Nesse processo de uma leitura enunciativo-discursiva, de base dialógica e sociológica, entendemos, a partir das ideias do Círculo, com Miotello (2020b), que o livro “Ser tão”, como um enunciado produzido no campo das atividades literárias, é uma ação ética e estética, de mediação do mundo, que põe em relação o mundo da vida e o mundo da cultura, na perspectiva de que o que se dá na vida alcança a literatura e o que se dá na literatura pode alcançar a vida, isto é, na compreensão de que a “poesia” tem (ou pode ter) culpa pela prosa trivial. Ou seja, para o Círculo, nas palavras do filósofo-linguista já mencionado, a enunciação na esfera comunicativa literária se dá pela dimensão estético-criativa, como arte, enfrentando o mundo. Logo, “Ser tão” se dá nos propósitos de mediar vida-cultura, de modo a tratar de um espaço (sertão) e suas questões e possivelmente, em retorno, implicar sobre a vida no/para/sobre o sertão. Mas, quais os diálogos (com quais outras vozes) e quais os sentidos propostos?

Nessas considerações iniciais, podemos entender também com Silva (2024) que esse livro ilustrado, ou “livro álbum” (um objeto cultural complexo), configura-se como uma atividade literária para a infância, ou que é uma literatura com potencial de acesso infantil. O caráter complexo e multifacetado (Clécio Bunzen, em conversa com Silva (2024)) de “Ser tão” se dá porque, como um livro infantil ilustrado, nas palavras de Silva (2024), possui uma dança entre seus policódigos literários e artísticos, com propósito estético, lúdico e educativo. Logo, a imagem e a palavra não funcionam por si mesmas, mas como partes de um todo. É um enunciado de leitura exigente e desafiante, em que as capas e o design, por exemplo, também participam do efeito total de sentido. Nas palavras de Pomi (2022), o livro literário ilustrado é, no senso comum (como uma questão cultural), pensado como sendo destinado apenas a crianças. No entanto, para ela, esse enunciado tem potencial de tocar as pessoas adultas, fazendo-as pensar e sentir, pois atravessa os sujeitos não só na dimensão mental, mas pelo coração. Tem conteúdos profundos e com grandes oportunidades de reflexão. De fato, me tocou, na condição de homem adulto, que vive no alto sertão alagoano, e pesquisador acerca da temática linguagem e sertão.

Essa atividade enunciativa complexa divide a autoria entre a pessoa que escreve e aquela que ilustra. Nesse caso, Fábio Monteiro (autor) e Maurício Negro (ilustrador) enunciam conjuntamente em “Ser tão” sobre sertão. Se a enunciação é sempre uma relação com as palavras-vozes de outro(s), que vozes são mobilizados por eles (dois homens também adultos) para dizer de sertão e que reacentuação de valor propõem os autores? Ou realizam apenas repetições? Que escolhas estilísticas corroboram a tematização do espaço sertão? Se voltarmos à Figura 03, podemos tecer inferências relevantes acerca dos sentidos propostos na obra infantil, pois, a partir desse início do “conteúdo”, podemos colocar as vozes, dos autores e as de suas “memórias”, em cotejo. Iniciemos pelo fato de que toda a página está em tom amarelado, matizando o sol intenso, que, conforme textualmente é informado, já surgia desde muito cedo naquele espaço e que de tão forte quase chegava a cegar o menino-protagonista, Tonho, ao abrir a janela de sua moradia. A ilustração, em simbiose com o verbal, produz o efeito da





intensidade desse sol, pois até a casa de Tonho parece pegar fogo, por um sol gigante, que chega a ocupar quase o segundo quadrante da primeira página, chegando quase a tocar o solo. A casa em que o garoto vive é simples, rodeada por uma cerca, tendo em sua proximidade um grande cacto, que acolhe naquele amanhecer um pássaro, possivelmente uma ave típica do sertão, um galo-de-campina.

Esse conteúdo semântico-literário, nessa textualidade ilustrada, a partir da construção territorial de sertão pretendida, dadas as escolhas de cenário, elementos de sua composição, personagem e cores, já chega orientado pela capa, pela contracapa, pelas folhas de guarda, pelas folhas da ficha catalográfica e pelas folhas de rosto, pois essas já tematizam um espaço pelas cores de tons amarelados, avermelhados, ocres e marrons, como predominantes, tendo no título “Ser tão”, em possível pintura em xilogravura, suas letras atravessadas por raízes e ou galhos secos. O solo desse lugar é rachado. Os animais dessa terra são o tatu, o lagarto teiú e a ave cardeal do Nordeste, também conhecida como galo-de-campina, que têm como *habitat* as florestas secas. Por isso, também os cactos, as plantas rasteiras, a caatinga, certamente. Destoa apenas desse cenário a tartaruga marinha, que aparece na contracapa. Nessa parte, explicitam textualmente: “**era** um sertão”.

‘Era um sertão’. Mas, devido à escolha do tempo verbal – pretérito imperfeito – parece continuar “**sendo** o sertão”. Era e é. O conteúdo do início da narrativa, então, já chega preparado por todas as bordas, as que o antecedem e as que o sucedem. Entretanto, se na quarta capa falam de “**um** sertão”, de maneira indefinida, dando-nos a possibilidade de que existam outros sertões, o título, em sua “reacentuação” (pela separação linguística, agora “sertão” transformado em “ser tão” – saindo de um nome para o verbo “ser”, no infinitivo, mais o advérbio de intensidade “tão”) provavelmente age em sentido de que “Ser tão” diz do sertão, que é(*ser*)/*tão* seco (aquele de sol intenso, que de tão forte chega quase a cegar), como um espaço uno, homogêneo, informado pelo sol, e pela seca em consequência.

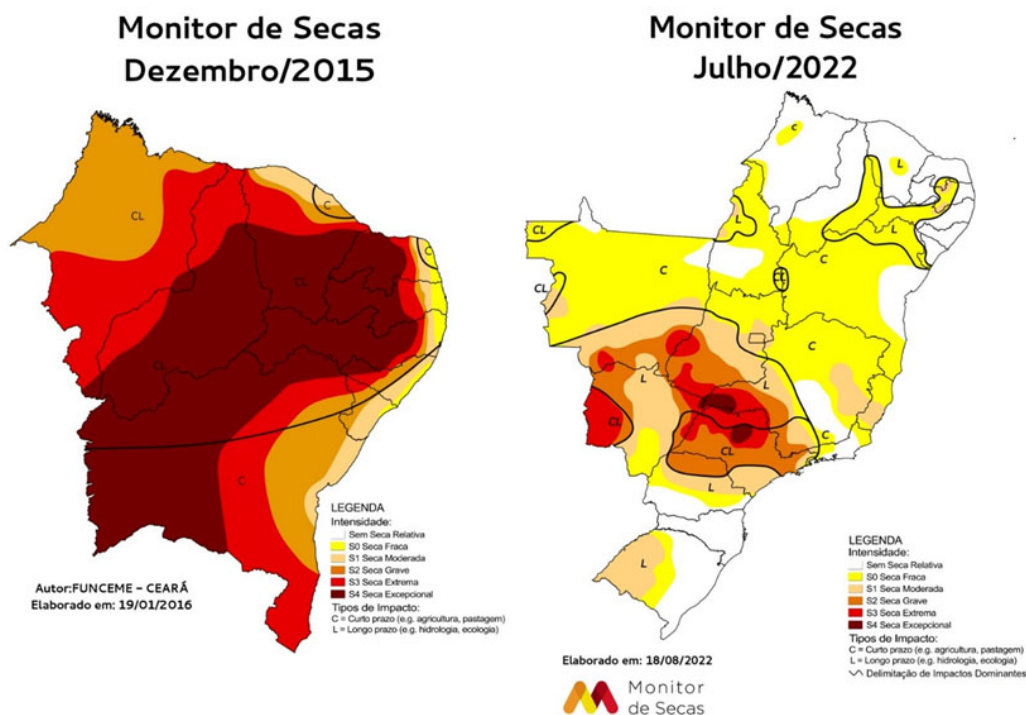
Se sabemos que uma enunciação é uma resposta a enunciados anteriores e que uma enunciação literária é uma ação ética-estética, criativa, de enfrentamento ao mundo, não de modo direto, mas pelo posicionamento artístico-literário, que mundo enfrentam os autores? Quem são esses homens autores e em que contexto enunciam “Ser tão”? Explicitamente, nas minibiografias, passamos a saber que o autor é um coordenador pedagógico e historiador pernambucano, homem que buscou a chuva, em São Paulo. Se põe, então, como um retirante? Diz que a narrativa de Tonho vem da rememoração da infância e do passado do autor. O ilustrador é um paulistano, autor de vários livros, homem do litoral e que dialoga com as matrizes culturais profundas brasileiras. Será que há referência à ideia de que o Nordeste/sertão teria uma cultura de raiz? Então, do encontro dessas vozes (e suas “semioses”) com a minha, é possível inferir que, cada um com suas histórias, que certamente são atravessadas pelas histórias de sertão/Nordeste e semiárido, podem estar respondendo (conscientemente ou não), com essa publicação literária, publicada em 2016, ao período de seca enfrentado pelo sertão/semiárido/Nordeste de 2012 a 2017, conforme dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) em divulgação jornalística, em texto de Rebello (2018).





Esses dados informam que esse período de seis anos foi o intervalo de tempo de maior seca nesse espaço, por causa das chuvas abaixo da média e da estiagem prolongada, sendo entremeada pela seca verde, fenômeno que ocorre quando há chuva, a partir da qual os campos verdejam, mas que logo voltam a morrer, pois a estiagem afeta a hidrologia daquele solo. Além desse contexto e seus aspectos climatológicos, é importante considerar que historicamente a seca é tratada política e culturalmente como um drama, que se arrastaria desde o final do século 19, provocando fome e miséria (de todas as ordens). No entanto, no Gelasal, preferimos compreender que a seca é, em grande medida, um fenômeno também político-discursivo (não apenas climático), que ganha vida em diferentes enunciações, sendo a ausência ou a pouca precipitação pluviométrica denominada de modos diferentes a depender de quem a enuncia e sobre a que espaço se refere. Conforme Medeiros (2015), engenheira ambiental, o que se chama de "crise hídrica" em São Paulo é o que sempre ocorreu no Nordeste e no Sul do país. No entanto, para ela, a nomeação e o tratamento político são diferentes, porque se trata de sujeitos-espacos concebidos também como diferentes. Por isso, para São Paulo o fenômeno é tratado como algo grave, que necessita de urgentes políticas públicas. No Nordeste, é visto como algo da natureza desse espaço. Para melhor problematizarmos, vejamos a Figura 04, que segue.

Figura 04: Dados climatológicos do Nordeste, de dez./2015, e de parte de parte do Brasil, incluindo o Nordeste, de set./2022.



Fonte: Monitor das secas do Brasil (dez./2015; set./2022).

Se consideramos o Monitor das secas, e nele os dados climatológicos de dezembro de 2015, como um dos meses no período de seca mencionado, e se os compararmos com os dados da seca de setembro de 2022 (mais adiante, na seção 2.2.), vemos aspectos importantes da complexidade do fenômeno da estiagem no Nordeste/sertão, pontos relevantes para a leitura que empreendemos de "Ser tão". Quando lemos o mapa de dez./2015, as informações visuais, explicitadas textualmente no Sumário,





marcam que esse mês foi um período em que a precipitação pluviométrica não ultrapassou, no Nordeste, os 75mm, chegando em algumas áreas a estar abaixo de 25mm¹⁵. Vemos no mapa que o marrom, o avermelhado e o alaranjado marcam as secas grave (S2), extrema (S3) e excepcional (S4), configurando um período de anomalias negativas para a região nordestina, sendo um momento de seca excepcional (S4) no sertão alagoano. O mapa em si, com suas cores, já pontua diferentes nuances dos dados de precipitação e de estiagem, o que certamente produz relações socioculturais e com o meio ambiente também diversas, e complexas. No entanto, "Ser tão" provavelmente diz de um sertão que estaria para a seca excepcional (S4) sempre, já que, além de ser um espaço de sol intenso, na narrativa Tonho deseja a chuva, mas sem quase não a conhecer, pois ela jamais teria ocorrido naquele espaço.

"Ser tão" reforça esse sentido, o de um sertão de uma seca excepcional, pois o espaço sertão narrado é aquele em que, além desse sol, a paisagem é estática, de vegetação rasteira, de árvores sem folhas, de um rio muito longe – tendo apenas um caminho de um rio, que já tinha sido caudaloso, mas que agora não mais nascia – de uma plantação de mandacaru, de uma roça seca, que insistia em se manter viva, de uma caatinga, de um deserto, como o espaço de uma paisagem da desesperança. Tonho vivia em uma casa simples, pequena, de madeira, com um quadro de Lampião na parede e com um pote de barro. Ele, um garoto de pernas pequenas finas (chegando quase a ser levado pelo vento), de dedos finos, olhos e choro secos, insistia do mesmo modo em se manter vivo, vivendo em uma ausência de tudo. Aquele era "seu deserto". Os autores enunciam o sertão como rural, como um grotão, seco. O pássaro, amigo de Tonho, que o visitava todos os dias, era exuberante e contrastava com aquela terra, possivelmente era uma arara azul, de *habitat* em locais de várzeas, em região tropical, que trazia ao garoto esperanças de chuva. Então, se sabemos com Miotello (2020b) que as personagens, o enredo e o cenário não são do domínio do autor, que processos estão nessa enunciação de "Ser tão"? Que vozes estão ecoando e como se posicionam o autor e o ilustrador frente a elas? Estariam chamando a atenção das crianças para essa situação de desesperança e ausência de tudo?

Pertencente ao Gelasal e, portanto, com minhas palavras banhadas ideologicamente pelos diálogos com Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em específico sobre a historiografia do sertão/Nordeste, logo avento a possibilidade de que são mobilizados sentidos de sertão a partir da "literatura das secas" (ALBUQUERQUE JR., 2017a), que, de acordo com esse historiador, é a literatura do final do século 19 e início do século 20 que constituiu uma dizibilidade e uma figurabilidade da seca e, em consequência, uma imagem de sertão, Nordeste, tal como nos romances "Os Retirantes", de José do Patrocínio, de 1889, e "Vidas Secas", de Graciliano Ramos, de 1938. Nessa literatura, o espaço é o da seca e, em consequência, é um espaço da retirada (em busca de chuva, para saciar a sede e a fome). Teria, então, o autor retomado "lembranças" do espaço pernambucano/sertanejo como uma ambiência da seca e do vazio? Nessa ordem metodológica, entendemos que a memória, esse eco de vozes e imagens, é sempre situada, social e histórica, e interessada pelos desejos do presente.

¹⁵ Apenas para termos uma referência, o sertão alagoano, espaço semiárido e, portanto, de clima quente e seco, tem precipitação pluviométrica média entre 400mm a 600mm, conforme dados apresentados por Barros et. al. (2012).





Para Albuquerque Jr. (2017a), a literatura das secas construiu um modelo para toda a produção literária subsequente acerca das estiagens, construindo uma imagem que figura como o “ser” mesmo da seca e do sertão/Nordeste do Brasil. Segundo argumenta, mesmo em permanente reelaboração e reinscrição, tais imagens sobrevivem e retornam, como uma literatura do Norte e posteriormente do Nordeste, em que a seca gera a ambiência e como consequência se tem a miséria e o sacrifício. Em “Ser tão”, o diálogo é com essa literatura¹⁶. No entanto, o fenômeno em consequência da seca parece não ser tratado, a retirada, pois há a preferência em se focalizar a ambiência da seca. Mas, é preciso desconfiar: não seria Tonho um “projeto” de retirante? É importante considerar que a figura do retirante é também uma invenção dessa literatura.

Outros sentidos de sertão, em tensão, em disputa, são apagados, aspecto que marca o posicionamento dos autores pela tematização de sertão por uma caricatura de sertão, pois não reacentuam o signo e seus sentidos, preferindo a manutenção do sentido homogêneo para a palavra, o lugar e seus sujeitos. É o sertão de Lampião, de uma cultura brasileira profunda, da xilogravura e do cordel. E os outros sertões, o sertão encantado, o sertão de um passeio imperdível? Não há novas dizibilidades e figurabilidades, aquelas que contam de “verdes sertões”, conforme discute Albuquerque Jr. (2016). Em “Ser tão”, as árvores de copas verdes, as cidades banhadas por rios, os nascedouros de flores de todas as cores e a água que cai do céu estão para outras paisagens, nunca o “ser tão”. O sertão é tematizado, como sempre em relação, sendo o outro, o outro para quem enuncia, o outro da civilização, o outro da cidade, tal como já discutimos antes, com Albuquerque Jr. (2021).

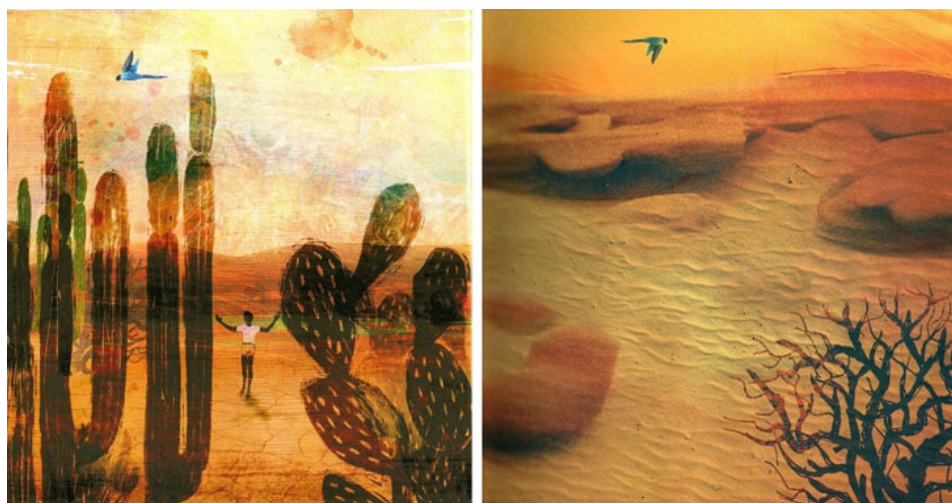
Entretanto, há mais um movimento literário-discursivo de tematização no livro, que marca também o enfrentamento de mundo outro pelos autores, que pode ser visto na colagem de páginas na Figura 05, que segue. Em “Ser tão”, o pássaro, que é amigo de Tonho, visita-o, vindo de lugares distantes, trazendo esperanças de chuva, pois traz nas pontas de suas penas gotículas de água de outros espaços. Visita o “seu deserto”, o deserto de Tonho, o sertão, como vemos no primeiro enquadre da Figura 05. Suas vindas provocam no menino imaginação, de brincadeiras na água, com barcos de papel e com castelos de areia. No entanto, nas últimas vindas, o pássaro chegou com uma pena quebrada e com água salgada, pois aquele deserto do menino havia se espalhado por outros lugares, também lugares de guerra, tal como ilustra o segundo enquadramento, da Figura 05.

¹⁶ Maria Letícia de Lima Martins, minha orientanda de Mestrado no PPGLL (UFAL), em uma apreciação a uma versão preliminar deste texto, lembrou-me que em “Ser tão” há uma dedicatória para o autor de “Seca” (também da editora Paulinas), um livro de imagens, o que, pra ela, pode ser um indício também de que, de fato, há um forte diálogo com a literatura das secas, sendo “Ser tão” uma filiação e resposta a esse outro livro infantil.





Figura 05: Enquadres ilustrativos literários da visita do pássaro ao deserto de Tonho e a volta do pássaro a outras terras, agora também desérticas.



Fonte: Monteiro (2016).

Seria esse pássaro exuberante uma arara azul, das terras de várzeas brasileiras e, por isso, estariam os autores tecendo um posicionamento crítico frente às queimadas e à seca na Amazônia Legal, por exemplo, além da seca do Nordeste? Essa é uma inferência possível, porque dados jornalísticos do G1, a partir de estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, informam que em 2015, ano que antecede a publicação de “Ser tão”, houve um número recorde de focos de calor e de queimadas, tendo ocorrido um acréscimo de 66% em relação ao ano anterior. Segundo informam, as queimadas poderiam ter relação com o aumento na taxa de desmatamento e desflorestamento, naquele período. Dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, junto ao Centro de Pesquisa de Woods Hole, também apresentam que naquele ano, devido às mudanças climáticas, ocorreu seca na Amazônia. Seria para dizer desses fenômenos que, no final da narrativa, a arara azul traz a chuva e o vento? Teria esse pássaro trazido os “rios voadores¹⁷” da Amazônia para o sertão nordestino? Estariam os autores construindo diálogos com essas posições científicas e jornalísticas críticas sobre a “crise” climática e cultural que estava afetando o Brasil, especificamente o Nordeste, mas também a Amazônia?

Para melhor me posicionar acerca da tematização de sertão em “Ser tão”, faço lembrar que quando questionado a respeito da crítica a Graciliano Ramos, por “Vidas Secas”, Albuquerque Jr. (2017b) argumenta que, tal como outras produções da literatura das secas, a obra desse romancista alagoano reforça uma versão conservadora de Nordeste, mesmo que tenha tido a intenção de denunciar a miséria e a desigualdade social. Podemos explicar que, nas palavras desse historiador e das ideias bakhtinianas, a denúncia ou a possível crítica em “Ser tão” têm grande relevância, mas que, como na enunciação o “eu” não é o “dono” do dizer, pois os sentidos nascem nas relações, com as

¹⁷ “Rios voadores” é uma expressão metafórica para nomear os corredores aéreos de umidade, que carregam um volume alto de água, produzidos pelas árvores, de um lugar para o outro, isto é, refere-se a fluxos de água que correm no ar. No Brasil, os rios voadores vão do Norte do país, uma região úmida, para demais regiões, na forma de nuvens, carregadas pelos ventos, conforme Barifouse (2022), repórter da BBC Brasil. Segundo informa, por dia são produzidos 20 bilhões de água pelas árvores da Bacia Amazônica. Estão nesse fenômeno também implicações para as chuvas fortes e intensas que ocorrem em um curto período de tempo em determinado espaço, as quais podem ocasionar desastres “naturais”, como os que vêm acontecendo no Brasil nos últimos anos.





vozes mobilizadas e com as vozes esperadas, tal literatura infantil reforça e repercute outra imagem. No caso de “Ser tão”, tal crítica-argumentação pode ser também sustentada, para dizer que há um reforço de um sertão grotão, como uma caricatura. Está para o que Besse (2014) denomina de uma “paisagem política”, homogênea, porque desconsidera as “paisagens vernaculares”, desconsiderando, assim, nesse caso, um sertão contemporâneo, por exemplo.

Isto posto, essa minha contrapalavra a “Ser tão” foi construída considerando que eu já estava embebido pelos estudos de Albuquerque Jr. e também pelos resultados das pesquisas Pibic já comentados, que diziam de sertões, Nordeste e semiáridos, outros. Então, “Ser tão” me incomodou, me casou um desconforto, por possíveis consequências conservadoras e reacionárias na formação educacional ética, estética, artística e territorial em crianças, ou em quaisquer outros sujeitos que o leiam. Reagi, em um misto de enunciações-ações e ações, para enfrentar no plano da atividade acadêmica e no universo das linguagens a caricatura de um espaço.

(Re)ações (enunciativas) a “Ser tão”: por uma outra nova paisagem (sonora) sertaneja

Tal como já está anunciado, o grande objetivo desta produção escrita é o de, em diálogos com Moita Lopes (2013), com a perspectiva bakhtiniana de estudos em linguagem e com as provocações de Albuquerque Jr. (2008; 2021), enunciar discursos alternativos às normalizações e normatizações que sofrem as vidas de sujeitos marginalizados, a partir de reflexões que nos possibilitem desaprender. Para esse feito, busco desalinhar narrativas e tecer outras sobre o sertão. Assim, frente ao livro “Ser tão”, e ao incômodo em mim gerado, resolvi continuar o diálogo, estabelecendo algumas outras contrapalavras, como enunciações, alargando a cadeia discursiva, como ações, que também, noutras dimensões, nos possibilitam enfrentar as palavras do outro e dialogar com elas. Então, da minha compreensão responsiva, tal como a informei e discuti anteriormente, empreendi algumas ações (também responsivas), partindo do pressuposto de que um enunciado – nesse caso o livro literário infantil – é um elo de uma cadeia de discursos e que, portanto, espera por respostas.

Nesse meu projeto ativo-enunciativo, realizei inicialmente algumas (re)ações, quais sejam:

- i) em agosto de 2022, ofertei no curso de Letras-Língua Portuguesa a disciplina eletiva “Letramentos e educação no semiárido¹⁸”, na qual objetivei, na formação

¹⁸ Os estudos nesse componente curricular se desdobraram em pesquisas na graduação e na pós-graduação. Maria Letícia de Lima Martins desenvolveu a pesquisa “Como pode o sertão ser tão seco? (Re)Enunciações de um sertão uno/seco na literatura infantil”, apresentada como Trabalho de conclusão de curso, em 2023, no curso de Letras-Língua Portuguesa (UFAL-Campus do Sertão). Seu estudo se ampliou para a pesquisa de dissertação “Entre transmutações enunciativas sobre um “ser tão” sertão em produções culturais infantis: lições artístico-literárias territoriais”, em andamento no PPGL-FALE-UFAL. Ainda dessa disciplina, surgiu a pesquisa de mestrado, em fase de finalização, intitulada de “A construção discursiva do sertão em cenas de telenovela”, de Lirane dos Santos Barbosa, também no Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura, na FALE-UFAL. Implicou positivamente nas reflexões de Maria Fernanda de Souza e Maria Elaine de Oliveira Silva (estudantes da graduação), que participaram no projeto de pesquisa “Educação [linguístico-literária e histórico-geográfica] sobre/para o sertão/Nordeste em livros/materiais didáticos”, Pibic (clicos 2021-2022 e 2022-2023). Contribuiu significativamente também nos estudos de Jaqueline dos Santos Lima, também estudante de graduação do curso já mencionado, nas reflexões em “Sentidos de sertão/Nordeste em superfícies (no cotidiano): a produção de espaço-tempo-sujeitos em enunciados aderentes”, projeto de pesquisa no Pibic (clico 2023-2024).





de docentes em Letras, a) discutir a construção discursiva dos espaços sertão/Nordeste e semiárido e b) problematizar a educação-letramento territorial, estudos em que o livro "Ser tão" se tornou objeto de reflexão, a partir da problematização sobre "A outra face do semiárido brasileiro" (Canal Futura, 2018),

ii) em setembro de 2022, projetei e realizei uma viagem de carro pela AL 220, por um percurso de quase 100km, no sertão alagoano (de Delmiro Gouveia a São José da Tapera, Alagoas), na qual fotografei e filmei a paisagem ambiental (e sociocultural) possível, numa espécie de um "sertão *on the road*" – essa segunda (re)ação foi inserida e discutida na primeira, e

iii) em dezembro de 2023, participei como estudante do curso "Paisaje sonoro", pela Universidad de Chile, no qual construí textualmente uma paisagem sonora sertaneja, a partir de duas cenas gravadas no "sertão *on the road*", como contrapalavra a "Ser tão"

Essas (re)ações (ativo-enunciativo-discursivas) figuram como possibilidades, em reação a "Ser tão", de fomentar a reflexão sobre a construção espacial, que é político-discursiva, de modo a arranhar ou mesmo quebrar caricaturas de sertão/Nordeste ainda tão presentes no cotidiano, nos mais diversos textos, incluindo as enunciações artístico-literárias. Então, propus-me a discutir noutras esferas comunicativas e por outros enunciados. O desenvolvimento da disciplina ofertada pode ser discutido noutro momento, mas não aqui, pois para este espaço de escrita reservo-me a dizer, a problematizar e a contar de um desenrolar do "Sertão *on the road*". Questiono-me: Com quais interesses me propus a viajar e a fotografar um percurso do sertão alagoano, o meu sertão? Queria que a minha "paisagem [sertaneja] vernacular", na denominação de Besse (2014), pudesse também ecoar (em confronto com aquela uno, homogênea, sempre repetida), em especial a paisagem sertaneja daquele período, set./2022, porque, conforme a Figura 03, em páginas anteriores (quando mostra as condições climáticas desse ano), havia no sertão de Alagoas uma persistência das chuvas acima da média. Portanto, não tínhamos seca nesse sertão, situação que perdurou de junho a dezembro daquele ano, conforme dados do Monitor das secas. Ou seja, se em 2015 os dados nos apresentavam secas extrema e excepcional, em 2022, para o mesmo espaço, não houve seca. Que imagens outras, então, foram possíveis de serem produzidas?

É importante destacar que ao fotografar duas noções foram relevantes, quais sejam, a de que um espaço não é necessariamente o seu solo, o seu clima ou os seus dados morfogeológicos, pois, tal como entendemos com Albuquerque Jr. (2008; 2021) e Besse (2014), um lugar se dá a partir da produção de um conteúdo semântico, que pode ser (e é) incorporado às subjetividades dos sujeitos, daquele território e de outros, processo a partir do qual o espaço ganha vida. Ou seja, um espaço, uma região, é sempre uma "invenção". Todavia, eu confiava que com base na fotografia da paisagem que apareceria para mim, ou que seria vista por mim, fortemente ambiental, seria possível problematizar o território sertão em "Ser tão", seja porque traria outra paisagem (da "natureza"), mas porque esse outro enquadramento desse território, num enquadre fotográfico, permitiria vislumbrar aspectos socioculturais, através do cenário fotografado e dos sujeitos e artefatos que, porventura, estariam sendo "flagrados" como constitutivos do sertão alagoano. Não está aqui a ideia de que o sertão é apenas uma natureza.





Além desse ponto, compreendia a fotografia como um gesto enunciativo-discursivo, tal como nas orientações do Círculo. Por isso, em diálogos com Baronas (2004), entendi/entendo que a fotografia sendo uma enunciação não é neutra e imparcial, tal como se nela existisse um registro objetivo da realidade fotografada. Diferentemente, a fotografia está pensada como uma não verdade territorial, nesse caso, pois parto do princípio de que ela não apresenta um referente, um espaço já-lá. Ou seja, mesmo que possamos entender que a fotografia é uma espécie de "certificado de presença", ela é apenas uma reconfiguração do real, pois se constrói por filiações e escolhas ideológicas (de espaço, de tempo, de enquadramento, de objeto fotografado, de filtro de cor etc.), com o intuito de disputar sentidos, recusando uns e ofertando outros, em tensão. Vejamos a Figura 06 (solicito que a leitura seja feita em sentido horário, para acompanhar o meu movimento temporal de registros fotográficos):

Figura 06: O sertão alagoano registrado em fotografias, em setembro de 2022, em diferentes momentos de uma viagem pela AL 220.



Fonte: O Autor (2022).

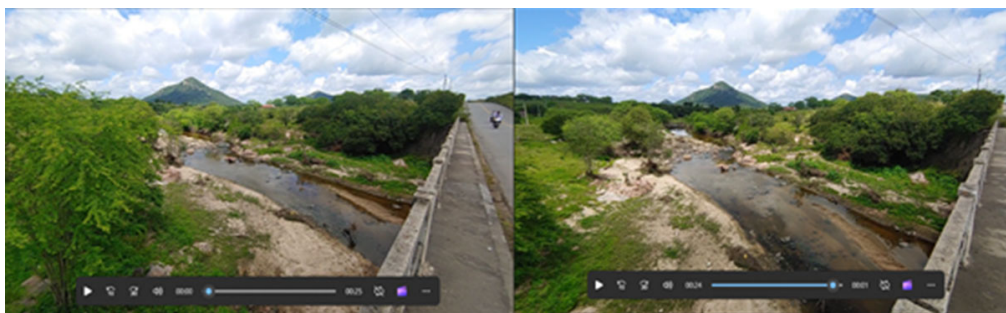
Nesse caso, para mim, essas oito fotografias, assim como as imagens de modo geral, são um importante artefato de enquadramento, processo relevante na produção de espaços, visto que, no senso comum, as fotos são vistas como a realidade, e porque, conforme entendemos, os enquadres, os quadros, estão também para a produção de paisagens, que por sua vez estão para a invenção de lugar(es). No escopo dessa reação segunda, as fotografias estão para uma contrapalavra, na qual o sertão é produzido como um território em que em sua "natureza" tem céu límpido, vegetação verde, com água em rios e açudes e é florido. No entanto, para além dos aspectos do solo, da flora e do possível clima do sertão, a enunciação nas fotografias sinaliza para um sertão de rodovia, que pode indiciar desenvolvimento econômico e tecnológico, dada a circulação de veículos, inclusive de transporte de cargas, como vemos na cena central, anteriormente mostrada. Ainda na dimensão desenvolvimento-economia, há um *outdoor*, que pode indiciar a circulação de textos propagandísticos de lojas e comércios, apontando para empreendimentos, empregos e a circulação de bens e serviços. Há uma dimensão político-cultural. Logo, esse sertão nos meus enquadres está para outro sertão, que se similariza com aqueles apresentados/discutidos nas pesquisas Pibic, já mencionadas, um sertão complexo, não o outro da cidade, da civilização. Essas fotografias registram um sertão de estrada, de Delmiro Gouveia no sertão alagoano, na saída, em sentido a Olho D'Água do Casado, município vizinho.





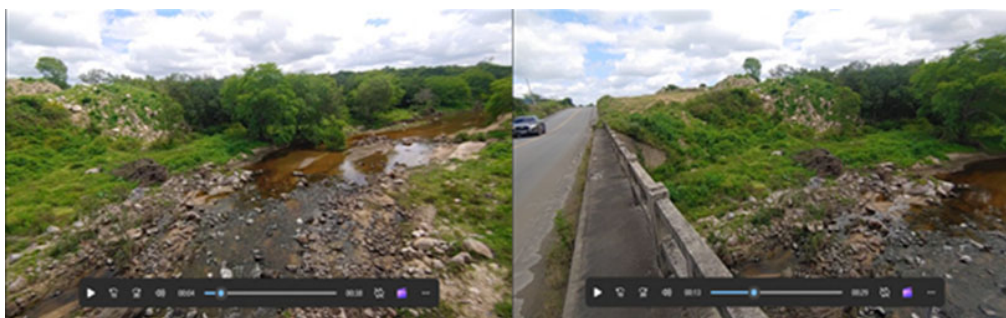


Figura 07: Captura (01) de audiovisual – sobre uma ponte, no sertão alagoano.



Fonte: O Autor (2022).

Figura 08: Captura (02) de audiovisual – sobre uma ponte, no sertão alagoano.



Fonte: O Autor (2022).

Na Figura 08, há uma cena de 29" (vinte e nove segundos), no mesmo ponto da cena anterior, sobre a mesma ponte: *chuuuuuuuuuuuuá* [o som das águas do riacho que correm no pequeno leito de rio sob a ponte], *iiih, iiih, iiih* [gaivotas sobrevoam aquele espaço], *chuuuuuuuuuuuuá* [o som do riacho volta a ficar mais forte, à medida que as gaivotas se distanciam] e *iiih, iiih, iiih* [novamente as gaivotas se reaproximam do ponto de captura do áudio]. Esses sons são interrompidos pelo [vr]ummmmmmmmmmmmm [som de automóvel, que, diferentemente do som da moto, é mais suave – segue de 12" a 25"]. Ouvimos agora *vrmmmmmmmmmm* [barulho de duas motos, som que segue até o final da cena].

Com esses processos de escuta, registro, reescuta e novos registros, foi possível construir, através da descrição linguístico-onomatopéica, uma paisagem sonora para uma paisagem sertaneja, que não é, portanto, seca, nem vazia, tampouco estática e silenciosa. Nesse sertão alagoano, então, há sons, diversos sons, sejam dos elementos da "natureza" e/ou dos elementos culturais. Aí, os sons do carro e das motos não pode ser pensado como ruído, mas como elemento constitutivo da sonoridade sertaneja, dessa sonoridade "on the road", que não é simplesmente rural, desértica, como tematizada no livro infantil. Assim, numa composição sonora (re)imaginada, aqui numa escrita sonora de caráter também literário, diria que, numa nova visagem, e em uma escuta sonora, a paisagem sertaneja é composta por *chuuuuuuuuuuuuá*, *vrmmmmmmmmmm*, *iiih, iiih, iiih*, [vr]ummmmmmmmmmm, *chuuuuuuuuuuuuá*, *iiih, iiih, iiih*. Acrescentaria *vuuuuuuuu* [o som do vento].

Assim, o curso, a atividade e essa escrita me possibilitaram (e me possibilitam), como era um dos seus objetivos, novas formas de compreender, experimentar e habitar o





meu espaço a partir da sua dimensão sonora, em processos de escuta e de ressignificação. Nesse sentido, passo a entender e vislumbro que demais sujeitos possa também entender que a paisagem sonora está para a relação entre som, ambiente, contexto de perspectiva de escuta e percepção, podendo ser inscrita textualmente, como (re)imaginação e como forma de fazer (re)imaginar, num ato enunciativo estético-político. No caso aqui discutido, como forma de reimaginar a paisagem sertaneja.

Assim, nas (re)ações ii) e iii), objetivei garantir através dos registros imagéticos e sonoros a produção de um outro conteúdo semântico para sertão, para o sertão alagoano, a partir de um "sertão on the road", no desejo de construir outras narrativas possíveis para essa territorialidade, para mim, para a turma que cursou aquela disciplina e para outros sujeitos que possam ter acesso a esses enunciados, de modo a reconfigurar o imaginário para sertão/Nordeste, participando ativamente na disputa de sentidos. Quero, então, dizer, mostrar e fazer ouvir um sertão plural, complexo, não simples. Comento ainda que a estratégia de enfrentar o sertão seco, uno, adotada foi a de partir inicialmente da "natureza", já que essa é a categoria constantemente mobilizada para dizer dessas terras e sua gente. Esse movimento por mim empreendido é uma espécie de *queerização*, tal como discute Santos Filho (2020), pois se deu como uma reapropriação do dizer a ser enfrentando, de modo a contrapor-me à precariedade espacial sertaneja recorrentemente dita/"mostrada", recontextualizando o objeto-de-discurso, o sertão. Desejo, então, provocar novas identificações e aproximações com essas outras imagens, com os novos sentidos, por processos também de desidentificação com o sertão caricato.

Para fechar este tópico, cabe observar que o meu desconforto com a tematização de sertão em "Ser tão" não está para um desmerecimento da dimensão artístico-literária desse livro literário infantil ilustrado, tampouco é um convite à não leitura dessa obra. A esse respeito, em diálogo com Goh (2022), posso argumentar que esse livro está para "os novos 'era uma vez...'", especificamente aqueles que visam poetizar os "problemas reais da vida da gente e seres do sertão nordestino" (Goh, 2022, p. 48), a partir da harmonia entre o verbal e as imagens. Diferentemente, minha/esta reflexão é um convite à tematização de sertões outros, na empreitada da produção literária com potencial de leitura infantil, em diálogo com as vidas, suas questões, e as alegrias dos múltiplos sertões brasileiros.

Considerações finais

Para finalizar, é relevante dizer que acredito que cumpro com a promessa feita, já na Introdução, a de fazer repensar sentidos de/para "sertão", através das estratégias de desalinhar, mas também de (re)costurar, narrativas sobre essa territorialidade e sua gente, ao mencionar o livro infantil literário objeto de discussão, o contexto do meu encontro com essa obra ilustrada e sua compra, as expectativas lançadas por mim sobre essa obra literária infantil, o incômodo sofrido e as minhas ações e reações prático-enunciativas, situadas no Gelasal, nas práticas reflexivas de uma Geografia discursiva como Linguística Aplicada. Nesse processo, a estratégia textual-discursiva, de caráter didático e *queer*, de apresentar e problematizar dados climatológicos do sertão alagoano parece-me ter sido de grande relevância, pois permitiu provocar um estranhamento à tal propalada homogeneidade climática para sertão, bem como possibilitou germinar o





imaginário de um outro novo sertão, por sua dimensão climatológica e sonora, mas também a partir de um potencial para sertões outros na economia, na cultura e na política, por exemplo.

Nesse esquema, as fotografias (imagens de modo geral) do “sertão *on the road*” tiveram papel crucial na produção de outras paisagens de sertão, por uma nova rede de significados, inclusive com a invenção de uma paisagem sonora sertaneja alagoana não silenciosa. Nessa direção, provavelmente este relato tenha alcançado o propósito de construir uma reflexão que visa ensaiar futuros outros, como discursos de utopia, como enfrentamento das perplexidades frente à noção de sertão, que é também aplicada ao território sertão/Nordeste/semiárido, aquela na qual essa terra e sua gente estão para o outro da civilização (seca, morte, fome, roça, costura, trabalho braçal – é um espaço sempre uno, homogêneo). Minhas reações prático-enunciativas seguiram no intuito de convidar a uma (re)abertura de sentidos, fazendo deslizar sentidos homogêneos e pejorativos sobre essa espacialidade, de modo a construirmos uma nova rede semântico-territorial.

Sendo assim, e por estar(mos) filiades a uma Linguística Aplicada (Indisciplinar e para cortar), é de fundamental importância pontuarmos que (ao entendermos que uma enunciação é ao mesmo tempo uma ação, por ser prescritiva e normativa) uma obra literária infantil ilustrada não tem caráter representacional, como alguns sujeitos querem crer, mas que, ao contrário, têm o poder, no processo interativo-interpelativo, de instaurar normas, fantasias, ilusões – de disciplinar –, mas também o de fazer suspeitar das narrativas já estabelecidas. Logo, é necessário questionarmos a participação de um livro literário na construção de sentidos de território (região, cidade etc.) e nesse caso específico na convocação de sentidos de sertão, na formação de crianças que estão ainda nas séries iniciais. Essa preocupação se faz urgente, para que minemos faíscas de assenhoreamentos desses sujeitos e desses espaços, principalmente quando estamos vivendo fortemente processos de lutas político-partidárias que querem fazer compreender os espaços como apenas solos, terras, a priori das práticas enunciativo-discursivas e das guerras político-ideológicas.

É urgente que trabalhemos para convidar a considerarmos as práticas textuais, nas diversas esferas comunicativas, incluindo a esfera literária, na invenção dos espaços, estranhando as práticas de letramento nas quais circulamos. Devemos, então, atuar por outras lógicas em nossas reflexões acadêmicas, tal como estamos praticando no Gelasal, em que, em uma Linguística Aplicada (Indisciplinar e para cortar), atuamos por uma razão aquecida, que inclui considerar as subjetividades e sensibilidades, na construção de outra racionalidade científica, bem como através da perspectiva dialógica da linguagem, que possibilita o cotejo como metodologia de análise. Essa confluência de fatores vem nos permitindo fazer estudos nos quais possamos confrontar a noção de sertão como um mundo estéril.





Referências

ALBUQUERQUE Jr., D. M. de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, vol. 10, nº 17, p. 55-67, 2008. Disponível em < <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/62> >. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

ALBUQUERQUE Jr., D. M. de. As imagens retirantes... **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 33, nº 61, p. 225-251, jan./abr., 2017a.

ALBUQUERQUE Jr., D. M. de. O sertanejo é antes de tudo... um animal! A baleia. TV afiada, 28 de dez./2017b. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=HaibBbb0FeA&t=561s> >. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

ALBUQUERQUE Jr., D. M. de. Vede sertões, verdes sertões... **Fênix – Revista de História e Estudos culturais**, vol. 13, nº 1, p. 1-27, 2016.

ALBUQUERQUE Jr., D. M. de. "O sertão é uma palavra que designa sempre o outro" [Entrevista concedida a] Francisco Denis Melo; Thiago Braga Teles da Rocha. **Revista Historiar**. Vol. 13, nº 24, p. 308-327, 2021. Disponível em < <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/423> >. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

ALBUQUERQUE Jr., D. M. de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2012.

ALBUQUERQUE Jr., D. M. de. Uma noite aos arrepios: reflexões em torno da história das sensibilidades. In. PRIORI, C; SILVA, C. G.; VÁSQUEZ, G. G. H. (Orgs.). **Perspectivas transculturais e transnacionais de gênero**. Porto Alegre (RS): Editora Fi, 2018, p. 49-74.

BARIFOUSE, R. 'Rios voadores', o fenômeno que ajuda a explicar as tragédias de verão no Brasil. BBC New Brasil, 10 de mar./2022. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=q6vb_9DDzoM >. Acesso em: 26 de dezembro de 2024.

BARONAS, R. L. Notas breves sobre a derrisão no gênero discursivo fotografia. **Polifonia**, vol. 8, nº 8, 2004.

BIELETTO-BUENO, N. Paisaje sonoro: escucha, experiencia y cotidianidad. [Conversa com] Rainer Krauser. Canal UAbierta, 14 de nov./2018. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=YSRYI8YTpHI> >. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

BARROS, A. H. C. [et. al.]. **Climatologia do Estado de Alagoas**. Dados Eletrônicos, Recife: Embrapa Solos, 2012.

BESSE, J.-M. Entre a geografia e ética: a paisagem e a questão do bem-estar. **GEOUSP – Espaço e Tempo (On-line)**, São Paulo, vol. 18, nº 2, p. 241-252, 2014.





BUTLER, J. Criticamente queer. In. Judith Butler. **Corpos que importam. Os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: n. 1 Edições; Crocodilo, 2019.

CARVALHO, E.; REIS, T. Brasil registra número recorde de queimadas no início do ano, diz Inpe. G1, 12 de mar./2015. Disponível em < <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2015/03/brasil-registra-numero-recorde-de-queimadas-no-inicio-do-ano-diz-inpe.html> >. Acesso em: 26 de dezembro de 2024.

FABRÍCIO, B. F. Nosso ser-assim é uma atividade. In. Luiz Paulo da Moita Lopes [et. al.]. **Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar – gênero, sexualidade, raça e classe**. São Paulo: Parábola, 2022, p. 11-14.

GARCIA, R. Mudança climática levará seca ao leste da Amazônia e chuva ao oeste. G1, 10 de mar./2015. Disponível em < <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2015/10/mudanca-climatica-levara-seca-ao-leste-da-amazonia-e-chuva-para-o-oeste.html> >. Acesso em: 26 de dezembro de 2024.

GOH, S. S. Os novos "Era uma vez..." **Língua Portuguesa e Literatura**, Ano 8, Edição 93, p. 48-53, 2022.

MEDEIROS, Y. "A crise hídrica é conhecida desde 1980". **Muito**, Salvador, domingo, p. 8-11, 29 de mar./2015.

MIOTELLO, V. A literatura como forma de compreensão da vida. *Literatura de Quinta*, 18 de jun./2020(a). Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=FIVIROni3Nc&list=PLavb2TkyQxl2rdQGXEK1k1lfH-tfhD7-> >. Acesso em: 20 de dezembro de 2024.

MIOTELLO, V. Palavras e contrapalavras: cotejo e metodologia em Bakhtin. *Gellite UFAL*, 8 de dez./2020(b). Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=1ruMk1MSCJg&t=2696s> >. Acesso em: 20 de dezembro de 2024.

MOITA LOPES, L. P. da. Pesquisa em linguística aplicada: entre lugares/margens, discursos emergentes e política. *Conversas – Questões de linguagem*, 15 de dez./2014. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=bWFAkLwTMM8&t=318s> >. Acesso em: 20 de dezembro de 2024.

MONTEIRO, F. **Ser tão**. São Paulo: Paulinas, 2016.

POMI, M. O livro ilustrado para todas as idades. *E-cêntrica*, 2 de jun./2022. Disponível em < <https://www.facebook.com/ecentrica/videos/o-livro-ilustrado-para-todas-as-idades/3160279130896742/> >. Acesso em: 20 de dezembro de 2024.

REBELLO, A. Seca de 2012 a 2017 no semiárido foi a mais longa na história do Brasil. *Uol*, 3 de mar./2018. Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/03/03/seca-de-2012-a-2017-no-semiarido-foi-a-mais-longa-da-historia.htm> >. Acesso em: 26 de dezembro de 2024.





SANTOS FILHO, I. I. dos. O que é uma leitura enunciativo-discursiva? In. Ismar Inácio dos Santos Filho. **Do dialogismo bakhtiniano: interdiscurso e intertextualidade**. Arapiraca: Uneal, 2012, p. 32-38.

SANTOS FILHO, I. I. dos. **Linguística Queer**. Recife: Pipa Comunicação, 2020.

SANTOS FILHO, I. I. dos. "Outro Sertão": por uma geografia discursiva! In. Hugo Pedro da Silva Santos. **"Outro Sertão": linguagem e território**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 12-14.

SANTOS FILHO, I. I. dos. "O saber é feito para cortar: Michel Foucault e a historiografia" [Notas para uma linguística aplicada antidisciplinar (crítico-transgressiva)]. In. Ivanio Folmer e Adilson Tadeu Basquerote (Orgs.). **Educação e ensino: entre experiências e perspectivas**. Santa Maria: Arco Editores, 2023, p. 180-211.

SANTOS FILHO, I. I. dos.; SANTOS, H. P. da S.. Por uma geografia discursiva em linguística aplicada: sertão/Nordeste em textos do cotidiano. In. FERNANDES, E. A. S.; BOUCHER, D. F.; SOARES, T. B. (Orgs.). **Espacialidades sociais: construções em (dis)curso**. Jundiaí (SP): Paco, 2024, p. 27-60.

SANTOS FILHO I. I. dos. Em linguística aplicada (para "cortar"), uma geografia discursiva (em atitudes cu-ir/queer): no sertão, um loteamento para a família jovem, branca e cis-hétero? **Caminhos em Linguística Aplicada**, Taubaté (SP), vol. 30, nº 05, p. 1-28, 2024.

SCHISTEK, H. O desconhecimento da caatinga e o mito da seca. [Entrevista concedida a] Ricardo Machado. **Revista IHU on-line**, nº 500, ano XVII, p. 46-51, 2017.

SILVA, S. R. da. Ilustração para a infância em clave portuguesa: passado e presente. GPEL-UFPE, 1 de nov./2024. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=ySOICctlvM8&t=3494s> >. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

SOUZA SANTOS, B. de. O tempo e as metodologias pós-abissais. Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra, 22 de mai./2020. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=n49Ho2ImFgw> >. Acesso em: 26 de dezembro de 2024.





“De um tempo que parece não ter passado”: sertão como conceito e uma poética da natureza

Hugo Pedro Silva dos Santos¹⁹

Considerações iniciais

O empreendimento investigativo aqui materializado surge no contexto das problematizações desenvolvidas pelo Grupo de Estudos em Linguística Aplicada / Queer em questões do Sertão Alagoano no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, da Universidade Federal de Alagoas, mas, mais especificamente, no domínio do plano individual de pesquisa “O sertão alagoano ressignificado na TV”, como parte do projeto “O sertão (re)enunciado: faça chuva ou faça sol, há vida”, realizado no Pibic Ciclo 2019-2020, e coordenado pelo Professor Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho, no curso de Letras-Língua Portuguesa, momento em que eu era estudante de graduação.

Dessa forma, aqui neste trabalho retomo o corpus de análise por mim já analisado no projeto, investigação que foi aprofundado no meu Trabalho de Conclusão de Curso, defendido em 2021, e na obra “Outro sertão: linguagem e território” (SANTOS, 2022), na qual coloco em suspeição a reportagem intitulada “Veja dica de um passeio imperdível pelo Sertão Alagoano”, com o título auxiliar “A repórter Catarina Martorelli mostra um passeio surpreendente para quem tem interesse por história e pela natureza”, veiculada na TV Gazeta de Alagoas, do grupo Globo de televisão, em seu jornal da 1ª Edição, no dia 11 de julho de 2016.

Agora, em processo de doutoramento, em um outro tempo-momento acadêmico, movido por questionamentos e objetivos outros, interrogo: quais sentidos de/sobre o sertão alagoano são produzidos na reportagem que aborda um passeio imperdível no alto sertão de Alagoas? Esses sentidos, ao refratar e refletir enunciados pregressos, estabelecem diálogo ou se distanciam do discurso hegemônico presente na memória discursiva social sobre o sertão? Nessa perspectiva, meu objetivo é, simultaneamente, analisar e problematizar os sentidos de sertão (alagoano) construídos na referida reportagem televisiva, com especial atenção à categoria de “memória”, conforme concebida pelo Círculo de Bakhtin, e ao modo como ela opera na configuração desse projeto enunciativo sobre o território sertanejo.

Em termos epistemológicos, este empreendimento investigativo está ancorado nos estudos em Linguística Aplicada (LA) (radicalmente) indisciplinar, crítico e transgressiva, para cortar, nos termos do que discutem Moita Lopes (2006), Fabrício (2018), Pennycook (2006) e Santos Filho (2023), área dos estudos linguístico-discursivos na qual se materializam, na modernidade recente, preocupações acerca das “[...] questões de linguagem, de qualquer natureza, surpreendidas nas práticas sociais, na dura vida como ela é”, conforme discute Brait (2024, p. 09), o que incluem as discussões em torno da intersecção linguagem e território.

¹⁹ Doutorando no Programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.





Em termos metodológicos, desenvolvo uma análise enunciativo-discursiva do corpus, ao problematizar e analisar elementos essenciais e inseparáveis do processo enunciativo e do enunciado, a saber: i) a discussão sobre a(s) esfera(s) da atividade em que a prática discursiva se insere, problematizando seus objetivos e coerções materializadas (ou não) na materialidade em análise; ii) a problematização do gênero discursivo, com foco em suas características estruturais, formais e sua orientação social e ideológica; e iii) a análise do arranjo estilístico e sentidos produzidos.

A tessitura textual desta pesquisa está organizada em quatro partes principais. Na Introdução, apresento o tema do trabalho, contextualizo sua relevância e estabeleço os aspectos metodológicos. A primeira seção, intitulada "'De formiga, areia e sonho': região, língua(gem) e memória", é dedicada à fundamentação teórica, abordando questões relacionadas à linguagem e à memória. A segunda parte, "Na poética da relação: o sertão como conceito", é dedicada a discutir sobre sertão e a poética dos espaços. Na terceira parte, "Sertão, sertões: 'no passeio imperdível', (re)significação e memória", concentro-me no desenvolvimento das análises propostas. Por fim, nas Considerações finais, sintetizo os principais achados da pesquisa, destacando suas implicações e desdobramentos.

"De formiga, areia e sonho": região, língua(gem) e memória

Albuquerque Jr. (2009) concebe a região como um "objeto em fuga", expressão que busca significar que essa categoria do pensamento histórico-geográfico não possui significados ontológicos, fixos, prontos ou acabados na morfologia dos solos. Para esse historiador dos espaços, os sentidos de região são moldados por processos discursivos, sociais e culturais. Assim, mesmo que a repetição de determinados temas ou símbolos possa conferir uma aparência de estabilidade significativa aos espaços regionais, a exemplo do sertão, Albuquerque Jr. (2009, p. 63) destaca que esses sentidos estão em constante negociação e transformação, configurando região como um "[...] espaço cheio de formiga, areia e sonho", portanto sempre pronto a desmoronar, porque sua materialidade de sentidos, entendida pela metáfora da areia, é fragmentária, porque é, sobretudo, linguagem.

Mas, o que aqui entendo por linguagem? Volochinov (2018) define língua como o material da construção ideológica. Complementarmente, Budnova (2006), em diálogo com os estudos do Círculo de Bakhtin, aponta que a língua(gem) se manifesta por meio de actos-enunciativos, dos quais emergem os enunciados concretos. Nesta perspectiva, os enunciados, por serem concretos, são sempre orientados social e dialogicamente ao estabelecer uma relação dinâmica entre um "eu" e um "outro", em uma conjuntura interlocucional de interação que permeia a dimensão do eu-outro.

Para Bakhtin (2011, p. 55), o "eu", enquanto sujeito político e ético, está intrinsecamente ligado ao "outro", especialmente no que diz respeito ao olhar e à memória deste outro, que, para o filósofo da linguagem, "é aquilo que junta e o unifica e que é a única capaz de lhe proporcionar um acabamento externo". Assim, a memória, que habita a dimensão dos pensamentos e do discurso interior, unifica porque, ao articu-





lar os discursos e as interações pregressas, é capaz de “preservar”, “selecionar” e possibilitar a ressignificação do que foi vivido, assim como orientar o processo enunciativo. Memória, portanto, não está na dimensão teórica de um psiquismo individual, porque depende, sobretudo, do outro.

Nessas palavras, podemos depreender que a memória sustenta cada enunciado, que, conforme Bakhtin (2016), se configura como elo na cadeia discursiva. Assim, em articulação com o que discutem Sobral e Giacomelli (2018), cada enunciado é produzido mediante uma parcialidade constitutiva, conceito assim denominado pelo autor e pela autora porque o ato de enunciar, ao articular a memória, perpassa, também, por um esquecimento seletivo por parte do sujeito.

Assim, argumento que a memória não unifica apenas o eu-outro, mas também a relação entre o “eu” e o “mundo”, pois ela opera não só na construção das subjetividades, mas também na produção das percepções e afetos do/sobre mundo e as práticas sobre ele. É, portanto, através da memória que conferimos enunciativo-discursivamente acabamento externo também aos espaços habitados nos processos enunciativos.

Ademais, diante da complexidade inerente na intersecção estabelecida entre linguagem, memória e espaço, compreendemos que região, e especificamente o sertão, não é um dado ontológico e estratificado, mas sim um espaço vivido e praticado, assim como semantizado e tematizado. Desta forma, se por um lado a linguagem, como material da construção ideológica, é o artefato utilizado pelos sujeitos nos processos interativos para a produção e invenção dos espaços, por outro, a memória funciona como uma espécie de filtro seletivo que também “armazena”, unifica, organiza, (re)configura e entona relacionalmente o que se enuncia, valora e (re)significa sobre região ou qualquer outro conteúdo temático.

Na poética da relação, o sertão como conceito

Ao empreender uma poética da relação, Glissant (2005) argumenta que todos os seres humanos são poéticos por excelência, tanto pela capacidade de criar metáforas-imagens e de produzir trabalho com a linguagem, quanto pela possibilidade de transformar o imaginado em práticas concretas, o vivido. A poética da relação, assim, assume papel ético, político, ideológico e responsivo, porque está ancorada nos usos da linguagem e nas relações que se estabelecem no/com o mundo. Assim, ela transcende a dimensão teórica tradicional que a relaciona unicamente com a esfera artístico-literária e ao belo. Desta forma, seres humanos são poéticos por excelência, não pela capacidade de produzir poesias ou semioses outras somente, mas pela aptidão de moldar a linguagem, de produzir rearranjos.

Ao fazer dialogar a noção dialógica de linguagem para Volochinov (2018, 2019) e Bakhtin (2016), a poética da relação de Glissant (2005) e a historiografia dos espaços de Albuquerque Jr. (2009, 2011, 2014, 2019), argumento existir uma poética dos espaços, poética que traduz não apenas a produção contínua de imagens e práticas que (re)inventam, refletem e refratam tematicamente o território, mas a forma que organizamos o mundo e os espaços-conceitos mediante processos enunciativos concretos e os arranjos estilísticos que o integram.





Conforme discutido anteriormente, o sertão, assim como qualquer outro espaço, região, cidade ou lugar, é construído por meio de práticas discursivas operacionalizadas enunciativo-discursivamente. No caso específico do território sertanejo, a massificação da produção discursiva em diferentes esferas da atividade humana e gêneros do discurso contribuiu para a conformação de uma matriz discursiva que configura o sertão/Nordeste, como analisado por Albuquerque Jr. (2011, 2013, 2019).

Essa matriz discursiva hegemônica produziu imagens e tropos de grande produtividade, que se tornaram uma fonte quase inesgotável de sentidos para a (re)produção da noção de sertão. Essa dinâmica consolidou a ideia, conforme Albuquerque Jr. (2019), de que o sertão é um conceito — um agregado sensível de imagens — que, até o final do século XIX, ainda mantinha sentidos relacionados a terras tranquilas e afastadas do litoral. No entanto, esse conceito foi apropriado pelo regionalismo nortista e vinculado exclusivamente às províncias do Norte, em um processo de uma violência discursiva que instaurou um monopólio de sentidos relacionados ao trágico e à seca, como argumenta Patrick (2019).

Desta forma, "sertão" pode ser compreendido como um conceito, porque, além de carregar um repertório sensível de imagens evocadas pela memória, apresenta uma forma relativamente estável de ser enunciado. Assim, quando o sertão é enunciado, mobilizam-se, em geral, elos enunciativos que articulam conteúdos temáticos ligados à natureza e à cultura, categorias tidas como particular do território. Nessa perspectiva, segundo Albuquerque Jr. (2018), a natureza do espaço sertanejo é frequentemente enunciada como dos extremos, idílica, indomável e resistente, enquanto a cultura é retratada de forma exótica, folclórica e mítica, sendo comumente associada a uma identidade regional idealizada.

Dado o exposto, é possível compreender que o sertão, enquanto conceito, não diz respeito a uma materialidade geomorfológica e ontológica, mas sim a um constructo discursivo, um agregado sensível de imagens articulado mediante linguagem, memória e ideologia. Portanto, pensar o sertão como produto de uma poética dos espaços é reconhecer tanto a força criadora dos sujeitos através da linguagem quanto às implicações ideológicas que podem potencializar a diversidade e complexidade dos espaços, em uma perspectiva de forças centrífugas, ou cristalizar estigmas, em uma perspectiva de forças centrípetas.

Sertão, sertões: "no passeio imperdível", (re)significação e memória

Conforme anunciado introdutoriamente, questiono, neste trabalho, que sentidos sobre sertão são produzidos na reportagem intitulada "Veja dica de pêsseiro imperdível pelo sertão alagoano". Esses sentidos, ao refratarem e refletirem enunciados pregressos, estabelecem diálogo ou se distanciam do discurso hegemônico presente na memória discursiva social sobre o sertão?

De acordo com as perguntas estabelecidas para a pesquisa, objetivo analisar e problematizar os sentidos de sertão (alagoano) construídos na referida reportagem televisiva, atentando-me especificamente à categoria de memória, conforme concebida pelo Círculo de Bakhtin, e ao modo como ela opera na configuração desse projeto enunciativo sobre o território sertanejo.





Em termos metodológicos, adoto uma abordagem enunciativo-discursiva em diálogo com as orientações de Volochinov (2018). O percurso analítico consiste, então, de forma sintética, em: i) identificar e discutir a esfera da atividade humana na qual a prática discursiva está inserida; ii) problematizar o gênero do discurso, suas especificidades e finalidades; e iii) analisar o arranjo estilístico e as formas pelas quais a arquitetura do projeto de dizer produz sentidos, bem como os significados que emergem dessa produção, procedimentos que seguem adiante.

A reportagem em análise possui cerca de cinco minutos de duração, o que torna inviável sua análise completa devido à extensa quantidade de material que isso demandaria. Portanto, o corpus de análise será delimitado a duas cenas selecionadas por sua capacidade de responder às questões de pesquisa e atender aos objetivos propostos. Essas cenas foram escolhidas por serem representativas dos aspectos globais da reportagem, especialmente no que diz respeito às regularidades linguístico-discursivas. A partir da análise dessas cenas, serão realizadas inferências que permitam abordar os aspectos gerais do texto-enunciado em questão.

A “máquina de construir espaços públicos” e as engrenagens do gênero reportagem televisiva

Como discutido por Santos (2022), a reportagem televisiva é, em regra, um gênero do discurso vinculado à esfera jornalística e midiática da atividade humana. De acordo com Charaudeau (2006), essa esfera opera como uma “máquina” de construção de espaços e opiniões públicas. Para o autor, o discurso midiático é produzido por meio de um processo de transformação, que consiste em deslocar um acontecimento social “bruto” (que já é, em si, interpretado e valorado) para uma nova interpretação e organização arquitetônica específica do gênero reportagem/notícia. No entanto, Charaudeau (2006) adverte que esse processo de transformação está intrinsecamente ligado ao que ele denomina processo de transação. Este se refere à avaliação feita pelo enunciator – no caso, os empreendimentos midiáticos/comunicativos – sobre a audiência presumida, sua possível recepção e interesses.

Dessa forma, argumento que os processos de transformação e transação, que operam na transposição do “acontecimento bruto” para o discurso midiático, estão ancorados, sobretudo, na parcialidade constitutiva do trabalho da memória nas interações. Esse trabalho envolve tanto o esquecimento seletivo, discutido por Sobral e Giacomelli (2018), quanto o processo de entonação, discutido por Bezerra (2016). Defendo, ainda, que a entonação integra de forma central esse trabalho da memória, especialmente no que diz respeito à avaliação da enunciação presumida que demandará o esquecimento seletivo.

Um dos gêneros integrantes da esfera midiática e jornalística é a reportagem televisiva, tipo relativamente estável que sofre as coerções da esfera da atividade humana e, portanto, objetiva, conforme discute Charaudeau (2006), informar, analisar, narrar e noticiar fatos de interesse público e, a composição do gênero, consiste em uma introdução, desenvolvimento e uma conclusão, pressupostos do processo narrativo. A linguagem empregada também deve ser clara e objetiva.





No passeio imperdível, memória e poética dos espaços

A introdução da reportagem é, em parte, realizada pela apresentação da âncora do telejornal, que antecipa os aspectos que serão abordados na reportagem. Isso pode ser observado na cena a seguir, por meio das capturas de tela e da transcrição da oralidade.

Figura 01: Introdução da reportagem.



Fonte: TV Gazeta de Alagoas, 2016²⁰.

Trecho 01 Noites geladas e aquecidas pelas fogueiras :: assim é o cenário no
Apresentadora: sertão do nosso estado (+) o inverno por lá / por lá / é um convite pra
00:00 a 00:19 quem gosta de temperaturas mais baixas :: não é só isso não (+) tem
interesse pela história e pela natureza? também é um passeio
imperdível (+) como você vai ver agora na reportagem de Catarina
Martorelli (+) e Valmir Inácio

Diante das câmeras do telejornal ALTV 1ª edição, da TV Gazeta, a âncora apresenta a notícia. Em pé, ela introduz o tema que será abordado na matéria, enquanto gesticula com as mãos para reforçar sua fala. Ao fundo, as imagens exibidas complementam e reforçam o que está sendo dito, mostrando cenas da cidade de Água Branca cobertas por neblina, o que estabelece uma conexão visual, e a oralidade e reforça sentidos presentes no ato introdutório.

No início da reportagem, a âncora do jornal mobiliza um grupo nominal estruturado da seguinte forma: "Noites geladas e aquecidas pelas fogueiras:: assim é o cenário no sertão do nosso estado". Em termos sintáticos, "noites" funciona como o núcleo do grupo nominal, enquanto "geladas" e "aquecidas" são adjetivos que qualificam o substantivo, atribuindo-lhe características opostas que compõem o cenário descrito. O segmento "pelas fogueiras" atua como um adjunto adverbial de causa, indicando a origem do processo de aquecimento.

Tematicamente, o termo "noites" desempenha o papel de referir a um período caracterizado pela ausência de luz solar. Contudo, essas noites, situadas enunciadas como do sertão, são construídas como particulares desse território, diferenciando-se de uma noite comum ou genérica. A especificidade conferida pela descrição "geladas" não apenas atribui uma qualidade climática ao período noturno, mas também sugere a necessidade de um contraste: o aquecimento proporcionado pelas fogueiras, que emerge como elemento enunciado como característico do sertão e que aponta, ao mesmo tempo, para um hábito antigo.

²⁰ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5156375/>. Acesso em: 29 nov 2024.





Em outro momento, o enunciado “o inverno por lá é um convite pra quem gosta de temperaturas mais baixas” apresenta o termo “o inverno” como sujeito, enquanto “por lá” funciona como adjunto adverbial de lugar, retomando o sertão previamente mencionado. A frase inclui ainda o complemento “um convite para quem gosta de temperaturas mais baixas”, o que sugere que a emissora direciona sua fala também a um público que aprecia climas mais amenos, caracterizados pela ausência de calor intenso. Essa construção reforça a construção do sertão alagoano como um espaço de singularidade climática, atraente para quem valoriza temperaturas amenas.

Considerando a matriz discursiva hegemônica construída sobre o sertão, é difícil conceber um período do ano em que o frio seja uma característica marcante da região, exceto durante o breve período chuvoso. Nesse contexto, observa-se uma refratação significativa de enunciados sobre o sertão impregnados na memória social, que altera a percepção usual sobre o clima local. Assim, compreendo que essa refratação desafia a imagem tradicional de um território exclusivamente quente e árido, ao mesmo tempo em que atribui ao inverno sertanejo uma qualidade quase severa, reconfigurando a noção climática da região.

Nessa perspectiva de leitura, argumento que o enunciado introdutório busca persuadir o telespectador a explorar o sertão de Alagoas, seja por meio da pergunta retórica “Tem interesse pela história e pela natureza?”, em que o termo “história” estabelece uma conexão com a memória discursiva social associada a esse território, ou pela apresentação dos atributos locais, destacados linguisticamente por processos de adjetivação, como em “noites geladas” e “passeio imperdível”. É relevante destacar os recursos linguísticos empregados, que, além de cumprirem funções sintáticas, constroem imagens sobre o clima e o lugar, recorrendo a metáforas que ampliam a significação temática do sertão.

Outra questão que se coloca é que, dada a adjetivação/qualificação de atributos do clima, da história e cultura, uma das possibilidades de leitura que podem ser aventadas é que, na verdade, a matéria jornalística está se configurando como uma propaganda, ou seja, objetiva persuadir telespectadores (coenunciadores) mediante apelos emocionais, testemunhas com discurso de autoridade, repetição e apelo à visualidade, sendo inferências possíveis da leitura. Trata-se, conforme discute Charaudeau (2010), de uma incitação a fazer, neste caso, uma incitação a fazer uma viagem ao sertão de Alagoas àquelas pessoas que possuem poder aquisitivo e que gostam do frio.

Em outro trecho da reportagem, que se desenrola entre os minutos 02:19 e 03:12, a repórter apresenta um dos elementos que compõem o roteiro cultural do denominado “passeio imperdível”: a comunidade quilombola Serra das Viúvas, localizada na zona rural do município. A seguir, são mobilizadas capturas de tela e a transcrição do áudio para análise.





Figura 02: O sertão e o tempo que parece não ter passado.



Fonte: TV Gazeta de Alagoas, 2016 ²¹.

Trecho 02 nesta comunidade quilombola - por exemplo - o turista pode fazer
Apresentadora: uma viagem no tempo (+) vivenciar o trabalho do agricultor :: (+) o
02:19 a 03:12 transporte de um tempo que parece não ter passado (+) a produção
 numa casa de farinha e até ouvir histórias de quem tão BEM as
 conhece (...) o artesanato também superou o tempo (+) é uma prática
 secular das mulheres do quilombo (...)

Neste momento da reportagem, a repórter relata algumas possibilidades de vivência na Serra das Viúvas. Em boa parte das cenas o que predomina é a oralidade, acompanhada de imagens que corroboram com o que está sendo enunciado oralmente. As visualidades apresentadas mostram lavouras, algumas casas, a prática do artesanato e transportes utilizados.

A cena é iniciada por uma oração declarativa afirmativa composta sintaticamente por um adjunto adverbial de lugar ("nesta comunidade quilombola"), um sujeito ("o turista") e o predicado verbal ("pode fazer uma viagem no tempo"). A função da oração declarativa, nesse contexto, é apresentar informações, especificamente sobre o roteiro turístico. Conforme o enunciado, a ida à comunidade é tematizada por meio da imagem metafórica de uma "viagem", que, embora remeta ao ato de deslocar-se de um lugar para outro, na reportagem adquire o tema de deslocamento entre temporalidades. Nesse sentido, a visitação à comunidade no sertão é construída como uma transição do contemporâneo para o arcaico, sugerindo que esse espaço seria imune aos impactos da modernidade, preservando um modo de vida que remonta a tempos anteriores. Há, portanto, o diálogo com elos discursivos que constroem o sertão como espaço do idílico e do remoto e a sua seleção parcial da memória discursiva social.

O enunciado "o transporte de um tempo que parece não ter passado" apresenta uma estrutura sintética composta por um sujeito (transporte), um complemento nominal (de um tempo) e uma oração subordinada adjetiva explicativa (que parece não ter passado). Essa oração tem a função de adicionar uma informação explicativa, neste

²¹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5156375/>. Acesso em: 29 nov 2024.





caso, uma descrição que ressalta uma peculiaridade do tempo. O enunciado, ao produzir sentidos sobre a temporalidade no contexto sertanejo, sugere que o sertão se caracteriza por uma experiência de tempo singular: uma temporalidade que parece não se submeter ao fluxo contínuo e progressivo do tempo convencional.

Essa construção discursiva insinua que, enquanto o tempo na percepção comum é marcado por movimento e transformação, o "cronos" sertanejo é entendido como imóvel, atemporal e resistente às mudanças impostas pela modernidade. O sertão, assim, é descrito como um relicário que preserva memórias e tradições, imune à passagem do tempo e às influências modernizadoras. Essa compreensão dialoga intensamente com a memória discursiva social e os conceitos que historicamente configuram a ideia de sertão, porque mais do que apenas uma descrição, o enunciado mobiliza sentidos culturais e ideológicos que reafirmam a construção de um sertão enraizado em uma temporalidade própria, inscrita na permanência.

Um dado interessante emerge do processo dessa leitura, especialmente da visualidade, pois enquanto a repórter enuncia e seleciona, a partir de sua memória, que o transporte a cavalo utilizado na Serra das Viúvas para dar destaque e remeter a um tempo que "parece não ter passado", uma das transições de imagem revela uma motocicleta que, de forma imediata, contradiz essa narrativa. A moto não apenas cumpre o papel temático de transporte, nesse enunciado concreto, mas também produz sentidos de que a comunidade quilombola consome produtos tipicamente associados à contemporaneidade, desafiando a ideia de um sertão atemporal e reforçando a presença de elementos modernos no cotidiano local. Há, portanto, uma rasura no processo enunciativo, um deslize.

Ademais, conforme discutido, uma das possíveis leituras é a de que a reportagem constrói o sertão de Alagoas como um território singular, caracterizado por frio, cultura e história que se configuram como atrativos de um "passeio imperdível". Nesse sentido, as imagens discursivas projetadas criam, em certa medida, "novos" sentidos do/sobre sertão, especialmente no que diz respeito ao clima, descrito como frio e gelado. Contudo, a reportagem também apresenta uma dualidade ao manter, de forma subjacente, os sentidos conceituais tradicionais de sertão e suas formas de enunciação, reafirmando memórias discursivas já consolidadas que conectam o território à ideia de permanência e tradição.

Considerações finais

Dadas as discussões realizadas, considero que as questões da pesquisa foram respondidas e os objetivos alcançados, pois, a partir da análise realizada, apresentei, dentro das leituras possíveis, que há outros sentidos sendo construídos para sertão na reportagem-propaganda, sentidos que refratam o que tradicionalmente rememoramos sobre esse território, pois dizem do inverno, do frio, dos atrativos culturais e dos naturais que jamais poderiam ser pensados tradicionalmente sobre sertão.





Do mesmo modo, a partir da inferência de sentidos, busco os problematizar, de modo que argumento que a matriz discursiva hegemônica sobre o sertão foi refratada nesta peça publicitária, disfarçada de reportagem, especialmente por meio de um conjunto sensível de imagens impregnadas na memória discursiva social, que constrói o sertão como um espaço do trágico e do árido. Isso porque o material apresenta novas figuras metafóricas e, por extensão, poéticas, que reconfiguram as formas de construir esse território, promovendo deslocamentos de sentidos.

Ainda assim, conforme problematizado, sustento que, embora outros aspectos da complexidade climática e cultural do sertão sejam destacados e nomeados, a narrativa permanece profundamente arraigada à ideia de uma natureza indomável e extrema. Do mesmo modo, a cultura é concebida como algo ontológico, enquanto o tempo do sertão parece construído como distante da modernidade, reforçando a sensação de que, nesse espaço, "o tempo parece não ter passado".

Ademais, acredito que a publicidade, disfarçada de reportagem, colabora para a produção de novos sentidos sobre o sertão, historicamente enunciado de forma pejorativa e caricatural. Nesse sentido, a matéria atua como um convite para refletirmos sobre a poética dos espaços, articulando conceitos, memórias e o trabalho cuidadoso com a linguagem. Assim, ela pode ser compreendida como um recurso didático para pensar criticamente os sertões ao explorar a complexidade significativa que atravessa os atravessa.

Referências

ALBUQUERQUE JR., D. M. de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, [S. l.], v. 10, n. 17, p. 55–67, 2008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/62>. Acesso em: 14 dez. 2024.

ALBUQUERQUE JR., D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011.

ALBUQUERQUE JR., D. M. de. A Poesia do Sol: O Discurso Popular sobre a Seca. In: SILVA, G. C. de M.; GOMES, G. M. da S. (Orgs.). **Memória, História e Cordel em Alagoas: Teorias, Práticas e Experiências**. Maceió: EDUFAL, 2014.

ALBUQUERQUE JR., D. M. de. **As Imagens retirantes: a constituição da figurabilidade da seca no final do século XIX e do início do século XX**. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, nº 61, vol. 33, p. 225-251, jan/abr 2017. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/vh/a/JVJF8gfD7f8SHFHBvX9twjm/abstract/?lang=pt> >. Acesso em 15 nov 2024.

ALBUQUERQUE JR., D. M. de. **O Rapto do Sertão: A Captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino**. *Revista Observatório Itaú Cultural*, São Paulo, nº 25, p. 21-33, maio/nov 2019. Disponível em < <https://www.itaucultural.org.br/revista-observatorio-25-serto-es-imaginarios-memorias-e-politicas> >. Acesso em: 10 nov 2024.





BEZERRA, J. C. dos S. Entonação no Círculo de Bakhtin em correlação com o conceito de enunciado concreto. In: ROMUALDO, Edson Carlos; SILVA, Marisa Correa; SILVA, Maria Margarete de Paiva et. al. (orgs.). **Imersão nas letras: percursos literários e linguísticos**. Arapiraca: Eduneal, 2019.

BRAIT, B. Nota prévia. In: FABRÍCIO, B. F.; BORBA, R. **Oficina de Linguística Aplicada Indisciplinar. Homenagem a Luiz Paulo da Moita Lopes**. Campinas/SP: Editora Unicamp, p. 9-10, 2023.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRAIT, B. Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. Bakhtiniana, São Paulo, 8 (2): 43-66, Jul./Dez. 2013. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/bak/a/tBC3qMfb9HbSC9Qv9jVx6Dn/> >. Acesso em 28 nov 2024.

BOLLE, W. O sertão como forma de pensamento. **Scripta**. Belo Horizonte, v. 2, n. 3p. 259-271, 14 out. 1998. Disponível em < <https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/10241> >. Acesso em 20 nov. 2024.

BUBNOVA, T. Voz, sentido y diálogo en Bajtín. **Acta poét**, Ciudad de México , v. 27, n. 1, p. 97-114, maio 2006. Disponível em < <https://revistas-filologicas.unam.mx/acta-poetica/index.php/ap/article/view/191> >. Acesso em 12 nov de 2024.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. O discurso propagandista: uma tipologia. Tradução de Ida Lúcia Machado e Renato Mello. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. **O discurso propagandista: uma tipologia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GLISSANT, É. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FABRÍCIO, B. F. **Linguística aplicada e visão de linguagem: por uma indisciplinaridade radical**. RBLA, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 599-617, 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbla/a/NLzRdFrwjTVq4SRyn3vBdFH/abstract/?lang=pt#> >. Acesso em 10 agosto 2024.

MOITA LOPES, L. P. Linguística Aplicada e vida contemporânea: Problematização dos constructos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.





PATRICK, E. O sertão nordestino como um monopólio de sentidos. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, nº 25, p. 67-87, maio/nov 2019. Disponível em < <https://www.itaucultural.org.br/revista-observatorio-25-serto-es-imaginarios-memorias-e-politicas> >. Acesso em: 10 nov 2024.

SANTOS, H. P. S. dos. **Outro sertão: linguagem e território**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. **Memória, imprecisões, sentidos: em torno da proposta bakhtiniana de estudos da linguagem**. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 21, nº esp. [VIII SENALE] p. 395-432, 2018. Disponível em < <https://periodicos-old.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15184/9362> >. Acesso em 29 nov 2024.

VOLOCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.





O uso de *a gente* na posição de sujeito no alto sertão alagoano

Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória²²

Considerações iniciais

Estudos sociolinguísticos mostram que a substituição de *nós* por *a gente* na posição de sujeito em grandes centros urbanos está em estágio avançado e pode ser caracterizada como um processo de mudança linguística, sendo liderado majoritariamente por jovens, mulheres e pessoas mais escolarizadas (VIANNA; LOPES, 2015). Em lugares menos urbanizados, por sua vez, há um uso menos frequente de *a gente* (MAIA, 2003; MENDES, 2007; MUNIZ, 2007; FOEGER, 2014; PINTO; BERLINCK, 2022), com comunidades rurais retardando o processo de mudança.

Mendes (2007) argumenta que, em comunidades menos urbanizadas, o uso de *a gente* pode ser entendido como um processo de mudança linguística que vem de fora da comunidade, sendo trazido por falantes que têm mais contato com grandes centros urbanos ou usado por aqueles que são mais expostos aos meios de comunicação de massa, com o espaço urbano favorecendo mais a implementação de *a gente*. A variante *a gente* é vista como uma forma linguística externa à comunidade que está associada ao processo de urbanização.

A fim de analisar o uso de *a gente* no alto sertão alagoano, comparamos resultados de três conjuntos de dados sobre a variação *nós* e *a gente* na posição de sujeito em comunidades de fala do alto sertão alagoano (FEITOSA; VITÓRIO, 2018; SOUZA; VITÓRIO, 2021; SILVA, 2023). Nosso objetivo é analisar a difusão de *a gente* no alto sertão alagoano, tomando por base a interferência das variáveis sociais comunidade, escolaridade e faixa etária de modo a responder à seguinte questão: qual o comportamento da variante *a gente* no alto sertão alagoano?

Para sistematização e generalização do uso de *a gente*, recorreremos à metodologia de meta-análise, que é entendida como "procedimento que combina resultados de vários estudos para fazer uma síntese reproduzível e quantificável dos dados" (LOVATTO *et al.*, 2007, p. 286). A aplicação dessa metodologia em pesquisas sociolinguísticas permite traçar generalizações mais amplas sobre processos de variação e mudança linguísticas, conforme pontuam Freitag (2021), Araújo e Freitag (2021), Siqueira (2021), Mendonça (2022) e Santos (2023).

Para atingir o objetivo proposto, este artigo está estruturado da seguinte forma: além desta seção introdutória, que faz uma breve apresentação da proposta do trabalho, apresentamos, na próxima seção, o percurso metodológico adotado para a sistematização e análise dos dados, na seção seguinte, analisamos e discutimos os resultados obtidos acerca do uso de *a gente* no alto sertão alagoano, e, por fim, encerramos as discussões levantadas acerca do tema.

²² Professora do Curso de Letras (Português (*campus* A. C. Simões) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas.



Percurso metodológico

Para analisarmos o uso de *a gente* sujeito no alto sertão alagoano, realizamos os seguintes procedimentos metodológicos: procedemos à busca e seleção de pesquisas sociolinguísticas sobre a variação *nós* e *a gente* na posição de sujeito na variedade estudada; realizamos a análise de sistematização das informações, bem como codificação e filtragem dos dados, através do uso de técnicas estatísticas, conforme Araújo e Freitag (2021), e, por fim, realizamos a interpretação dos dados segundo as variáveis sociais significativas controladas nas pesquisas.

Na etapa de busca e seleção dos estudos sobre a variação em estudo, delimitamos os critérios – estudo sociolinguístico, variação *nós* e *a gente*, posição de sujeito e alto sertão alagoano – e identificamos três pesquisas, conforme tabela 1. Essas pesquisas seguem a metodologia da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), o que significa que focalizam a análise de uma regra variável e aplicam análise estatística para observar a frequência dos dados e inferir associação entre a distribuição da variável resposta e as variáveis previsoras.

Quadro 1: Estudos identificados na pesquisa de buscas.

Título	Tipo de Trabalho	Autor / Ano
Variação nós/a gente no sertão alagoano: restrição e avaliação	Artigo	Feitosa e Vitorio (2018)
Variação nós e a gente na posição de sujeito na comunidade quilombola Serra das Viúvas	Artigo	Souza e Vitorio (2021)
A variação pronominal de primeira pessoa do plural na zona rural de Pariconha – AL	Artigo	Silva (2023)

Fonte: elaboração própria.

Ao identificarmos e selecionarmos os estudos primários que compõem esta meta-análise, extraímos as seguintes informações de cada pesquisa: comunidade, estratificação da amostra, número de entrevistas sociolinguísticas e variáveis sociais estatisticamente significativas, conforme quadro 2. Essas pesquisas sociolinguísticas usaram o programa GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) para análise estatística dos dados.





Quadro 2: Informações sobre os estudos selecionados²³.

Comunidade	Estratificação da amostra	Nº de entrevistas	Variáveis sociais significativas
Alto Sertão	sexo/gênero (masculino/feminino) faixa etária (18-29 anos / 30-44 anos / + 44 anos) escolaridade (E0 / EF / EM / ES)	96	Escolaridade
Comunidade Quilombola Serra das Viúvas	sexo/gênero (masculino/feminino) faixa etária (25-50 anos / + 60 anos)	20	Faixa etária Sexo
Zona rural de Pariconha	sexo/gênero (masculino/feminino) faixa etária (18-29 anos / 30-44 anos / + 44 anos) escolaridade (EF / EM / ES)	36	Faixa etária Escolaridade

Fonte: elaboração própria.

Essas comunidades ficam localizadas no alto sertão do estado de Alagoas, conforme mapa 1. A comunidade do Alto Sertão, representada pela amostra do Projeto Lusa (VITÓRIO, 2020), é constituída pelos municípios de Piranhas, Olho D'Água do Casado, Delmiro Gouveia, Pariconha, Água Branca, Inhapi, Mata Grande e Canapi. A comunidade quilombola Serra das Viúvas fica a 7 km do município de Água Branca e possui cerca de 600 moradores, que estão distribuídos em 70 famílias, com a maior parte dos moradores trabalhando na própria comunidade (SOUZA, 2020). A zona rural de Pariconha pertence ao município de Pariconha, que é constituído por aproximadamente 10.264 habitantes, que vivem majoritariamente na zona rural – 72,76% dos pariconheses residem em povoados e sítios (SILVA, 2021).

²³ As abreviações E0, EF, EM e ES significam, respectivamente, sem escolarização, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.





Mapa 1: Mapa da localização do Alto Sertão de Alagoas



Fonte: <https://dados.al.gov.br/catalogo/km/dataset/regioes-de-planejamento-estado-de-alagoas/resource/361b1d5c-2a22-4f54-a125-be3efffdab8c>

Após a extração dos dados relevantes, recuperamos os dados de frequências apresentados nos estudos. Consideramos os dados tabulares da variável resposta – frequências de *nós* e *a gente* na posição de sujeito – que nos forneceram a distribuição dessas variantes nas comunidades analisadas, bem como os dados das variáveis predictoras sociais estatisticamente significativas em cada pesquisa. Em seguida, na plataforma R (R CORE TEAM, 2022), executamos testes estatísticos inferenciais e de força de associação²⁴.

[...] executamos procedimentos matemáticos para converter as frequências em contagens para realizar testes inferenciais de distribuição (qui-quadrado) e de força de associação (V^2 de Cramer para tabelas $n \times n$, e ϕ para tabela 2×2) em cada uma das amostras dos estudos. O teste de distribuição de qui-quadrado (χ^2) mede a diferença entre a observação esperada e a realizada para variáveis categóricas. Já os testes de associação V^2 e ϕ resultam em um número de 0 e 1, cujo resultado indica a força de associação entre duas variáveis categóricas; quanto mais próximo de 1, maior a força de associação. Para ambos os testes (χ^2 e V^2 ou ϕ), o p-valor assumido foi de 0.05 (ARAÚJO; FREITAG, 2021, p. 277).

Seguindo a tendência das pesquisas sobre a variação *nós* e *a gente* na posição de sujeito (VIANNA; LOPES, 2015), partimos da hipótese de que *a gente* é a variante preferida. Essa hipótese também significa considerar que, em comunidades com traços mais rurais, como Pariconha e Serra das Viúvas, há menos realização de *a gente*, o que poderá revelar se essa variante está mais associada ao movimento de urbanização, conforme pontua Muniz (2007). Também partimos da hipótese da relevância das variáveis sociais escolaridade e faixa etária²⁵.

²⁴ Para o desenvolvimento desta análise, seguimos o tutorial organizado por Freitag (2021) – *Como fazer meta-análise com dados sociolinguísticos?* Disponível em: < <https://rkofreitag.github.io/meta.html> >

²⁵ A atuação da variável sexo na variação em estudo mostrou-se estatisticamente significativa apenas na comunidade quilombola Serra das Viúvas (Souza; Vitória, 2021), conforme quadro 2, mas, na nossa análise univariada, o efeito da variável foi não significativo, o que nos leva a discussão levantada por Novais e Siqueira (2020) sobre a atuação dessa variável em fenômenos linguísticos variáveis em comunidades do sertão alagoano.

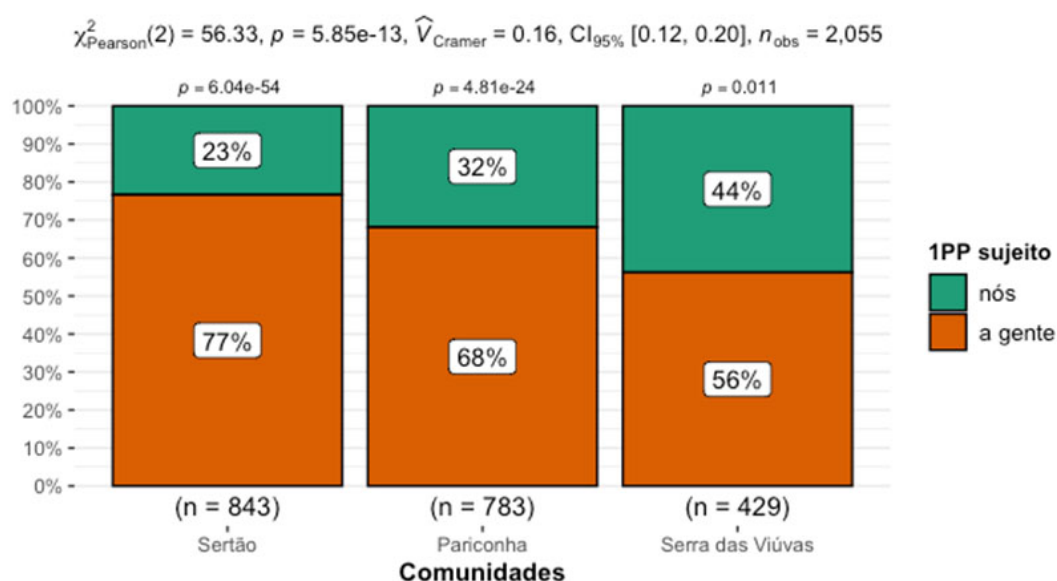




Resultados e discussões

Para testarmos a hipótese de que a gente é a variante preferida, mas há uma diminuição no seu percentual de uso em comunidades com traços mais rurais, como a zona rural de Pariconha e a comunidade quilombola Serra das Viúvas, controlamos a variável comunidade. De acordo com o gráfico 1, observamos que o efeito da comunidade é estatisticamente significativo – $\chi^2(2, n = 2055) = 36.33$ $p < 0.001$, com associação fraca ($V^2 = 0.16$). Esse resultado também confirma a nossa hipótese de que a variante inovadora *a gente* é a forma preferida no alto sertão alagoano, sendo menos usada em comunidades com traços mais rurais.

Gráfico 1: Distribuição de *nós* e *a gente* sujeito quanto à comunidade



Fonte: elaboração própria.

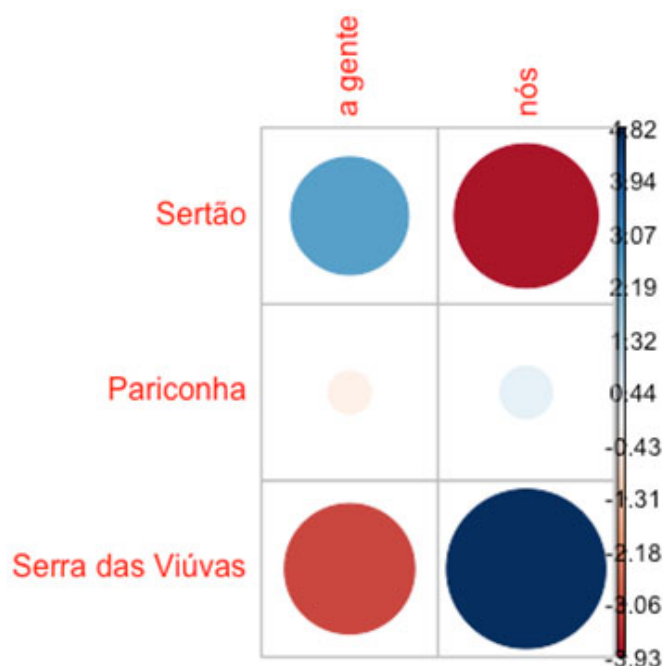
Esse conjunto de dados nos mostra percentuais de uso de *a gente* de 77% ($n = 646$) na comunidade do Alto Sertão, 68% ($n = 533$) na zona rural de Pariconha e 56% ($n = 241$) na comunidade quilombola Serra das Viúvas, corroborando as pesquisas sociolinguísticas que mostram a preferência dessa variante nas variedades brasileiras (VIANNA; LOPES, 2015). Também observamos que há uma diminuição no uso de *a gente* nas comunidades com traços mais rurais, como a zona rural de Pariconha e a comunidade quilombola Serra das Viúvas.

Para analisarmos o quanto cada amostra contribui para o escore do teste de χ^2 , geramos a figura 1. O tamanho e a cor do círculo indicam a contribuição de cada fator, com associações positivas entre linhas e colunas apresentadas por círculos em azul e associações negativas por círculos em vermelho. A análise dos resíduos mostra uma associação positiva entre o uso de *a gente* e a comunidade Sertão. Por outro lado, observamos uma associação negativa entre o uso *a gente* e as comunidades Pariconha (zona rural) e Serra das Viúvas (comunidade quilombola).





Figura 1: Matriz de correlação de *nós* e *a gente* e a variável comunidade



Fonte: elaboração própria.

Observamos que há uma associação positiva e estatisticamente significativa entre o uso de *a gente* e a variável comunidade, evidenciando que, nas comunidades mais rurais, como a comunidade quilombola Serra das Viúvas, há um ritmo mais lento de implementação de *a gente*, havendo aqui uma associação positiva entre a variante *nós* e essa comunidade. No entanto, precisamos analisar a atuação das variáveis escolaridade e faixa etária, uma vez que *a gente* tende a ser favorecida por pessoas mais escolarizadas e mais jovens (VIANNA; LOPES, 2015).

Em relação à atuação da variável escolaridade, apresentamos, conforme tabela 1, os resultados da atuação dessa variável nas comunidades do Alto Sertão (Feitosa; Vitória, 2018) e da zona rural de Pariconha (SILVA, 2023). Os dados obtidos mostram uma análise univariada da distribuição das variantes *nós* e *a gente* na posição de sujeito quanto à escolaridade e revelam que o nível de escolarização é significativo para a escolha dessas variantes nessas comunidades, o que significa considerar que a distribuição de *a gente* é condicionada pela atuação da escola.

Tabela 1: Distribuição de *a gente* em função da escolaridade

Comunidade	Fatores	Aplic./Total	%	χ^2
Sertão	E0	82 / 127	65%	$\chi^2 (3, n = 843) = 15.20,$ $p = 0.02, V2 = 0.13$
	EF	142 / 178	80%	
	EM	169 / 226	75%	
	ES	253 / 312	81%	
Pariconha	EF	101 / 193	52%	$\chi^2 (2, n = 783) = 29.23,$ $p = 0.000, V2 = 0.19$
	EM	190 / 261	73%	
	ES	241 / 329	74%	

Fonte: elaboração própria.





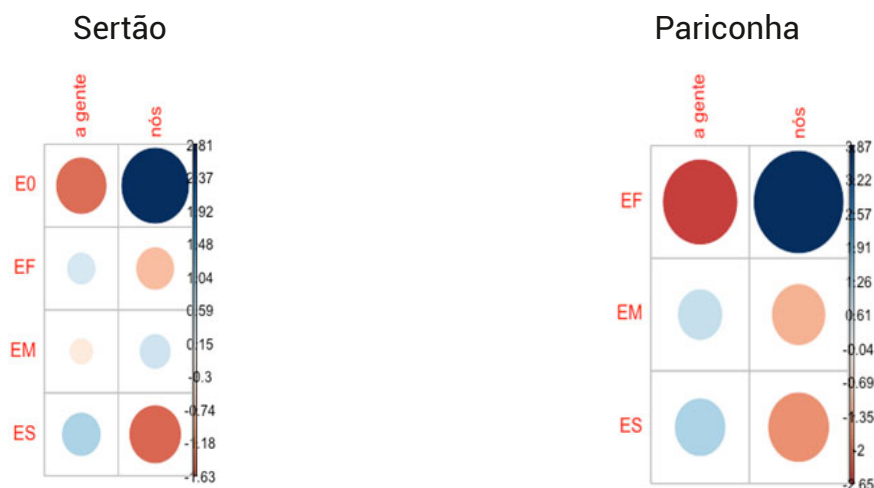
Na comunidade do Alto Sertão, Feitosa e Vitória (2018) consideram quatro níveis de escolarização – E0, EF, EM e ES – e mostram que são os falantes sem escolarização (E0) que menos usam a variante *a gente*, com percentual de 65% (n = 82) contra 80% (n = 142), 75% (n = 169) e 81% (n = 253) para os falantes dos EF, EM e ES, respectivamente. Na zona rural de Pariconha, Silva (2023) analisa três níveis de escolarização – EF, EM e ES – e também observa que quanto maior o nível de escolarização dos falantes maior é o percentual de uso de *a gente* – 52% (n = 101) para o EF, 73% (n = 190) para o EM e 74% (n = 242) para o ES.

Uma análise geral dos percentuais obtidos revela não só que, nessas comunidades, *a gente* é a variante preferida em todos os níveis de escolarização, como também que *a gente* apresenta um percentual mais baixo de uso entre falantes menos escolarizados (EF) da zona rural de Pariconha – 52% (n = 101). Esses resultados mostram que há uma oposição entre a atuação da escola e o uso de *a gente*, com *a gente* sendo mais usado por falantes mais escolarizados e não por falantes menos escolarizados, conforme pontuam Vianna e Lopes (2015).

Souza (2020) e Silva (2021) argumentam que, em comunidades mais rurais do alto sertão de Alagoas, os falantes mais escolarizados deixam suas comunidades para estudar, tendo contato com outras normas linguísticas, e depois retornam, o que pode ser um indício de que uso de *a gente* vem de fora. *A gente* pode ser entendida como uma variante linguística que é trazida pelos falantes mais escolarizados, que entram em contato com falantes de áreas mais urbanizadas, sendo considerada uma forma linguística externa às comunidades.

Ao analisarmos a associação entre a seleção de *nós* e *a gente* e a variável escolaridade, geramos uma matriz de correlação, conforme figura 2, que, através da análise dos resíduos, mostra a contribuição de cada nível de escolarização para o uso dessas variantes. A contribuição de cada fator é indicada pelo tamanho e cor do círculo, com círculos em azul apresentando associações positivas entre linhas e colunas, e círculos em vermelho associações negativas. Os dados mostram uma associação positiva entre o uso de *a gente* e o fator ES, revelando que são os falantes mais escolarizados que mais contribuem para o uso de *a gente* nessas comunidades.

Figura 2: Matriz de correlação de *nós* e *a gente* e a variável escolaridade



Fonte: elaboração própria.





Em relação à atuação da variável faixa etária na inserção de *a gente*, apresentamos, na tabela 2, os dados da atuação dessa variável na zona rural de Pariconha (Silva, 2023) e na comunidade quilombola Serra das Viúvas (SOUZA; VITÓRIO, 2021), através de análises univariadas da distribuição de *nós* e *a gente*. Os dados mostram que a faixa etária é significativa nessas comunidades, o que significa considerar que a distribuição não é aleatória, bem como que estamos diante de um cenário de uma mudança em progresso na direção de *a gente*.

Tabela 2 : Distribuição de *a gente* em função da faixa etária

Comunidade	Fatores	Aplic./Total	%	χ^2
Pariconha	18 a 29 anos 30 a 44 anos mais de 44 anos	155 / 190 233 / 363 145 / 230	82% 64% 63%	$\chi^2 (2, n = 783) = 21.14,$ $p = 0.000, V2 = 0.16$
Serra das Viúvas	25 a 50 anos mais de 60 anos	189 / 304 52 / 125	62% 42%	$\chi^2 (1, n = 429) = 14.40,$ $p = 0.000, V2 = 0.18$

Fonte: elaboração própria.

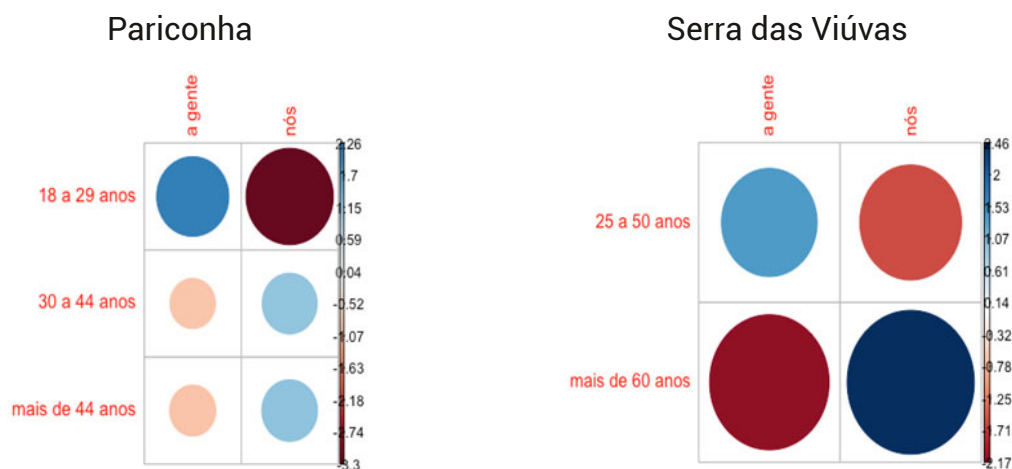
Na zona rural de Pariconha (SILVA, 2023), observamos que a comunidade é estratificada em três fatores, a saber, 18 a 29 anos, 30 a 44 anos e mais de 44 anos, bem como que *a gente* diminui o seu percentual de uso à medida que aumenta a faixa etária dos falantes. Na comunidade quilombola Serra das Viúvas (SOUZA; VITÓRIO, 2021), também verificamos que há uma diminuição no uso de *a gente* com o aumento da faixa etária, mas a estratificação da variável foi realizada levando em consideração dois fatores: 25 a 50 anos e mais de 60 anos.

Através da análise dos resíduos, que nos permite verificar a contribuição de cada nível da variável faixa etária para o uso de *nós* e *a gente* nessas comunidades, geramos uma matriz de correlação, conforme figura 3. O tamanho e a cor do círculo indicam a contribuição de cada fator, com círculos em azul indicando associações positivas entre linhas e colunas e círculos em vermelho associações negativas. Na zona rural de Pariconha, temos a maior contribuição do fator 18 a 29 anos, e, na comunidade quilombola Serra das Viúvas, observamos que é o fator 25 a 50 anos que mais contribui. A associação entre essas variantes e os níveis da variável faixa etária mostra uma associação positiva entre o uso de *a gente* e os falantes mais jovens.





Figura 3: Matriz de correlação de *nós* e *a gente* e a variável faixa etária



Fonte: elaboração própria.

Esses dados mostram que estamos diante de um processo de mudança em curso na direção de uso de *a gente*. No entanto, os dados não nos permitem analisar se, em comunidades com traços mais rurais, como a zona rural de Pariconha e a comunidade quilombola Serra das Viúvas, há um ritmo mais lento da difusão dessa variante. Precisamos de mais descrições sociolinguísticas da região do alto sertão alagoano para verificar se áreas com traços mais rurais tendem a retardar o processo de substituição de *nós* por *a gente*, conforme Mendes (2007).

Considerações finais

O mapeamento sociolinguístico da variação *nós* e *a gente* na posição de sujeito realizado por Vianna e Lopes (2015) indica que, nas variedades do português brasileiro, há um processo de mudança em curso na direção de *a gente*, com essa variante sendo favorecida por jovens, mulheres e pessoas mais escolarizadas. As autoras argumentam que esse processo tende a ser mais lento em comunidades menos urbanizadas, argumentando que o espaço urbano favorece mais a implementação de *a gente*, que é uma variante que chega com o processo de urbanização.

Com o objetivo de apresentar generalizações sobre o que as descrições sociolinguísticas têm mostrado sobre a variação *nós* e *a gente* na posição de sujeito no alto sertão alagoano, realizamos um estudo de meta-análise de três pesquisas sobre essa variação nessa região alagoana (FEITOSA; VITÓRIO, 2018; SOUZA; VITÓRIO, 2021; SILVA, 2023). Para tanto, tomamos por base a interferência das variáveis sociais comunidade, escolaridade e faixa etária, de modo a responder à seguinte questão: qual o comportamento de *a gente* na região estudada?

Nossos dados mostram que *a gente* é a variante preferida nas comunidades analisadas, mas com um percentual de uso menor em comunidades com traços mais rurais, o que pode sugerir que estamos diante de um processo de mudança que seja condicionado pelo *continuum* rural/urbano (BORTONI-RICARDO, 2004). Também observamos que *a gente* é a variante preferida em todos os níveis de escolarização, mas diminui o seu percentual de uso entre falantes menos escolarizados, o que pode ser um indício de que essa variante seja externa às comunidades.





No que diz respeito à atuação da variável faixa etária, observamos uma associação positiva entre o uso de *a gente* e os falantes mais jovens, o que parece indicar, em uma análise de tempo aparente, que estamos diante de um processo de mudança na direção de *a gente*, conforme Vianna e Lopes (2015). No entanto, em pesquisas futuras, quando houver mais dados sociolinguísticos de mais comunidades dessa região, é importante observar se há um ritmo mais lento de implementação dessa variante nas comunidades que apresentam traços mais rurais, o que poderá revelar se o processo de substituição de *nós* por *a gente* é mais lento.

Os dados analisados chamam a atenção para a necessidade de estudos que focalizem a atuação do *continuum* de urbanização na difusão *a gente*, pois, conforme Mendes (2007), *a gente* parece ser uma variante trazida por falantes que têm mais contato com grandes centros urbanos, podendo ser uma variante externa à comunidade rural. Isso significa considerar que precisamos voltar nosso olhar para a difusão de *a gente* em comunidades mais afastadas dos grandes centros urbanos. Outra necessidade, conforme pontuam Araújo e Freitag (2021), é o uso de ferramentas estatísticas para a comparação de dados sociolinguísticos.

O uso dessas ferramentas para a sistematização de dados linguísticos variáveis nos possibilita olhar para processos de variação e mudança linguísticas de forma mais generalizada. Portanto, precisamos olhar para as descrições sociolinguísticas durante o processo de revisão de literatura de forma mais sistemática, através de uma questão de pesquisa que nos levará a critérios de seleção e exclusão de estudos para a nossa revisão sistemática. Nesse contexto, esperamos que nosso trabalho contribua para a agenda sociolinguística sobre a variação *nós* e *a gente* na posição de sujeito, oferecendo uma visão de uma realidade linguística alagoana.

Referências

ARAÚJO, S.; FREITAG, R. Concordância verbal, difusão da mudança linguística no contínuo rural-urbano e mudança em curto espaço de tempo. **Working Papers em Linguística**, 22 (2), Florianópolis, p. 266-294, 2021.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

FEITOSA, J.; VITÓRIO, E. Variação *nós/a gente* no sertão alagoano: restrição e avaliação. **A Cor das Letras**, Feira de Santana, 19(2), p. 199-211, 2018.

FOEGER, C. **A primeira pessoa do plural no português falado em Santa Leopoldina**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

FREITAG, R. **Como fazer meta-análise com dados sociolinguísticos?** Disponível em: <https://rkofreitag.github.io/meta.html> Acesso: em: 30 jul. 2023.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].





LOVATTO, P. *et al.* Meta-análise em pesquisas científicas – enfoque em metodologias. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 36, suplemento especial, p. 285-294, 2007.

MAIA, F. **A variação “nós” / “a gente” no dialeto mineiro: investigando a transição.** Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

MENDES, R. **O perfil da alternância do sujeito “nós” e “a gente” em Santo Antônio de Jesus: um recorte no português popular do interior da Bahia.** Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MENDONÇA, J. O controle dos traços semânticos de *nós* e *a gente* em estudos variacionistas. **Cadernos de estudos linguísticos**, Campinas, SP, v. 64, n. 00, p. 1-16, 2022.

MUNIZ, L. *On the use of “a gente” in Brazilian Portuguese.* Independent Study, Fall, 2007.

NOVAIS, V.; SIQUEIRA, M. **A variável sexo/gênero no português falado no sertão alagoano.** *Leitura*, n. 66, p. 35-50, 2020.

PINTO, L.; BERLINCK, R. “O que que nós vamos falar?”: significados sociais na variação/mudança da expressão de 1ª pessoa plural em duas comunidades rurbanas mineiras. **Organon**, Porto Alegre, v. 37, n. 73, p. 36-58, jan/jun, 2022.

R CORE TEAM. R: **A language and environment for statistical computing.** R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2022. Disponível em: < <https://www.r-project.org/> >. Acesso em: 29 jan. 2023.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. **Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows.** Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SANTOS, P. **Meta-análise dos estudos de negação verbal nas regiões Nordeste e Sudeste: investigação da relevância dos condicionamentos sociais.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa) – Universidade Federal de Alagoas, Arapiraca, 2023.

SILVA, A. **Concordância verbal com o pronome nós na zona rural de Pariconha – AL.** Dissertação (Mestrado em Linguística e Literatura) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

SILVA, L. A variação pronominal de primeira pessoa do plural na zona rural de Pariconha – AL. In: DE PAULA, A.; VITÓRIO, E. **30 anos Programa de Estudos em Linguística (PRELIN – PPGLL/UFAL): Estudos em Variação e Mudança Linguística**, Volume 1. Campinas, SP. Pontes Editores, 2023, p 149-169.

SIQUEIRA, M. Análise contrastiva da estrutura do sintagma nominal possessivizado no português brasileiro. **Matraga**. V. 28, n. 52, p. 25-43, jan./abr. 2021.





SOUZA, M. **A Variação nós e a gente na posição de sujeito na comunidade quilombola Serra das Viúvas / Água Branca – AL**. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística e Literatura) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

SOUZA, M.; VITÓRIO, E. Variação nós e a gente na posição de sujeito na comunidade quilombola Serra das Viúvas. **Letras em Revista**, Teresina, v. 12, n. 01, p. 121-138, 2021.

VIANNA, J.; LOPES, C. Variação dos pronomes “nós” e “a gente”. *In*. MARTINS, M.; ABRAÇADO, J. **Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.

VITÓRIO, E. A Língua Usada no Sertão Alagoano: constituição da amostra. *In*: OLIVEIRA, A.; PAULA, A. (org.). **Interfaces Sociolinguísticas: análises variacionistas em Alagoas e Pernambuco**. Arapiraca: Eduneal, 2020.





A variação pronominal de segunda pessoa do singular em alagoas: da capital ao alto sertão

Maria Helena Menezes de Souza²⁶

Considerações iniciais

A Sociolinguística Variacionista teve sua ascensão na década de 1960, com as pesquisas de William Labov. Suas pesquisas provavam cientificamente a existência de variações dentro do sistema linguístico, bem como a influência de fatores sociais e linguísticos nos processos de variações linguísticas. Os estudos de Labov (2008 [1972]) mostravam que nem todos os contextos linguísticos sofrem variações, pois isto daria espaço para o caos linguístico. Assim, as línguas possuem uma sistematicidade ordenada, embora alguns contextos de combinações possibilitem as ocorrências de variações.

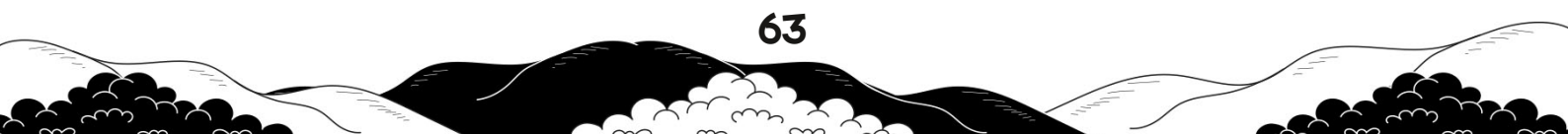
Os pronomes pessoais do caso reto utilizados no Português Brasileiro tiveram origem no Português Lusitano, que é herança do sistema de tratamento latino. Tal sistema ao longo do tempo passou por um processo de evolução. Algumas formas sofreram mudanças e outras ainda passam por um processo de variação. Nesta pesquisa, focalizamos o processo de variação entre os pronomes de segunda pessoa do singular *tu*, *você*, *ocê* e *cê* no estado de Alagoas. Buscando observar o comportamento linguístico das diferentes regiões, com enfoque na região do Alto Sertão Alagoano, por ser uma região afastada dos grandes centros Urbanos.

Para tanto, nos valem dos estudos de Silva e Vitória (2017), Vitória (2018), Silva (2019), Silva (2020), Souza (2024) e Tenório (2002), este último trabalho não foi realizado segundo os pressupostos teóricos metodológicos da Sociolinguística Variacionista, a autora utiliza uma abordagem funcionalista, mas por ser a primeira pesquisa com *tu* e *você* realizada no estado, apresentamos os resultados encontrados na amostra.

De acordo com as pesquisas apresentadas neste estudo, há a preferência da variante *você* em todo estado de Alagoas. Não há distinção de usos por regiões entre os falantes da capital do estado do Agreste e do Alto Sertão. Em relação ao pronome *tu*, foi verificado ocorre predominantemente *sem concordância* com a segunda pessoa do singular. As ocorrências de *tu* sem concordância e *cê* e *ocê* não são realizadas de forma homogênea por regiões, cada amostra apresenta um comportamento diferente.

Além desta introdução, este estudo possui seis seções: a primeira seção aborda o panorama de alternância entre *tu*, *você*, *ocê* e *cê* no Brasil e no Nordeste; a segunda seção mostra as pesquisas realizadas na capital do estado de Alagoas; a terceira seção apresenta um trabalho desenvolvido na região Agreste do estado; a quarta seção expõe as pesquisas realizadas na região no Alto Sertão de Alagoas; a quinta seção trata de um

²⁶ Docente do Curso de Letras (*campus Sertão*), da Universidade Federal de Alagoas.





trabalho que contempla mais de uma comunidade de fala, ou seja, analisa diversas regiões do estado de Alagoas; a sexta seção apresenta as considerações finais.

Panorama da alternância entre *tu*, *você*, *ocê* e *cê* no Brasil e no Nordeste

Com a finalidade de mapear as ocorrências das variantes, Scherre *et al.* (2015) e Scherre, Andrade Catão (2020) produziram levantamentos de estudos sociolinguísticos no país, observaram as realizações de *tu com concordância*, *tu sem concordância*, *você*, *ocê* e *cê* por regiões. De acordo com as pesquisas, foi verificado que existe a variação de *tu* e *você* em todo o território nacional, mas de modo geral, os falantes preferem fazer o uso da variante *você*.

No que diz respeito ao uso do pronome *tu*, os falantes do português brasileiro usam atrelado à concordância verbal de segunda pessoa do singular e também sem concordância, sendo que a ausência de concordância verbal com a segunda pessoa do singular é mais frequente. O mapeamento sociolinguístico de Scherre Andrade e Catão (2020) também mostrou que as variantes *ocê* e *cê* competem com as formas *tu* e *você*, entretanto, ocorrem com menos frequência. Além disso, o estudo constatou que a forma *ocê* é mais frequente em áreas interioranas, o uso do *cê*, por sua vez, é mais frequente em áreas urbanizadas.

A pesquisa também mostrou que na região Nordeste há predominância da utilização da variante *você* em Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. No Ceará, há disputa equilibrada entre *você* e *tu sem concordância*. Na Bahia, apesar da preferência pela variante *você* em várias amostras, em algumas há divergências, uma vez que a amostra de Santo Antônio de Jesus e Jitiúna apresentam-se com mais utilização de *tu sem concordância*. No Maranhão há variação equilibrada entre *você* e *tu sem concordância*, também existe no estado realizações de *tu com concordância*, mas com percentuais inferiores.

Constatados os resultados das ocorrências do fenômeno variável *tu*, *você*, *ocê* e *cê* no Brasil. Neste trabalho, objetivamos desenvolver uma revisão de trabalhos feitos com base no português falado no estado de Alagoas, descrevendo à medida do possível, as variáveis sociais e linguísticas que condicionam a variação em estudo.

Pesquisas realizadas na capital do estado de Alagoas

A pesquisa de Tenório (2002) foi a pioneira em observar a variação do fenômeno variável dos pronomes de segunda pessoa do singular no estado de Alagoas. Analisando o uso de *tu* e *você* em 80 diálogos de maceioenses, sob uma perspectiva funcionalista através de uma análise qualitativa dos dados, a autora observou que há um uso efetivo das formas *tu sem concordância* e *você*, havendo apenas duas ocorrências de *tu com concordância*. O uso de *tu* ocorre preponderantemente em diálogos com o objetivo de estabelecer intimidade entre os falantes ou de atribuir à frase um caráter irônico, predominando em frases interrogativas.





Vitório (2018) analisou a variação *tu* e *você* em Maceió, Alagoas. Para dar conta do problema de restrição, utilizou uma amostra sincrônica composta de 72 entrevistas sociolinguísticas, estratificadas segundo as variáveis sexo/gênero, faixa etária e escolaridade. A autora registrou um percentual de 98% de *você* contra apenas 2% de uso de *tu*, que representam apenas seis realizações dessa forma pronominal. No entanto, a autora acredita que tais resultados sinalizam o fato de que o pronome *tu* representa [+intimidade], logo seu uso é desfavorecido em modelos de entrevistas sociolinguísticas em comunidades de fala em que não possuem esse pronome como primeira forma de tratamento ao interlocutor.

Pesquisa realizada no Agreste

Silva (2019) realizou um estudo na cidade de Coité do Noia, que fica localizada na região do Agreste de Alagoas. A amostra foi constituída por 36 informantes, distribuídos em 18 diálogos - (D2). Para melhor entendimento das realizações da segunda pessoa do singular, a autora optou por fazer duas rodadas no programa Goldvarb X. Na primeira, testou as variáveis *tu* e *você/cê* e, na segunda, *você* e *cê*. Na rodada com *tu* e *você/cê*, obteve 57 realizações do pronome *tu* e 463 realizações do pronome *você/cê*, totalizando 520 realizações, sendo 11% de *tu* e 89% de *você/cê*.

Os grupos de fatores influentes foram relação entre faixa etária, paralelismo pronominal, relação entre os sexos e faixa etária. Na variável relações entre faixas etárias, nas relações simétricas em casos como jovem/jovem, o uso de *tu* foi mais elevado, enquanto, em relações assimétricas como adulto/adulto, houve probabilidade de maior ocorrência do pronome *você*. No paralelismo pronominal, o pronome *tu* apresentou maior frequência quando antecedido por *tu*, e o *você/cê* quando antecedido por *você/cê*, confirmando o princípio do paralelismo. Na relação entre os sexos, houve maior probabilidade para o *tu* em relação entre iguais, especialmente em relações entre informantes do sexo feminino, enquanto o *você* tende a ocorrer em relações com interação de informantes de sexos diferentes. No que diz respeito à faixa etária, houve maior probabilidade do pronome *tu* na fala dos mais jovens, e *você* na fala dos mais velhos.

Na segunda rodada com os pronomes *você* e *cê*, a autora obteve 463 realizações – 372 do pronome *você* e 91 da variante *cê*, representando 80% de *você* contra 20% de *cê*. As variáveis tipo de relações entre interlocutores, relações entre sexos e relações simétricas e assimétricas foram significativas, mostrando que *cê* é utilizado em relações de intimidade e *você* em casos de intimidade ou não. Na relação entre os sexos, *você* tende a ocorrer em relações formadas por informantes de sexos opostos, enquanto *cê* apresentou maior frequência quando em relações entre sexos iguais. Nas relações simétricas e assimétricas, o *cê* apresenta maior probabilidade em relações simétricas, nas quais existem maior intimidade entre os informantes, enquanto o *você* aponta seu favorecimento em relações assimétricas, nas quais prevalecem a relação de poder entre os informantes, ou seja, quando há uma hierarquia social entre eles.





Pesquisas realizadas no Alto Sertão

Silva e Vitória (2017) analisaram as realizações dos pronomes de segunda pessoa do singular *tu/você* e *você/cê* na posição de sujeito na fala dos sertanejos alagoanos, objetivando descrever como essas variações ocorrem na comunidade de fala pesquisada. Como corpus, utilizaram a amostra do Projeto Lusa (A língua usada no sertão alagoano) que é composta por 96 entrevistas estratificadas de acordo com as variáveis independentes sexo/gênero, faixa etária e escolaridade.

Nos resultados, constataram apenas três realizações do pronome *tu*, 473 realizações do pronome *você* e 33 realizações da sua variante *cê*. Assim, decidiram analisar somente a relação entre as variantes *você* e *cê*. Ao todo, observaram 506 realizações da variação estudada, que foram estatisticamente tratadas pelo programa computacional Goldvarb X. A partir da análise estatística dos dados, verificaram que, na fala dos sertanejos alagoanos, há a variação *você/cê*, com percentuais de 94% do pronome *você* e 6% de realizações da sua variante *cê*.

Apesar do baixo percentual de realização da variante *cê*, segundo as autoras, seus resultados apresentam, segundo Labov (2003), uma regra variável, o que as leva a acreditar que o uso de *cê* ainda está se implementando na comunidade de fala estudada. Observaram ainda que a variação *você/cê* não ocorre de maneira aleatória, mas condicionada por grupos de fatores linguísticos e sociais, paralelismo formal e escolaridade.

A variável social escolaridade foi a primeira a ser selecionada pelo programa como significativa, a variável foi estratificada em quatro fatores, a saber analfabeto, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. O pronome *você* apresentou maior frequência em todos os níveis de escolaridade, porém, a variante *cê* apresenta-se com um percentual mais elevado entre os informantes de ensino médio. A variável linguística paralelismo formal apresentou um percentual elevado do pronome *você* em todos os fatores, mas, o *cê* mostrou-se com percentual mais elevado no fator antecedido por *cê*.

Souza (2024) investigou uso das variantes *tu*, *você*, *ocê* e *cê* em posição de sujeito na comunidade quilombola Serra das Viúvas. A autora realizou o estudo em duas amostras da mesma comunidade. Na amostra coletada em 2022, foi verificada 405 ocorrências dos pronomes de segunda pessoa do singular. Sendo 206 casos da variante *você*, que corresponderam a 51%, 88 realizações da variante *tu* com percentual de 21%. A variante *cê* apareceu em 69 casos, com percentual de 17%. Na amostra houve apenas uma realização da forma *ocê*, também foram contabilizadas as ocorrências das variantes *o senhor* e *a senhora*, que totalizaram 41 casos e 10% de frequência. Após a obtenção dados gerais, as realizações de *o senhor* e *a senhora* foram excluídas, pois não era intuito da autora analisá-las.

A autora realizou uma rodada com *tu* e *você* e outra com *você* e *cê*. As variáveis testadas foram faixa etária, sexo/gênero, escolaridade, tipo de relação entre os falantes, relações entre sexos e relações entre faixas etárias, determinação do referente e paralelismo pronominal.





Na rodada entre *tu* e *você*, o GoldVarb X selecionou as variáveis escolaridade, tipo de relação entre os falantes, sexo/gênero, paralelismo pronominal e relações entre faixas etárias como estatisticamente significativas, e as variáveis relações entre sexos e faixa etária foram descartadas. Na variável determinação do referente ocorreu nocaute. Os resultados mostraram que na variável escolaridade, o fator que favorece a realização de *você* é de um a quatro anos de escolarização, e o pronome *tu* é favorecido pela ausência de escolarização.

Na variável tipo de relação entre os falantes, as relações que mais favorecem o uso do *você* são as relações esposo/esposa, irmão/irmã, amiga/amiga e irmão/irmão. Em relação à variante *tu*, a relação vizinha/vizinha e pai/filho condicionam as realizações. Na variável, foi observado um fato interessante, que parece ser característico da comunidade. A expressão da segunda pessoa do singular por parte do filho se dirigindo ao pai na relação pai/filho é feita majoritariamente pela expressão *o senhor*. Isso acontece em sinal de respeito e submissão ao papel social que a figura do pai exerce na comunidade.

Na variável sexo/gênero, o fator que favorece a aplicação de *você* é o fator feminino, o fator masculino por sua vez, condiciona o uso do *tu*. Na variável paralelismo pronominal, o único fator que favorece a variante *você* é a anteposição de *você*. Em relação à variante *tu*, é influenciado pelo fator antecedido por *tu*, realização isolada e primeira da série. A variável relações entre os sexos mostrou que os fatores Adulto/Idoso e Jovem/Jovem condicionam a realização de *você*, e os fatores Idoso/Idoso, Jovem/Idoso e Adulto/Adulto favorecem a aplicação da variante *tu*. Na variável determinação do referente houve nocaute e foi verificado que há um uso categórico de *você* indeterminado, e a variante *tu* acontece majoritariamente como referente determinado.

Na rodada entre *você* e *cê* apenas uma variável foi considerada como estatisticamente significativa, o tipo de relação entre os falantes. Nessa variável, os resultados mostraram que os fatores que favorecem o uso de *você* são amiga/amiga, vizinha/vizinha, pai/filho e irmão/irmã. Como foi enfatizado na rodada *tu* e *você*, na relação pai/filho todas as ocorrências de *você* e *cê* foram feitas pelos pais. No que se refere à variante *cê*, o fator Irmão/Irmão e Esposo/Esposa condicionam seu uso.

Na amostra coletada em 2016, Souza (2024) constatou 77 ocorrências do pronome de segunda pessoa do singular, distribuídas da seguinte maneira: 7 aplicações de *tu* com percentual de 9%, 61 ocorrências de *você* e percentual 79%, 9 realizações de *cê* com percentual de 11%. Nessa amostra, não houve realizações das variantes *ocê*, *o senhor* e *a senhora*. As variáveis testadas na análise foram a faixa etária, sexo/gênero, determinação do referente e paralelismo pronominal. Na primeira rodada geral dos dados houve nocaute das variáveis linguísticas determinação do referente e paralelismo pronominal, pois, não houve nenhuma ocorrência de *tu* e *cê* com referência indeterminada.





Na variável paralelismo pronominal, foi verificado que não houve nenhum caso de *tu* na anteposição de *você* ou *cê*, a variável também não apareceu como primeira da série, todas as ocorrências de *tu* foram realizações isoladas. Retiradas as variáveis com nocaute. Os resultados da rodada mostraram que as variáveis sociais sexo/gênero e faixa etária não foram consideradas estatisticamente significativas pelo programa, ou seja, não tinham significância sobre o fenômeno de variação *tu*, *você* e *cê*.

De acordo com a autora jovens, adultos, homens e mulheres fazem uso majoritário da variante *você* na posição sujeito. Segundo a pesquisa, existe a aplicação do referente determinado, no entanto, os quilombolas também utilizam o pronome *você* em contextos indeterminados, mas com menos frequência. Ainda em relação ao uso do pronome *você*, a preferência pelo uso da forma isolada é predominante, apesar de ocorrer como primeira da série e antecedida por *você*. A autora pressupõe que os resultados obtidos na amostra de 2016 decorre das poucas realizações do fenômeno na amostra.

Pesquisa realizada em diversas regiões de Alagoas

Silva (2020), ao analisar os pronomes de segunda pessoa do singular em falares alagoanos, utilizou um *corpus* composto por gravações realizadas no formato de entrevistas semiestruturadas. Cada entrevista é constituída pela fala do/a entrevistador/a e de um/a informante e tem entre 9 e 11 minutos. Essas gravações fazem parte do projeto "Variação Linguística no Português Alagoano – PORTAL", um banco de dados alagoano que disponibiliza gravações e transcrições de 240 participantes residentes de 10 cidades alagoanas. A autora selecionou 8 municípios, a saber, Maceió, Arapiraca, Palmeira dos Índios, União dos Palmares, Penedo, Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, São Miguel dos Milagres.

A pesquisadora observou inicialmente que a forma *você* e suas derivadas *cê* e *ocê* são expressivamente mais usadas do que a variante *tu* no falar alagoano em diferentes funções sintáticas. O uso de *você* é fortemente condicionado pela referência indeterminada, correspondendo a 100% das ocorrências, seguida da forma determinada que equivale a 94,2% dos casos. Quanto à forma *tu*, a determinação ocorre em 100% dos dados analisados. Sendo assim, a autora assegura que, nas comunidades de fala estudadas, a indeterminação só acontece com o *você* e que a variável tipo de referência é uma regra categórica para *tu*.

Na variável sexo/gênero, foi verificado que apesar da forma *você* ser mais usada que o *tu* tanto no sexo/gênero feminino, com um percentual de 95,9% de uso, quanto para o masculino, com um percentual de 98,5%, as mulheres aparecem como maior favorecimento da forma *tu*, com uma frequência de uso de 4,1% dos dados, resultado que apresenta peso relativo igual a 0.63. Já os homens alcançam um percentual de uso de 1,5%, com peso relativo de apenas 0.37. Dessa forma, o sexo/gênero feminino favorece o uso da forma pronominal *tu* e o masculino favorece o uso de *você*. A faixa etária mostrou-se um fator estatisticamente significativo para o fenômeno linguístico estudado, pois apresentou significância de 0,026. Confrontado o uso do pronome *tu* com a idade do interlocutor, a autora percebeu que o crescimento da linha coincide com o crescimento da faixa etária.





Assim, quanto menor a idade do falante, menor a frequência da variante *tu* no seu discurso e quanto maior a faixa etária do falante, maior o uso do pronome.

Observando as ocorrências de *você*, *ocê* e *cê* com base nos resultados, as variáveis sexo/gênero, idade, função sintática foram selecionadas como estatisticamente significativas. Na variável sexo/gênero, o sexo masculino apresenta um total de 469 dados, 5,6% é da variante *ocê* e 26,7% é da variante *cê* com peso relativo de .58 e .59, respectivamente. Já as mulheres de um total de 517 realizações, apresentaram um percentual de 3,4% de *ocê* e 16,6% de *cê* com peso relativo de .42 e .41. Em relação à variável função sintática, foi constatado que, para variante *ocê*, o fator função sintática não é considerado um condicionante, pois o peso relativo para as ocorrências de sujeito e não sujeito são iguais. No entanto, para a forma *cê*, este fator linguístico é considerado estatisticamente significativo, apresentando predominância da função sujeito com peso relativo de .85 em oposição a .15 de não sujeito.

A pesquisa mostrou que o tipo de referência não condiciona uso de *ocê*. No entanto, no caso da variante *cê*, o tipo de referência é considerado muito relevante, com significância 0,001. A forma *cê* é mais favorecida pelo fator determinação, com peso relativo de .60 e menos favorecida pela indeterminação, com peso relativo de .40. Na faixa etária, o aumento gradativo de *ocê* e *cê* cresce com o aumento da faixa etária do falante, ou seja, quanto maior a idade, maior é a probabilidade de uso das formas *ocê* e *cê*. A autora conclui que tanto a variação entre o *você* e *tu* quanto entre *você*, *ocê* e *cê* caminham para uma mudança linguística em progresso em direção ao aumento do uso da forma *você* e ao desaparecimento das formas *tu*, *ocê* e *cê*.

Considerações finais

No estado de Alagoas, desde os primeiros estudos com o fenômeno, em pesquisas com o problema de restrição, percebemos a preferência pelo uso da variante *você*, mas também a utilização de *tu* sem concordância *ocê* e *cê*. Nos trabalhos de Tenório e Vitória (2018), verificamos que há predominância de aplicação da variante *você*, também a aplicação de *tu* com e sem concordância. Nessas amostras as autoras não controlaram as variantes *ocê* e *cê*, sendo assim não conseguimos entender como tais variantes se realizam na Capital, Maceió.

Na região Agreste no Trabalho de Silva (2019), constatamos o uso predominante da variante *você*, entretanto, verificamos também ocorrências de *tu* sem concordância e *cê*, sendo que o forma *cê* é mais frequente do que *tu* sem concordância. A amostra de Silva e Vitória (2017), estudo realizado no Alto Sertão, evidenciou apenas três ocorrências do pronome *tu* sem concordância, e como nos resultados de Silva (2019), existe mais uso da variante *cê* do que de *tu* sem concordância.

Silva (2020) que é um trabalho desenvolvido com municípios de todas as regiões do estado, obteve resultados semelhantes, verificou que além de o uso da variante *você* ser mais frequente, as formas *ocê* e *cê* são mais utilizadas do que a variante *tu* sem concordância. Nesse trabalho, a autora não separa as ocorrências por regiões ou





municípios, dessa forma, não conseguimos comparar seus resultados a uma região específica. Os resultados de Souza (2024), amostra do Alto Sertão, convergem das demais pesquisas no que diz respeito à preferência dos falantes pela variante *você*, entretanto, divergem quanto ao uso do pronome *tu* sem concordância, que é mais frequente do que a variante *cê*. Nessa amostra a variante *ocê* apareceu apenas uma vez.

Dos resultados obtidos através dos estudos por região, percebemos que a variante *você* é mais frequente em todas as amostras, no que diz respeito às realizações de *tu* sem concordância *cê* e *ocê*, observamos que são utilizados em todas as regiões, mas não podemos distinguir o uso por regiões, uma vez que estudos como o de Silva e Vitória (2018) e Souza (2024) do Alto Sertão apresentam diferenças quanto ao uso das variantes *tu* sem concordância e *cê*. A primeira apresenta mais uso de *cê*, a segunda evidenciou a preferência pelo pronome *tu* sem concordância.

Em amostras como a de Vitória (2018) e Silva e Vitória (2017), percebemos poucas realizações do pronome *tu*. A não captura do pronome, nesses estudos e também nos outros nesta pesquisa apresentados, pode ser consequência do modelo de entrevista utilizado na coleta da amostra, pois como afirma Souza (2024), o modelo tradicional de Entrevista Sociolinguística desfavorece a captura do pronome *tu*. Pesquisas que pretendam analisar as variantes estudadas, precisam de um modelo de entrevista alternativo.

Em relação à variante *tu*, é importante refletir sobre as duas ocorrências do pronome com concordância verbal com a segunda pessoa do singular do trabalho de Tenório (2002), que não aparece em nenhuma outra amostra das décadas seguintes. A regra de concordância parecer ter entrado em desuso.

Apesar de vislumbrar a gama de estudos com a variação entre *tu* e *você* na posição de sujeito por todo o país, entendemos que a necessidade de estudos com essas variantes linguísticas não se encerra, pelo contrário, os estudos descritos são estímulos para as pesquisas nas demais localidades que ainda não foram pesquisadas. Sendo assim, consideramos importante a exploração de novos dados nos diferentes municípios do estado de Alagoas, principalmente, em municípios distantes dos grandes centros urbanos.

Ao fazer o levantamento de estudos para esta pesquisa, ficou evidente a ausência de estudos em comunidades e povos tradicionais, comunidades quilombolas, indígenas e povos de terreiro. Há também carência de estudos nas comunidades que formam assentamentos, povos ciganos, ribeirinhos e as diversas comunidades rurais. Da falta de pesquisas com *tu*, *você*, *ocê* e *cê* nessas comunidades, inferimos a escassez de descrição e interpretação da diversidade linguística brasileira que é composta por diversas comunidades.





Referências

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SCHERRE, M. M. P. ANDRADE, C. Q. e CATÃO, R. C. Por onde transitam o tu e o você no Nordeste? **Revista de Letras**. nº 40 - vol. (1) - jan./jun. – 2021.

SCHERRE, M. M. P. Paralelismo linguístico. **Revista de Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.29-59, jul./dez. 1998. Disponível em:< <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2293/2242> >. Acesso em 09 de set de 2022.

SCHERRE, M. M. P. Por onde transitam o tu e o você no Nordeste? *In: Fórum de estudos linguísticos do Ceará* – FELCE, 5., 2020, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2020.

SCHERRE, M. M. P.; ANDRADE, C. Q.; CATÃO, R. de C. Redesenhando o mapa dos pronomes tu/você/cê/ocê no português brasileiro falado. *In: WITCHES, P. H.; VIEIRA-MACHADO, L. M. da C.; FURLAN, C. K. J.; NOGUEIRA, M. de O. (Org.). Conquistas e desafios dos estudos linguísticos na contemporaneidade: trabalhos do V Congresso Nacional de Estudos Linguísticos – V CONEL*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 270-276.

SCHERRE, M. M. P.; DIAS, E. P.; ANDRADE, C. Q.; MARTINS, G. F. Variação dos pronomes “tu” e “você”. *In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (Org.). Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 133-172.

Souza, M. H. M. **Tu, você, ocê e cê na posição de sujeito na comunidade quilombola Serra das Viúvas / Água Branca - AL** / Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, Maceió, 2024.

SILVA, S. de O. P.; VITÓRIO, E. G. de S. L. A. A variação você e cê no sertão alagoano. **Revista Leitura**, Maceió, v. 2, n. 59, p. 122-142, jul./dez. 2017.

SILVA, S. O. P. **A variação pronominal de segunda pessoa do singular em Coité do Noia, AL**. Dissertação de Mestrado e Letras e Linguística. 126 f. il. Programa de pós-graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal de Alagoas. Maceió 2019.

SILVA, W. S. **Pronomes de 2ª pessoa do singular em falares alagoanos: uma análise variacionista**. Trabalho de conclusão de Curso. (Graduação em Letras) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

TENÓRIO, A. **O uso das formas tu e você em diálogos de maceioenses**. Dissertação. (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, 2002.

VITÓRIO, E. G. de S. L. A. A variação tu e você em Maceió, Alagoas. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 85-99, maio/ago. 2018.





Herói ou bandido: uma análise sobre a figura de lampião no cangaço

Lucas Gonçalves da Silva²⁷

Considerações iniciais

Neste trabalho, buscamos refletir os efeitos de sentidos sobre o discurso da dualidade construído pelo imaginário social acerca da imagem de Lampião, no sertão nordestino. Para isso, faremos uso das Ciências da Linguagem, especificamente, dos estudos discursivos. Desse modo, direcionamos nossa análise para compreender como o imaginário social busca produzir discursos que categoriza o cangaço como um movimento de bandido e atrela a figura de Lampião como sendo um herói ou vilão do sertão, não tornando como legítimo os contextos que os cangaceiros estavam inseridos: ambientes de violências, injustiças e desigualdades.

Apagar a história que Lampião para diversos sertanejos de sua época foi um sujeito modificou o cenário em nome da lei e não oscilou em lutar contra a realidade socioeconômica que jogava os nordestinos à margem de sua própria sorte e silenciar as causas principais da história do cangaço e perpetuar uma história vista como verdadeira e absoluta: nordestinos bravos, heróis e valentes. Contudo, o movimento cangacista era visto por Lampião como um caminho para aniquilar as opressões, a fome e garantir os direitos dos sertanejos que eram invalidados pelas autoridades da época. A forma como Lampião desamparou a conjuntura política dos grandes senhores no sertão, produzia discurso de homem que cometia atrocidades, para determinar sentidos de sujeitos vistos como pessoas violentas e justiceiras, por fazer com que a elite social de sua época não disseminasse desigualdades econômicas e sociais.

A categorização da imagem de no sertão nordestino é um fenômeno, antes de tudo, que deve ser visto como um movimento relacionado às questões territoriais. Ademais, é preciso entender como as narrativas construídas pelo cangaço fomentam em discursos criado pelo imaginário social para solicitar a figura de um homem que tocou terror no sertão nordestino. Orlandi (2008) reflete que o discurso não se deixa ser visto como um instrumento neutro. Com isso, os discursos de violências, injustiças e desigualdades sociais criam um viés ideológico que silencia as mazelas vividas por um povo que não concorda com a sua realidade.

Os efeitos de sentidos produzidos pelo imaginário social compreendem a imagem de um Robin Hood do sertão, ou de um vilão que que barbarizou e tocou o terror. Analisar a imagem de Lampião é se distanciar dos polos dessa história dual de herói ou bandido e enxergar Virgulino Ferreira da Silva como um cangaceiro que tentava fazer justiça. Como explica Orlandi (2015) entender como os sentidos são construídos não é um caminho simples, tendo em vista que estamos trabalhando com algo que não é organizado, já que o sentido pode ser sempre outro. Contudo, a existência do discurso

²⁷ Egresso do Curso de Letras (*campus Sertão*), da Universidade Federal de Alagoas.





permite que esses sentidos sejam organizados. Por meio dessa compreensão é necessário atribuir as vivências e as significações da história de Lampião, do seu contexto político, ideológico e social, como um espaço de representação contra as oligarquias e dos meios que tentaram aprisionar os direitos do sertanejo.

Dispositivo teórico-metodológico

Analisar o discurso resulta em compreender sentidos dos sujeitos por meio de seus dizeres e da produção de sentidos como parte das práticas ideológicas e sociais, isso porque o discurso é o efeito de sentidos em que diversos sujeitos ligados às formações ideológicas e formações discursivas diferentes são interpelados por formulações feitas e já esquecidas, mas que determinam o que dizemos como fundamenta Orlandi (2015). Nessa perspectiva, para refletir sobre o processo de produção de sentidos em análise discurso é substancial compreendermos as condições de produção do discurso, o funcionamento do interdiscurso (memória discursiva) e a história, pois são caminhos fundamentais para analisar os funcionamentos discursivos sobre a imagem de lampião no cangaço e os sentidos produzidos pelo imaginário entre um sujeito visto como herói ou bandido.

Os sentidos e o discurso mantêm uma relação direta com a história, pois como aponta Orlandi (2008, p.42) o discurso também é histórico "porque se produz em condições determinadas e projeta-se no futuro, mas também é histórico, porque cria tradição, passado e influencia novos acontecimentos". Logo, compreendemos, que a história faz sentido, tendo em vista, que os processos históricos significam de diferentes formas e compreendem como o simbólico produz sentidos. Além do mais, os sentidos, apropriam-se da memória discursiva, para marcar dizeres já construídos. Dessa maneira, é necessário pensar como os discursos atravessam a historicidade e se nutrem pelo imaginário a partir da construção da figura de Lampião constituída como bandido ou herói. Nessa perspectiva, por meio das condições amplas de produção do discurso, segundo Orlandi (2015) que envolvem o contexto sócio-histórico e ideológico do discurso é importante entender os efeitos de sentidos e os processos de significação que são produzidos no imaginário social sobre/de Lampião no sertão. Assim, é preciso pensar como as palavras significam por meio da história e da língua, compreendendo a constituição de seus sentidos em diferentes formações discursivas.

Os discursos produzidos ao longo da história sobre Lampião que estão na centralidade do viés da memória e da atualidade produziram a questão: "Lampião foi um bandido ou um herói?". Esse é um dos discursos mais transparentes que o imaginário constituiu. Lampião foi um cangaceiro que procurava modificar o cenário da sua época, uma vez que, por volta do século XX, o Nordeste era uma região inundada de cangaceiros, pois como explica Bezerra (2015) ser cangaceiro era moda. O cangaceiro era visto como sujeito protagonista do cangaço e uma pessoa de vida seminômade, carregando poucas tralhas que serviriam de necessidade para sua vida nas caatingas.





O cangaço, no sertão nordestino, foi um movimento social armado, originado por desavenças políticas e pela obtenção de terras. Além do mais, a resistência do poder público brasileiro frente à miséria e à desigualdade social que assolava os territórios nordestinos, efetivaram-se como os principais motivos para o surgimento desse movimento. Bezerra (2015) fundamenta que desafiar o governo foi o maior erro ou maior acerto de Lampião, uma vez que o sertanejo que pegava em armas e estabelecia um bando era visto como um sofredor da desengraçada organização social que massacrava quem precisava dela para sobreviver. Lopes (2006) reflete sobre o fato de que o cangaceiro não nasceu bandido, nem acordou e pensou: “agora vou ser bandido nômade e espalhar terror nas terras nordestinas”. Os cangaceiros, enfrentando o desprezo que as oligarquias e o poder público ofertavam, encontram no cangaço um meio para modificar o cenário a que diversos sertanejos estavam enquadrados.

Este trabalho busca analisar a imagem de Lampião no cangaço, buscando compreender a dualidade criada pelo imaginário social, como sendo um bandido ou herói, além de refletir sobre as lutas econômicas e os mecanismos sociais pelos quais o mais famoso dos cangaceiros e seu grupo se imponha como, por exemplo, procurando viver de maneira que não se aproximasse da condição social que era obrigado pelo estado na época, vivendo a partir de seus próprios valores e domínios.

Para produzir este estudo, buscamos procedimentos metodológicos que pudessem substanciar um caminho entre teoria/método/procedimento analítico e objeto, um meio de compreender os sentidos numa pesquisa que se inscreve na análise de discurso materialista. Com isso, nossa pesquisa está inserida no viés do entremeio, pois está em movimento, é aberta. Além disso, o método aqui não é restringido apenas a teoria, mas o olhar do analista sobre o objeto, seus gestos de leitura e interpretação inserida nesse processo de observação do funcionamento dos sentidos em materiais analíticos distintos.

Orlandi (2012, p. 12), explica que em análise de discurso, o método “procura expor o olhar leitor à opacidade do texto, que leva em conta que algo fala antes, em outro lugar e independentemente, faz contínua retomada da teoria, no processo analítico”. A partir disso, metodologicamente, é possível problematizar o processo de significação e funcionamento dos sentidos e dos discursos inscritos na história. Diante disso, buscamos questionar e compreender os discursos construído pelo imaginário social como uma história dual de um homem visto como bandido ou herói, para mais selecionamos a fotografia do site G1 como corpus de pesquisa também que expõe as cabeças de Lampião, Maria Bonita e dos principais integrantes do bando arrancadas e levadas por diversas cidades, sendo expostas como prêmio e forma de intimidação.

Um olhar discursivo sobre a imagem de Lampião

O discurso construído acerca da imagem de Lampião ainda tende a ser emoldurado por meio de um viés de um bandido que espalhou terror pelo sertão nordestino e assassinou covardemente diversos sujeitos, o que faz com que esse discurso assimile para outros discursos e ampare dizeres futuros, uma vez que o discurso é visto como um processo discursivo amplo e contínuo. Diante disso, é





impossível dizer que existe um discurso verdadeiro e dogmático sobre o papel de bandido das caatingas ou de Robin Hood que Lampião dissipava no sertão, isso porque um dizer tem relação com outros dizeres já construídos, o que faz compreender que a posição-sujeito colabora para a significação de uma relação na história, como ensina Orlandi:

O lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno. O padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fies etc. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentava no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno. (ORLANDI, 1999, p. 39-40)

Diante desse entendimento, pode-se perceber que os discursos construídos na sociedade se movimentam através das funcionalidades discursivas e dos lugares que os sujeitos ocupam. Dessa forma, é mais aceitável produzir um discurso de um cangaceiro sacralizado como bandido do que um símbolo da cultura popular nordestina, além de (re)apresentar o discurso de um sujeito de vida errônea e criminal. Sendo assim, o simbólico do imaginário fortalece a relação de sentidos com a formação imaginária construindo diferentes caminhos para conduzir a formação social de um sujeito na história.

O imaginário social sempre buscou impossibilitar que Lampião fosse categorizado de maneira mais verdadeira possível, procurando mostrar a vida por meio de muitas fantasias escritas sobre o cangaço e os fenômenos produzidos por Lampião e seu bando como manter um funcionamento discursivo que em determinado evento, Lampião impôs que todos os presentes dançaram nus. Contudo, isso não pode ser visto como um padrão verdadeiro, pois sendo um cangaceiro que preservava o moralismo não admitiria que isso fosse evidenciado. As verdades de vários fatos constituídos sobre Lampião não foram comprovadas em pesquisas bibliográficas e/ou criteriosas. São apenas invenções criadas. Histórias que como fundamenta Bezerra (2015) estão somente ligadas ao anedotário lampiônico. O maior dos cangaceiros ainda que semianalfabeto mantinha uma inteligência exorbitante, Bezerra (2015) explica:

Lampião foi um exímio mestre na arte da luta de guerrilha, concebida e aprimorada em sua cabeça, sem nenhum aprendizado. Por pura intuição, de improviso, ele tomava as decisões adequadas, não somente nas horas de combate, mas também na adoção de medidas relativas ao abastecimento do bando, comunicação, deslocamento do grupo, escolha dos lugares para acampar, essas coisas que os especialistas chamam de “logística”. O capitão Virgulino certamente nunca ouviu essa palavra, mas concebia o seu significado prático como poucos. Se tivesse frequentado uma academia militar, seria um grande general, um exímio estrategista. Sabia dividir o comando. Seus ataques eram precisos e objetivos. Cuidava dos flancos e da retaguarda. Sabia como ninguém preparar uma retirada. (BEZERRA, 2015, p. 25)





Lampião era um homem cuidadoso, esperto e de imensa imaginação. Os discursos sobre Lampião recorrem a ideias que produzem efeitos de sentidos que deslizam a memória de acontecimentos, mobilizando funcionamentos que sinalizam os feitos da vida de Lampião, apontando as crueldades de um sujeito que marcou seu lugar de luta. Como aponta Orlandi (2015), os discursos já estão em processo desde quando nascemos e se originam a partir de nós. Dessa forma, os discursos produzidos sobre Lampião deslizam e funcionam pelo imaginário social durante tempos, criando dizeres que prendem o cangaceiro em uma posição-sujeito vista de herói por sua inteligência e estratégias de saber se desviar das emboscadas das volantes ou como vilão por desenvolver estratégias que, às vezes, eram consideradas brutais para sobreviver a diversos ataques.

O imaginário social compreende um espaço para Lampião como sujeito que ocupa lugares desumano, sendo um ser cruel para o povo sertão nordestino, construindo discursos de um homem apenas ansioso com sua vingança e propagação do no cangaço, produzindo sentidos pejorativos para as questões sociais, políticas e ideológicas que Lampião procurou enfrentar. Os discursos associados a Lampião, estão em um território que mobilizam sentidos de um homem monstruoso. A construção do corpo de Lampião é visto como figurado, simbólico e rodeado de proteções divinas/mágicas. Prata (1933) explica sobre as mãos de Lampião, por exemplo, parte que está separada do seu corpo, mobilizando sentidos como mãos de matador, que produzem medo e terror:

O que mais me impressiona no seu físico chocante são as mãos. São terríficas, expressivas, revelando um temperamento, uma vida. Extraordinariamente longas, no dorso, sobre um leque de tendões enrijados, dançam-lhe arabescos escuros de veias turgidas; recobrelhe as palmas uma crosta áspera e acinzentada como pele de batráquio; os dedos finos, ósseos, compridos, terminados em unhas córneas e ponteagudas, enegrecidas como equimoses, ostentam inúmeros anéis, falsos e verdadeiros. Mas ferozes, convulsivas, astuciosas, brutais e ávidas. Parecem sempre febris, frementes, animadas de estranha vida como se cada músculo e cada nervo estivessem a receber continuamente a excitação de uma agulha elétrica. Mais que possuem hábitos horrendos, paixões furiosas. Se se elevam no ar, travam gestos de punhaladas, de estrangulamentos de gorjas. (PRATA, 1933, p. 26-27).

Orlandi explica que "não há corpo que não esteja investido de sentidos, e que não seja o corpo de um sujeito" (ORLANDI, 2012, p. 93). Diante disso, o corpo do mais famoso cangaceiro, na sociedade hodierna, ainda é compreendido por diversos sujeitos interpelados pelo imaginário social como personificação do mal, um ser demonizado, um sujeito repleto de invenções diabólicas, um corpo paupérrimo de beleza ou alguma estima humana. Todavia, é necessário analisar que o corpo desse sujeito reconhece um corpo massacrado desigualdades, imposições e crueldades que o poder público destinou a Lampião: uma realidade que matava, perseguia e tratava o cangaceiro como alguém que deveria ser morto.





Apontamentos: memória, discursos e Lampião

A construção da imagem de Lampião no cangaço compreende as lutas econômicas e os aparelhos sociais que o bando do cangaceiro eram contrários, como viver de maneira diferente da construção social, política e ideológica que o poder público oferecia, mas compreendendo que deveriam exercer seus direitos individuais e viver por meio de seus valores. Wscley Rodrigues (2011) explica que as percepções do social não podem ser vistas como discursos neutros, pois são produzidas estratégias e práticas, para impor autoridade à custa de outras. Assim sendo, é possível entender que o discurso produz sentido e significa a partir da relação homem com a história e seu trabalho social. O imaginário social construiu a figura de Lampião categorizando-o como um bandido, como Chandler e Frederico Pernambucano de Mello os enxergavam. Contudo, não era a visão de um bandido sanguinário em todas as suas realizações, como propagado durante muito tempo nos jornais da época, constituindo uma verdade que chegou inquestionável sobre o cangaceiro. A imagem de Lampião que Chandler (1980) enxergou era aquela de um bandido humanizado e profissional do crime:

Há uma tendência na história da humanidade para absolver os homens e as mulheres de seus crimes, se suas ações sobrepujarem as más. Portanto, as maldades cometidas por um bandido que roubou dos ricos para dar aos pobres podem não ser esquecidas, mas, certamente, serão obscuras. O comportamento de Lampião não se enquadra nessa categoria, pois, embora fosse capaz de atos de bondade, eles não constituem o fator predominante de sua carreira. Contudo, se o célebre cangaceiro não era um Robin Hood, era, pelos menos, um homem em quem o sentimento da bondade humana nunca secou completamente. Apesar das influências brutalizantes de sua profissão, conservou-se um homem normal, com os impulsos de um homem normal (CHANDLER, p. 269-270).

Virgulino Ferreira da Silva encarou uma vida cheia de dor, mazelas e tristezas que compuseram seu cenário social, como a seca que disseminava diversos problemas para os nordestinos: fome, supressão de recursos econômicos concebendo um espaço desumano para viver. Esses confrontamentos permitiram que Lampião alcançasse uma patente de herói para confrontar os contextos precários, por isso ele comandava as caatingas, através de suas leis. O poder de Lampião aumentava com os dias e ele alcança diversos lugares do sertão nordestino distribuindo respeito e medo. Sua nascente mina de poder desmantelou o sistema do governo, uma vez que crimes e sequestros: roubar dos ricos fazendeiros para os mais pobres, colaborava para que o cangaceiro alcançasse mais seguidores.

Orlandi (2015) postula que o discurso não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. A imagem a seguir retirada do site G1 expõe um registro histórico das cabeças de Lampião, Maria Bonitas e seus demais cangaceiros, que tiveram suas cabeças decapitadas na Grota de Angicos, numa emboscada com as volantes. As cabeças "visitaram" diversas cidades, fazendo uma turnê de terror, como sendo, uma forma de provar/validar/fundamentar que o maior dos cangaceiros e seu bando teria sido dissipado.





Figura 01: Emboscada de Angicos.



Fonte: José Castro.

A emboscada na Grota de Angicos aconteceu dia 28 de julho de 1938, para isso é importante compreender que o reconhecimento de Lampião no cangaço é fazer com o imaginário entendesse que se tornar cangaceiro fazia o menino se tornar homem. Desse modo, o sertanejo enxergava em Lampião um homem revolucionário, à frente do seu tempo que questionava a omissão do governo mediante às desigualdades, à fome e à miséria, isso colaborou para que o cangaceiro ficasse visado pelo poder público da época, resultado em diversos embates com a intenção de massacrar a vida de quem estava a todo momento lutando em defesa de um povo desgovernado. Enfrentar um regime que disseminava às injustiças sociais foi um ato que sacudiu a elite da nordestina da época. Os efeitos de sentidos presentes na imagem colocam o governo sertanejo em um lugar de poder, mostrar força e dizer que Lampião não era o rei do cangaço, por isso que as cabeças cortadas e expostas ao público foram vistas como troféus.

Henry (1992, p. 188) explica que “O sujeito é sempre e, ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação”. O sujeito do discurso é visto, então, como um sujeito que tem um papel na intervenção da linguagem, na história e na sua relação com ideologia. Assim, quando pensamos no sujeito Lampião e sua relação com as ideologias vigentes da época é possível analisar a cristalização de um discurso que buscava matar o homem e seu bando que tocava terror no Nordeste, mas que além de matar era preciso legitimar essa ação, como foi representada a amostra de horror da vida de um homem que era a manifestação de alma coletiva, de um povo que vivia injustiçado e abandonado à própria sorte.

Orlandi (1999) fundamenta que a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Assim, as várias noções ideológicas que estão em confronto na sociedade produzem sentidos e constroem sujeitos. A partir da visão ideológica que representa uma ordem social no mundo, Lampião e suas exposições sejam no campo do





terror como simbolizado no corpus é possível perceber como os sentidos categorizados sobre Lampião não deve ser visto como um bandido e suas cabeças provas disso, mas atestam-se para uma geração de homens e mulheres valentes que lutaram para almejar uma sociedade mais justa e igualitária, refutando uma visão deturpada, retrógrada e inconsciente de que o cangaço era um movimento que apenas dispunha de indivíduos sem piedade com o objetivo de fomentar o terror na sociedade nordestina.

Considerações finais

A perspectiva da análise de discurso materialista foi base, nesta pesquisa, para buscamos compreender o funcionamento discursivo construído pelo imaginário social a imagem de Lampião no cangaço. Com isso, procuramos tecer uma reflexão sobre a outra versão dos cangaceiros e suas mazelas históricas que produzem sentidos e durante tempos foram não vistas como uma revolução de classes nas caatingas. Portanto, este trabalho busca desconstruir a visão de bandido ou herói de Lampião criada pelo imaginário social, mas de reconhecer esse sujeito como um cangaceiro e colabora para que os sentidos não sejam produzidos de formas que invalidam as construções históricas e sociais de Lampião.

Construir um estudo responsável sobre Lampião e o cangaço é compreender que há discursos reais e discursos repletos de falácias. Muita fantasia foi acrescentada aos fatos (BEZERRA, 2015). O imaginário social tende a reproduzir discursos e projetar sentido que afastem Lampião de sua posição: o maior cangaceiro do Nordeste, levando uma vida com diversas dificuldades, desigualdades e fazendo os poderes da época conhecerem a luta de classes como um fenômeno que alcançou grandes territórios. O governo estava confortável a massacrar os sertanejos e problematizar ainda mais suas vidas. Contudo, no Nordeste, o ditado popular “quem semeia vento colhe tempestade” virou nas oligarquias, pois Lampião, grande cangaceiro desconstruiu um sistema latifundiário e questionou uma forma homogênea de viver.

A partir do percurso teórico-analítico apresentado aqui, as considerações centrais dessa pesquisa objetivavam analisar os sentidos construídos pelo imaginário sobre Lampião e o cangaço, como um bandido ou herói. Este estudo é firmado pela compreensão das condições amplas e estritas do discurso, das formações discursivas, ideológicas e pelo interdiscurso. Os movimentos discursivos sobre Lampião produzem imagens de um homem que usou seu meio para lutar apenas por suas vontades sem compreender o contexto social que estava inserido. As palavras, que o imaginário social categorizou sobre Lampião sempre mantiveram um lugar que buscava não legitimar a importância do movimento cangacista e a sua imagem. Como aponta Orlandi (2007) a palavra significa, porque a sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, provendo de uma realidade significativa. Com isso, os discursos narrados sobre o bandido sanguinário e sem pudor desqualificam e desmontam a representação do cangaço, de Lampião e suas lutas.

Portanto, este estudo, busca refletir como Lampião aparecia como um para resolver o conformismo e as negligências que o sistema ofertava ao sertão.





Referências

- BARROS, L. O. C. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. 2.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BEZERRA, J. L. I. **Lampião: a raposa das caatingas**. 3ª ed. Salvador: JM Gráfica & Editora Ltda, 2015.
- CHANDLER, B. J. **Lampião, O Rei dos Cangaceiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- HENRY, P. **A ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1992.
- ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. **Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.
- ORLANDI, E. P. **Terra à vista- discurso do confronto: velho e novo mundo**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- ORLANDI, E. P. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. 3ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 1992.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.





Liberdade por um fio: uma análise do discurso sobre o cabelo crespo

Juliane Miranda²⁸

Considerações iniciais

O cabelo crespo é parte essencial da identidade negra, representando uma história de luta e resistência. Apesar de carregar traços de autoafirmação, ele foi historicamente mutilado pelos colonizadores europeus, reforçando padrões estéticos eurocêntricos que o classificavam como "feio" ou "ruim". Esse traço fenotípico, desde o período colonial, é alvo de ataques racistas, que se manifestam tanto em espaços físicos quanto virtuais. Nas redes sociais, enquanto surgem grupos de acolhimento e valorização da estética negra, também há a circulação de discursos racistas que violentam identidades, atualizando a opressão histórica.

Este trabalho analisa comentários publicados na conta "Muito Além de Cachos", administrada pela atriz Samara Felippo, que busca fortalecer a autoestima de crianças negras ao valorizar seus cabelos crespos. A partir de comentários racistas, como "Cabelo horrível, bota alisante nisso!", este estudo explora como os discursos refletem a memória colonial de inferiorização, reforçando a imposição de alisamento como norma estética. Por meio da Análise de Discurso (AD) de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, investiga-se como as condições de produção e a memória discursiva sustentam esses enunciados racistas, analisando como se conectam ao contexto histórico e à ideologia eurocêntrica.

Conforme Coutinho (2011), desde o movimento Black Power na década de 1960, o cabelo crespo tem sido ressignificado como símbolo de resistência à opressão colonial. Nas redes sociais, o processo de transição capilar em que mulheres negras abandonam o alisamento químico e retornam ao cabelo natural, ampliou essa valorização, criando novas formas de representatividade. Isso demonstra o funcionamento do discurso, que, segundo Pêcheux ([1998], 2009), é um efeito de sentido entre interlocutores, influenciado por ideologias e pela história.

Embora iniciativas como a de Samara Felippo promovam autoestima e resistência, discursos racistas ainda são produzidos e disseminados nas redes sociais, perpetuando o imaginário de que o cabelo crespo é inferior e precisa de transformação para alcançar aceitação social. Este trabalho, baseado na AD e nos fundamentos do Feminismo Negro, busca entender como o racismo se expressa por meio da estética, especialmente no cabelo, e como novas narrativas podem ressignificar identidades e combater a opressão. A pesquisa é estruturada em quatro capítulos. O primeiro apresenta o histórico da Análise do Discurso e suas categorias utilizadas nesta investigação. O segundo capítulo aborda o lugar do cabelo crespo no movimento negro, mostrando seu papel político e

²⁸ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas.





histórico como símbolo de resistência. O terceiro introduz o Feminismo Negro, destacando a opressão interseccional enfrentada por mulheres negras, agravada pela imposição de padrões eurocêtricos de beleza. Por fim, o quarto capítulo analisa os comentários do Instagram com base nas categorias de condições de produção (em sentido estrito e lato) e memória discursiva, mostrando como os discursos racistas continuam a circular e como espaços de resistência desafiam essas narrativas.

Análise de discurso: apontamentos teóricos

A Análise de Discurso, fundamentada nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, oferece ferramentas para compreender os sentidos produzidos nos discursos em relação à história, ideologia e contexto social. Este estudo utiliza as categorias de condições de produção e memória discursiva para analisar comentários racistas publicados em uma página do Instagram dedicada à valorização do cabelo crespo.

A Análise de Discurso situa-se entre a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo, compartilhando a perspectiva de que língua, história e sujeito são opacos, ou seja, não são transparentes. O discurso, nessa perspectiva, é um efeito de sentidos entre interlocutores, atravessado por formações ideológicas que o constituem como parte de uma historicidade. Conforme Orlandi (2007), o discurso é heterogêneo, composto por vozes de diferentes momentos históricos, sustentado por uma memória discursiva que atualiza dizeres passados e lhes confere novos sentidos em contextos específicos.

As condições de produção, em sentidos estrito e amplo, permitem entender os fatores imediatos e histórico-sociais que moldam os enunciados, enquanto a memória discursiva revela como sentidos cristalizados reaparecem nos discursos contemporâneos. Comentários analisados neste estudo evidenciam relações de poder que reproduzem a imposição de padrões eurocêtricos de beleza, destacando a relevância da AD para revelar os mecanismos pelos quais os discursos racistas se perpetuam e naturalizam.

Este artigo contribui para a compreensão de como a linguagem opera na construção de identidades e na atualização de opressões históricas, especialmente em contextos digitais, onde discursos alternativos também emergem como formas de resistência e ressignificação.

O lugar do cabelo crespo no movimento negro

O racismo utiliza o discurso como ferramenta de dominação, promovendo a inferiorização dos traços negros e moldando subjetividades que os afastam de qualquer ideal de beleza. Conforme Lacan (1998), a identidade é construída em relação ao olhar do outro, e em uma sociedade racista, o sujeito negro pode se aprisionar em discursos que o fixam em uma posição de inferioridade. Segundo Orlandi (1996), esses discursos são tomados como "significações experimentadas", criando a ilusão de realidade. Fanon (2023) destaca o aprisionamento de si nesses discursos, dizendo que "os olhares do outro me fixaram lá" para se referir a esse lugar supostamente inferior de qualquer traço característico das pessoas negras em comparação aos traços europeus.





O cabelo crespo, por ser um traço fenotípico de forte simbolismo cultural, histórico e político, foi alvo de imposição de ódio ao longo do tempo. Gomes (2003) ressalta que o cabelo tinha alta relevância cultural para os povos africanos, com penteados que indicavam identidade, classe social e até estratégias de sobrevivência, como as tranças usadas para esconder grãos de arroz ou traçar rotas de fuga (ROLIM, 2021). Contudo, com a escravização, práticas como raspar as cabeças de africanos simbolizavam a mutilação de sua identidade (GOMES, 2003). Kilomba (2019) aponta que o cabelo crespo se tornou a marca mais poderosa de "primitividade" e inferioridade no período colonial.

Ao longo da história, movimentos como o Harlem Renaissance e o Black Power buscaram reverter essa narrativa, promovendo a valorização da estética negra. O slogan "Black is Beautiful" trouxe orgulho à textura natural do cabelo crespo (GAYLES, 1993). Entretanto, os discursos racistas permanecem, exercendo pressão estética que incentiva alisamentos dolorosos ou perigosos. Ferramentas como o pente quente e químicas agressivas exemplificam as tentativas de adaptação aos padrões eurocêntricos, muitas vezes resultando em traumas físicos e psicológicos (CRUZ; GOMES; SANTOS, 2021; DIAS, 2009).

A memória discursiva do racismo, que associa o cabelo crespo ao "ruim", continua a ser atualizada, reforçando o apagamento e a mutilação da identidade negra. No Brasil, crianças negras enfrentam ataques estéticos desde cedo, especialmente em ambientes escolares, o que reforça a ideia de pertencimento racial como algo indesejado (GOMES, 2019). Optar pelo cabelo natural é, portanto, um ato de resistência e autonomia frente a esses discursos opressivos.

Feminismo negro: dando voz aos corpos (in)visíveis

Segundo Munanga (1994), a identidade é formada pela interação social, mas, no caso da pessoa negra, essa construção ocorre sob um cenário de conflitos raciais, em que o "outro", majoritariamente branco, define e inferioriza características negras, como o cabelo crespo. Gomes (2012) afirma que cabelo e corpo são expressões simbólicas da identidade negra e elementos de resistência cultural e política.

A construção identitária das mulheres negras é marcada desde a infância por discriminação, especialmente em espaços como a escola (CAVALLEIRO, 1999), e agravada pela imposição de padrões estéticos eurocêntricos (MATARAZZO, 1998). Para as mulheres negras, a opressão é dupla, envolvendo racismo e sexismo. Grada Kilomba (2019) introduz o conceito de "racismo genderizado", destacando que o movimento feminista inicial, dominado por mulheres brancas, e o movimento negro, centrado em homens negros, ignoravam as demandas específicas das mulheres negras. O Feminismo Negro surge como espaço político e ideológico para dar voz a essas mulheres, cujas experiências de opressão diferem qualitativamente das de mulheres brancas. Angela Davis (2016) e Sueli Carneiro (2003) destacam que, enquanto as mulheres brancas lutavam por direitos como o trabalho, as mulheres negras já eram exploradas laboralmente sem qualquer reconhecimento ou proteção. Carneiro (2003)





também critica o mito da fragilidade feminina, que exclui as mulheres negras, historicamente tratadas como fortes e resistentes, em oposição ao ideal de feminilidade delicada associado à mulher branca.

A pressão estética sobre as mulheres negras é reforçada por padrões racistas que marginalizam a estética negra, perpetuando ideais de beleza eurocêtricos. A representação limitada da mulher negra na mídia reflete um apagamento histórico que começou a ser desafiado com o Feminismo Negro e o advento das redes sociais. Essas plataformas têm desempenhado um papel crucial na disseminação de discursos de valorização da estética negra, impulsionando movimentos como a transição capilar. Nesse processo, mulheres negras deixam de alisar seus cabelos para abraçar sua textura natural, transformando o cabelo em símbolo de resistência e empoderamento (MOORE, 2010).

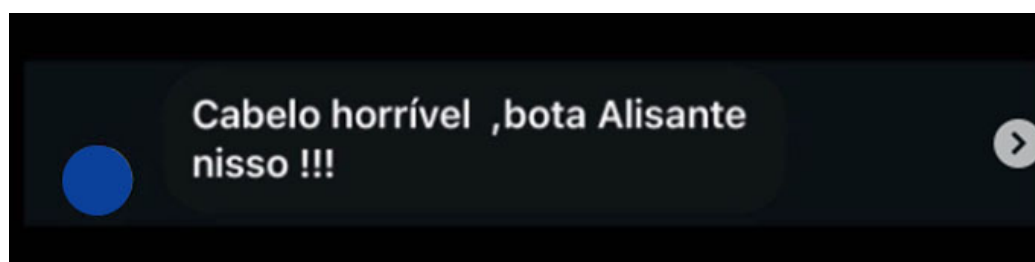
No entanto, as redes sociais também são espaços de ataques racistas, onde discursos opressores se manifestam abertamente, revelando a persistência da desvalorização da estética negra. Ao mesmo tempo, essas plataformas possibilitam a articulação de movimentos que reafirmam a identidade negra, promovendo a luta contra o racismo e a busca por representatividade. Segundo Nogueira (2006), assumir traços negroides é mais do que uma afirmação estética; é um ato político contra o racismo estrutural.

A textura da liberdade: análise dos comentários do *Instagram*

Antes de iniciar as análises discursivas desta pesquisa, é fundamental entender como a **Análise de Discurso** concebe o sujeito. Para Eni Orlandi, a posição de sujeito considerada não é o indivíduo empírico, mas o sujeito do discurso. Isso implica que todo sujeito, ao projetar-se na língua, posiciona-se no discurso (Orlandi, 2006). Além disso, o discurso não se resume à transmissão de mensagens, mas constitui um efeito de sentidos entre os interlocutores (PÊCHEUX *apud* ORLANDI, 2006).

Os recortes analisados nesta pesquisa (Figura 1, Figura 2 e Figura 3) foram retirados de comentários publicados no Instagram da conta "**Muito Além de Cachos**", administrada pela atriz Samara Felippo. Mãe de duas filhas negras, a atriz utiliza a conta para promover o cuidado com cabelos crespos e fomentar a autoestima de crianças negras por meio da aceitação de sua textura capilar. Em uma postagem, após mostrar o cabelo de suas filhas, uma usuária enviou mensagens diretas que se tornaram o corpus discursivo desta pesquisa, referenciados como R1, R2 e R3.

Figura 01: Print (2) da página Muito Além de Cachos.

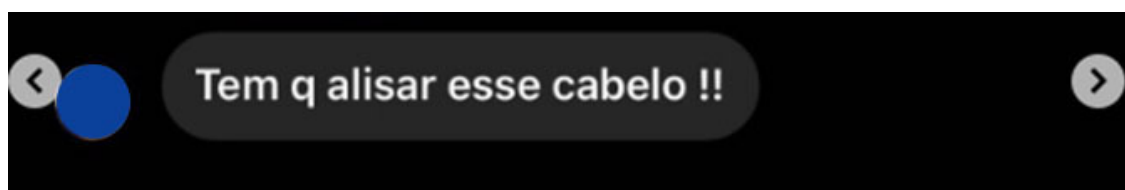


Fonte: Muito Além de Cachos.



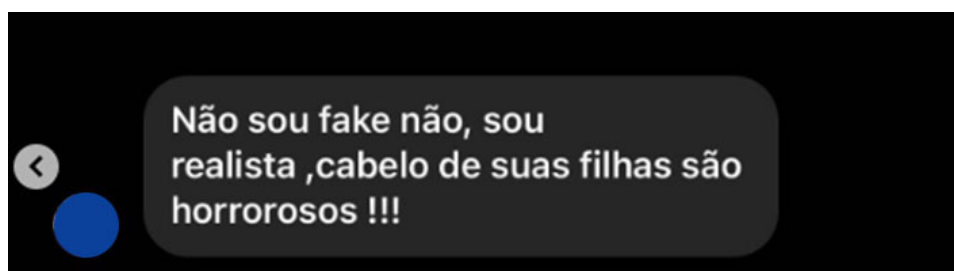


Figura 02: Print (3) da página Muito Além de Cachos.



Fonte: Muito Além de Cachos.

Figura 03: Print (4) da página Muito Além de Cachos.



Fonte: Muito Além de Cachos.

A pesquisa foca em analisar os discursos presentes nos comentários analisados (R1, R2 e R3), observando a posição-sujeito dos enunciadores e como as materialidades discursivas produzem sentidos. As análises consideram as condições de produção em sentido estrito e lato e a memória discursiva. Orlandi (2006) explica que as condições de produção abrangem o sujeito e o contexto: em sentido estrito, refere-se à situação imediata da enunciação, enquanto em sentido lato, considera o contexto sócio-histórico e ideológico, ambos atuando de forma interligada.

No contexto das redes sociais, elas funcionam como espaços que democratizam as vozes, permitindo tanto a circulação de discursos que valorizam a estética negra quanto a perpetuação de discursos opressivos. Segundo Bittencourt (2020), as redes sociais tornaram-se ferramentas importantes para ampliar discussões sobre cabelos crespos, influenciadas pelas pautas do Feminismo Negro. Essas plataformas promovem um espaço de aprendizado sobre cuidados capilares e aceitação estética, ao mesmo tempo em que confrontam o desconhecimento histórico sobre a textura natural do cabelo crespo.

Contudo, a grande mídia hegemônica ainda desempenha um papel crucial na manutenção de discursos racistas, reforçando padrões estéticos eurocêntricos que excluem mulheres negras dos ideais de beleza. Gomes (2019) aponta que esses padrões são sustentados por um imaginário social que posiciona a branquitude como referência estética superior, marginalizando os traços negros.

Esse contexto está historicamente enraizado no período de colonização, quando a inferiorização de traços fenotípicos negros foi construída para legitimar a desumanização e exploração de africanos escravizados. Hooks (2014) destaca que esse processo começou ainda durante o transporte forçado para as Américas, naturalizando a submissão por meio da violência e da anulação cultural. Traços como a cor da pele, a largura do nariz e a textura do cabelo foram sistematicamente desvalorizados, reforçando um imaginário que persiste até hoje.





Esse olhar colonial, refletido nos discursos contemporâneos, atinge a autoestima de mulheres negras, muitas vezes levando ao alisamento capilar como uma tentativa de escape de identidades que foram impostas como inferiores. Gomes (2008) ressalta que o alisamento se tornou uma tentativa de aproximar-se do padrão branco, reafirmando uma identidade distorcida que foi introjetada por meio do contato com a branquitude.

Os comentários analisados nos recortes discursivos (R1, R2 e R3) evidenciam a atualização de memórias discursivas que reforçam ideologias dominantes. No R1, por exemplo, a sugestão de alisamento capilar como solução para o cabelo crespo reflete uma memória de já-dito em que o cabelo liso é associado ao ideal de beleza. Segundo Bittencourt (2020), quanto mais crespo é o cabelo, mais ele é associado ao "ruim", reforçando uma ancestralidade renegada. Essa imposição estética resulta em mutilações não apenas físicas, mas também identitárias, ao submeter o sujeito negro à obrigação de se adequar aos padrões brancos.

No R2, a expressão "tem que" reforça um discurso imperativo que fixa o cabelo crespo em um lugar de rejeição, indicando que sua aceitação só seria possível através da aproximação à estética branca. Essa formulação lexical traduz as relações de poder que permeiam a linguagem, reafirmando a inferiorização de traços fenotípicos negros como um destino biológico, supostamente inescapável, e que demanda adaptação ao padrão eurocêntrico.

Já no R3, a expressão "não sou fake" reforça a ideia de uma verdade absoluta, legitimada pela posição-sujeito do enunciador. Essa formulação retoma memórias discursivas que sustentam a ideia de que há uma "realidade" fixa e inquestionável, ignorando que os sentidos são construídos historicamente e cristalizados pelos discursos dominantes. Orlandi (2006) ressalta que o sujeito tem a ilusão de ser o autor do próprio dizer, quando, na verdade, é atravessado por vozes históricas que orientam sua fala e sua interpretação do mundo.

Além disso, o uso das redes sociais como espaço discursivo evidencia o confronto entre discursos que promovem a valorização da estética negra e aqueles que reforçam o racismo estrutural. Cunha (2014) e Silva (2018) destacam que essas plataformas funcionam como repositórios de memória social, onde diferentes formações ideológicas entram em disputa. Assim, enquanto discursos de resistência buscam afirmar novas identidades negras, os discursos dominantes tentam perpetuar o silenciamento e a inferiorização das minorias, demonstrando que a disputa por sentidos está sempre vinculada a relações de poder.

Por fim, a análise revela que as redes sociais desempenham um papel duplo: são ferramentas para amplificar vozes historicamente silenciadas, mas também reproduzem as ideologias que sustentam o racismo estrutural. Essa dualidade ressalta a importância de considerar tanto as condições de produção do discurso quanto a memória discursiva ao interpretar os sentidos produzidos nas materialidades discursivas dos recortes analisados.





Considerações finais

O discurso de supremacia branca consolidou uma visão de inferioridade para pessoas negras, reforçando padrões estéticos que marginalizam características como o cabelo crespo, a largura do nariz e a cor da pele. Essa imposição estética tem impacto profundo, particularmente nas mulheres negras, que enfrentam a interseccionalidade de pressões raciais e de gênero.

A estética negra, frequentemente alvo de rejeição e discriminação, encontra resistência histórica em movimentos como o Black Power e, mais recentemente, no Feminismo Negro, que valoriza a textura capilar como símbolo de identidade e luta. Nas redes sociais, esses discursos promovem autoestima e representatividade para pessoas negras, desafiando o racismo ainda persistente, mesmo nas interações virtuais.

A análise dos comentários racistas na pesquisa ilustra como a memória histórica de opressão e os discursos dominantes continuam a influenciar a percepção social. No entanto, a valorização do cabelo natural emerge como um enfrentamento significativo, reconfigurando posições-sujeito e reafirmando identidades negras em um espaço discursivo que ainda reflete os conflitos e desafios impostos pelo racismo estrutural.

Referências

BITTENCOURT, M. A. *et al.* **Reflorescer: histórias de mulheres negras que enfrentaram a transição capilar.** Santa Catarina, 2020.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento: estudos avançados.** Rio de Janeiro, v. 17, 2003.

CAVALLEIRO, E. **Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação racial na escola. Os negros e a escola brasileira.** Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, n. 6, 1999.

COUTINHO, C. L. R. **A estética e o mercado produtor-consumidor de beleza e cultura.** Anais do Simpósio Nacional de História, São Paulo, SP, Brasil, v. 26, 2011.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** Boitempo Editorial. São Paulo, 2016.

DO NASCIMENTO NGANGA, J. G. **Harlem Renaissance.** Revista História: Debates e Tendências, v. 21, n. 2, p. 117-129, 2021.

DOMINGUES, P. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo, v.12, n. 23, 2007.

FANON, F. **Pele Negra, máscaras brancas.** 4 Ed. São Paulo: UBU Editora, 2023.

GAYLES, G. W. **The making of a permanent Afro.** In: **Pushed Back to Strength: A Black Woman's Journey Home.** Boston: Beacon Press, 1993.





GOMES, N. L. **Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório.** Retratos da escola, v. 2, n. 2/3, 2008.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educação e pesquisa, v. 29, n. 01, 2003.

GOMES, N. L. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GOMES, N. L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** Autêntica Editora, 2019.

HOOKS, b. **Não sou eu uma mulher – mulheres negras e feminismo.** Tradução livre para a Plataforma Gueto. 2014.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano.** Orfeu Negro, 2019.

LACAN, J. (1998b). **O estádio do espelho como formador da função do eu.** Em J. Lacan, Escritos (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1949).

MATARAZZO, C. **Beleza 10: Um guia de cuidados para todas mulheres.** São Paulo: Senac, 1998.

MOORE, C. 'Negro sou, negro ficarei!' A negritude segundo Aimé Césaire. CÉSAIRE, A. **Discurso sobre a negritude.** Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MUNANGA, K. Cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil. In: SPINK, M. J. P.(Org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar.** São Paulo: Cortez, 1994, p. 177-187.

NOGUEIRA, O. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, 19(1), 288, 2006.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos,** v. 3, 2006.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). **Estudos da Língua (gem),** v. 1, n. 1, p. 9-13, 2005.

ORLANDI, E. P. **Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa.** RUA, v. 21, n. 2, 2015.

ORLANDI, E. P. **Exterioridade e ideologia.** Cadernos de Estudos linguísticos, v. 30, 1996.

ORLANDI, E. P. **O que é linguística.** Brasiliense, 2017.





ORLANDI, E. P. **Discurso e texto: Formulação e circulação dos sentidos**. Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et. al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?**. Editora Companhia das Letras, 2018.

ROLIM, M. R. **Tranças: além da estética uma forma de sobrevivência**. [S. l.], 2021. Disponível em: < <https://wp.ufpel.edu.br/empauta/trancas-alem-da-estetica-uma-forma-de-sobrevivencia/> >. Acesso em: 17 fev. 2023.

SILVA, B. G. F.; DE FARIAS, S. A.; DE SOUSA JÚNIOR, J. H. **O significado do sacrifício nos rituais de alisamento capilar e autoimagem feminina**. *Ciencias da Administração*, v. 22, n. 58, p. 8-21, 2020.

SILVA, C. R. **"Cabelos e memória no museu da maré: reflexões sobre usos e significados do pente quente"**. *Anais do Museu Histórico Nacional* v. 1. (1940). Rio de Janeiro, 2008.

SMÉRALDA, J. **Peur noire, cheveu crépu – l'histoire d'une aliénation**. Éditions Jasor, Point-à-Pitre, 2004.

VILARDO, I. S., **Protagonistas negras na Rede Globo: a construção da identidade das mulheres negras no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 33.





“Qual a sua desculpa?” Uma análise do discurso sobre o sucesso a partir de matérias jornalísticas

Thyara Ravelly Sandes Silva²⁹

Considerações iniciais

Este artigo, fundamentado no dispositivo teórico da Análise de Discurso, analisa os efeitos de sentido em torno do discurso sobre "sucesso" produzido a partir de quatro reportagens publicadas nos portais UOL e G1, investigando como esses discursos se articulam considerando a memória discursiva, conforme as proposições de Orlandi (2006). O objetivo é compreender de que maneira esse discurso (o discurso sobre o sucesso) opera na sociedade, normalizando o sofrimento e acionando uma memória discursiva que sustenta a ideologia neoliberal (Orlandi, 2012), frequentemente vinculada à valorização do esforço individual e à responsabilização pessoal pelo êxito.

Partindo da hipótese de que os discursos jornalísticos contribuem para a manutenção de ideologias dominantes, o corpus de análise busca problematizar essa relação. Discursos sobre sucesso, como enfatiza Ramires (2012), ancoram-se em uma ideologia capitalista que prioriza o lucro e determina o pensamento dominante pelas relações de poder. Essa lógica, além de naturalizar desigualdades sociais, transfere ao indivíduo a responsabilidade por suas conquistas ou fracassos, silenciando as condições estruturais subjacentes. Nesse contexto, as reportagens selecionadas para análise destacam narrativas que exaltam o sacrifício pessoal como meio de superar dificuldades, legitimando a ideia de meritocracia e reforçando a inação política frente às desigualdades.

Dessa forma, este trabalho explora a não neutralidade dos discursos, pois, como destaca Orlandi (2006, p. 17), "o discurso é materialidade específica da ideologia"; todo discurso é atravessado por uma base ideológica. Além disso, a lógica jornalística que, conforme Ramires (2012, p. 32), busca aparentar "neutralidade e imparcialidade", fornece ao público uma falsa evidência de verdade e isenção. Com base nisso, este estudo propõe uma análise detalhada das reportagens selecionadas, problematizando o discurso de sucesso e sua construção ideológica. Para as análises, selecionaram-se cinco recortes que foram retiradas de diferentes matérias jornalísticas:

²⁹ Egressa do Curso de Letras do Curso de Letras (*campus Sertão*), da Universidade Federal de Alagoas.





Quadro 1: Recortes.

Recorte 1	“Pegava os livros do lixo: ex catador de Brasília conta como virou médico” (Portal da UOL)
Recorte 2	“Coletor de lixo estuda com doações e passa em 2º lugar para cursar medicina” (Portal da UOL)
Recorte 3	“Jovem que estudou em casa sem energia elétrica na BA e tirou 980 na redação do Enem passa em medicina na UFRB” (G1.Globo)
Recorte 4	“A história de Davi, jovem que tirou livros do lixo para estudar e foi aprovado no SISU” (Portal da UOL)

Fonte: Silva (2022).

A análise considera as condições de produção e a memória discursiva, conforme Orlandi (2012), abrangendo tanto o contexto imediato das reportagens quanto seu enquadramento socio-histórico-ideológico. Além disso, mobiliza as noções de paráfrase e polissemia, investigando os sentidos cristalizados ou possíveis rupturas na narrativa sobre o sucesso. Como destaca Orlandi (2012, p. 29), “algo fala antes em outro lugar e independentemente (...) É o já dito que constitui todo dizer”, indicando que a memória discursiva está presente tanto no dito quanto no não dito.

Por fim, este artigo interroga os discursos jornalísticos a partir do entrelaçamento das reportagens, levantando questões como: quem são os sujeitos que ocupam a posição de sucesso? O que define o sucesso na sociedade contemporânea? Quem permanece invisibilizado nas narrativas midiáticas? Nesse sentido, dialogamos com Ramires (2012, p. 116), que considera que o discurso sobre o sucesso valoriza o esforço enquanto silencia as condições objetivas que moldam a realidade dos sujeitos.

Assim, ao longo do artigo, busca-se explorar esses pontos, contribuindo para reflexões teóricas sobre os discursos midiáticos e sua relação com a ideologia dominante, especialmente em temas tão relevantes como o acesso à educação e os desafios enfrentados pelos indivíduos até ingressar no Ensino Superior.

A análise de discurso e seu dispositivo teórico: discussões preliminares

Estudar a linguagem na perspectiva da Análise de Discurso implica observar os efeitos de sentido que os discursos provocam, o que só é possível quando “o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade” (Orlandi, 1999, p.14). Assim, a AD considera os sujeitos que discursam como parte de um contexto sócio-histórico-ideológico. Orlandi (1999) destaca que os sujeitos só produzem sentido por estarem inscritos em uma formação ideológica vinculada à história e à linguagem, afirmando: “não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia” (p.15).





Na atualidade, a ideologia dominante opera sob os ditames do capitalismo, promovendo discursos alinhados à lógica mercadológica e industrial. Ramires (2012) aponta que os discursos vigentes reforçam a hierarquização social, dividindo a sociedade em classes e sustentando relações de poder baseadas no capital. Nesse cenário, a produção discursiva é fortemente influenciada pela perspectiva capitalista, o que impulsiona a naturalização de desigualdades estruturais.

A Análise de Discurso, conforme proposta por Michel Pêcheux³⁰, na França, e Eni Orlandi, no Brasil, considera a exterioridade, ou seja, os aspectos sociais, históricos e ideológicos que interferem nos processos de significação. Essa abordagem interroga campos como a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, utilizando suas contribuições para analisar as relações simbólicas e materiais que sustentam os discursos. Orlandi (2012) reforça que a Análise de Discurso trabalha o “entremeio” entre esses saberes, evitando hierarquizações e abordagens positivistas.

Ao analisar manchetes jornalísticas que abordam o tema de sucesso, é essencial considerar as condições de produção desses discursos. Segundo Orlandi (1999, p.28), tais condições incluem os sujeitos e a situação, observadas em sentido estrito, como o contexto imediato de circulação, e em sentido amplo, como o contexto sócio-histórico-ideológico. No caso desta pesquisa, os discursos são oriundos de matérias publicadas em ambientes digitais, como os portais UOL e G1, entre 2014 e 2021. Esses meios, facilitados pela globalização e pelo avanço tecnológico, promovem uma rápida disseminação de informações, o que potencializa a circulação de discursos alinhados à ideologia capitalista.

Orlandi (2012) destaca que a mundialização reforça discursos neoliberais e antidemocráticos, amplificados pelas redes sociais digitais. Esses discursos incentivam a crença de que conquistas individuais são exclusivamente fruto de esforço pessoal, desconsiderando as desigualdades históricas e estruturais da sociedade brasileira. Albuquerque Jr. (2020) ressalta que essas desigualdades, fruto de um processo histórico de colonização e má distribuição de terras, impactam diretamente o acesso a recursos e oportunidades.

Outro conceito fundamental para a análise é o de memória discursiva, definida por Orlandi (1999, p.29) como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente (...) o saber discursivo que torna possível todo dizer”. Nas manchetes analisadas, essa memória evoca ideais oriundas da doutrina cristã quando e do capitalismo, legitimando o sofrimento como etapa essencial para o sucesso. Títulos como “Pegava os livros do lixo: ex-catador de Brasília conta como virou médico” (UOL) e “Jovem que estudou em casa sem energia elétrica na BA e tirou 980 na redação do Enem passa em medicina na UFRB” (G1) reforçam a narrativa do mérito individual enquanto ocultam desigualdades estruturais de acessos a recursos e ambientes adequados para estudo.

³⁰ Filósofo e linguista francês, Michel Pêcheux foi o pioneiro na análise do discurso e criador do grupo de estudos que viria a ser conhecido como a Análise do Discurso Francesa (AD). Ele teoriza como a linguagem está materializada na ideologia e como se manifesta na linguagem.





Essas manchetes acionam sentidos que normalizam o sacrifício e o sofrimento como pré-requisitos para o sucesso, perpetuando um discurso que desresponsabiliza o Estado e legitima a desigualdade social. Assim, o discurso jornalístico-midiático, em sua formação discursiva, promove uma visão meritocrática alinhada à lógica capitalista, que será analisada em maior profundidade nos capítulos subsequentes.

A produção do discurso jornalístico-midiático **Discurso, Ideologia e a Posição-sujeito**

Para compreender o discurso jornalístico-midiático, é essencial adotar a noção de discurso proposta por Orlandi (1999). A autora enfatiza que o discurso não é apenas um meio de transmissão de informações entre emissor e receptor, mas sim um processo dinâmico e simultâneo de produção de sentidos:

Não se trata de transmissão de informação apenas, pois no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação (ORLANDI, 1999, p.19).

Dessa forma, os sentidos emergem da interação entre os sujeitos simbólicos, que estão sempre inseridos em uma memória discursiva (Orlandi, 2006). No contexto das matérias jornalísticas, essa interação ocorre entre os jornais e seus leitores, ambos afetados por ideologias que determinam suas posições-sujeito. Como afirma Orlandi (1999), "faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que produza o dizer" (1999, p.44).

A ideologia, portanto, é intrínseca ao discurso, uma vez que possibilita a construção de sentidos e a constituição do sujeito. Nesse sentido, Orlandi (1999) ainda destaca que "não há, aliás, realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito de relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido" (ORLANDI, 1999, p.46).

Essa relação implica que os discursos, como o das mídias sobre o sucesso, nunca são neutros. Eles refletem a posição ideológica de seus produtores, estes em suas posições-sujeito, e destinatários. O sujeito discursivo, nesse caso, não é um indivíduo isolado, mas uma posição ocupada em um campo ideológico: "o sujeito discursivo é pensado como 'posição' entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz" (ORLANDI, 1999, p.47).

Assim, ao analisar recortes jornalísticos, considera-se a posição-sujeito jornalista, que reflete o discurso institucional do jornal e não a subjetividade do autor da matéria. Essa posição evidencia que os textos publicados por sites como *UOL* e *G1* são moldados por suas respectivas formações discursivas e pela ideologia capitalista subjacente.





Formação discursiva e formação ideológica

De acordo com Orlandi (1999), os discursos não são produtos individuais, mas inserem-se em formações discursivas que derivam de formações ideológicas: “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 1999, p.41).

Essa definição revela que: “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (ORLANDI, 1999, p.40). Desse modo, os discursos midiáticos sobre sucesso variam conforme as formações discursivas e ideológicas às quais os sujeitos pertencem. Orlandi (1999) explica que o discurso ganha sentido porque é inscrito em uma formação discursiva específica, conforme elenca, “o discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro” (p.41).

A formação ideológica dominante no contexto contemporâneo, como foi dito anteriormente, é a capitalista, e as formações discursivas que dela derivam refletem essa lógica. Orlandi (2012) aponta que o discurso neoliberal domina o cenário atual, o que pode ser observado nas condições de produção dos discursos jornalísticos.

O interdiscurso, por sua vez, articula diferentes formações discursivas, como destaca Orlandi (1999), “as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações” (ORLANDI, 1999, p.41). Nesse contexto, *UOL* e *G1*, embora tenham condições de produção distintas, compartilham elementos de uma mesma memória discursiva, que reflete a ideologia capitalista. Essa proximidade será analisada mais adiante, a partir da observação de suas condições de produção e da forma como seus discursos são construídos.

Um breve histórico jornalístico: analisando os portais UOL e G1

Os discursos jornalísticos são influenciados por posições ideológicas que moldam o funcionamento das mídias. Segundo Ramires (2012), eles “evidenciam posições ideológicas que apontam a mídia como parte de uma indústria que obedece às regras da sociedade capitalista” (p.38).

Embora o jornalismo busque transmitir uma imagem de neutralidade, Orlandi (2012) afirma que todo discurso é ideológico, o que impede a existência de isenção total. Para Ramires (2012), “o jornalismo passa a ser um empreendimento capitalista regido pelas regras de mercado que não se resumem aos interesses diretos de seus proprietários e anunciantes, mas também à manutenção dos ideais da sociedade moderna” (p.40). Essa lógica capitalista é evidente em jornais digitais como *UOL* e *G1*.





Fundada em 1996, a UOL se apresenta como o maior portal de conteúdo digital do Brasil, atraindo cerca de 114 milhões de visitantes mensais. Mais do que um veículo de notícias, a UOL integra serviços diversos e se posiciona como uma plataforma multimídia.

Já o G1, lançado em 2006 como parte do Grupo Globo, combina a produção jornalística com a estrutura televisiva. Com uma audiência mensal de cerca de 55 milhões de usuários, o G1 também reflete a lógica capitalista ao mesclar informação e engajamento com estratégias de mercado.

Essa relação com o capitalismo se manifesta, como observa Ramires (2012), “as análises do discurso midiático têm trazido para o debate as relações da mídia com a sociedade e sua inserção na lógica do capital” (p.33). Tanto UOL quanto G1 operam sob condições de produção da era digital, em que o alcance de informações é facilitado pelos algoritmos e pela instantaneidade da internet. A análise dessas mídias é crucial para identificar como seus discursos sobre sucesso refletem suas formações discursivas e ideológicas e até que ponto se aproximam ou divergem em seus sentidos.

“Qual a sua desculpa?” Análise discursiva das matérias jornalísticas publicadas na UOL e G1

Até este ponto, temos movimentado algumas noções da Análise de Discurso que nos permitem tecer reflexões a respeito do discurso sobre o sucesso produzido pelas matérias jornalísticas da UOL e do G1. A análise é feita a partir de recortes de quatro matérias anteriormente mencionadas, buscando entender os sentidos produzidos tanto pelo dito quanto pelo não-dito. Guiados pelas noções de Ideologia, Memória Discursiva e Condições de Produção, propomos compreender os processos discursivos em seu jogo parafrástico e polissêmico, conforme discutido por Orlandi (1999).

Para a autora, a paráfrase refere-se às “diferentes formulações do mesmo dizer” (ORLANDI, 1999, p. 34), enquanto a polissemia aponta para a “ruptura de processos de significação”. Assim, os discursos podem tanto reafirmar sentidos quanto romper com eles.

As condições de produção desse discurso sobre o sucesso estão inseridas numa conjuntura capitalista, base da ideologia dominante. Tal contexto reverbera discursos ancorados numa ideia mercadológica de trabalho e consumo, naturalizando o esforço árduo e levando os sujeitos a crer que apenas o esforço pessoal é suficiente para alcançar conquistas. Ramires (2012, p. 54) enfatiza que “a lógica dominante produz as evidências de que a sociedade capitalista acolhe todos da mesma forma”, ignorando desigualdades estruturais e atribuindo o fracasso individual à falta de empenho. Assim, os sujeitos são concebidos como se partissem de um mesmo lugar e competissem em condições iguais, algo que não condiz com a realidade brasileira.

Essa concepção meritocrática é evidenciada, por exemplo, na matéria publicada pela UOL em 18 de abril de 2021: “A história de Davi, jovem que tirou livros do lixo para estudar e foi aprovado no SISU”.





O recorte "Davi Eduardo Ferreira de Brito, 20 anos, é uma exceção. Entre tantas. Viu amigos de infância entrarem para o mundo das drogas, mas não seguiu o mesmo caminho. **Encontrou** livros no **lixo**, os recolheu e **aproveitou** para estudar por eles" apresenta, através do uso de verbos no passado, uma narrativa que contrasta Davi com seus amigos, sugerindo que ele só escapou de um destino trágico por sua iniciativa de estudar. Como Orlandi (1999, p. 80) destaca, "o posto (o dito) traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito, mas presente)". Aqui, o não-dito é que, sem os livros encontrados no lixo, Davi teria seguido o mesmo caminho que seus amigos. Tal narrativa reitera uma memória discursiva meritocrática, onde o sucesso é atribuído à capacidade individual de "aproveitar oportunidades", desconsiderando os fatores estruturais que moldam as escolhas dos sujeitos.

Outro recorte da mesma matéria reforça essa lógica:

Sem internet em casa, ano passado, em plena pandemia de covid-19, usava o sinal de internet da casa da avó para baixar videoaulas e assim se preparar para o Enem, **depois de passar o dia trabalhando descarregando cargas de caminhões** (UOL, 2021).

Apesar de enfrentar dificuldades, Davi é apresentado como alguém que "se esforça" e "aproveita" oportunidades, alinhando-se aos ideais capitalistas. Como afirma Ramires (2012, p. 90), "o esforço, a disposição para o trabalho, a aptidão para o serviço é transferida para os sujeitos". Assim, Davi é transformado em um exemplo de "superação", promovendo a glamourização do esforço e do sacrifício, ao contrário dos seus amigos que são colocados como sujeitos que não merecem o sucesso, já que não se esforçaram como Davi.

Na matéria "Coletor de lixo estuda com **doações** e passa em 2º lugar para cursar medicina", publicada pela UOL em 15 de abril de 2021, encontramos narrativa semelhante. No recorte "A rotina de Joel, conciliando os estudos para o vestibular e o serviço como coletor, era **desgastante**. Ele acordava às 6h para se arrumar, tomar café e ir ao trabalho", a escolha de palavras como "desgastante", "oportunidade" e "doações" evidencia uma formação discursiva que destaca o esforço individual em detrimento das desigualdades estruturais. Joel é apresentado como alguém que, mesmo em condições precárias, persevera e atinge o sucesso, fortalecendo a ideia de que é possível superar qualquer obstáculo apenas com esforço.

Narrativas semelhantes aparecem nas matérias "Jovem que estudou em casa sem energia elétrica na BA e tirou 980 na redação do Enem passa em medicina na UFRB", publicada no G1 em 29 de junho de 2021, e "Pegava os livros no lixo: ex catador de Brasília conta como virou médico", publicada pela UOL em 25 de agosto de 2014. Ambas destacam jovens em situações de extrema precariedade que, por meio de esforços excepcionais, conseguem ingressar no ensino superior. Essas narrativas ativam uma memória discursiva que dialoga com a moral cristã, onde o sofrimento é exaltado como caminho para o merecimento. Essa memória também se conecta a ditados populares como "Deus ajuda quem cedo madruga", contribuindo para a naturalização do sacrifício e o silenciamento das desigualdades.





Orlandi (1999, p. 83) argumenta que "o que não é dito, o que é silenciado constitui igualmente o sentido do que é dito". As matérias analisadas exemplificam esse ponto ao ignorar as condições estruturais que dificultam o acesso ao ensino superior, isentando o Estado de sua responsabilidade. Em vez disso, os sujeitos são responsabilizados pelo próprio sucesso ou fracasso, reforçando um discurso de propaganda capitalista que normaliza as desigualdades. Como afirmam Marx e Engels (2005), o capitalismo se sustenta na divisão de classes, e o discurso da meritocracia contribui para a manutenção dessas divisões ao desviar o foco das responsabilidades estruturais para o esforço individual.

Por fim, as matérias jornalísticas analisadas produzem sentidos de sucesso (alcançar o sucesso, nesse contexto é passar no vestibular) baseados na ideia de que o esforço e a resiliência individual são suficientes para superar quaisquer obstáculos. Ao silenciar as desigualdades e naturalizar o sacrifício, esses discursos reforçam a lógica capitalista e a isenção do Estado, perpetuando a exclusão e as disparidades sociais. Por isso a indagação: "Qual a sua desculpa?", já que esses jovens retratados nas matérias conseguiram superar tantas dificuldades até alcançar o sucesso, por que outros não conseguem? Em um país externamente desigual, não há espaço para todos.

Considerações finais

Durante este estudo percorremos uma breve trajetória histórica da Análise de Discurso a partir de Eni Orlandi. Entendemos os conceitos e noções que este dispositivo teórico dispõe e analisamos os sentidos produzidos pelo discurso sobre o sucesso a partir de recortes das quatro matérias jornalísticas.

Entendemos que os discursos são produzidos por sujeitos inseridos dentro de uma Ideologia, que nesse caso, é a Ideologia dominante capitalista. Assim, embora haja uma tentativa de isenção dos jornais na construção dos discursos nas matérias, sabemos que não há neutralidade nos discursos, como vimos ao longo do trabalho, a linguagem tem sua relação com a exterioridade, com a história e com o político, por isso, nenhum discurso é neutro.

Chegamos à compreensão, após feitas as análises, que o funcionamento desse discurso direciona os sentidos sobre o sucesso colocando os indivíduos como ocupantes de uma posição sujeito de sucesso, que só através de muito esforço, aproveita as "oportunidades" que lhes são "dadas" e consegue passar no vestibular. Em contrapartida, se eles não tivessem conseguido, qual seria a desculpa deles? Estariam inscritos na posição sujeitos fracassados?

Compreendemos, portanto, que o sentimento de fracasso, pensando a macroestrutura capitalista, não deveria existir, pois não é culpa de os sujeitos não conseguirem alcançar determinada vaga, enquanto esta não se encontra disponível para todos. A responsabilidade está (ou deveria) em um sistema que não oferece boas condições para que esses sujeitos possam ingressar e permanecer no ensino superior sem tanto sofrimento. Assim, nesses ditames capitalistas, a ideia de "esforço" e





"merecimento" está imbricada com os argumentos difundidos dessa sociedade desigual que legitima as desigualdades ancoradas nos discursos da ideologia dominante vigente.

Essa perspectiva nos aponta para o fato de que, dentro dessa conjuntura, não há espaço para todo mundo, seja em vagas nas universidades, seja para ingresso no mercado de trabalho. A situação que se configura a partir disto, é a propagação de um discurso que culpabiliza o sujeito quando ele não consegue alcançar/preencher determinada vaga. Tudo isso constitui condições de produção histórico-ideológicas dos discursos que hoje circulam acerca do que é ter sucesso e de quem é merecedor desse sucesso. Dessa forma, os jovens trazidos nas matérias seriam considerados merecedores, pois eles "cumpriram" os requisitos de esforço, sacrifício e merecimento para realizar seus sonhos.

Portanto, através da reflexão realizada ao longo deste trabalho, temos a compreensão de que em ambos os jornais, UOL e G1, pela ideologia a que se filiam, os efeitos de sentidos de sucesso se aproximam, fazendo com que as formações discursivas, em um jogo parafrástico, se entrelacem produzindo/reproduzindo esse discurso sobre o sucesso.

Referências

PORTAL UOL. A história de Davi, jovem que tirou livros do lixo para estudar e foi aprovado no Sisu. In **UOL**, 2021. Disponível em: < <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2021/04/12113929-a-historia-de-davi-jovem-que-tirou-livros-do-lixo-para-estudar-e-foi-aprovado-no-sisu.html> >. Acesso em: 16 fev. 2022.

ALBUQUERQUE JR. D. M., (UFF LABAC). **Crise na Política**. YouTube, 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=s4Fb6wLBMKM&t=1206s>. Acesso em: 15/09/2022.

BÍBLIA Pastoral. São Paulo: Editora Paulus, 2013.

PORTAL UOL. Coletor de lixo estuda com doações e passa em 2º lugar para cursar medicina. In **UOL**, 2021. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/04/15/catador-estuda-com-livros-doados-e-passa-em-2-lugar-para-cursar-medicina.htm> >. Acesso em: 16 fev. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Educação superior no Brasil é historicamente limitada e necessita de políticas públicas de acesso. In **Jornal da USP**, 2021. Disponível em: < <https://jornal.usp.br/atualidades/formacao-na-educacao-superior-nao-pode-prescindir-de-politica-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao/> >. Acesso em: 20 out. 2022.

ENGELS, F.; MARX, K. **O manifesto comunista**. 4 ed. São Paulo: Ed. Boitempo editorial, 2005.





PORTAL G1. Jovem que estudou em casa sem energia elétrica na BA e tirou 980 na redação do Enem passa em medicina na UFRB. In **G1**, 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/06/29/jovem-que-estudou-em-casa-sem-energia-eletrica-na-ba-e-tirou-980-na-redacao-do-enem-passa-em-medicina-na-ufrb.ghtml> >. Acesso em: 16 fev. 2022.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. **Discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas: Editora da Unicamp: 1990.

PORTAL UOL. Pegava os livros do lixo: ex catador de Brasília conta como virou médico. In **UOL**, 2014. Disponível em: < <https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/07/25/pegava-livros-no-lixo-ex-catador-de-brasilia-counta-como-virou-medico.htm> >. Acesso em: 16 fev. 2022.

RAMIRES, L. M. M. P. **Eles conseguiram: os efeitos de 'sucesso' no jornalismo de TV**. Tese de Doutorado em Linguística – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6420> >. Acesso em: 12 fev. 2022.





Constituição discursiva sobre família e homossexualidade no campo religioso católico: análise interpretativista dos discursos envolventes de dois Papas do século XXI

Alexandre Ribeiro Emiliano³¹

Considerações iniciais

É inegável que o mundo atual, impulsionado pela globalização, passa por mudanças de natureza política, social, econômica, cultural, tecnológica etc. Nesse sentido, questões postas na/pela sociedade, que sequer eram questionadas/problematizadas, exigem novos olhares sobre si, novas respostas, novos posicionamentos epistemológicos. Assim, pensando no mundo e na sociedade que estão sempre em movimento ininterrupto, e num cenário no qual os sujeitos são compreendidos como “fragmentados, incompletos e inconclusos” (HALL, 2020, p. 9), muitos são os pesquisadores que têm se debruçado sobre temas e grupos sociais que durante muito tempo, não raro, foram negligenciados pela academia, pela sociedade e, consequentemente, pelos campos de saberes.

Desse modo, um “novo conjunto de questões e interesses”, até então frequentemente negligenciados, “tais como identidade, sexualidade, acesso, ética, desigualdade, desejo ou a reprodução de alteridade, que até então não tinham sido considerados como de interesse em LA”, vêm se tornando o centro de grandes discussões e mudando agenda do próprio campo de pesquisa, no que diz respeito ao seu fazer epistemológico (PENNYCOOK, 2006, p. 68). Nesse sentido, esse estudo³² se debruça sobre os discursos oficiais da Igreja Católica Romana (doravante ICR) no século XXI, no que se refere às noções de “família” e “homossexualidade”, mais precisamente no período que se situa desde a eleição de Bento XVI, em 19 de abril de 2005, até julho de 2023. Esse período, portanto, perpassa todo o pontificado de Bento XVI e parte do governo do Papa Francisco.

Linguística aplicada contemporânea e sua agenda de atuação política

Frequentemente, na contemporaneidade, a LA vem sendo problematizada como campo teórico caracterizado pela reflexão contínua sobre si mesmo, transgressivo, que se repensa insistentemente e se refaz. Nesse sentido, pesquisadores que atuam nesse campo teórico apontam para um novo modo de teorizar que, por sua vez, mostra-se voltado à compreensão da vida social, com base em críticas à modernidade. Moita

³¹ Mestre em Linguística e Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas.

³² Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Constituição discursiva sobre gênero e sexualidade no campo religioso católico: análise interpretativista dos discursos envolventes de dois papas do século XXI”, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGL), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sob orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima.





Lopes (2006), importante pesquisador da área, destaca que a LA na contemporaneidade se caracteriza por defender um “projeto epistemológico com implicações sobre a vida social” (MOITA LOPES, 2006, p. 91).

Nessa ótica, quando critica a lógica epistêmica ocidentalista, que segundo o mesmo autor “destruiu outras formas de vida e outras formas de produzir conhecimento”, Moita Lopes (2006) argumenta que

aqueles que foram postos à margem em uma ciência que criou outridades com base em um olhar ocidentalista têm passado a lutar para emitir suas vozes como formas igualmente válidas de construir conhecimento e de organizar a vida social, desafiando o chamado conhecimento científico tradicional e sua ignorância em relação às práticas sociais vividas pelas pessoas de carne e osso no dia a dia, com seus conhecimentos entendidos como senso comum pela ciência positivista moderna (MOITA LOPES, 2006, p. 88-89).

Dessa maneira, “renarrar a vida social” apresenta-se como sendo muito importante na nova agenda ética na qual a LA se situa. Assim, o/a pesquisador/a precisa situar “seu trabalho no mundo”, de modo que as questões contemporâneas sejam postas em destaque, produzindo conhecimento com implicações na sociedade, na vida dos sujeitos, a exemplo do que proponho nesse estudo. Conforme aponta Souto Maior (2024), esse modo de pensar que caracteriza a LA

busca compreender o sentido do ‘outro’, os sentidos sociais dessa compreensão da língua do outro ou ainda busca marcar essa compreensão, dialogando com seu porvir e com o que isso significa para o mundo, seja em função de propor ações e encaminhamentos, seja em função de desdobramentos de ação política, implicada (SOUTO MAIOR, 2024, p. 21).

Nessa mesma perspectiva, considerando as atuais características da LA, Fabrício (2006) aponta que, na agenda atual desse campo teórico, há uma preocupação com o “desenvolvimento de uma orientação crítico-reflexiva que trabalha na investigação de como a linguagem opera no mundo social e no exame das questões que afetam diretamente a sociedade” (Fabrício, 2006, p. 49). Desse modo, compreender a linguagem como prática social, bem como compreender que, ao debruçar-se sobre ela, o pesquisador em LA está, na realidade, estudando a sociedade e a cultura, é fundamental para o entendimento de como esse campo teórico se configura atualmente.

Linguagem, língua e discurso

Entendendo a língua como fenômeno dinâmico, dialógico e ideológico, “que se realiza através da interação verbal social dos locutores” (BAKHTIN, 2010a, p. 132), as concepções teóricas que subsidiarão essas reflexões encontram-se Bakhtin (2010a, 2010b, 2011), Brait (2005), Souto Maior (2022), Souto Maior e Luz (2019), Barros (2005)





e Machado (2012). Partindo do pressuposto de que o "discurso proferido é atravessado/interpelado por vários outros discursos em determinada época ou lugar" (BAKHTIN, 2011) e que "cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória" (BAKHTIN, 2010a), discorro acerca da concepção dialógica de língua a partir dos autores supramencionados.

Sem dúvida, somos seres constituídos na/pela linguagem. Sua utilização, tão comum e corriqueira, vai desde uma conversa informal entre amigos sentados à mesa de um bar, até um discurso proferido por um importante chefe religioso, de estado ou de uma grande corporação, por exemplo. A depender do contexto e do falante, a linguagem pode ser utilizada para elogiar, destacar qualidades. Mas o contrário também é verdadeiro. Ela pode ser utilizada para desqualificar uma pessoa, humilhá-la, excluí-la de determinados espaços ou ações.

Nessa ótica, compreendendo "a interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem", Bakhtin vai mais longe do que os linguistas saussurianos, pois não apenas considera a linguagem fundamental para a comunicação, mas defende a interação entre os interlocutores como elemento fundante da linguagem" (BARROS, 2005, p. 29).

Brait (2005) propõe que Bakhtin, no anseio de compreender as formas de produção de sentido, a significação e os diferentes modos de surpreender o funcionamento discursivo, foi impelido na direção de uma estética da linguagem que, mesmo tendo se debruçado sobre os estudos literários (de romances de escritores como Rebelais e Dostoiévski, por exemplo), suas discussões não deixaram de examinar também a sistematicidade do discurso e das relações estabelecidas no cotidiano, contribuindo, portanto, para uma nova perspectiva a respeito da linguagem humana e de seus estudos (BRAIT, 2005, p. 87), posição com a qual concordo. Desse modo,

o conceito de linguagem que emana dos trabalhos desse pensador russo está comprometido não com uma tendência linguística ou uma teoria literária, mas com uma visão de mundo que, justamente na busca das formas de construção e instauração do sentido, resvala pela abordagem linguístico-discursiva, pela teoria da literatura, pela filosofia, pela teologia, por uma semiótica da cultura, por um conjunto de dimensões entretecidas e ainda não inteiramente decifradas (BRAIT, 2005, p. 88).

Assim, de acordo Brait (2005), Bakhtin não demonstra apenas interesse específico pela produção estético-literária, mas, ao longo do seu percurso, mantém importantes diálogos filosóficos com várias tendências contemporâneas suas, a exemplo do neokantismo, da fenomenologia, do marxismo, do freudismo e de outras tantas áreas de conhecimento de sua época, como a linguística, estilística e a matemática. "Todo esse universo científico e cultural" vai dizer Brait,

deixa marcas tanto no que diz respeito ao vocabulário incorporado e





adaptado a seus estudos quanto à possibilidade de tentativas de decifrar o projeto que está por trás de seus escritos, incluindo produção de sentido, significação, autoria, discurso, enunciação, gêneros, atividade interativa etc. (BRAIT, 2005, p. 88).

É preciso, pois, afirmar que no bojo do pensamento do teórico russo em questão, "a natureza dialógica da linguagem é um conceito que desempenha papel fundamental no conjunto da obra bakhtiniana, constituindo-se, dessa forma, como "célula geradora dos diversos aspectos que singularizam e mantêm vivo o pensamento desse produtivo teórico".

Assim, o dialogismo instaura aquilo que Brait (2005, p. 95) vai chamar de "natureza interdiscursiva da linguagem".

Discurso Envolvente

Amparada nas discussões estabelecidas por Bakhtin, Souto Maior (2009), no que diz respeito ao termo Discurso Envolvente (doravante DE), explica que esse foi elaborado a partir de três considerações fundamentais das características discursivas bakhtinianas. A primeira é considerar o contexto como parte inerente ao dito. A segunda se refere ao fato de entender que todo enunciado ocorrido em determinado espaço histórico e social está repleto de ideologias que cercam o sujeito e seu enunciado (BAKHTIN apud SOUTO MAIOR, 2009 p. 21). Já a terceira consideração leva em conta que "os discursos proferidos consideram e antecipam respostas" (BAKHTIN apud SOUTO MAIOR, 2009).

Desse modo, os DE são caracterizados pelas "representações significativas-valorativas dos atos languageiros que envolvem no sentido de estar ao redor do sujeito e o constituindo" (SOUTO MAIOR, 2009, p. 119; SOUTO MAIOR; BORGES, 2022). Nesse sentido, os DE descrevem os acontecimentos linguístico-discursivos que estão em volta dos sujeitos (nas situações sociais) e na transformação dos sentidos dos contratos por eles estabelecidos nas situações de comunicação. Assim, é possível afirmar que algumas falas estabelecem a fixação de discursos que se naturalizam e se repetem, sempre com outro significado.

Considerando que os sentidos estabelecidos ou deslocados nos situam em significados que precisam ser compreendidos na rede de sentidos das práticas sociais (SOUTO MAIOR, 2023b, p. 18), e que o que é dito funciona como indícios de subjetividade (SOUTO MAIOR, 2009, 2012), os DE podem ser compreendidos como discursos que se repetem ou que antecipam uma memória de um já dito, conforme aponta Souto Maior (2023b). Ainda no que diz respeito ao termo em questão, DE é

um termo concernente à impressão de verdade que alguns segmentos linguístico-discursivos a priori nos dão independentemente de uma busca genealógica de sua origem ou ainda independentemente de uma possível necessidade de atualização desse sentido no seio do aconteci-





mento. Ainda podemos dizer que o discurso envolvente é um sentido dado social e historicamente aos interlocutores, como uma memória social que pode reforçar relações de poder e pode funcionar como estratégia de manutenção de poder (MOREIRA JR.; SOUTO MAIOR, 2020, p. 125).

Aliado a isso, é de fundamental importância compreender que DE é um dispositivo de naturalização de sentidos e funciona como uma forma de trazer uma falsa sensação de concordância com o que está sendo expresso. Essa sensação de familiaridade se dá pela linguagem que, dentre os múltiplos espaços e instâncias as quais se observam desigualdades e distinções, é o espaço mais eficaz e persistente. Outrossim, uma vez que os discursos são constitutivos das relações sociais e dialógicas, elementos da dimensão social (tais como: situações de comunicação, papel social, padrões interacionais etc.), “podem ser considerados padrões das práticas a serem analisadas” (SOUTO MAIOR, 2018, p. 137).

A seguir, apresento a metodologia utilizada neste estudo.

Metodologia

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, percorro o seguinte percurso dividido em três etapas distintas. A primeira etapa se dividiu em revisão da literatura, pesquisa bibliográfica (busca dos textos que compõem o *corpus*), pré-análise dos dados e elaboração dos critérios de recorte. Já a segunda foi composta pela aplicação dos critérios de recorte do *corpus*, pela análise dos textos e categorização dos fenômenos apreendidos. Por fim, foi efetuada a triangulação de dados, que diz respeito ao processo de análise.

Dentre os dados obtidos na pré-análise, considerando as Exortações Apostólicas, as Cartas Encíclicas e a Bula Papal, obtivemos 19 textos. Desse total, o único que faz menção e trata especificamente do termo “família” é a Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*, de autoria do Papa Francisco. No entanto, quando buscamos no site de busca *Google*, no período entre agosto de setembro de 2023, encontramos, entre os pronunciamentos oficiais, três discursos do Papa Bento XVI nos quais são abordadas explicitamente as temáticas “homossexualidade” e “família”. São eles:

- a) o discurso à Cúria Romana em dezembro de 2012 na Cidade do Vaticano;
- b) o discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, para a apresentação dos bons votos de ano novo, em janeiro de 2012; e
- c) o discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, para a apresentação dos bons votos de ano novo, em janeiro de 2007.





Desse modo, para este recorte, o *corpus* desse estudo é constituído de dois documentos de autoria dos referidos Papas, nos quais são abordadas as noções de “família” e/ou “homossexualidade”, sendo um trecho extraído do discurso proferido por Bento XVI à Cúria Romana em dezembro de 2012, e um trecho da Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia* (sobre o amor na família), do Papa Francisco, publicada em março de 2016. A escolha dos referidos textos se deu pelo fato de neles os referidos Papas abordarem as temáticas citadas, conforme já pontuei.

Feitas essas considerações, apresento abaixo as análises e, posteriormente, a conclusão deste estudo.

Sobre o conceito família e acarretamentos do silêncio: a família sob ataque

Antes de partir para as análises, convém observar três pontos que considero importantes para compreender as problematizações que proponho nesse estudo.

O **primeiro ponto** diz respeito ao fato de vivermos em uma sociedade, cujos princípios também foram, majoritariamente, estabelecidos a partir da perspectiva judaico-cristã. O **segundo ponto** dá conta de que, na perspectiva cristã católica, o conceito “família” está diretamente relacionado à instituição “casamento”³³ que, de acordo com a mesma perspectiva, não se trata de uma instituição simplesmente humana, ele é considerado uma instituição divina, cujo único modelo (considerado “sagrado”) é formado a partir da família composta por Jesus, Maria e José.

Dito isso, considero também importante destacar o **terceiro ponto** que é: na qualidade de líder espiritual, o Papa é, para os católicos, o sucessor de Pedro (considerado o primeiro Papa) no governo da Igreja. Ele é, portanto, “infalível”, quando se pronuncia em nome da mesma instituição, uma vez que, discursivamente, ele age in persona Christi (na pessoa de Cristo).

Aliado a isso e a fim de explicitar os discursos produzidos pela ICR que cristalizaram o conceito “família”, início a primeira análise, extraída do discurso do Papa Bento XVI direcionado à cúria romana em 2012.

³³ De um modo geral, entendo que o conceito responde a outros campos de sentido, como o jurídico.





1ª análise – Recorte do Discurso do Papa Bento XVI à Cúria Romana na apresentação de votos natalícios (dezembro de 2012)

1. “(...) Num tratado cuidadosamente documentado e profundamente comovente, o rabino- 2. chefe de França, Gilles Bernheim, mostrou que o **ataque à forma autêntica da família 3. (constituída por pai, mãe e filho)**, ao qual nos encontramos hoje expostos – um 4. verdadeiro atentado. Se antes tínhamos visto como causa da crise da família um 5. mal-entendido acerca da essência da liberdade humana, agora torna-se claro que 6. aqui está em jogo a visão do próprio ser, do que significa realmente ser homem. Ele 7. cita o célebre aforismo de Simone de Beauvoir: “**Não se nasce mulher; fazem-na 8. mulher – On ne naît pas femme, on le devient**”. Nestas palavras, manifesta-se o 9. fundamento daquilo que hoje, sob o vocábulo “gender – género”, é apresentado como 10. nova filosofia da sexualidade. De acordo com tal filosofia, o sexo já não é um dado 11. originário da natureza que o homem deve aceitar e preencher pessoalmente de 12. significado, mas uma função social que cada qual decide autonomamente, enquanto 13. até agora era a sociedade quem a decidia. Salta aos olhos a profunda falsidade desta 14. teoria e da revolução antropológica que lhe está subjacente. **O homem contesta o facto 15. de possuir uma natureza pré-constituída pela sua corporeidade, que caracteriza o 16. ser humano**” (BENTO XVI, 2012, p. 3, grifos meus).

Fonte: Elaboração própria (2024).

É importante chamar atenção para a construção discursiva de Bento XVI direcionada à Cúria Romana, portanto, ao clero. Para isso, também é válido atentar para os verbetes e/ou expressões como “ataque”, “forma autêntica de família”, e “atentado”, presentes em seu discurso nos trechos das linhas 2 a 4. A respeito do primeiro termo, “ataque”, Ferreira (2010, p. 74), no Dicionário de Língua Portuguesa Aurélio, registra, dentre outros significados:

- 1) ato ou efeito de atacar; e
- 2) agressão, injúria.

Na lógica cristã católica, a família nuclear vive sob constantes ataques, por parte de todas as outras formas de família que diferem daquela descrita como “autêntica”. Esses “ataques”, ou “atentados”, partem também daquilo que Bento XVI denomina “teoria do gender”, que, segundo ele, ameaça essa instituição. Considerando que, na perspectiva judaico-cristã, a família composta por pai, mãe e filhos se constitui como vontade de Deus, todo “ataque” impingido contra essa forma de família é direcionado ao próprio Deus, conforme foi possível ver nos discursos apresentados.

Levando em consideração os significados de “ataque”, o discurso de Bento XVI é construído de modo a criar, discursivamente, um cenário de guerra, instigando o DE bélico em função de um sentido cristalizado que traz sérias repercussões para as sobrevivências humanas.





Assim, nesse contexto belicoso, a “forma autêntica da família” (constituída por pai, mãe e filho) precisa ser defendida contra as investidas da suposta “ideologia de gênero”, que a quer destruir. Desse modo, de acordo com esse pensamento, não apenas “a forma autêntica” precisa ser defendida, numa tensão discursiva intermitente na igreja, mas também o caráter biologizante (Junqueira, 2022) que constitui o homem, uma vez que esse, impulsionado pela ameaça da “ideologia de gênero”, “contesta o facto de possuir uma natureza pré-constituída pela sua corporeidade, que caracteriza o ser humano” (Bento XVI, 2012, p. 3).

De acordo com Stella e Brait (2021),

Segundo Volóchinov (2017, p. 233), a significação ‘é uma faísca elétrica surgida apenas durante o contato de dois polos opostos’. Em primeiro lugar, na produção de sentidos há a necessidade de se considerar certa tensão ocorrida como consequência desse contato entre os dois polos opostos. E, em segundo lugar, há também a necessidade de observar que a significação produzida desse encontro, essa faísca elétrica produzida por esse contato, pode não chegar aos participantes da mesma maneira, porque, na verdade, quando dois polos opostos se chocam, muitas faíscas são produzidas ao mesmo tempo, o que torna muito complexo o processo de significação (STELLA; BRAIT, 2021, p. 153).

Nessa ótica, quando se refere “à forma autêntica da família (“constituída por pai, mãe e filho)”, o discurso do Papa Bento XVI retoma, num movimento intertextual, a narrativa presente no livro do Gênesis: “homem e mulher os criou” (Gn 2, 1), para validar e imprimir autoridade ao seu argumento. Assim, esse encontro de significados vai construindo barreiras de DE que podem ser diluídos com discursos de resistência. Stella e Brait (2021) consideram que

funcionando em interação com os discursos oficiais, os discursos de resistência atuam como forças centrífugas que promovem uma espécie de desequilíbrio nas forças centrípetas que constituem as vozes da oficialidade. A prosa literária caracteriza-se como um viés dessas correntes discursivas de resistência que se opõem discursivamente aos discursos oficiais. Por meio dela, principalmente, circulam discursos organizados de forma a constituir um corpo de sentido que oferece um olhar em direção à descentralização verboideológica (STELLA; BRAIT, 2021, p. 158).

Discursivamente, considerando que, na perspectiva cristã, a bíblia é considerada “a palavra de Deus”, o Papa supracitado está afirmando que seu dizer é o dizer de Deus, portanto, é duplamente inquestionável, uma vez que, discursivamente, trata-se de um discurso divino, eclesial/oficial. Nesse sentido, como afirmam os autores acima, só os discursos de resistência, dentro do campo ideológico de sentidos, tocam os fios da vida para mudança de paradigmas.





Dito isso, apresento a segunda análise do texto proposto, extraído da Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia*.

2ª análise – Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia* – Sobre o Amor na Família

1.A Igreja conforma o seu comportamento ao do Senhor Jesus que, num amor sem 2.fronteiras, se ofereceu por todas as pessoas sem exceção. Com os Padres sinodais, 3.examinei a situação das famílias que vivem a experiência de ter no seu seio pessoas 4.com tendência homossexual, experiência não fácil nem para os pais nem para os 5.filhos. Por isso desejo, antes de mais nada, reafirmar que cada pessoa, 6.independentemente da própria orientação sexual, deve ser respeitada na sua 7.dignidade e acolhida com respeito, procurando evitar «qualquer sinal de 8.discriminação injusta» e particularmente toda a forma de agressão e violência. Às 9. famílias, por sua vez, deve-se assegurar um respeitoso acompanhamento, para que 10. quantos manifestam a tendência homossexual possam dispor dos auxílios 11.necessários para compreender e realizar plenamente a vontade de Deus na sua 12.vida.

13. No decurso dos debates sobre a dignidade e a missão da família, os Padres sinodais 14.anotaram, quanto aos projetos de equiparação ao matrimónio das uniões entre 15.pessoas homossexuais, que não existe fundamento algum para assimilar ou 16. estabelecer analogias, nem sequer remotas, entre as uniões homossexuais e o 17. desígnio de Deus sobre o matrimónio e a família. É “inaceitável que as Igrejas 18. locais sofram pressões nesta matéria e que os organismos internacionais 19. condicionem a ajuda financeira aos países pobres à introdução de leis que 20. instituem o “matrimónio” entre pessoas do mesmo sexo”.

21. As famílias monoparentais têm frequentemente origem a partir de «mães ou pais 22. biológicos que nunca quiseram integrar-se na vida familiar, situações de violência 23. em que um dos progenitores teve de fugir com seus filhos, morte de um dos pais, 24. abandono da família por um dos progenitores e outras situações. Seja qual for a 25. causa, o progenitor que vive com a criança deve encontrar apoio e conforto nas 26. outras famílias que formam a comunidade cristã, bem como nos organismos 27. pastorais paroquiais. Além disso, estas famílias são muitas vezes afligidas pela 28. gravidade dos problemas económicos, pela incerteza dum trabalho precário, pela 29.dificuldade de manter os filhos, pela falta duma casa» (FRANCISCO, 2022).

Fonte: Elaboração própria (2024).

Dizer que o posicionamento e/ou comportamento Igreja está em conformidade com o comportamento “do Senhor Jesus”, confere ao dizer do Papa Francisco a autoridade daquele que fala e age *in persona Christi* (na pessoa de Cristo), em nome de Deus; portanto, estaria, além de correto, pelo fato de estar sendo expressado pelo representante de Deus na Terra, inquestionável. Aí encontra-se a construção do DE da autoridade papal, conferida por Deus.





Ao afirmar que não é fácil (no contexto da família heterossexual), tanto para os pais quanto para os filhos, conviverem com a questão da homossexualidade, Francisco reafirma o DE de que é difícil lidar com homossexualidade, ou seja, não é uma realidade fácil de ser vivenciada pelas famílias, socialmente, e isso é corroborado mais adiante quando ele defende que, independentemente da orientação sexual, cada pessoa precisa ser respeitada.

Ademais, chama a atenção o fato de o Papa, num movimento interdiscursivo com o Catecismo da Igreja Católica (CIC), afirmar que se deve procurando evitar “todo sinal de discriminação injusta e particularmente toda a forma de agressão e violência”. Diante disso, pergunto: haveria alguma forma de discriminação justa para com alguém ou algum grupo social? Se sim, a quem deveria ser direcionada? E qual seria a “vontade de Deus” quando o mesmo Papa defende que aqueles que “manifestam a tendência homossexual possam dispor dos auxílios necessários para compreender e realizar plenamente a vontade de Deus na sua vida”?

Considerando o posicionamento da ICR há séculos, bem como o documento ao qual o Papa faz referência, é possível afirmar que “a vontade de Deus” seria, para com os LGBTQIAPN+, que eles não vivessem sua sexualidade, se recolhessem à “castidade” para não incorrer em “pecado”, afastando-se, assim de Deus, uma vez que, de acordo com o que estabelece mesmo CIC,

as pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Pelas virtudes de autodomínio, educadoras da liberdade interior, às vezes pelo apoio de uma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem se aproximar, gradual e resolutamente, da perfeição cristã (CIC, 1999, n. 2359, p. 611).

Partindo para o segundo bloco de análise, destaco os seguintes pontos:

a) Francisco, anuindo com os Padre Sinodais (aqueles que participaram do “Sínodo da família”) afirma que “não existe fundamento algum para assimilar ou estabelecer analogias, nem sequer remotas, entre as uniões homossexuais e o desígnio de Deus sobre o matrimónio e a família” (linhas 15 a 17);

b) Francisco, ainda nesse mesmo movimento, afirma que é “inaceitável que as Igrejas locais sofram pressões nesta matéria e que os organismos internacionais condicionem a ajuda financeira aos países pobres à introdução de leis que instituem o “matrimónio” entre pessoas do mesmo sexo” (linhas 17 a 20).

A noção de família defendida e reafirmada pelo Papa Francisco é a mesma concebida pela Igreja da qual ele é chefe. Embora ele tenha feito, discursiva e aparentemente, alguns movimentos de acolhida às pessoas LGBTQIAPN+, é preciso considerar, conforme anteriormente exposto, “que não existe fundamento algum para assimilar ou estabelecer analogias, nem sequer remotas, entre as uniões homossexuais e o desígnio de Deus sobre o matrimónio e a família”.





Não obstante considere importante que "cada pessoa, independentemente da própria orientação sexual, deve ser respeitada na sua dignidade e acolhida com respeito", o posicionamento de Francisco, quando fala de maneira oficial, é o mesmo da Igreja. Muito embora, repito, ele tenha feito alguns movimentos que indicam uma possível mudança de paradigma na sociedade, sobretudo quando chancela algumas decisões do Vaticano, a exemplo das bênçãos às uniões homossexuais. No entanto, é preciso reafirmar que essas bênçãos não têm o mesmo significado social e eclesial que as equipare ao casamento, por exemplo.

Nesse sentido, as relações homossexuais, ainda assim, permanecem sendo consideradas "desordenadas", embora essa expressão não seja por ele utilizada. Assim sendo, conforme exposto, "não existe fundamento algum para assimilar ou estabelecer analogias, nem sequer remotas, entre as uniões homossexuais e o desígnio de Deus sobre o matrimônio e a família". Desse modo, discursivamente, as famílias que não são formadas a partir da configuração "pai, mãe e filhos", no sentido biologizante, não fazem parte do "desígnio de Deus sobre o matrimônio e a família" (linhas 14 a 17).

À guisa de conclusão

Os discursos veiculados nos pronunciamentos oficiais dos referidos Papas acerca dos termos "família" e "homossexualidade" são os mesmos veiculados pela ICR, a saber:

- a) que a família é compreendida como uma instituição natural e divina;
- b) que só pode ocorrer dentro do "matrimônio", instituído pela Igreja e por ela conferidos aos casais heterossexuais;
- c) que as outras constituições familiares sequer podem ser comparadas ao "matrimônio", o que representaria uma ofensa;
- d) que os LGBTQIAPN+ constituem "o outro" ("estranho", "desordenado", "anormal") em relação ao "nós" ("normais", "sadios").

É possível afirmar que os DE sobre gênero e sexualidade encontrados no recorte proposto são:

- a) DE da anormalidade, em oposição à "normalidade";
- b) DE da autenticidade, em oposição ao que "não é autêntico";
- c) DE da naturalidade, em oposição ao "antinatural";
- d) DE da verdade, em oposição àquilo que se constitui como "mentira".





Considerando que os discursos formulados pelos referidos Papas repercutem na maioria das sociedades do mundo, no que se refere às possíveis implicações de sentidos formulados por esses DE para a construção das vivências das pessoas ou das práticas sociais de interação na contemporaneidade, é possível dizer que esses discursos, além de preconceituosos, fomentam violência e morte.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2010a.

BARROS, D. Contribuições de Bakhtin às teorias do Discurso. *In*: BRAIT, Beth. **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

BENTO XVI, P. **Discurso do papa Bento XVI à Cúria Romana na apresentação de votos natalícios**. 2012. Disponível em: < https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20121221_auguri-curia.html >. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. *In*: BRAIT, B. **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Loyola, 1999.

FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. *In*: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

FRANCISCO, P. **Exortação Apostólica Pós-sinodal Amoris Laetitia** - sobre o amor na família. São Paulo: Loyola, Paulus, 2022.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

JUNQUEIRA, R. D. **A invenção da "ideologia de gênero"**: um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.

MACHADO, I. Gêneros discursivos. *In*: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2012.

MOITA LOPES, L. P. da. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. *In*: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.





MOREIRA JÚNIOR, R. dos S.; SOUTO MAIOR, R. de C. As relações dialógicas e os discursos envolventes sobre a condição histórico-social de uma mulher amante. **Bakhtiniana**: Revista de Estudos do Discurso, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 122-148, 2020. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/49383> >. Acesso em: 26 abr. 2024.

PENNYCOOK, A. Uma linguística Aplicada transgressiva. *In*: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

SOUTO MAIOR, R. de C. Os saberes docentes e a constituição de *ethos* no PIBID/letras: a construção de uma ética discursiva. *In*: FIGUEREDO, F. J. Q. de; SIMÕES, D. (Orgs.). **Contribuições da Linguística Aplicada para a Educação Básica**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

SOUTO MAIOR, R. de C.; LUZ, L. S. F. Identidades docentes e a ética discursiva nas interações sugeridas nas consígnias de abertura no contexto da educação a distância. **Calidoscópio**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 395-413, 2019. Disponível em: < <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2019.172.10> >. Acesso em: 24 ago. 2024.

SOUTO MAIOR, R. de C.; BORGES, L. BNC Formação de Professores da Educação Básica: discursos envolventes sobre a formação docente em textos oficiais. **Entretextos**, Londrina, v. 22, n. 3, p. 1-24, 2022. Disponível em: < <https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/46748/48648> >. Acesso em: 22 abr. 2024.

STELLA, P. R.; BRAIT, B. Tensão e produção de sentidos em Bakhtin e o Círculo. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 21, n. 1, p. 151-169, 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ld/a/Vgpz5tcH8pPkqR3p3BGfHVy/?lang=pt&format=pdf> >. Acesso em: 21 ago. 2024.





“Nada contra, só não curto [...]”: uma análise discursiva de desenhos sociais no *Grindr*

Aleph Danillo da Silva Feitosa³⁴

Aderjan Albert da Silva Argolo³⁵

Rodrigo Agra de Oliveira³⁶

Considerações iniciais

Ao proferir um discurso sobre determinado tema, um enunciador o diz a partir de um local de fala (RIBEIRO, 2017), local esse que está determinado por intersecções de raça, gênero, sexualidade, classe social, entre outros fatores. Assim, ao pensar a proposta de tema aqui discutido, acreditamos pertinente abrir este espaço para apresentarmos uma particularidade das nossas vivências, autores deste manuscrito. Nós, Aleph Danillo da Silva Feitosa, Aderjan Albert da Silva Argolo e Rodrigo Agra de Oliveira, latino-americanos, gays e fora dos padrões no que tange ao arquétipo de beleza e a características comportamentais socialmente impostas, ao fazermos uso de algum aplicativo gay, já lemos, direcionadas a nós, ou a outras pessoas usuárias dos aplicativos, frases como: “Desculpa, nada contra, só não curto afeminado”; “Você tem trejeitos?”; “Pode mandar áudio para eu verificar se sua voz é de homem?”; “Nada contra afeminados, é só questão de gosto mesmo; não sinto tesão”; entre outras.

Essas frases nos levaram, em um movimento de reflexão-crítica, a apreender que, em qualquer formação cultural, os discursos estão permeados por ideologias que, vindas, antes de tudo, da classe dominante, visam assegurar a manutenção da segregação/exclusão frente aos que não se enquadram em “caixas” socialmente pré-estabelecidas. No caso de aplicativos como o *Grindr*, por exemplo, as perguntas supracitadas, embora advindas de sujeitos individuais, refletem as ideias que circulam dentro e fora das telas dos *smartphones*.

Foi pensando na necessidade de problematizar tais discursos presentes no aplicativo *Grindr* que idealizamos este estudo, ancorados na Análise de Discurso Crítica, a qual se apresenta enquanto uma abordagem transdisciplinar ao estudo dos textos. A adoção dessa perspectiva se deu, ainda, pelo fato de a Análise de Discurso Crítica considerar a língua(gem) a partir da perspectiva de “[...] prática social e não como atividade puramente individual” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 94), compreendendo-se, nessa seara, que a linguagem representa as variáveis situacionais do discurso.

³⁴ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas.

³⁵ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas.

³⁶ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas.





Desse modo, dado seu status de alternativa teórico-metodológica para os estudos críticos, e considerando ainda seu papel em buscar desnaturalizar crenças e ideologias que contribuem para as estruturas de dominação contemporâneas, este trabalho, a partir da variedade de diálogos entre diferentes teorias, as quais perpassam a “[...] mediação entre o social e o linguístico” (Chouliaraki; Fairclough, 1999, p. 16), converte-se em um movimento político voltado a agir “[...] sobre o mundo para transformá-lo e com isso contribuir para criar um mundo no qual as pessoas não sejam discriminadas devido a sexo, credo, idade ou classe social” (CALDAS-COULTHARD; COULTHARD, 1996, p. xi).

O trabalho em tela se estrutura, metodologicamente, enquanto uma pesquisa de abordagem qualitativa e se volta para a análise dos perfis de alguns usuários do aplicativo Grindr à luz da Análise do Discurso Crítica, das discussões sobre gênero, performance e relações de poder. Em outras palavras, debruçamos nossos olhares, nesta pesquisa, para o referido dispositivo de rede social no tocante à configuração de identidades e acordos sociais entre seus usuários, refletindo, por meio do discurso, suas crenças, seus valores e seus interesses.

É pertinente destacarmos que o texto se encontra dividido em cinco macro seções, além desta introdução e das considerações finais, a saber: (1) O *Grindr*: breves reflexões; (2) Pensando relações de poder e exclusão à luz da Análise de Discurso Crítica; (3) Discursos, identidades e desenhos sociais: entre o macho e o afeminado; (4) Percurso metodológico; (5) Uma Análise de Discurso Crítica nos perfis do *Grindr*; e (6) Considerações finais.

O *grindr*: breves reflexões

O ciberespaço representa um novo espaço público para interações diretas, sem restrições de tempo e espaço, sendo as redes sociais a maior expressão deste fenômeno. Nelas, a dinâmica de grupo e a comunicação interpessoal manifestam-se de forma semelhante aos grupos sociais do mundo físico, gerando também relações de poder, o surgimento de vozes/discursos, a hierarquia entre sujeitos e a monopolização de opiniões.

Nas atuais condições de produção, cada vez mais sujeitos são adeptos de redes sociais, especialmente dos aplicativos de relacionamento. Sobre os aplicativos, Lins (2017) afirma que não somente as relações heteronormativas fazem uso deles, mas, as homoafetivas também, prova disso é a infinidade de aplicativos que existem nas lojas virtuais para o público LGBTQIAPN+. Esses aplicativos³⁷ misturam tecnologia, questões de gênero, amor, sexo e consumo, possibilitando assim novas formas de se relacionar; é justamente a busca, e não, necessariamente, o encontro face a face, o fator inovador trazido pelos aplicativos de encontro.

³⁷ É válido destacar a existência de aplicativos que têm como finalidade o sexo rápido, ou “fast foda”, alusão ao *fast-food*, sendo o *Grindr*, o mais comum.





Partindo do exposto, destacamos que o *Grindr* se trata de um aplicativo de relacionamento homoerótico que surgiu em 2009, criado pelo israelense Joel Simkhai, e que tem como objetivo proporcionar interlocução de diferentes pessoas a partir da geolocalização. Tal interlocução ora assume um *status* pautada na metáfora da "vitrine humana" (sendo a junção dos perfis uma espécie de catalogação dos produtos), ora é encarada "[...] a partir das mudanças nas dinâmicas sociais dos encontros, auxiliando, por exemplo, na redução das dificuldades que existiam em relação às interações homoafetivas" (SILVA; MEDEIROS, 2021, p. 272).

Grindr, em uma tradução literal, significa "moedor", logo, cada sujeito pode moer e se deixar moer no mercado dos desejos como quiser, bem como acontece com as carnes em um açougue.

O ato de "moer", que envolve a nomeação do *Grindr*, estabelece uma relação de memória com um lugar que expõe os corpos dos sujeitos-gays, como carnes no açougue, expostos de modo voluntário, por quem não vê como problema em "deixar-se triturar" para compor esse imenso espaço de encontros, nos quais a oferta estimula a demanda e produz o interesse do outro para que as relações ocorram (BASTOS, 2018, p. 266).

Argolo (2022) assevera que uma postura bem parecida com a que era esperada à época dos gregos, no que diz respeito à performance, é bem recorrente nos "Apps de pegação gays", isto é, características como "discretos", " másculos" e "postura de macho/homem" estão presentes em muitos perfis do aplicativo, o que se materializa nas imagens e nos discursos de apresentação do usuário.

Isso nos leva a refletir sobre o fato de que nossa sociedade sempre esteve e segue estando estruturada por estereótipos sexistas, os quais são refletidos nos perfis e nas interações sociais dentro do aplicativo. Assim, muito embora o *Grindr* possa representar um real desenvolvimento no que tange à possibilidade de contato entre diferentes pessoas, este assegura a premissa de que os avanços sociais continuam relacionados às dinâmicas do mundo heteronormativo, contribuindo com as perversidades dos sistemas hegemônicos vigentes.

Posto isto, a seção a seguir traz uma reflexão das relações de poder e como estas contribuem para a exclusão de determinados sujeitos.

Pensando relações de poder e exclusão à luz da análise de discurso crítica

Ainda que a palavra poder nos seja conhecida, para ajudar a compreendermos sua ação, faz-se necessário conhecer a etimologia da palavra, sendo assim, consoante a Ferreirinha e Raitz (2010), a palavra poder vem do latim vulgar *potere*, substituído ao latim clássico *posse*, que vem a ser a contração de *potis* esse, "ser capaz", "autoridade"; desse modo, a partir de sua etimologia, podemos inferir que *poder* torna-se uma palavra ou ação que exprime força, persuasão, controle, regulação, entre outras significações.





Blackburn (1997) afirma que, de acordo com o dicionário de Filosofia, a palavra poder, na esfera social, quer pelo indivíduo ou pela instituição, é definido com a capacidade de este conseguir algo, seja pelo direito, por controle ou por influência; é também compreendido como a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado, o que pode ser exercido de modo consciente ou não, bem como de forma deliberada.

Almeida (2011), por sua vez, afirma que o poder, em suas variadas interfaces, sempre foi e continua sendo masculino. Tecendo um percurso histórico, podemos afirmar que, a partir dos anos finais do século XX, as relações simbolicamente construídas entre os gêneros foram abaladas nas suas estruturas, em decorrência da emergência de um lado social feminino, que rejeitou as noções solidificadas dos conceitos de superioridade e inferioridade. Diante disso, atualmente, as mulheres e as expectativas de seu protagonismo social e político se introduzem nos sistemas simbólicos masculinos em um momento em que estes são destrutivos, em relação à vida humana, à paz entre as nações e à sociedade organizada.

A partir do que foi exposto acima, conseguimos notar que práticas machistas sempre tendem a subalternizar/excluir/rejeitar o que lhe é diferente. As relações de poder, em consonância com Praun (2011), estruturam-se de acordo com o gênero (masculino/feminino), entretanto, quando as relações estão no mesmo prisma, no que concerne ao gênero (dois homens), também podemos verificar a presença da hierarquização, como no caso de sujeitos afeminados vs sujeitos não afeminados.

Isto é, em muitos contextos e momentos, no tocante ao meio social dos indivíduos que compõem o grupo LGBTQIAPN+, verificamos a deslegitimação de performances de gênero que não estão associadas ao padrão heteronormativo, o que contribui para uma escala de poder entre o sujeito que performa a partir de atributos socialmente construídos e definidos como masculinos, em detrimento daqueles que rompem com o que é esperado/construído socialmente.

Nos aplicativos como o *Grindr*, percebemos, a partir do exposto, o fomento de um espaço de poder heteronormativo, os quais gerenciam os corpos ali presentes. A exemplo, destacamos que, em muitos casos, alguns usuários de aplicativos de relacionamento utilizam em sua "bio"³⁸ descritores que evidenciam um panorama de poder atribuído ao sujeito "Macho", como as descrições voltadas à valorização de comportamentos e aspectos considerados masculinos em nossa sociedade e o rechaço àqueles tidos como afeminados/efeminados. É nessa esteira que se tem o processo de exclusão/segregação dos corpos que fujam às regras sociais.

O padrão exposto nos parágrafos acima é apresentado enquanto uma ferramenta de controle e apagamento social, o qual, postulando a exclusão, proporciona dinâmicas sociais, históricas e culturais que perpassam as diferentes esferas humanas, apresen-

³⁸ Informações que são inseridas como forma de descrever-se, funcionando, inclusive, como o cartão de visita ou forma de divulgação de quem a pessoa é e o que está buscando no referido aplicativo.





tando-se, portanto, no mundo virtual e físico. Esse movimento, por certo, contribui para um “[...] processo de construção [e valorização] da identidade masculina, que se constitui a partir da negação e repetição estética de gestos e discursos associados ao ódio e exclusão daqueles que não comprovam sua masculinidade compulsiva” (Silva; Alves; Barros Júnior, 2021, p. 9).

Findada nossa terceira seção, versaremos, em seguida, sobre os engendramentos dos discursos e como estes corroboram para as construções das identidades, percorrendo, ainda, acerca das reverberações discursivas nos desenhos sociais.

Discursos, identidades e desenhos sociais

Esta seção, a qual se encontra dividida em duas subseções, traz à baila o debate acerca das práticas sociais que, por meio do discurso, contribuem para a construção de identidades e desenhos sociais dos indivíduos. Assim, partimos da premissa de que esses discursos se formam e se constituem de maneira dialógica, os quais, por certo, são moldados pelas estruturas - dominantes - vigentes. Logo, nas duas subseções a seguir, assumimos o *discurso* como forma de poder e ação frente a grupos que se encontram à margem da sociedade, como os indivíduos afeminados/efeminados.

Entre o “macho” e o afeminado/efeminados

Socialmente, são atribuídos alguns comportamentos de acordo com cada gênero. Vale destacar que, em harmonia com Maihofer (2016), gênero é uma construção social, ou melhor, resultado de processos de construção social. Em decorrência disso, na presente subseção, iremos versar sobre ilações impostas arbitrariamente.

Versar sobre discursos/desenhos sociais/identidades, a partir da perspectiva do dito “macho”, evoca-nos a considerar que, em aplicativos de relacionamento, concernente a Cardoso *et al.* (2022), há uma série de aspectos estereotipados que são (devem ser) seguidos por esse sujeito. Um dos aspectos que pode mostrar o “macho” é a voz, ademais de como se dá a vocalização; outro aspecto é a linguagem utilizada, afastando-se de gírias que possam ser entendidas como “gírias de moça”. “Voz de homem” e falar como “homem de verdade” é uma tarefa que exige afastamento de características associadas ao feminino. Em alguns casos, os usuários de aplicativos pedem que a outra pessoa mande um áudio ou faça uma chamada de vídeo, para avaliar se a voz é de “homem” ou não. Os pelos corporais são uma outra regularidade enunciativa que pode ser percebida, quando ausentes, no corpo dos homens, para alguns dos usuários de aplicativos, há uma associação com o feminino. Conseguimos perceber que, ao “macho” está agregada a ideia de virilidade/força/brutalidade - característica da masculinidade hegemônica; o que difere disso é rechaçado.

Ramos e Cerqueira-Santos (2020) asseveram que afeminado/efeminado é adjetivo dado a sujeitos que aparentam ou comportam-se de forma a transmitir “feminilidade” para além do que é convencionalmente concebido pelo contexto cultural; a antiafeminação tem se configurado como um fenômeno recorrente nas últimas décadas,





promovendo hierarquias e aprofundando a vivência da homofobia para um determinado grupo. A exaltação de uma masculinidade extrema tem se construído como modelo ideal para homens, mesmo os homossexuais e bissexuais, confirmando premissas hegemônicas, misóginas e heteronormativas.

Para Reis (2012), além da roupa, as performances corporais mais masculinas ditam as regras nos aplicativos. Nessa esteira, embora o caráter interrelacional do gênero dialogue com os mais variados contextos e nos faça pensar que deva haver formas variadas de se pensar a masculinidade, para a maioria da população, ser homem significaria, fundamentalmente, duas coisas: não ser mulher, e ter um corpo que apresenta órgãos genitais masculinos. Nesse caso, ao propormos uma análise dessa natureza, corremos o risco de restringir nosso campo argumentativo ao simples fato de colocações refletidas na figura do pênis. Logo, nosso ponto de partida, fundamental para investigar a masculinidade, deve ser a distinção entre sexo e gênero.

A partir do que assevera Beauvoir (1967), podemos afirmar que não se nasce homem, torna-se homem? Na construção histórica da homossexualidade brasileira descrita por Peter Fry (1982), três sistemas distintos regulariam o pensamento sobre a homossexualidade a partir da visão de classes sociais distintas. O primeiro diria respeito aos polos masculinidade/atividade sexual *versus* feminilidade/passividade sexual; o segundo distinguiria orientação sexual de gênero, isto é, todos os indivíduos que mantivessem relações sexuais com pessoas do mesmo sexo seriam considerados homossexuais, não importando mais a posição "ativa" ou "passiva"; e, por fim os sujeitos procurariam se diferenciar um do outro a partir da disjunção entre orientação sexual e gênero, eles afirmariam sua subjetividade homossexual a diferenciando daquelas heterossexuais.

Compreendendo sobre os desenhos sociais, a seguir, refletiremos sobre um conceito que precede a homofobia.

Afeminofobia

Damos espaços a esta subseção para pensarmos e problematizarmos a importância de discutir um termo que emerge para nomear o preconceito contra aspectos femininos presentes em corpos masculinos, ou seja, estamos nos referindo àqueles que saem de determinados papéis de gênero e performam de encontro aos modos impostos socialmente, a saber: *Afeminofobia*.

Esse termo surge para dar conta de que, factualmente, no tocante a alguns sujeitos do gênero masculino, sejam eles héteros e/ou gays cisgêneros, quando outro homem apresenta características percebidas como "trejeitos femininos", há repulsa e preconceito contra aqueles tidos "afeminados". É nessa seara que surge a afeminofobia, a qual não deve ser confundida com a homofobia, pois, enquanto esta se refere à rejeição, aversão, medo ou ódio irracional a pessoas homossexuais ou que não se enquadram nos padrões heterossexuais, aquela está relacionada ao preconceito e à discriminação contra sujeitos que se apresentam como afeminados.





Para Moura e Nascimento (2020), todo indivíduo adulto passa, obrigatoriamente, pela infância, fase essa em que meninos são treinados para serem homens e as meninas para serem mulheres. Nessa fase, o menino é ensinado que seu papel social se difere do papel da "mulher", e que estas devem ser desejadas sexualmente, devendo-se rechaçar, no caso dos garotos, qualquer performatividade vinculada ao gênero feminino.

Dito de outro modo, a sociedade machista e patriarcal nos força, desde pequenos, a rejeitarmos a feminilidade em nossos corpos. Aqueles que vão de encontro a isso, são tachados como "mulherezinhas", "bichas", "viados", entre outros. O menino afeminado, em consonância com Sedgwick (1991), no discurso do gay adulto, representa mais do que uma lacuna teórica prejudicial, representando também um nó de aniquilação homofóbico, ginecofóbico e pedofóbico de ódio internalizado contra uma afirmativa gay. Nessa seara, Conejo (2011) considera que o menino é sempre tido como um ser heterossexual e a ele é só pensada a heterossexualidade como alternativa. Ressalta-se que a figura do filho afeminado cria um tropo discursivo, ou seja, uma associação de ideias, que faz com que seja impossível dissociar a transgeneralidade da homossexualidade.

Os meninos afeminados são encarados como proto-gays³⁹, e para esses meninos, exigir que se identifiquem com a masculinidade pode acarretar a sua não identificação e o seu apagamento, tendo em vista que sofrem a afeminofobia, ou seja, o preconceito contra o feminino no corpo masculino (Sedgwick, 1991). Desse modo os meninos afeminados compartilham do mesmo preconceito que os gays afeminados, o preconceito referente ao feminino (MOURA; NASCIMENTO; BARROS, 2017).

Mas o que define um gay como afeminado? A fim de responder a essa pergunta, partiremos do princípio de que os gays são considerados o maior exemplo de homens "femininos" (Forth, 2013). Socialmente, esses são sujeitos chamados de "afetados", "pintosas", "viadinhos", pois "[...] possuem uma performance corporal mais feminina e são reconhecidos como desviantes" (REIS, 2012). Nessa linha de pensamento, outras características são atribuídas ao gay afeminado, sendo essas tidas, socialmente, como pertencentes às feminilidades, tais como a gentileza, a compaixão e a delicadeza (ALMEIDA, 2012; MOURA; NASCIMENTO; BARROS, 2017).

Afeminado é o gay que difere do "discreto", "fora do meio", o que ostenta traços que são atribuídos ao feminino, o que o faz experimentar um "decréscimo de gênero", "uma inferiorização", "uma perda", uma depreciação do valor de sua masculinidade em relação aos demais. Cabe ressaltar que, de acordo com Corino (2006), a sociedade grega era bissexual, no entanto, havia limites: poderia haver relação entre um homem mais velho e um mais novo, mas, nunca entre homens de mesma idade; além disso, homens afeminados não eram bem quistos na sociedade, isto é, o que estava em foco era a performance masculinizada, a partir da compreensão que se tinha à época. Para eles, era inaceitável ser comparado à mulher, o que teria como consequência a perda da qualidade de "macho" dominante e a associação à imagem frágil, o que estava pautado em uma sociedade de lógica machista.

³⁹ O termo proto-gay corresponde à ideia de que todo menino afeminado é homossexual, ou será, quando na idade adulta, como se houvesse uma regra, algo imposto, considerando, apenas, os trejeitos.





Em consonância com Abundancia (2017), a afeminofobia pode ser entendida como um desafio de ser autêntico em um mundo que cultua o macho; um comportamento que tende a ditar regras do tipo: você até pode ser gay ou lésbica, entretanto, não poder “dar bandeira”. É também o desprezo por aquelas pessoas que rompem com os seus papéis de gênero; contra homens afeminados e mulheres masculinizadas, a prova definitiva que confirma que os homossexuais não são tão respeitados como se acredita, uma vez que contém uma regra nunca dita, mas internalizada por muitos: pode ser gay, todavia, precisa ser discreto/sigiloso.

Tal regra não faz parte apenas do universo hétero, mas por algumas pessoas do grupo LGBTQIA+, que ainda estigmatizam seus pares que performam comportamentos não esperados para o seu gênero. Ademais, finalizando nosso raciocínio, cabe-nos frisar que a afeminofobia não é vivenciada apenas por pessoas homossexuais, trans e travestis, uma vez que pode, também, afetar pessoas heterossexuais, bissexuais, desde que não cumpram com o que é esperado socialmente no tocante ao gênero masculino.

Finalizadas nossas seções teóricas, a seguir, apresentamos o percurso metodológico adotado em nossa investigação.

Percurso metodológico

Como elencado em nossa introdução, compreendemos que as formações discursivas se encontram permeadas por ideologias dominantes que visam assegurar a manutenção de sistemas socialmente pré-estabelecidos. Nesse sentido, tendo um olhar aos códigos simbólicos que estruturam, por meio da linguagem, as culturas e as sociedades, nosso artigo volta um olhar especial aos discursos presentes em perfis de usuários do aplicativo de relacionamento *Grindr*. Assim, nosso *corpus* de análise diz respeito às informações disponíveis em alguns perfis, o qual foi coletado no recorte temporal de outubro de 2024.

Nessa seara, cabe destacar que logramos catalogar 40 perfis, selecionados para este estudo, considerando o gênero textual em questão, apenas 6 perfis. Cabe destacar que, como critérios para seleção dos perfis, elencamos os seguintes pontos: (1) ser um perfil com nome de usuário (que, normalmente, diz respeito a um apelido); (2) presença de foto; e (3) possuir descrição na “Bio”, isto é, espaço onde os usuários podem escrever um pouco sobre si mesmos. Esses pontos, por certos, levaram-nos a catalogar os perfis e analisá-los a partir dos seguintes aspectos: seus “nomes”, suas fotos de perfis e seus discursos, o que corresponde às performances que os usuários adotam ao fazerem uso de tal ferramenta digital. Os perfis foram analisados à luz do método da Análise do Discurso Crítica, visto que buscamos

[...] analisar práticas sociais com atenção especial aos seus momentos discursivos na junção de preocupações práticas e teóricas e esferas públicas apenas aludidas, em que meios de analisar ‘operacionalisa’ – torna prática – construções teóricas do discurso na (modernidade tardia) vida social, e as análises contribuem para o desenvolvimento e a elaboração dessas construções teóricas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 16, tradução nossa)





Assim, inferimos que a ADC busca apreender em suas análises um estudo não apenas da língua, uma vez que direciona seu olhar analítico, também, às intersecções que a atravessa, a saber: as relações de poder, as identidades sociais, as ideologias, entre outras manifestações humanas; o que, a nosso ver, contribui para os objetivos do estudo em tela.

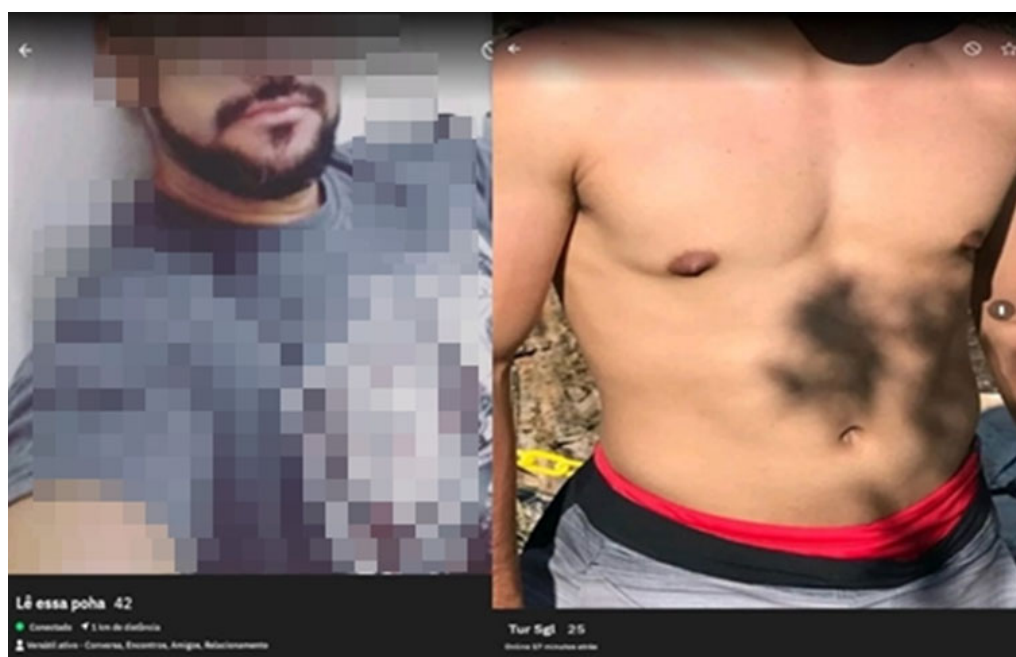
Dado o exposto, na seção seguinte apresentamos nossa análise dos dados.

Uma análise de discurso crítica nos perfis do *grindr*

A partir da vertente teórico-metodológica da Análise do Discurso Crítica, analisamos os perfis do *Grindr* selecionados como *corpus* para o estudo em tela. Como elencado na seção metodológica, nossa análise se volta aos seguintes aspectos: “nomes” dos perfis, suas fotos e os discursos em suas “bios”.

Inicialmente, apresentamos alguns perfis, voltando nossa atenção para seus respectivos nomes e imagens:

Figura 01: Fotografias e nomes dos perfis (1).



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Na Figura 1, temos usuários que, a grosso modo, apresentam características cis-hetero-normativas. A exemplo, podemos atentar para detalhes como: um usuário com uma imagem em que destaca sua barba, símbolo de masculinidade e virilidade arraigado na cultura humana, e outro, por sua vez, que dá ênfase a seu corpo másculo e viril, ambos biotipos caracterizados como “padrões” do meio LGBTQIA+. Destacamos, ainda, tratar-se de homens brancos, ou que, talvez, façam uso de filtros⁴⁰/ferramentas de rede sociais para modificar suas características físicas. Neste último caso, vale a crítica: adotam e contribuem para a perpetuação de padrões de beleza com referências europeias, como narizes mais afilados ou cor de pele clara.

⁴⁰ Filtros são ferramentas que modificam a imagem real por meio de efeitos de câmera e realidade aumentada.



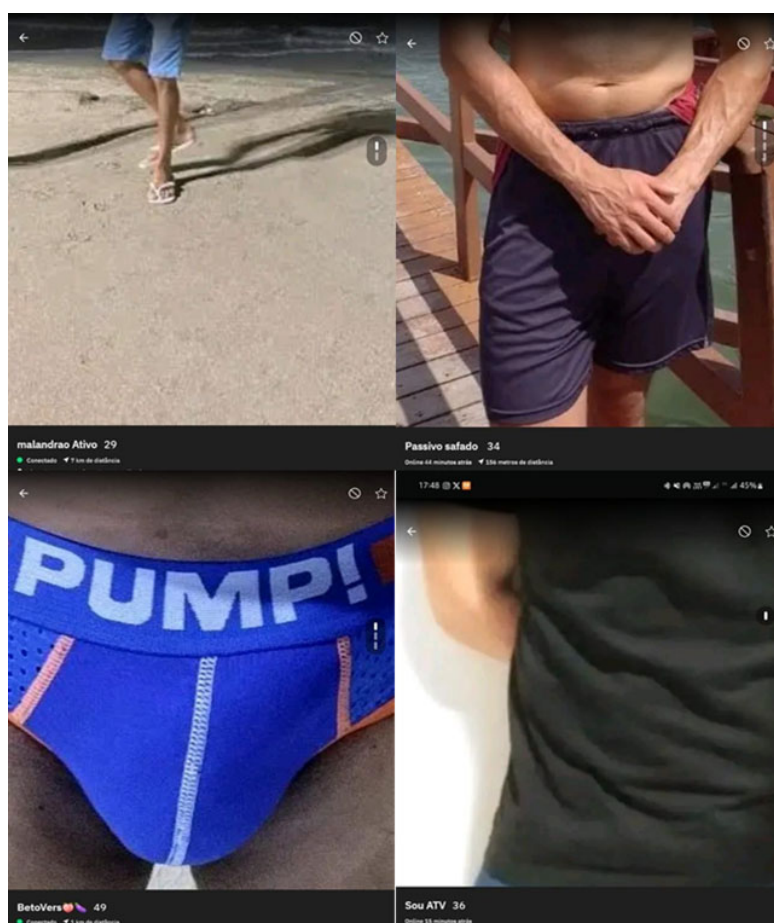


Notamos que esses usuários estão em conformidade com uma expectativa social sobre uma coerência entre sexo e gênero, compactuando com o que apregoa o sistema cis heteronormativo, como aponta Butler (2019). Ambos os perfis, assim como os demais que serão analisados nesta seção, parecem buscar (re)afirmar e legitimar suas masculinidades, o que também pode ser evidenciado a partir dos nomes por eles adotados, a saber: “Lê essa poha” e “Tur Sgl”.

Analisar e refletir sobre os nomes adotados pelos usuários do aplicativo se apresenta de suma importância, pois, eles, juntamente com as imagens, nos dão indícios do *éthos*⁴¹ que esses sujeitos tentam adotar. “Lê essa poha” (Lê essa porra), por exemplo, nos remete a concepções culturalmente cristalizadas acerca do homem: naturalmente agressivo, pavio curto, másculo, bruto, entre outros, características estas influenciadas pela estrutura social a qual pertence. “Tur Sgl” (Turista Sigilo/Sigiloso), a seu turno, evidencia um perfil discreto, que visa cumprir os padrões de masculinidades a ele impostos, sua foto, que não apresenta rosto, assegura a premissa do sigilo sobre si e sobre as relações que venham a ter com outrem por intermédio do aplicativo.

Ainda com o olhar voltado às fotos e aos perfis dos usuários do “App”, apresentamos a Figura 2:

Figura 02: Fotografias e nomes dos perfis (2).



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

⁴¹ Para Reboul (1998), ao falarmos de *Éthos*, estamos nos referindo à imagem de si, à personalidade, à escolha de vida, entre outros aspectos. Dito de outro modo, trata-se do caráter que assumimos frente ao nosso público.





Os perfis supracitados, assim como os dois primeiros analisados, trazem algo em comum: a busca pelo anonimato e a afirmação de suas masculinidades, seja por intermédio de suas imagens, sejam pelos nomes postos em cada perfil, o que remete à ideia de sujeitos “machos”, “ativos” e “safados”. Essa performance nos mostra um modo de ser/estar no mundo que se opõe à uma feminilidade específica, a do sujeito rejeitado, que tem “trejeitos”, o afeminado, a “bicha”. Nesse sentido:

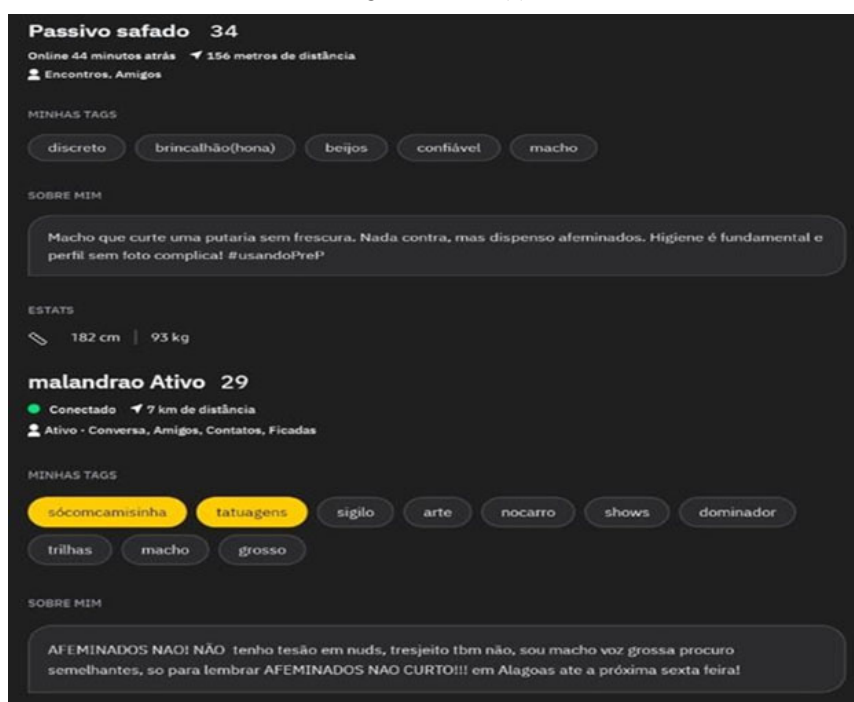
[...] a rejeição poderá ocorrer a partir de quaisquer atributos – corporais, gestuais, comportamentais ou emocionais – que possam ser relacionados tanto ao estereótipo da bicha, em seu exagero, quanto ao que é comumente atribuído ao lugar da mulher (SANTIAGO; CASTELLOS; RODRIGUES, 2017, p. 156).

Compreendemos que essa postura de rejeição pelos usuários do Grindr foi e segue sendo ensinada por intermédio das socializações que estes sujeitos traçam com o meio em que vivem. Essas apreensões assimiladas a partir do social também podem ser vistas e entendidas por meio das imagens, como as que buscam realçar órgãos genitais masculinos sob sungas/cuecas/calças/shorts, ou seja, apontam para a adoção de uma convenção social, isto é: a supervalorização da masculinidade hegemônica representada, simbolicamente, nas bases do falocentrismo.

Dado o exposto, consideramos necessário voltarmos nossos olhares para essas performatividades e reconhecermos que elas não se apresentam enquanto individuais (Fairclough, 2016). Assim, é necessário, considerando a língua(gem) na perspectiva de prática social, analisarmos a vida social e os discursos que a permeiam, construindo, moldando e cristalizando formas de ser, estar e se colocar.

Continuando com nosso movimento analítico, apresentamos a seguir as “bios” dos perfis selecionados.

Figura 03: Bios (1).



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

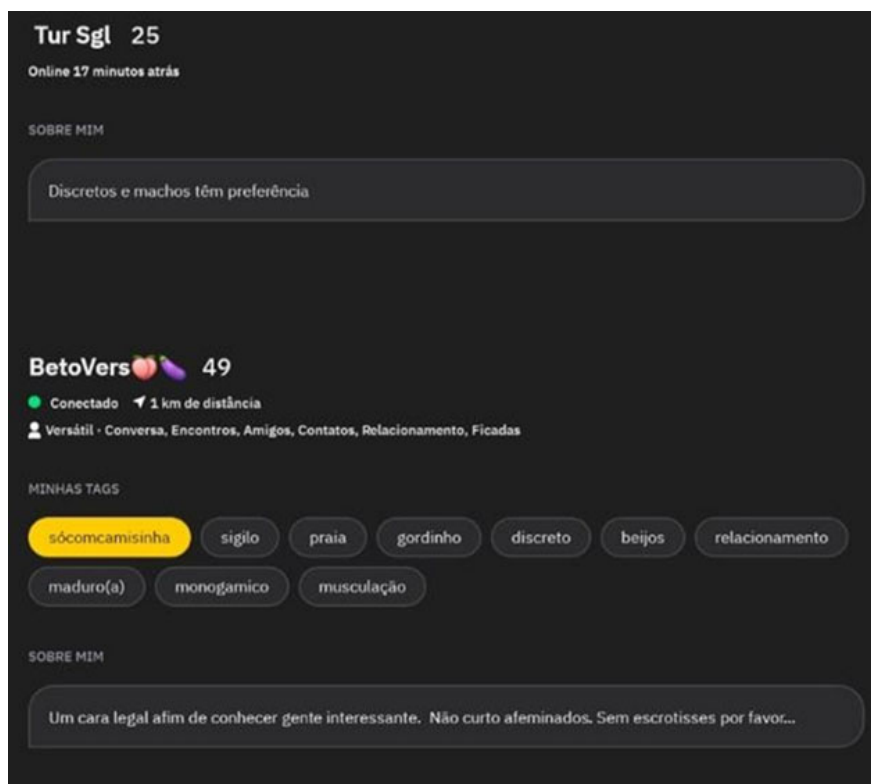




O primeiro perfil, pertencente ao usuário "Passivo safado", traz em sua bio a seguinte descrição: *"Macho que curte uma putaria sem frescura. Nada contra, mas dispenso afeminados. Higiene é fundamental e perfil sem foto complica. #UsandoPreP⁴²"* [sic]. Em sua descrição, evidencia-se a afirmação de que o sujeito em questão se autodeclara "Macho", o que se apresenta enquanto uma tentativa de evidenciar para os demais que fazem parte do Grindr que ele adota um arquétipo em consonância com a masculinidade hegemônica. Ademais, chama-nos a atenção a frase *"nada contra, mas dispenso afeminados"*, a qual exclui enquanto parceiros sexuais os que não apresentam perfis condizentes com a heteronormatividade.

O segundo perfil, do usuário "malandrao Ativo", se mostra ainda mais incisivo em seu discurso, vejamos: *"AFEMINADOS NAO! NÃO tenho tesão em nuds, trejeito tbm não, sou macho voz grossa procuro semelhantes, só para lembrar AFEMINADOS NÃO CURTO!!! em Alagoas ate a próxima sexta feira!"* [sic]. A imagem produzida sobre si por esse enunciador aponta para uma hipervalorização da masculinidade, assim como um rechaço extremo ao sujeito afeminado. Cabe frisar que ao ponderar não ter interesses em sujeitos com trejeitos, bem como o fato de possuir voz grossa e buscar semelhantes, "malandrao Ativo" deixa clara sua defesa acerca de que há uma forma de "homem" a ser seguida, a qual ele adota, ou seja, aquela pautada na masculinidade hegemônica.

Figura 04: Bios (2).



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

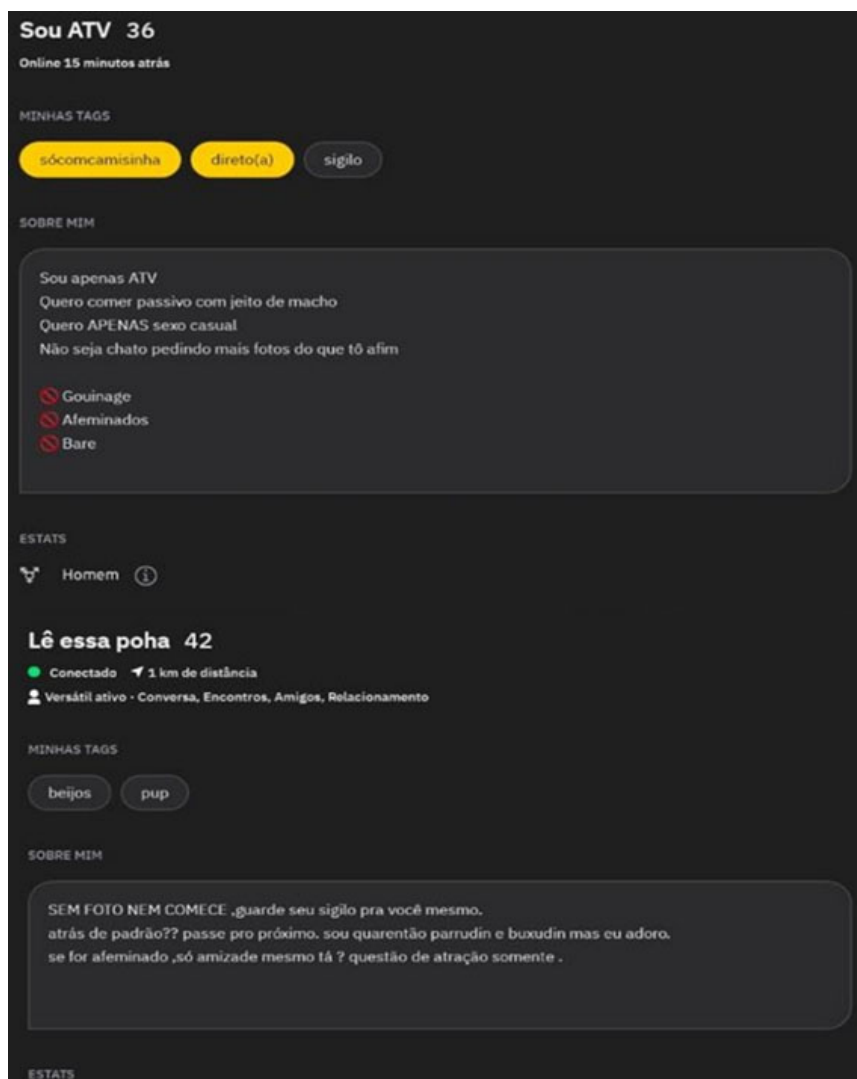
⁴² A nível de conhecimento, destacamos que a PrEP é a Profilaxia Pré-Exposição ao HIV. Em outros termos, a PrEP consiste no uso de medicamento anti-HIV de forma programada para evitar uma infecção pelo HIV.





Nos dois perfis presentes na Figura 4, por sua vez, deparamo-nos com os seguintes discursos: *"Discretos e machos têm preferência"* [sic] (Tur Sgl) e *"Um cara legal afim de conhecer gente interessante. Não curto afeminados. Sem escrotisses por favor..."* [sic] (BetoVers). Assim como os perfis anteriores, percebemos a não aceitação de traços femininos nos sujeitos que, por ventura, venham a manter contato. Destarte, infere-se que qualquer característica que vá de encontro ao "discreto" e apresente algum tipo de "escrotice", será estigmatizado.

Figura 05: Bios (2).



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Embora os perfis apresentados na Figura 5 nos mostrem relevantes informações que nos levam a apreender com maior detalhamento o desenho social que tais sujeitos performam, chamamos atenção para alguns pontos específicos, a saber: *"Sou apenas ATV; Quero comer passivo com jeito de macho; ø Afeminados"* [sic] (Sou ATV) e *"[...] guarde seu sigilo para você mesmo. atrás de padrão?? passe pro próximo. [...] se for afeminado, só amizade mesmo tá? questão de atração somente"* [sic] (Lê essa poha). Percebemos, assim como nos perfis anteriores, a contribuição de cada usuário para a construção de identidades que são tecidas socialmente. Essas identidades, a nosso ver,





devem ser questionadas sempre que se fragmentam e apresentam certo desvio lógico, não se sustentando do ponto de vista discursivo, como a fala do usuário “Lê essa poha”, o qual se autointitula como não padrão, excluindo, em contrapartida, outros sujeitos que também não se moldam aos padrões pré-estabelecidos (*se for afeminado, só amizade ta?*); justificando-se, ainda, a partir de uma suposta falta de atração.

Finalmente, finalizamos nossa análise ponderando que as falas supramencionadas atuam de diferentes maneiras nas práticas sociais, que por sua vez refletem discursos enquanto forma de ação ([...] *se for afeminado, só amizade*), forma de representação ([...] *passivo com jeito de macho*) e forma de identificação ([...] *sou apenas ATV*) (FAIRCLOUGH, 2003), contribuindo, desse modo, para a reiteração/perpetuação da estrutura social opressora vigente.

Considerações finais

A partir das premissas que deram sustentação teórica ao estudo, bem como da perspectiva teórico-metodológica da ADC e dos dados obtidos no aplicativo Grindr, percebemos que feitos, no aplicativo, retomam práticas discursivas dominantes de masculinidade, que determinam maneiras de ser do homem. Há alguns perfis de usuários que se alinham à lógica estratégica da heteronormatividade, defendendo, em suas interações, que homens devem ser viris, ativos e se distanciar de características femininas, a partir de uma imposição social. Enquanto esses discursos se disseminam, eles também se fragmentam, permitindo que surjam questionamentos normativos em um nível tático.

Pessoas usuárias do Grindr que se posicionam diferentemente da heteronormatividade e abraçam sua feminilidade, desafinam ou renegociam os preconceitos da masculinidade hegemônica. Vale ressaltar que, no que se refere ao menino afeminado, ele enfrenta uma “guerra”, desde cedo, em decorrência dos traços que ele apresenta; tal “guerra” se estende pela vida adulta, em muitos casos, pois alguns gays precisam negar quem são, o que inclui os traços em seus corpos, os quais são definidos e atribuídos ao feminino. Insta destacar que o fato de um menino ser afeminado não significa que ele será gay/trans/travesti quando chegar à idade adulta, uma vez que não há relação com a orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Compreende-se que, para a sociedade, a feminilidade presente em alguns sujeitos os coloca como não-pertencentes ao universo hétero-masculino, visto que não estão em conformidade com o que se espera da identidade de gênero, isto é, por não performarem a partir do papel estereotipado atribuído ao gênero masculino.

Como ponderamos ao longo do texto, precisamos estar atentos ao fato de que os perfis do Grindr aqui analisados apontam para “significados compartilhados” (HALL, 2016) entre os usuários. Isto é, sujeitos que compartilham dos mesmos

[...] conjuntos de conceitos, imagens e ideias que lhes permitem sentir, refletir e, portanto, interpretar o mundo de forma semelhante. Eles devem





compartilhar, em um sentido mais geral, os mesmos 'códigos culturais'. Deste modo, pensar e sentir são em si mesmos 'sistemas de representação', nos quais nossos conceitos, imagens e emoções 'dão sentido a' ou representam – em nossa vida mental – objetos que estão, ou podem estar, 'lá fora' no mundo (HALL, 2016, p. 17).

Tais compartilhamentos estão postos por intermédio dos discursos que apresentam em suas redes sociais; agindo, dessa forma, sobre o mundo em que se encontram inseridos e, conseqüentemente, sobre o(s) outro(s) (FAIRCLOUGH, 2016).

Ainda no tocante à Análise de Discurso Crítica, percebemos que essa alternativa teórico-metodológica contribuiu significativamente para a ampliação do nosso olhar acerca das questões sociais contemporâneas que emergem a partir do estudo proposto. Além disso, possibilitou um caminho possível para a desnaturalização de crenças que ajudam, enquanto suporte, a manter as estruturas de dominação vigente.

Assim, acreditamos termos cumprido com nosso papel, enquanto professores-pesquisadores envolvidos ao campo das linguagens, a perceber práticas discursivas enquanto construções sociais que podem - e devem - ser questionadas, contribuindo para que percam suas forças no fomento de práticas sociais que visam a perpetuação das desigualdades e das múltiplas formas de preconceitos. Desse modo, esta pesquisa tende a colaborar com a disseminação de conhecimentos, reflexões e de denúncias acerca de um tema tão caro à sociedade, uma vez que traz ao cerne do debate a emergente necessidade de um mundo em que as pessoas não sejam discriminadas devido às suas formas de ser e estar no mundo.

Referências

ALMEIDA, J. S. As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade. **Série-estudos**, n. 31, pág. 165-181, 2011.

ARGOLO, A. A. S. **Poliamor como possibilidade nas relações afetivas e sexuais**. (Monografia). Aracaju, 2022.

BASTOS, G. G. **Os sujeitos-gays nas tramas da(s) rede(s)**: o discurso sobre os aplicativos de relacionamento. (Tese). Ribeirão Preto, 2018.

BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CALDAS-COULTHARD, C. R.; COULTHARD, M. (Orgs.). **Texts and Practices**: Readings in CDA. Londres e Nova York: Routledge, 1996.





CARDOSO, E. *et al.* Uma análise discursiva foucaultiana das visibilidades do macho em aplicativos de relacionamento. **Revista da Anpoll**, v. 53, n. 2, p. 250-265, 2022.

CHOULIARAK, L.; N. FAIRCLOUGH. **Discourse in Late Modernity**: Rethinking Critical Discourse Analysis. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CORINO, L. C. P. **Homoerotismo na Grécia antiga** - homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades. **Biblos**, v. 19, p. 19-24, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. Londres/Nova York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2016.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração pública**, v. 44, p. 367-383, 2010.

HALL, S. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio, 2016.

LINS, R. N. **Novas formas de amar**. - São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

MAIHOFFER, A. O gênero como construção social-uma consideração intermediária. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 874-888, 2016.

MÁXIMO, J. C. C. *et al.* Narciso acha feio o que não é espelho: a afeminofobia e a aversão ao feminino dentro da comunidade gay. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. I.], v. 17, n. 7, p. e8186, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.7-079. Disponível em: < <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/8186> >. Acesso em: 14 set. 2024.

MEDEIROS, E. S. De “não curto afeminado nem pra amizade” a “por que tantos heteronormativos?": masculinidades e discursos dominantes e táticos nas fachadas do Grindr. **Revista Ártemis**, v. 23, n. 1, 2017.

MOURA, R. G. **A feminilidade nas organizações na visão de homossexuais masculinos**: entre a dominação masculina e o estigma. 2017.

MOURA, R. G.; NASCIMENTO, R. P. O gay afeminado nas organizações: uma tensão permanente com padrões heteronormativos. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, p. e65840, 2021.

PRAUN, A. G. **Sexualidade, gênero e suas relações de poder**. 2011.

RAMOS, M. M.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Afeminação, hipermasculinidade e hierarquia. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 72, n. 1, p. 159-172, 2020.





REIS, R. P. Eu tenho medo de ficar afeminado: performances e convenções corporais de gênero em espaços de sociabilidade homossexual. **Revista do NUFEN**, v. 4, n. 1, p. 73-87, 2012.

SANTIAGO; CASTELLOS; RODRIGUES; Bichas Destruidoras mesmo: construindo uma viada bem afeminada. **Periferia**, vol. 9, nº 2, p. 156–180, nov. 2017.

SILVA, R. P. F.; MEDEIROS, P. M. No sigilo. Não curto afeminados: uma análise de discurso dos perfis dos usuários do Grindr em Maceió. **Cambiassu: Estudos em Comunicação**, v. 16, n. 28, p. 267–287, 28 Dez 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/article/view/17926>.

SPINELLI, Miguel. As relações conviviais dos gregos: o éros e o erastés das relações cívicas e afetuosas [Living together among the Greeks: éros and erastés in civic loving relationships]. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 23, n. 40, p. 215-260, 2016.





Identidade, masculinidade sertaneja e resistência *Queer*

John Kevin Lopes de Araújo da Silva⁴³

Isaac Itamar de Melo Costa⁴⁴

Considerações iniciais

Neste artigo buscou-se investigar, por meio da Análise Materialista do Discurso, as questões que cerceiam a formação da masculinidade conforme o padrão heterocisnormativo para a identidade dos sertanejos, mais precisamente os sujeitos filiados ao espaço sócio-discursivo e imaginário do sertão do Nordeste brasileiro. Exploramos uma leitura possível de uma notícia veiculada pelo site da Rede Globo, recorte de uma reportagem do programa Fantástico, intitulada de "Parada gay⁴⁵ gera polêmica no sertão pernambucano". O lide na notícia nos informa que "em Serra Talhada, no sertão de Pernambuco, os homossexuais promoveram uma parada gay que gerou polêmica. Na terra de Lampião, símbolo do sertanejo macho, muitas pessoas foram contra a festa⁴⁶".

Notamos que o significante "sertanejo macho" nos indica uma composição que poderia muito bem figurar como redundante – o efeito instaurado pela platitude existente remonta ao fato de que a memória do sertanejo comporta *macho* como termo integrante, como prototípico ou parafrástico, ao mesmo tempo em que rejeita, por contraste, termos periféricos nesse arranjo, tais como homossexual, gay, feminino, mulher etc. Essa composição é percebida já aqui pelas condições de produção, em que "o sentido passa a ser compreendido como um efeito, produzido pela relação entre aquilo que é interno ao sistema linguístico e o que age de fora, oriundo do espaço sócio-histórico" (OLIVEIRA; RADDLE, 2020, p. 33).

Tratamos dessas condições como referentes ao conjunto de fatos discursivos, eventos sócio-históricos e a análise da conjuntura que torna possível uma composição como essa. Leia-se: partimos da constatação de que as condições para existência da posição ocupada pelo sujeito sertanejo incluem índices machistas, sexistas, transfóbicos, homofóbicos e, ao mesmo tempo, uma relação de evocação de características socialmente marcadas como constituintes do sujeito nordestino – obstinação, resistência e bravura, por exemplo. Essas características são sustentadas por um imaginário social calcado na construção de um nordestino prototípico,

⁴³ Mestrando no Programa em Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas.

⁴⁴ Professor do Programa de Mestrado Profissional em Letras da Universidade de Pernambuco e Professor substituto da Universidade Federal de Pernambuco.

⁴⁵ Embora a expressão "Parada Gay" não seja adequada, podendo-se utilizar as seguintes denominações "Parada da Diversidade", "Parada do Orgulho" ou "Parada LGBTQIAPN+" para tratar do evento, naquela situação e período não era algo amplamente problematizado.

⁴⁶ Disponível em: <https://bit.ly/40evUNA>. Acesso em jan. 2025.



baseado na tradição, no combate e na saudade, que abordaremos mais adiante. O ponto que vale o destaque nesta exposição é o de que a miríade de traços históricos, culturais e ideológicos que entram em jogo para a formação desse sujeito nos denuncia uma série de estratégias discursivas iniciadas no século XIX e prevalentes até hoje na conjuntura sócio-histórica nordestina, sempre em oposição a um inimigo de tipo imaginário a quem o sertanejo deve combater, que responde por isso ou outro nome: seca, fome, Sudeste, fraqueza, frescura etc. Ser gay nestas condições passa pela compreensão desses processos de enfrentamento e adiciona uma nova camada de resistência, mas desta vez em resposta aos saberes que compõem a forma sujeito que organiza a formação discursiva sertaneja masculinista. O sujeito gay sertanejo mobiliza ao mesmo tempo e contraditoriamente a memória do sertanejo cabra macho e outra diametralmente oposta a ela, a de pessoa LGBTQIAPN+.

Nesse funcionamento, "um macho não adoece, não tem fragilidades nem físicas, nem emocionais, frescuras. Um macho sempre sabe o que faz, aonde quer chegar e aí daquele que se colocar em seu caminho", além disso, um macho "está sempre disputando com outros machos a posse das coisas e das pessoas. Um macho é objetivo, racional, até frio e cruel, calculista, não se deixando levar por sentimentos" (Albuquerque Júnior, 2010, p. 24). Ou seja, tudo quanto possa ser associado a uma pretensa fragilidade é rejeitado pelo macho sertanejo. Nota-se, ainda, que a associação com o feminino, que poderia ser possível em outras esferas discursivas, como aquelas previamente apontadas por Foucault e Bourdieu⁴⁷, não é direta, já que também à mulher é imputado o imaginário sertanejo, que passa a corresponder à "mulher macho", paráfrase possível de termos como "paraíba", "cangaceira", "Maria Bonita" etc. Assim também argumenta Butler (2018) ao afirmar que o gênero é performativo, isto é, é construído e definido socialmente e não biologicamente pela característica de um órgão sexual específico. O gênero se articula por meio da performance e esta performance inclui ações de linguagem que se atam ao corpo e atuam por meio do discurso. Assim, a mulher que performa (se comporta e/ou age conforme) os trejeitos atribuídos aos homens heterocisgêneros sertanejos, é também percebida sob esses termos em certos aspectos⁴⁸, diferenciando-a das demais mulheres que estão diretamente associadas à dominação pelo androcentrismo, conforme Rolnik (2019).

Para investigar o enunciado que mobilizamos nessa leitura e explicando a importância de estabelecermos tantas paráfrases relativas ao lide e às expressões que ele desencadeia na memória social, destacamos que a relação da paráfrase discursiva com o sujeito e o sentido é central na análise materialista de discurso, na qual nos situamos. Por meio do funcionamento da paráfrase, prioriza-se a investigação de como os saberes oriundos de diferentes conjunturas são retomados e atualizados dentro da horizontalidade discursiva. Essa abordagem permite compreender tanto a filiação dos sentidos quanto a constituição do sujeito no processo discursivo. De acordo com

⁴⁷ Bourdieu (2020) explora a subordinação a que as mulheres são submetidas por uma sociedade androcêntrica, isto é, feita para que o homem seja o dominante, e nessa conjuntura cabe à mulher a inferioridade e a categorização de fragilidade.

⁴⁸ Embora haja essa identificação, ainda se encontram em outros aspectos dentro das normas de gênero como pelas suas vestimentas (vestidos).





Pêcheux (2014), a paráfrase discursiva pode ser entendida em dois níveis: como unidade não contraditória do sistema linguístico ou como um elemento inscrito historicamente em uma formação discursiva (FD). Este estudo concentra-se na segunda concepção, que considera os sentidos gerados pelo funcionamento parafrástico em sua materialidade, sempre em consonância com as condições de produção.

Para os estudos discursivos, a paráfrase é essencial na produção do sentido, sendo definida como “matriz do sentido”. A paráfrase articula-se, por um lado, à substituição e sinonímia e, por outro, à transformação, possibilitando a coexistência entre repetição e alteração de sentido, conforme Pêcheux (2014). Henry (1990) amplia essa compreensão ao considerar que a paráfrase discursiva depende tanto das condições de produção quanto da interpretação, destacando a influência das formações ideológicas e da autonomia relativa da língua na configuração das FD. A paráfrase depende de condições histórico-sociais específicas e pode gerar efeitos de retomada e reformulação.

Esse mecanismo indica a forma como tratamos metodologicamente do exame da significação aqui proposto. Estabelecemos uma série de paráfrases para pensar em quais sentidos são autorizados, se colocam em cadeia com aqueles previamente enunciados, e quais são negados, cerceados, policiados, enfim. A exploração da paráfrase e a discussão sobre as condições de produção que ela mapeia torna possível identificarmos alguns funcionamentos mnemônicos e discursivos, diretamente relacionados à composição da formação discursiva, lugar de onde emerge o sujeito do discurso; esses mecanismos são essenciais à leitura da notícia e nos ajudam a compreender como se constitui o sujeito sertanejo e com base em que contrapartes mais ou menos explícitas ele é erigido. Pautamo-nos, nesses termos, na série iniciada pelo processo de estranhamento, seguido pela de-superficialização do dizer e acompanhada do batimento entre descrição e interpretação. Esses passos são essenciais à leitura analítica na teoria do discurso e desenharam para nós a metodologia pela qual o método do materialismo histórico é posto em prática em AD. Discutimos um pouco mais demoradamente a metodologia no tópico a seguir.

Metodologia

Conforme apontado por Freda Indursky (2019), a análise inicia-se com a identificação de elementos que causam estranhamento na superfície da língua, remetendo à linguagem. No nosso caso, esse estranhamento se deu entre os significantes “homossexual” e “sertanejo macho”, colocados como opostos na sentença e, ao mesmo tempo, referentes a um mesmo sujeito. O estranhamento manifesta-se, assim, como um desarranjo em um conjunto ou norma, rompendo com regras ou gramáticas internas, indicando a presença de uma outra ordem na regularidade do sentido comum. Esses fenômenos podem ser percebidos em contradições, metáforas, lapsos, falhas, ambiguidades e metonímias, que expõem uma ruptura na compreensão ou na ilusão de controle exercida pelo sujeito do discurso. Assim, o estranhamento refere-se à interrupção ou perturbação do significado usual, revelando aspectos do real da língua e apontando para uma nova cena, uma nova ordem ou uma ação determinativa.





Na sequência, realiza-se a coleta do corpus a partir de um arquivo específico, procedendo-se à deslinearização dos enunciados, o que envolve deslocamentos, inversões, paráfrases e outros mecanismos linguísticos que possibilitem alinhar os dizeres a uma matriz de sentido, ou seja, a uma formação discursiva. Esta matriz é o lugar de onde emergem os significados corporificados na língua. A análise avança explorando essas estruturas para revelar camadas mais profundas de significado, levando em conta dimensões históricas, sociais, ideológicas e econômicas que permeiam os signos linguísticos.

Deslinearizar o significante implica reorganizá-lo e interpretá-lo à luz das condições de produção de seu significado. Esse processo requer identificar a posição discursiva do sujeito, vinculada a uma formação discursiva e a outras formações, como a ideológica, a imaginária, a cultural. Essas formações representam espaços onde os sentidos são gerados, atualizados e sedimentados, já que, segundo a análise do discurso, o significado não surge da frase em si, mas a antecede. Ele é processado em outro lugar e está envolvido em processos sociais e culturais. As formações interagem dinamicamente entre si e podem ser identificadas pela posição do sujeito no discurso, evidenciada por seus enunciados e sua relação com outros dizeres. Essa estratificação, sistematizada por Pêcheux e aplicada por analistas de discurso brasileiros, busca tornar visíveis os diferentes níveis de determinação que afetam os enunciados em suas esferas de produção.

O sujeito assume uma posição no discurso ao identificar-se com os saberes de uma formação discursiva (FD), a qual, por sua vez, define o que pode ser dito. Em paralelo, a formação ideológica orienta a materialização da ideologia na linguagem dentro de uma FD, delimitando as possibilidades de significação para um sujeito inserido em um contexto social específico. O próximo passo metodológico do analista do discurso é identificar essas formações e seu funcionamento, combinando descrição e interpretação para chegar a um significado possível dos enunciados destacados. Essa análise reflete sobre a relação entre linguagem e mundo, buscando esclarecer o papel da ideologia e do inconsciente na formação de significados entre os sujeitos, oferecendo uma leitura para as complexidades do discurso. Exposta a natureza de nosso processo metodológico, partimos, agora, para a exploração dos mecanismos de composição da identidade nordestina, crucial para o exame do sujeito sertanejo e do sertanejo gay.

A identidade nordestina

O significante sertanejo, de registro masculino e paráfrase de nordestino nas condições em que destacamos neste estudo, denuncia uma posição sujeito cuja filiação aos saberes constituintes da formação discursiva a qual pertence é organizada por uma forma sujeito que congrega o “macho” ao “nordestino”, os coloca em paridade. No interior dessa FD, o efeito de obviedade que se instaura é o de que ser sertanejo é ser nordestino e ser macho ao mesmo tempo e sob as mesmas condições, leia-se heterocisnormativas. Fenômeno que se deve, em grande parte, à consolidação da figura do sertanejo nordestino combatente, lutador, resistente, lugar donde derivam paráfrases como cangaceiro, lampião, cabra da peste etc., significantes que perpetuam um padrão de virilidade. Em *A invenção do nordeste e outras artes*, Albuquerque Júnior (2010)





aloca essa figura em um imaginário popular primeiramente atrelado à seca, reportada pelos veículos de mídia como tragédia própria aos “irmãos do norte”. É justamente a seca que separa este grande norte, amalgamado como massa geográfica disforme, entre nordeste – aquele que sofre com a seca – e norte – aquele tomado por mata fechada –. Conforme veremos, é em combate à seca que surge a identidade nordestina, uma memória social mantenedora da identidade sertaneja, que fora fabricada por uma conjuntura social específica, interessada na manutenção de um determinado sistema econômico e cultural afetado pela seca, que ameaçava o lucro dos grandes produtores de cana-de-açúcar.

Albuquerque Júnior (2010) parte do princípio de que o Nordeste, tal como o concebemos hoje, não é uma entidade natural ou geograficamente evidente, mas sim uma construção histórica, social e discursiva, que começou a ser moldada no final do século XIX e início do século XX. A noção de Nordeste foi criada por meio de narrativas e representações que homogenizaram uma região diversa, atribuindo-lhe características específicas como a seca, a pobreza e a resistência do sertanejo. Essa construção surgiu em um cenário de reorganização do Brasil durante a Primeira República, quando as elites políticas e econômicas do Sudeste passaram a identificar o “norte” do país como um espaço de atraso e pobreza, o que contrastava com o ideal de modernidade que buscavam promover. Nesse processo, o “grande norte” foi subdividido e o Nordeste emergiu como uma categoria à parte, caracterizada por suas condições climáticas adversas e pela figura do sertanejo como símbolo de luta e sofrimento. Essa figura, eternizada em paráfrases do cangaceiro (especialmente Lampião), ressoa em construções as mais diversas possíveis e arregimenta, além disso, forte apelo a símbolos religiosos, especialmente Nossa Senhora (cujas cores de referência, azul e branco, colorem a maioria esmagadora das casas no meio rural) e o Padre Cícero (em todo o Nordeste, mas sobretudo no estado do Ceará).

Nesse cenário, a figura do sertanejo, que se torna uma manifestação simbólica do imaginário nordestino, é representada como resistente, combativa e ligada à terra seca; o sertanejo simboliza uma identidade construída para atender a interesses externos, enquanto apagava as complexidades e diversidades internas da região. Os índices associados ao Nordeste, conforme Albuquerque Júnior (2010), estão profundamente ligados à memória, à tradição e à saudade, funcionando como elementos que mantêm viva uma identidade regional em uma conjuntura de enfrentamento à modernidade impulsionada pelo Sudeste do século XX. A memória do Nordeste árido e agrário, ainda que construída de maneira artificial, serve como uma forma de resistência simbólica contra a homogeneização cultural e econômica promovida pelos centros urbanos mais desenvolvidos, daí o reforço de determinadas características regionais e eventos culturais, a preferência por uma ideologia de comunhão, muitas vezes segregacionista (não raros os casos em que dizeres como “Nordeste meu país” passaram a circular).

O nordeste precisou ser inventado, no sentido de que a conjunção identitária e imaginária entre seus estados, radicalmente diversos entre si, foi articulada pela classe dominante nordestina, apoiada pela ideia de tradição, fruto dessa estratégia econômica, cultural e discursiva. A tradição evoca ao mesmo tempo a manutenção de determinadas





características culturais e a saudade de tempos “mais simples”, de um nordeste “pré-capitalista de cenário rural” que comportava vilarejos organizados em torno de uma igreja, quase sempre retratados em tons alaranjados e em hábitos simplórios, condições que marcam grandes obras, como *Tieta*, por exemplo.

Tal evocação do Nordeste árido, caracterizado pela seca e pela dureza da vida no campo, articula-se com a saudade como um sentimento que resgata um passado idealizado, ainda que marcado pelo sofrimento. Essa saudade não apenas remete a uma origem coletiva fabricada, mas também reafirma a força de uma cultura que se opõe à modernidade que vem do Sudeste, vista como avassaladora e desagregadora das tradições locais, mantidas sob a égide de certos produtos e manifestações culturais (como maracatu, frevo, caboclinho, reisado etc.). Nesse sentido, a memória coletiva do Nordeste, sustentada por figuras como o sertanejo resistente e o cangaceiro, cria um espaço imaginário de pertencimento e resistência cultural, mesmo que esse espaço não corresponda necessariamente às realidades vividas nos séculos posteriores.

Para Albuquerque Júnior (2010), ao reforçar essa memória e saudade de um Nordeste árido e resistente, o povo nordestino encontra uma maneira de preservar valores culturais e históricos, muito embora essa mesma construção também possa ser utilizada para perpetuar desigualdades, uma vez que cristaliza um imaginário de sofrimento e atraso que serve aos interesses de elites locais e nacionais. Assim, a resistência à modernidade sudestina se dá tanto no plano simbólico, com a exaltação de um passado rural, quanto por meio da luta pela preservação de modos de vida que não se encaixam no modelo hegemônico de progresso.

Além disso, o estereótipo do nordestino representado pela mídia reforça índices para um sujeito dado, deixando à margem aquelas posições que não atendem ao padrão estabelecido, como, por exemplo, os gays. Daí a relação entre o macho, o nordestino e o sertanejo comparecerem entrelaçadas às dificuldades de ser gay no cenário nordestino, profundamente enraizado no que Albuquerque Júnior, em *Máquina de Fazer Machos*, de 2011, define como máquina cultural de fabricação do masculino. A ideia de masculinidade no Nordeste é fortemente marcada por traços de resistência, agressividade e dominação, representações ligadas ao sertanejo. Esses traços consolidam um modelo de homem que exclui qualquer possibilidade de vulnerabilidade ou de expressões de identidade que não se alinhem à heteronormatividade e a identidade nordestina exposta aqui. Daí deriva a conjunção entre o sertanejo e o sujeito gay presente na composição da posição do sertanejo gay, que passa pela contradição instaurada na tentativa de filiar o imaginário do macho – que é pautado na tradição e sustentado pelo atraso – mas alinhado aos saberes progressistas que marcam a posição LGBTQIAPN+, contrária aos conservadorismos e aos costumes machistas culturalmente cristalizados na região.





A masculinidade sertaneja

A revolta de parte da população é motivada, como visto na seção anterior, em favor da manutenção da dita tradição nordestina que é mobilizada na saudade dos signos que a constituem. Dessa forma, sua constituição é, por natureza, formulada para ser excludente e irrealizável. Albuquerque Júnior (2010) argumenta que “o nordeste é [...] uma região que se constrói também no medo contra a revolta do pobre, no medo da perda de poder para a ‘turba de facínoras que emprestaram o Sertão⁴⁹”, entretanto, não apenas o medo da revolta do pobre e da perda do poder, mas também o medo da modificação das estruturas que mantém essa dominação, que é uma formulação heterocisnormativa.

Conforme Araújo da Silva (2024, p. 23) o sujeito *queer*, no nosso caso retratado pela posição sustentada pelo sertanejo gay, por não se adequar às demandas impostas pelo grupo dominante, é percebido como antinatural e como uma ameaça à hegemonia daqueles que detêm poderio sobre os demais, já que desvia do padrão – que se sustenta em saberes ideológicos e religiosos – pretendido por estes. O mecanismo promovido por ele é o de materializar outros sentidos, outras formas de significar a identidade sertaneja, questão que, como visto na reportagem, gera um incômodo em uma parcela da sociedade pela ruptura da tradição, mas que têm efetivamente seus discursos constituídos dos esquecimentos n.1 e n.2⁵⁰ e, desta forma, está a serviço das estruturas de dominação social. Observemos a imagem que segue, oriunda da reportagem que mobilizamos nesta leitura.

Figura 01: Recorte da reportagem.



Fonte: Globo Play. Acesso em jan. 2025.

⁴⁹ Como o messianismo de Antônio Conselheiro em Canudos- BA.

⁵⁰ O esquecimento n.1 é aquele que diz que o sujeito “esquece” que não é dono de si e do seu dizer, ele é interpelado pela ideologia por meio do discurso em linguagem, e que, sendo assim determinado, é afetado pelo esquecimento n. 2 que produz a ilusão de controle sobre o seu dizer e sobre a interpretação do seu interlocutor, não entendendo que o sentido pode sempre desviar de suas intenções (Pêcheux; Fuchs, [1975] 1997, p. 180-181).





Na Parada Gay de Serra Talhada (PE), ao substituir as roupas e o chapéu de couro por vestimentas cor-de-rosa com acessórios e o uso de maquiagem, como também criar o neologismo entre as palavras cangaceiro e gay por *cangagay*, se contrastam performances: a rudez do cangaço vs a feminilidade⁵¹ e, a virilidade vs a ausência de virilidade⁵². No imaginário nordestino, ser macho é, muitas vezes, sinônimo de sobrevivência e força diante de um ambiente hostil, imaginariamente marcado pela seca e pelas adversidades econômicas. A construção discursiva do Nordeste, como um espaço árido e resistente, demanda um homem que corresponda a essa imagem, apagando diferenças e reprimindo quaisquer comportamentos que possam ser lidos como frágeis ou desviantes (femininos/não-viris). Para Albuquerque Júnior (2011), esse modelo de masculinidade impõe um corpo rígido, fechado aos afetos, e uma subjetividade voltada para a afirmação constante de imposição e domínio, o que torna extremamente difícil para homens gays encontrarem espaço de expressão e aceitação. A dificuldade de ser gay nesse ambiente é agravada pela necessidade de reafirmação constante da masculinidade, que é sustentada por uma lógica de exclusão e subordinação do outro. Homens gays, por não corresponderem ao ideal de força, agressividade e controle, frequentemente são alvos de violência simbólica e física. A heteronormatividade imposta pelo modelo de macho nordestino exige a negação de qualquer identidade que ameace esse ideal, reforçando a discriminação e o isolamento de sujeitos que não se conformam a essas normas.

Além disso, a masculinidade hegemônica é, em si mesma, uma construção frágil, constantemente posta à prova. Homens heterossexuais precisam reafirmar sua masculinidade desqualificando outros homens, especialmente aqueles que não seguem o padrão normativo. Nesse sentido, ser gay no Nordeste não é apenas desviar-se de um padrão; é ser percebido como uma ameaça direta a um sistema que depende da repressão e do controle para se sustentar. A memória de um Nordeste árido e agrário reforça essas normas masculinas ao evocar uma saudade de tempos em que a masculinidade era percebida como um pilar da identidade regional. Mesmo sem bases sólidas, essa memória opera como um dispositivo cultural que legitima o modelo de macho sertanejo e perpetua a exclusão de identidades não normativas. Para homens gays, isso significa viver em um espaço onde suas existências são vistas como uma negação da resistência e da força associadas ao imaginário sertanejo, dificultando ainda mais a aceitação e o pertencimento.

É difícil ser *cangagay* diante desses fatores, mas é preciso. É necessário justamente porque, como argumenta Araújo da Silva (2024, p. 27) “sentir esse orgulho é um ato de resistência que põe o sujeito em busca da concretização de seu autêntico direito de existir”. Assim, ao realizarem esse gesto na parada gay, o grupo cobra seu espaço na sociedade e sua identificação enquanto nordestino. Entretanto, expondo que não é necessário seguir um molde de masculinidade desconfortável para que seja reconhecido enquanto homem (cis/trans).

⁵¹ Note que mobilizamos a associação entre o cor-de-rosa e a feminilidade, processo significativo na conjuntura sócio-histórica brasileira, presente, inclusive, em discursos oficiais, como o da ex-ministra Damare Alves. Disponível em: <http://glo.bo/3PCAYjg>. Acesso em jan. 2025.

⁵² A virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo (Bourdieu, 2020, p. 67).





Considerações finais

Por meio da análise da reportagem veiculada pela Rede Globo, pudemos problematizar a construção da identidade sertaneja que comporta significantes como cabra macho e, para além disso, explorar como esta é fortemente marcada pela repressão do modo dominante de masculinidade, lida como rude, resistente, forte e viril, para com as pessoas desviantes desse padrão. Essa identidade do sertanejo foi construída desconsiderando também os aspectos diversos do nordeste, alocando-o no interior "da seca" que assolava aqueles que eram donos de grandes produções como a de açúcar e que estavam tendo seus negócios prejudicados. No século XXI, essa identificação se mantém pela saudade de um tempo em que "as raízes eram valorizadas", raízes estas que foram também fabricadas.

Destarte, a Parada Gay de Serra Talhada (PE) ao promover esse gesto, mobiliza outros saberes para a construção de uma memória nordestina plural, contrastando com a memória cultural construída histórico-ideologicamente para a discriminação e manutenção social. É, pois, um grito de resistência e de reafirmação da identidade queer que exige seu lugar enquanto sertanejo.

Nesses termos, a investigação das contradições presentes na formação da masculinidade no sertão nordestino revela como a identidade do "sertanejo macho" está profundamente enraizada em um imaginário heterocisnormativo. Este padrão, consolidado historicamente, associa o sertanejo a valores como bravura, resistência e combate, negando qualquer traço que remeta a vulnerabilidade ou a associações com identidades LGBTQIAPN+. A notícia da parada gay em Serra Talhada expõe esse confronto entre tradições e novas formas de resistência, onde ser gay no sertão implica desafiar os saberes e discursos que sustentam o modelo masculinista. Assim, o sujeito gay sertanejo se encontra em uma posição paradoxal, ao mesmo tempo mobilizando a memória do cabra macho e subvertendo-a, ao reivindicar uma identidade que contrasta com a rigidez do imaginário tradicional.

Essa tensão reflete uma disputa em que o sujeito gay desafia a exclusividade de significados atribuídos à figura do sertanejo. Enquanto o modelo de masculinidade hegemônico rejeita a fragilidade e exalta a virilidade e a bravura, a existência de sujeitos LGBTQIAPN+ na região propõe outro ângulo sobre a resistência, que não apenas confronta os valores sudestinos, mas também os machistas e a própria construção de uma identidade nordestina baseada na tradição e no atraso. Essa contradição ressalta o caráter performativo do gênero, como argumenta Butler, e aponta para um processo de transformação discursiva, no qual a posição de sujeito gay sertanejo emerge como um ponto de agitação, de reinvenção dentro da memória social do Nordeste.





Referências

ALBUQUERQUE JR., D. M. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JR., D. M. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. *In*: MACHADO, C. J. dos S.; SANTIAGO, I. M. F. L.; NUNES, M, L. D. (org.). **Gêneros e práticas culturais**: desafios históricos e saberes interdisciplinares [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010, p. 23-34.

ARAÚJO DA SILVA, J. K. L. de. **Ter coragem de sentir Orgulho**: As disputas de sentido e o Discurso Fundador LGBTQIAPN+ no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e suas Literaturas) – Universidade de Pernambuco. Garanhuns -PE. 2024.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. 18. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

HENRY, P. Construções relativas e articulações discursivas. Tradução de João Geraldi e Celenia Margarida Cruz. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, n. 19, jul./dez., p. 43-64, 1990.

INDURSKY, F. Que sujeito é este? *In*: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F.; SILVA SOBRINHO, H. (org.). **Silêncio, Memória, Resistência**. A Política e o Político no Discurso. Campinas: Pontes, 2019.

LAGAZZI, S. Paráfrase da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória do equívoco. *In*: FLORES, G.; NECKEL, N.; GALLO, S. **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 177-189.

OLIVEIRA, A.; RADDLE, A.. Condições de Produção. *In*: LEANDRO FERREIRA, M. C. (org.). **Glossário de termos do discurso**. 1. ed. ampl. Campinas: Pontes, 2020, p. 33-35.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. Análise automática do discurso (AAD-69) [1975]. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 61-151.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio [1975]. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: Notas para uma vida não cafetizada. 2 ed. São Paulo: n-1 edições, 2019.



Parte II

Linguagens, arte e cultura



“Aí eu chegava e via cantano o livro” - Práticas de leitura em voz alta no povoado Cansanção (Água Branca – AL): vias de acesso à cultura escrita

Rosilene dos Santos Gonçalves⁵³
Thiago Trindade Matias⁵⁴

Considerações iniciais

A Cultura escrita⁵⁵ é o lugar simbólico e material que o escrito ocupa em um determinado grupo social, comunidade ou sociedade, pois ela diz respeito à compreensão das práticas de ler e de escrever de determinadas comunidades ou até mesmo de um único sujeito, demarcadas em um momento específico da história.

Tratando-se da história das práticas de leitura, sabe-se que no decorrer da história não se leu das mesmas formas, ou seja, essas histórias das práticas das leituras são também uma história dos atos e gestos de ler, seja o leitor na natureza, o leitor que lê andando, que lê na cama. De acordo com Chartier (2009, p.79), foi a partir do século XVIII que, quanto às práticas de ler, permitiram-se comportamentos mais variados e mais livres, ao menos quando são colocados em cena ou no quadro de gravuras.

De acordo com Castillo Gómez (2003), a História da cultura escrita, tipo específico de História cultural⁵⁶, busca interpretar as práticas de ler e de escrever num determinando tempo específico. Levando em consideração esses princípios de que as práticas de leitura, no decorrer do tempo, não se dão da mesma forma e de que seja possível interpretá-las, buscando analisar, por exemplo, a função social que a cultura do escrito ocupou, em determinado tempo e lugar, surgiu o interesse em investigar as práticas de leitura ocorridas, na segunda metade do século XX, no Povoado Cansanção⁵⁷, localizado no município de Água Branca, região do sertão alagoano⁵⁸. Essas leituras ocorriam nas chamadas “Rodas de conversa”, essas Rodas de conversa ocorriam em um espaço por meio de momentos de descontração e conhecimento entre moradores.

⁵³ Egressa do Curso de Letras (*campus* Sertão), da Universidade Federal de Alagoas.

⁵⁴ Docente do Curso de Letras (*campus* Sertão), da Universidade Federal de Alagoas.

⁵⁵ Galvão (2010) diz que: A cultura do escrito é o lugar simbólico e material que o escrito ocupa em determinado grupo social, comunidade ou sociedade e que ela diz respeito à compreensão de que a cultura escrita, principalmente em sociedades complexas, não é homogênea.

⁵⁶ De acordo com Chartier (1990), a história cultural tem “[...] como principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.”. Sobre este termo, daremos a definição no próximo capítulo.

⁵⁷ Esse nome se originou de muitas plantas que havia naquela localidade chamada de “cansanção”, que é caracterizado como um nome vulgar, dado a variedade das espécies de vegetais das famílias *Euphorbiaceae*, dos gêneros *Jatropha* e *Cnidoscolus*. Elas são lastescentes, arbustivas ou arbóreas, possuem pequenos espinhos urticantes ou pelos urticantes.

⁵⁸ O povoado Cansanção, pertencente ao município de Água Branca, no Estado de Alagoas, encontra-se a 33,3 km do centro da cidade sede e a 274,8 Km de Maceió, capital do Estado de Alagoas. A Comunidade, na segunda metade do século XX, tinha em média uma população de 30 habitantes. Os dados descritos, referentes à Comunidade Cansanção, são oriundos de fontes oficiais e também baseados em fontes não oficiais, nos relatos obtidos por meio das entrevistas com o colaborador da pesquisa e nos dados dos agentes de saúde do município. Isso se justifica pelo fato de termos dificuldade em encontrar informações sobre a Comunidade..



Assim sendo, este estudo buscou analisar como se davam as práticas de leitura no Povoado Cansanção, por volta da segunda metade do século XX. Nosso interesse de investigação, de fato, se voltou a interpretar, especificamente, as práticas de leitura em voz alta ocorridas em chamadas Rodas de conversa, segundo relato de morador, por meio da circulação de livros de literatura de cordel. O acesso a esses textos se dava por meio da oralidade, uma vez que os textos eram lidos por aqueles que sabiam ler, e ouvidos por aqueles que não sabiam, muito embora cremos que também pode se ler “de ouvido”, isto é, quem ouve, também, é leitor/a.

O estudo se voltou a responder aos seguintes questionamentos: como as obras eram lidas? Como foram adquiridas? Quem vendeu? Quem comprou? Os sujeitos que liam e os sujeitos que liam/ouviam? Onde se lia/ouvia? Em que espaço? Com que frequência? Através de que fonte chegou ao livro?

Essa pesquisa, como já dissemos, se deu no Povoado Cansanção por tratar-se de uma comunidade em que havia um baixo número de pessoas que tinham acesso à escola, isso acontecia em decorrência da distância e por falta de condições financeiras, pois na época não existiam escolas públicas e as pessoas que frequentavam a escola eram aquelas que tinham melhores condições financeiras, impedindo que jovens com baixa renda frequentassem a escola e buscassem novos conhecimentos e aprendizagens.

Neste sentido, percebemos que as Rodas de conversa ou de leitura eram espaços não-oficiais de escolarização, que eram tidas como um meio de socialização entre alguns membros presentes na comunidade.

Este trabalho, de um modo geral, se filia à perspectiva teórico-metodológica de Castillo Gómez (2003), sobre a História da Cultura escrita, e sobre Chartier (1990, 2009), sobre a História cultural. Também, se relaciona no ponto de vista de Galvão (2003), ao pensar Oralidade, memória e narrativa como elementos para a construção da cultura escrita.

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa se deu por meio de: 1. Levantamento bibliográfico; coleta e estudo de fontes bibliográficas que embasaram a pesquisa; 2. Coleta dos dados e levantamento das fontes; 2.1 Entrevista oral: por meio de entrevista semiestruturada. 2.2 Transcrição das entrevistas e catalogação dos dados: tratamento documental destinado a dar uma melhor organização e a devida valorização às fontes consultadas. 3. Análise dos dados: analisar a circulação e transmissão dos livros, assim como os sujeitos envolvidos nesta prática da cultura escrita, assim como sujeito leitor/ouvinte.





Os dados, como dito anteriormente, foram obtidos por meio de entrevista oral, por meio de entrevista semiestruturada⁵⁹. Foram realizadas duas entrevistas no final do primeiro semestre de 2019 com o senhor Jeremias⁶⁰. No momento da coleta dos dados, o colaborador tinha 74 anos, nascido no dia 15 de novembro de 1946, no povoado Riacho Serrote, município de Água Branca, AL.

Segundo seus relatos, estudou até a segunda série no município de Inhapi e que naquela época seu pai pagava em torno de “30 tons” (conto) de reis de 7 filhos. As informações obtidas nas entrevistas se encontram na seção seguinte. Expomos os meios pelos quais se davam as Rodas de leitura. São destacados fragmentos da fala do colaborador a fim de desvendar os aspectos relacionados às práticas de leitura ocorridas nas Rodas de conversa. Após essa análise, há as Considerações finais e Referências.

Histórias das práticas de leitura em voz alta no povoado Cansanção (AL): entre os modos de apropriação, transmissão e recepção⁶¹

As Rodas de conversa apresentavam-se como momento de descontração por moradores da comunidade que faziam uso de livros de cordéis para buscarem uma socialização entre eles. Esses encontros se davam por meio da leitura oralizada ou práticas de leitura em voz alta.

Essas Rodas de conversa se davam como um momento de descontração e aprendizado para os moradores. Eles buscavam uma interação que se dava pela leitura oralizada, ou seja, essas práticas aconteciam pela leitura em voz alta que ocorria entre todos por meio dos cordéis⁶². A leitura em voz alta ou leitura oralizada é uma prática de leitura mediada pela oralidade e, normalmente, sediada em espaços coletivos, em reunião em grupo.

As práticas de leitura em voz alta, no Povoado Cansanção, ocorreram por meio de oradores que buscavam novos conhecimentos por meio da leitura de obras de literatura em cordel. Participavam moradores da comunidade, sempre interessados em desvendar novas histórias. Assim como a *História do valente sertanejo Zé Garcia*, de autoria de João Melquíades Ferreira da de Silva, autor de uma das obras citadas durante a entrevista pelo colaborador. Já as demais obras que serão citadas fazem parte da coleção do colaborador como, por exemplo, *Juvenal e o dragão*, de João Martins de Atheyde, ano de 28/02/1978; *Rogaciano e Angelita*, de Antonio Ferreira da Silva, Prop: João José da Silva; *A moça que virou jumenta porque falou de top less com Frei Damião*,

⁵⁹ A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. (SILVEIRA, 2007 *apud* ALBERTI, 2005, p. 155).

⁶⁰ Este nome foi atribuído ao colaborador a fim de garantir o seu anonimato.

⁶¹ Esses elementos de análise se baseiam nas considerações de McKenzie (2018).

⁶² Literatura em cordel é uma espécie de poesia popular que é impressa em folhetos ilustrados com o processo de xilogravura, sendo utilizado em desenhos e clichês zincografados geralmente expostos para venda pendurados em cordas ou cordéis, foi a partir desses traços que se originou seu nome.





de José Francisco Borges; *O assassino da honra ou a louca do jardim*, de João José da Silva; *A princesa Rosinha na cova dos ladrões*, de Manoel D' Almeida Filho; *O jogador na igreja*, de Antonio Teodoro dos Santos, 1959; *Grinaura e Sebastião*, de José Pacheco da Rocha, 1978; *A triste sorte de Jovelina*, de A. P. Souza, ano 1945; *O terror dos pistoleiros*, de Manoel D' Almeida Filho, 1975; *História de três cavalos encantados*, de José Camelo; *continuação do boi mandingueiro*, de Luiz da Costa Pinheiro.

Nesse processo de práticas de leitura em voz alta, no Povoado Cansanção, de acordo com o colaborador, um primeiro acesso aos exemplares das literaturas de cordel adquiridas e lidas pelos moradores se dava nas feiras livres. Segundo o Sr. Jeremias,

[...] os parente de Ciço de Rita e era os dois que chegaram a trazer os livros primeiro para ver sempre quem trazia e topava na feira comprava livros e chamava Ciço pra ir ler.

Eu não conhecia não, era da banda de Juazeiro, ai eu chegava e via cantano o livro ai eu achava bunito ai comprava 2, 3.

Como podemos ver, baseado na fala do colaborador, a expressão "via cantano o livro" apresenta-se como um ponto bem marcante, uma vez que chamava a atenção dos compradores era a forma como o livro era lido/recitado. De acordo com Galvão (2002, p. 131), em relação às obras de literatura popular, "o ritmo e a estabilidade de certos temas e ideias facilitam a tarefa do poeta e auxiliam a audiência na memorização", como também, a nosso ver, levavam o sr. Jeremias a se encantar pelas literaturas de cordel cantadas na feira livre.

Os cordéis eram vendidos por um baixo preço em feiras livres, em lonas e penduradas em cordões, eles eram vendidos por camelô. Sua forma de venda acontecia através das entoadas e emboladas que os vendedores faziam causando suspenses para assim alimentar a curiosidade dos feirantes. Outro ponto importante para chamar a atenção dos compradores eram as xilogravuras⁶³ ilustradas nas capas dos livros.

O cordel, fonte de leitura nas Rodas de conversa, teve início por meio de cantigas trovadorescas, que era tocada com o auxílio de instrumentos musicais. A literatura em cordel tem uma importância cultural na região nordeste por representar e servir como ponto de informação sobre os acontecimentos regionais e nacionais, trazendo entretenimentos ao seu público leitor-ouvinte, por meio de histórias criativas e inventadas. Esses folhetos, há muito tempo, eram conhecidos como o jornal do povo, por trazerem informações dos acontecimentos da época, retratando a vida dos cangaceiros, histórias de amor, fé, e os senhores etc.

Como já mencionado anteriormente, a expressão "via cantano o livro" faz referência à escrita por ser transmitida para os ouvintes de forma oralizada. Ainda em relação às vendas das literaturas, declarou o colaborador:

⁶³ Xilogravura nada mais é que uma técnica de impressão utilizada em madeira possibilitando a reprodução da imagem gravada sobre o papel ou outro suporte.





No meio da feira mesmo, butava aquela vendinha mesmo, às vezes num fazia nem coberta, estendia uma lona ali e espalhava os livro no chão mesmo e ia cantando aí ia cantar os caba achava bunito e comprava os livros né.

Com base no relato do colaborador, o que fazia as pessoas comprarem grandes quantidades de livros não era só a forma de verem o livro cantado, porém eles demonstravam um grande interesse ao possuírem aquelas obras, um grande apreço por ter uma raridade em suas mãos, mas também a beleza que cada história contada trazia. Por meio da entrevista, pudemos identificar as cidades do sertão alagoano onde eram adquiridos os livros de literatura em cordel. Mencionaremos a seguir:

Sempre era no chão ou na lona.

Sempre em Inhapi. Comprei ainda em Delmiro e Água Branca quando eu via um livro bunito, o caba lendo, eu ficava escutando aí, ei eu quero esse livro aí.

Com base no que o colaborador fala, Galvão (2010, p. 119) diz que:

A primeira instância de leitura/audição de folhetos era, de modo geral, o momento em que as pessoas iam à feira e ouviam o vendedor: leitura competente, declamada ou cantada em voz alta, interrompida no momento do clímax do enredo. (GALVÃO, 2010, p.119).

Em relação à compra dos cordéis, afirma Galvão (2002, p. 127), "A compra do livreto parecia se constituir na possibilidade de apropriação definitiva, concreta, por meio da posse de um objeto material, da história, já previamente apropriada pela memorização".

Como podemos perceber, a fala do colaborador comprova o que Galvão vem falando em sua pesquisa sobre os locais de vendas das obras de cordéis que acontecem em feiras populares das cidades.

Em outras perguntas realizadas na entrevista, o Sr. Jeremias falou em que momento aconteciam as *Rodas de conversa* e em que locais se dava o que poderíamos chamar de um segundo acesso às literaturas de cordel. Segundo ele:

Era na casa de Ciço de Rita, nós sempre ia a boca da noite, uma vez por semana, aí chegava lá se ajuntava e lia.

E ia pra casa de Ciço de Rita as veis pra casa de otro colega que também lia que chamava Dezinho, aí as veis se reunia e escutava (...)

Rapaz, as veis iam pra minha casa, assim Dezinho mermo levava Ciço (Cicero de Rita) mermo as veis também nós se ajuntava tudo e lia ali.

Era pertinho, tinha vez que vinha lá pra minha casa mermo, era pertinho, aí vinha lá para casa outras vez eu ir lá para casa dele quando ele não tava uma a irmã dele era quem lia.





Como se verifica, de acordo com o colaborador, as leituras eram feitas nas casas dos moradores, isso mantém uma relação ao que menciona Galvão (2002, p. 119) ao se referir que:

Os folhetos eram geralmente lidos em grupos, em reuniões que congregavam grandes números de pessoas, na casa de vizinhos e familiares. Aqueles que possuíam um maior número e uma maior diversidade de títulos de folhetos em casa chamavam os parentes e amigos para coletividade, desfrutarem das leituras da história.

Podemos perceber que o que é relatado pelo colaborador se identifica com dados apresentados por Galvão (2002), uma vez que para acontecer as *Rodas de conversa*, eles se encontravam na casa do vizinho e de familiares. As Rodas de leitura/conversa tinham um caráter mais doméstico, eram, ao que parece, práticas do cotidiano, uma vez que fazia parte da rotina das pessoas envolvidas. Isso se comprova mais ainda quando seu Jeremias afirma que as *Rodas de conversas* aconteciam toda semana ou de 15 em 15 dias, sendo sempre por volta das 19:00h às 00:00h.

Embora o local de acesso à leitura oralizada não fosse o mais adequado, a lona como a estante de uma livraria, diante de altas taxas de analfabetismo à época, podemos constatar que se via era uma regularidade do ato de ler, um hábito de leitura. De acordo com Chartier (1945, p. 247), "saber ler é outra coisa, não somente poder decifrar um livro único, mas mobilizar, para a utilidade ou o prazer, as múltiplas riquezas da cultura escrita."

Sendo assim, poderíamos considerar que as pessoas que participavam das *Rodas de conversa* eram leitoras frequentes, assíduas. Tal afirmação se dá pelo fato de resinificarmos o ato de ler, isto é, ler não é apenas o ato de passar os olhos sobre o suporte, mas ler também é uma prática da escuta. Embora seja uma leitura sem um compromisso oficial, escolarizado.

As Rodas de conversa aconteciam em locais abertos e ventilados, deixando um ambiente mais aconchegante. Os encontros eram feitos debaixo de árvores, as pessoas costumavam sentar em bancos e cadeiras sempre organizadas em círculos.

Ao nos debruçarmos com a pesquisa, percebemos através da fala do colaborador que as Rodas de conversa, por sua vez, tiveram um período específico para seu início e fim:

*Rapaz, eu não lembro não, sei que eu tinha uns 12 ano. Sim que eu achei que eu ainda não tinha 12 ano que foi quando meu irmão casou –se eu tinha 12 ano que nasci em 45 e ele casou em 57 aí quer dizer que eu tava completano 12 ano em novembro. Ele tava casou dia 3 de outubro, quer dizer que antes dele casar nós já aí quando ele casou as veis nós **ia pra casa** dele ouvindo história e ia lendo lá sentado assim, sempre o leitor era um primo meu chamado Ciço de Rita era gago mais pra ler livro você ele num falava tudo direito.*





Sabemos que, de acordo com o colaborador, a literatura em cordel traz uma beleza, porém essa beleza apresentava-se não só na história, mas também no ambiente em que aconteciam os encontros provocados pela leitura coletiva que aconteciam entre os membros:

[...] as veis ficava um caba aqui e ficava os outro tudo arrudiado escutano, outras veis no terreiro mermo, sentava no chão e ia escutar. Nesse tempo também o povo tinha Cuma na casa de papai tinha bem 3 bancão de braúna que ia quase daqui no alpende cumpridão, ai o cabra chegava, butava um bancão daquele. Às veis um de frente com o outro sentava ali e outro cá pra escutar.

De acordo com o que foi mencionado pelo colaborador, podemos perceber que eles buscavam uma forma de conhecimento em coletivo e também buscavam uma forma de conforto na hora de fazerem a leitura, mantendo uma relação com o que é falado por Galvão (2002, p. 119-120): [...] não sabemos se a beleza descrita se refere somente às histórias ou também, e talvez principalmente, ao ambiente a partir do encontro provocado pela leitura coletiva".

Podemos salientar que, durante o período em que houve as Rodas de conversa, havia um tipo específico de livro a ser utilizado durante os encontros que era a literatura em cordel, como já mencionamos, porém havia encontros que eles também faziam uso de piadas e histórias de Trancoso como mencionado pelo colaborador adiante:

[...] as veis outra hora o caba quando não era livro se ajuntava um magote na casa e ia contar as história né.

História dos livro mermo né e outras era história de Trancoso mermo né.

Podemos destacar que não só havia a leitura de textos, mas a recitação de outras histórias, todas decorrentes da tradição oral, pela preservação da memória popular. Segundo (Abreu 1997, p.3) "Em comunidades orais, os conhecimentos adquiridos serão perdidos caso não sejam memorizados, pois não há nada além do cérebro que possa conservá-los".

Nesse último excerto, durante a fala do colaborador, ele fez uso da palavra magote⁶⁴ para expressar que ia uma certa quantidade de pessoas ao encontro, essa palavra é uma expressão que era utilizada na época em que aconteciam as Rodas de conversa.

Diante do que foi exposto, as Rodas de conversa aconteciam de modos diversificados, podendo utilizar outros meios além do cordel, com Galvão (2002, p. 120) diz que:

⁶⁴ Magote uma expressão utilizada por volta da segunda metade do século XX para distinguir uma certa quantidade de pessoas.





Além das leituras dos folhetos, nas reuniões coletivas, algumas histórias, originárias de folhetos ou não, eram declamadas pelos que as sabiam de memória. Os contadores de histórias divertiam a plateia ao narrar, com habilidade, contos de tradição oral, em especial as histórias de trancoso.

A fala do colaborador identifica-se com o que Galvão (2002) mencionou em sua pesquisa, uma vez que as *Rodas de conversa* se liam tanto com o cordel como também com outros ditos populares.

Sobre a participação dos leitores-ouvintes, declarou o Sr. Jeremias:

Quem começou mermo foi esse primo meu Cício de Rita. Ai eu fiquei comprano os livro onde eu acha um bom trazia eu cheguei a possuir 50 e poucos livro aqui dentro de casa ai o povo começaram a tomar emprestado eu já butava até o nome para ver se o povo trazia de volta, ochem de lá dava sumição.

Em suas experiências, o colaborador traz o primo Cicero de Rita como a grande responsável por mobilizar as pessoas em prol do conhecimento que estava voltado para as Rodas de conversa.

Depois dos primeiros livros lidos, algumas pessoas que eram alfabetizadas e não alfabetizadas se mobilizaram para darem continuidade aos encontros como mencionado pelo colaborador:

Pouca gente aqui, era umas 10 pessoa. Cício de Rita, Sebastião Sertanejo, Manuel Francilino, Dezinho, Sivorino e eu. As veis inter mais mermo [...]. Todos não sabia lê.

Com base na fala do colaborador podemos perceber que os cordéis aproximavam pessoas com isso Abreu (1997, p. 8) diz que “os folhetos de cordel nordestinos permitem que pessoas pouco ou nada letradas possam fruir as narrativas neles contidas. Pessoas analfabetas comprem folhetos, que serão ouvidos, ao invés de lidos”.

Com isso entendemos que o conhecimento está para todos assim como mencionado tanto pelo colaborador quanto pela autora.

Em meio aos encontros, havia pessoas que iam para ler, e outros apenas para ouvir, sendo que os encontros aconteciam entre primos, pais e filhos e com pessoas que não tinham parente algum, porém, em meio aos encontros, havia o Sebastião Calado que era um comerciante pernambucano que trazia livros de cordel e também desfrutava do aprendizado que acontecia na comunidade, passando um pouco do seu conhecimento para aqueles que iam apenas com o intuito de ouvir. Em meio as *Rodas de Conversa*, participavam tanto adultos quanto crianças, sendo que as pessoas que iam com frequência eram: Cício de Rita, Sebastião Sertanejo, Manuel Francilino, Dezinho, Sivorino e Jerenias.





Essas leituras aconteciam justamente por ser considerada como o ponto de informação das pessoas, pois as histórias contadas em livros eram vistas como o Rádio do povo, isso porque ele era o único meio de entretenimento da época e da região.

Quanto à questão do que era lido nas Rodas de conversas o que chamava a atenção dos leitores-ouvintes era a forma como ele era cantado. Naquela época, o nível de escolaridade era baixíssimo, uma vez que quem tinha acesso à escola eram apenas pessoas que podiam pagar para estudar, pois a única renda da época era adquirida, tirada da roça, por se tratar de pequenos agricultores⁶⁵.

As Rodas de conversa eram um meio de divertimento, de encontro. Por meio delas, seus leitores e leitoras-ouvintes viajavam nas histórias-lidas-ouvidas. De acordo com o Sr. Jeremias, havia a pessoa certa para ler. Disse-nos:

Tinha já a pessoa certa já, sempre era um primo meu Cícero de Rita ou sinão era bichinho o filho do velho Sivirino, Dezinho do velho Sivirino.

Com a falta dos meios tecnológicos, assim como celular, televisão, rádio e etc. os moradores dessa localidade se viram aptos a desenvolver um novo meio de entretenimento por meio da leitura oralizada que era feita através de livros de literatura em cordel. Com isso o colaborador diz que:

Muita gente que gostava, naquele tempo não existia televisão né, até radio era difícil naquele tempo, aí o caba as vezes se ajuntava um rebanho e ia ler livro era contado história ali né.

Mas, com base na fala do colaborador, percebemos que o intuito de cada *Roda de conversa* não era apenas o entretenimento e sim a busca pelo conhecimento, uma vez que quem participava não era apenas pessoas letradas. Identificando-se com a fala de (Abreu 1997, P. 8) ela diz que: "os folhetos de cordel nordestinos, permite que pessoas pouco ou nada letradas possam fruir as narrativas neles contidas".

Como mencionado, anteriormente, os encontros serviam como uma busca ao conhecimento e de acordo com o colaborador também servia como um ponto de encontro para reunir as amizades.

Aí faz como o dizer sempre a amizade da gente, aí o caba participava ali, assistia muito né, tudo ali, aí eu nós gostava muito, por isso, só adespois quando os caba ficou mais sem ler livro aí nós ajuntava nas casas só pra dizer piada também.

Com base na fala do colaborador, podemos perceber que há um contraponto em meio a fala do colaborador e de (Galvão 2002, p. 125) quando ela diz que:

⁶⁵ Segundo dados do Censo 1960, em Alagoas, população total de Alagoas era de 1.475.297 habitantes. Quanto aos dados de analfabetismo, 762.894 não sabiam ler, cerca de 51%. Desse total, 365.844 homens e 397.049 mulheres.





parecia ser sua função ou sua consequência primeira: o lazer, o divertimento, a inserção em um mundo mágico. O interesse despertado pelas histórias – a dimensão estética das obras é destacada – é que determinava essa função de cunho mais pragmático da leitura [...].

É interessante notar que o colaborador faz uso de a palavra “assistir” ao invés de ouvir para marcar como aconteciam as *Rodas de conversa*. Mostrando que a História da cultura escrita tem um papel importantíssimo quando se tratando da leitura oralizada. Conforme Castillo Gómez (2003, p.15),

Si nos atenemos al número de títulos publicados en las dos últimas décadas o a las iniciativas académicas y culturales que han tenido su reclamo em el mundo de la escritura y del libro, podría afirmarse que los estudios sobre historia de la cultura escrita gozam de buena salud.

As pessoas que viveram, em coletividade, durante o percurso que as *Rodas de conversa* iniciaram, mostrava grande apreço pelos encontros uma vez que suas leituras eram feita por uma pessoa que se apresentava com dificuldade na fala.

Como mencionado anteriormente, as *Rodas de conversa* tinham seu período e tempo para iniciar, porém Ciço de Rita, Sebastião Sertanejo, Manuel Francilino, Dezinho, Sivirino e Jerenias faziam uso de um horário fixo, esses encontros eram feitos em casa de parentes e embaixo de pé de árvores sobre a luz de um candeeiro, justamente por não ter a energia elétrica.

De acordo com o colaborador, durante a leitura das obras, todos faziam silêncio e no final havia o comentário por acharem a história que acabava de ser contada bonita.

Todos se comportava bem, as veis dava risada quando saia uma história bonita, mais ninguém ficava conversando era escutando o livro.

Só comentava porque todos achavam bonito né

Como se verifica, dentre as expressões usadas pelo colaborador, constata-se uma predominância do uso da palavra “escutar” e seus cognatos, ratificando assim que o acesso à cultura escrita não se dava pelos olhos, mas sim pelos ouvidos. Logo ouvir também é um ato de leitura.

Considerações finais

A História da cultura escrita apresenta-se como um campo que investiga as práticas de ler e escrever. Ela trabalha com diversas abordagens para ajustar e delimitar o que de fato interessa na pesquisa sobre cultura escrita.

O estudo feito sobre *Ai eu chegava e via cantando o livro, práticas de leitura em voz alta no povoado Cansanção (Água Branca-AL): via de acesso à cultura escrita* nos levou a perceber a existência de grandes lacunas em relação ao ensino como o ler e escrever que era enfrentada por moradores analfabetos da comunidade na busca pelo





conhecimento por meio de *Rodas de conversa* que aconteciam na casa de moradores semianalfabetos. Essas *Rodas de conversa* se davam por meio de leituras de literatura em cordel e algumas vezes faziam uso de história de trancoso.

Podemos perceber que a literatura de cordel pôde organizar conceitos e melhorar a possibilidade de novos vínculos no Povoado, pois foi através da circulação do livro no Povoado Cansanção que surgiram novas possibilidades de interação àquela população que não tinha acesso à escolarização. O processo de circulação da literatura de cordel trouxe um ponto positivo, resgatou histórias de leitura de determinados povos do povoado Cansanção, assim mantendo a cultura daquela época. Podendo assim trazer contribuições para a cultura escrita, dos povos que buscavam através da compra de folhetos de cordel expressar sua cultura, para que a mesma continuasse viva. Com a intenção de melhorar o aperfeiçoamento e interação do povoado. Garantindo o engajamento de boa parte do povoado à cultura escrita, que era mediada pela escrita ou até mesmo pela oralidade.

Referências

ABREU, M. **Entre a oralidade e a escrita: um estudo dos folhetos de cordel nordestinos**. - E L.O.,3, 1997.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP 1992.

CASTILLO GÓMEZ, A. **Historia de la cultura escrita: ideas para el debate**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas; n. 5, p. 93-124, janeiro/junho 2003.

CHARTIER, R. **Aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CHARTIER, R. **Leituras e leitores na França do antigo regime**. São Paulo: Editora UNESP, 1945.

GALVÃO, A. M. de O. (Org.). **História da cultura escrita: século XIX e XX**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2007.

GALVÃO, A. M. de O. **Oralidade, memória e a mediação do outro: práticas de letramento entre sujeitos com baixos níveis de escolarização - o caso do cordel (1930-1950)**. Campinas, vol.23, n.81, p.115-142, dez.2002.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1960**. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Nacional. Volume I.

KRUG, F. S. **A importância da leitura na formação do leitor**. Revista de Educação do Ideal, dezembro, 2015.





MCKENZIE, D. F. **Bibliografia e a Sociologia dos Textos**. São Paulo: Edusp, 2018.

MEIHY, J. C. S. B. **Guia Prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

NASCIMENTO, E. F. do. **Delmiro e a educação na pedra**. 4.ed.- Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

QUINTELA, V. M. **Literatura e práticas de leituras nos domínios da oralidade**. – Abralín/SE, Itabaiana Sergipe, ano VIII, v. 17, jan. /Jun. 2013.





Cultura, ensino, literatura e arte no sertão alagoano: o caso do “Circo de leitura Joval Rios”

Márcio Ferreira da Silva⁶⁶
Maycon Roberto dos Santos Queiroz⁶⁷

Considerações iniciais

Os espaços culturais em Delmiro Gouveia, Alagoas, ainda carecem de um olhar atento tanto dos formadores de cultura da região quanto do poder público. Atento a esse desequilíbrio, a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus do Sertão, mais precisamente o curso de Letras, tem encampado ações culturais extensionistas, como da aplicação dos temas abordados na disciplina Atividade Curricular de Extensão 4 (ACE) cujo ementário trata de espaços de divulgação de leituras, bem projetos de pesquisa, como Programa de Iniciação Científica (PIBIC), atrelados ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Literatura Alagoas (NELA), coordenado pelo Prof. Dr. Márcio Ferreira da Silva, que se prestaram a analisar a presença cultural e educacional do Circo de Leitura Joval Rios.

Essas ações de ensino, de pesquisa e de ações extensionistas impuseram, recentemente, um estudo sobre a presença do Circo de Leitura Joval Rios, mantido pelo cineasta e roteirista Tairone Feitosa, em Delmiro Gouveia, Alagoas. O espaço filia-se às ações de práticas de ensino, de leitura e de construção de ideias inovadoras ligadas aos estudos de textos literários, exposição de produtos artísticos literários e produção de vídeos, audiovisuais ao longo de três décadas. Na verdade, ações culturais que moveram os chamados “*cupins da paliçada*” ao encontro com um mundo de leitura e de construção de saberes que se mostram atualmente na mudança do cenário cultural do município de Delmiro Gouveia.

Dessa forma, este capítulo tem como objetivo reconhecer o espaço do Circo de Leitura Joval Rios como ambiente cultural, educativo e de formação cultural, propondo uma discussão sobre a importância do *Circo* para cultura delmirense, embora, é bom destacar isso, o lugar sempre sobreviveu com ideias e recursos advindos do próprio mantenedor, que elevou o espaço à categoria de formador educacional na região, quando contribuiu para colocação de jovens no cenário cultural da cidade.

Quem tem medo de Tairone Feitosa

Tairone Feitosa Pereira é um escritor, diretor e roteirista delmirense, primeiro filho de Joval Angélico Pereira e Durvalina Feitosa Pereira, nascido em 10 de Junho de 1942, na antiga Vila da Pedra, atual cidade de Delmiro Gouveia, no alto Sertão de Alagoas.

⁶⁶ Docente do Curso de Letras (campus Sertão), da Universidade Federal de Alagoas.

⁶⁷ Discente do Curso de Letras (campus Sertão), da Universidade Federal de Alagoas.





Na primeira parte da sua infância morou na casa da avó na rua 13 de Maio onde “costumava ouvir contos de terror, histórias locais de tradição oral contada pelos vizinhos Iraci, Dona Izaura e Seu Oscar” (FEITOSA, 2024), esse foi um dos primeiros contatos com a produção literária que o ajudaria a desenvolver e nutrir a paixão pela habilidade de contar histórias, experiência que se tornou uma memória afetiva que o inspirou enquanto roteirista. Ao lembrar esse período de sua vida, Feitosa (2024) afirma que seus vizinhos contavam tão bem as histórias de terror que quando ele precisava ir para casa, era preciso uma tia vir buscá-lo, pois não conseguiam atravessar a rua e ir para casa com medo causado pelas narrativas.

Na segunda fase da sua infância foi morar no Recife, por ser de uma família muito cristã, majoritariamente católica, Tairone Feitosa estudou no colégio de padres São Luiz e no Americano Batista em Recife (PE). Aos 17 anos, viajou junto com os pais para Campestre, Minas Gerais, experiência que marcou bastante a sua adolescência, lá ficou durante 6 meses. Nessa época seus pais trabalhavam fazendo excursões com jogadores de futebol, o que possibilitou com que ele viajasse para Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

O homem e os meios televisivos de comunicação

Com aproximadamente 20 anos, o roteirista delmirensense foi contratado como sonoplasta em 1963 pela TV Jornal do Commercio em Recife (PE), onde trabalhou até 1965. Em 1965, com a ajuda de um amigo jornalista que trabalhou nesse meio de comunicação, e na época estava trabalhando na Globo, Tairone recebeu a proposta para trabalhar como assistente de câmera no departamento de jornalismo, no Rio de Janeiro. Mas não se sentia realizado profissionalmente ocupando o cargo, pois não gostava das funções que precisava exercer.

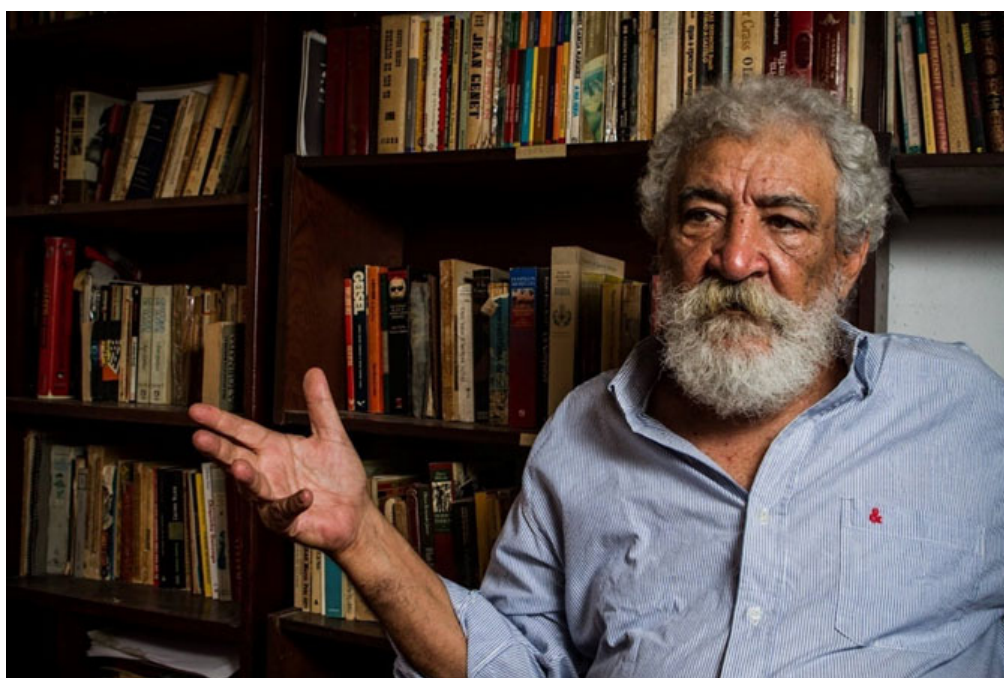
Na década de 70, no Rio de Janeiro, durante a ditadura militar brasileira, Tairone foi capturado no DOI-CODI e agredido pelos militares por suspeita de envolvimento com guerrilheiros. As experiências vivenciadas nesse período o fizeram nutrir uma postura artística e existencial, ao longo de sua vida, que se alinha aos ideais da esquerda.

Entrou no cinema graças ao ator e produtor executivo Billy Davis, que o colocou na produção cinematográfica e com o incentivo do diretor Maurício Gomes Leite começou a escrever alguns textos. No início da década de 70, começou a escrever seus primeiros roteiros, e quando estava em Salvador para escrever um roteiro para o diretor Ruy Guerra, conheceu José Frazão, que na época trabalhava na produção. Ao voltar para o Rio de Janeiro, ele reencontra Frazão em 1975 e recebe dele o convite para escrever seu primeiro roteiro profissionalmente, o que viria a se tornar o primeiro longa de sua carreira (QUEIROZ, 2024).





Figura 01: Tairone Feitosa sentado à frente de uma estante de livros.



Fonte: Vanessa Mota.

Na sala de cinema do antigo Hotel Méridien, atual Hotel Hilton, no bairro do Leme, no Rio de Janeiro, em 1980, Tairone sentiu a emoção de assistir o primeiro roteiro assinado por ele ganhar vida no audiovisual com o longa-metragem *J.S. Brown, o Último Herói* (1980), o filme de 1 h 30 min foi dirigido pelo cineasta e escritor baiano José Frazão e contou com a atuação de artistas como José Drummond e Harildo Deda.

A vida e a produção da cultura crítica brasileira

Desde então, o roteirista não parou mais de produzir. Um dos filmes mais icônicos de sua filmografia foi *O Homem da Capa Preta* (1986), dirigido pelo diretor carioca Sérgio Rezende. O longa-metragem que tem duração de 2 horas foi vencedor do Festival de Cinema de Gramado, ganhador do Kikito de ouro nas categorias de melhor filme, melhor ator (José Wilker), melhor atriz (Marieta Severo) e melhor trilha sonora original.

A história de Tairone Feitosa com o cinema estava apenas começando. Na sequência, assinou juntamente com Ângela Santoro o roteiro do filme *A Dança dos Bonecos* (1987), o longa-metragem de 1 h 30 min foi dirigido pelo cineasta mineiro Helvécio Ratton e foi vencedor no Festival de Brasília de Cinema, ganhando o troféu *Candango de Ouro* nas categorias cenografia, fotografia, melhor música original e prêmio especial do Júri, segundo o site especializado Internet Movie Database (IMDB).

O cineasta Delmirense também trabalhou no roteiro do filme *Ele, o boto* (1987). O longa-metragem de 1 h 48 min foi dirigido pelo cineasta carioca Walter Lima Jr., teve em seu elenco nomes como Carlos Alberto Riccelli, Cássia Kis, Ney Latorraca, ganhando o prêmio de melhor filme no Festival de Filmes do SESC. Além disso, ajudou também a escrever junto com o cineasta Cacá Diegues o filme *Luzia Homem* (1988), o longa-





metragem de 1h45min foi dirigido pelo cineasta Fábio Barreto e ganhou um Kikito de ouro na categoria de melhor filme no Festival de Cinema de Gramado, tendo no elenco nomes como Claudia Ohana, José de Abreu, Thales Pan Chacon.

Na década de 90, Tairone prestou serviços para a Bloch Som e Imagem, trabalhando no roteiro da telenovela brasileira *Mandacaru* (1997), exibida na extinta Rede Manchete, baseada no romance *Dente de Ouro*, de Menotti Del Picchia. Em parceria com o aclamado cineasta Ruy Guerra, adaptou para o cinema o romance *La mala hora*, de Gabriel García Márquez. O longa-metragem de 1 hora e 58 minutos de duração, intitulado *O veneno da madrugada* (2005), conta com a direção de Ruy Guerra. Essa produção concorreu em diversas categorias de grandes festivais como Prêmio ACIE de Cinema, Festival de Cinema de Países de Língua Portuguesa, Prêmio Contigo de Cinema Nacional, Prêmio Guarani de Cinema Brasileiro, Festival de Havana e concorreu também no festival mais importante do cinema brasileiro o Grande Prêmio do Cinema Brasileiro. Segundo o IMDB, o filme recebeu um total de 18 indicações, duas vezes como melhor roteiro, e foi premiado quatro vezes.

Alguns de seus roteiros ainda não foram gravados, um de seus últimos, até então, é para um longa-metragem chamado *Bebgor*, o texto foi produzido sob encomenda para o diretor alagoano e coordenador geral do Circuito Penedo de Cinema Sérgio Onofre. O roteiro é inspirado em uma peça do escritor alagoano Pedro Onofre e aborda temas como Ditadura Militar Brasileira, justiça, poder, vingança e um romance como *background*.

Em 2008, valendo-se dos próprios recursos, Tairone fundou no espaço da antiga garagem de sua casa em Delmiro Gouveia: uma biblioteca que funciona como espaço de fomento e produção cultural intitulado Circo de Leituras Joval Rios. Para realização de atividades de multiletramentos, oficinas de produção cinematográfica, produção de roteiros de cinema, teatro e exibição de filmes com debates.

A 4ª edição do Circuito Penedo de Cinema, realizado em 2014 pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), homenageou o artista com o Prêmio Canoa de Tolda por seu trabalho e atuação como um importante roteirista alagoano. O evento foi realizado na cidade histórica de Penedo (AL), na região do Baixo São Francisco, na ocasião o roteirista recebeu também uma escultura como forma de homenagem feita pelo escultor Tadeu dos Bonecos. Segundo publicação na página do Festival de Cinema Universitário de Alagoas, em 2014, a obra exclusiva foi produzida inspirada no filme *O Homem da Capa Preta* (1986). O gesto simbólico denota o reconhecimento e importância dos trabalhos do roteirista no mais importante festival de cinema de Alagoas.





Figura 02: Escritor recebendo o troféu no Circuito Penedo de Cinema.



Fonte: Site Oficial da UFAL

Figura 03: Roteirista recebendo a escultura do Tadeu dos Bonecos.



Fonte: Site Oficial da UFAL

Em entrevista a equipe do Festival de Cinema Universitário de Alagoas, o artista revela que “quando me pedem para escrever um roteiro, estão correndo um risco miserável, porque eu entendo que estão pedindo o meu ponto de vista sobre determinado assunto” (Feitosa in Facebook, 2024), sempre fiel a ideia, na vanguarda do cinema alagoano, em entrevista ao documentário *Estado de cinema?* (2015) produzido pelo diretor Pedro da Rocha, no curta o roteirista fala sobre a produção cinematográfica no estado destaca que em Alagoas há belas paisagens, uma história interessante, escritores incríveis, alertando que é preciso um empenho maior dos governantes e





empresários do estado, porque o cinema é uma maneira do povo alagoano ser vistos pelo mundo.

O artista delmirensense defende a ideia de que “a arte não é para os fracos” (Feitosa, 2008) ressaltando que quem teve a oportunidade de ser tocado por ela deve aproveitar para dizer o que pensa do mundo, como enxerga a realidade, e para isso não se pode ter medo. Para ele, o escritor deve “ser disciplinado e ter um ego à prova de bala” (Feitosa, 2008), ler muito, pensar muito sobre o que leu, observar o mundo, prestar atenção nas pessoas, nos semblantes e detalhes, isso fornece a matéria prima do trabalho do roteirista de maneira que todos os estímulos compõem a amálgama que irá alimentar o roteiro. Um dos grandes desafios no trabalho com o roteiro é refletir, compreender, desenvolver e transmitir as circunstâncias que levam as pessoas(personagens) a serem o que elas são.

Segundo a Revista da Imprensa Oficial Graciliano Ramos (2012), o roteirista delmirensense é reconhecido por sua sinceridade e pela habilidade de expressar seus pensamentos de maneira franca. Detentor de uma retórica impressionante é um roteirista autodidata, segundo Feitosa in Facebook (2024) a prática com a linguagem fez dele um artesão que trabalha a palavra, minuciosamente, no nível do artesanato. Sua dedicação à sétima arte, habilidade na escrita e na oratória ajudaram a levá-lo a países da América do Sul e da Europa dentre eles Argentina, Uruguai, Panamá, Portugal, França, Espanha e Lisboa.

Tairone foi homenageado no 3º Festival de Cinema de Arapiraca (AL), recebendo um troféu no terceiro dia do festival, em 23 de agosto de 2024, como forma de reconhecimento por seus serviços prestados ao cinema alagoano, o evento foi realizado no Arapiraca Garden Shopping e contou com mostra de filmes, mesas e palestras.

Figura 04: Tairone com troféu recebido no 3º Festival de Cinema de Arapiraca.



Fotografia: Por Sérgio Onofre.





Nos últimos anos, o roteirista vem dedicando-se também a ministrar oficinas sendo presença recorrente nas edições do Circuito Penedo de Cinema, festival de cinema mais importante de Alagoas, onde ministrou oficina em 2020 e 2024, sendo responsável também por supervisionar produções de alguns roteiros que se tornaram produções que hoje fazem parte da filmografia Alagoana.

Com mais de 60 anos de carreira sua trajetória é motivo de orgulho para todos os delmirenses, pois, além da escrita, o roteirista delmirensense dedica-se a ministração de palestras em eventos. Em 2023, a convite do Centro Acadêmico de Letras (CALET), da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, ele esteve no evento "O que quer o cinema, a literatura e o audiovisual", evento organizado em parceria com os professores Márcio Ferreira da Silva e Marcos Alexandre Faber. O evento teve como objetivo fazer refletir sobre a produção literária e audiovisual em Alagoas. Na ocasião Tairone pode falar de suas carreiras, da produção cinematográfica no estado e das diferenças e desafios da adaptação do texto literário para o cinema, dentre outros temas que possui grande domínio.

Morando atualmente na cidade de Delmiro Gouveia, Tairone Feitosa é notável o seu entusiasmo ao ingressar em um novo projeto, pois continua produzindo sempre que pode e acredita que suas produções têm influência das vivências da infância na Vila da Pedra e nas histórias que Iraci e Oscar contavam. Ele ainda foi homenageado no dia 28 de setembro de 2024, na Praça das Esculturas, em frente ao anexo Agro Fabril Mercantil do Shopping da Villa, quando foi exibido o vídeo-homenagem dirigido por Tarcísio Ferreira do Cineclube *Zaréu*, na cidade de Delmiro Gouveia-AL. No vídeo, Tairone conta um pouco sobre vida e obras. E no dia 11 de outubro do mesmo ano, foi homenageado com o Troféu Estrela de Delmiro pela Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes de Delmiro Gouveia.

Entre cupins: a produção cultural e educacional do Circo de Leituras Joval Rios

O Circo de Leituras Joval Rios é um espaço localizado na rua Nascimento Bandeira, centro da cidade de Delmiro Gouveia, Alto Sertão alagoano. Projetado inicialmente para ser uma garagem, posteriormente tornou-se uma biblioteca que desde 2008 atua como espaço de cultura, sem fins lucrativos, fundado e mantido pelo roteirista alagoano Tairone Feitosa. O local destina-se à realização de atividades relacionadas às práticas de leituras.





Figura 05: Atividade realizada no Circo de leituras Joval Rios.



Fotografia: Por Maycon Roberto.

Segundo Feitosa (2024), a ideia de realizar as atividades surgiu após a percepção da necessidade de promover o incentivo às leituras e a realização de atividades culturais em benefício da comunidade. Ao conscientizar-se dessa necessidade, frequentemente abria a porta da sua biblioteca que dava acesso a rua, o que causava curiosidade, despertando naturalmente o interesse dos que por ali transitavam, que ao conhecer o espaço e reconhecê-lo como uma possibilidade de consulta aos livros, acesso a oficinas e atividades, passaram a frequentá-lo.

O local promove ações no cenário da cultura delmireense há mais de uma década e meia, no entanto, houve períodos em que as atividades foram suspensas. Para fins didáticos o período de realização das atividades do circo foi dividido em duas fases, a primeira (2008-2010) que tem como foco, sessões de leitura, aulas de violão, exibição de filmes com debates, oficinas e produções teatrais, e a segunda fase (2011-2024) em que se tem uma maior incidência de atividades e produção audiovisual.

As chamadas sessões de Leituras eram realizadas nas segundas, terças, quartas e sextas-feiras, com horários previamente estabelecidos, com cerca de até 10 participantes, a maioria crianças. Nas sessões, os aprendizes alternavam-se na leitura dos textos que eram selecionados de forma conjunta. Geralmente, todos deveriam ler uma parte do texto, um parágrafo ou uma estrofe em voz alta, enquanto os outros ouviam tentando compreender o que era dito para posteriormente, quando necessário, comentar o que achavam sobre o que foi lido. Caso houvesse dificuldade na leitura,





iam se ajudando mutuamente, havendo a necessidade, refaziam a leitura.

Nas sessões de leituras eram trabalhados os mais diversos gêneros textuais, dentre eles clássicos da literatura universal como o livro *As mil e uma noites* (1974) coleção de contos populares originários do Oriente Médio. Textos como o poema Indianista brasileiro *Juca-Pirama* (1851), escrito pelo poeta Gonçalves Dias, o *Romanceiro da Inconfidência* (1953), coletânea de poemas da escritora brasileira Cecília Meireles, O poema *Episódio sinistro de Virgulino Ferreira* (1985), do escritor pernambucano Carlos Pena Filho são, por exemplo, de alguns dos textos lidos e debatidos no Circo de Leitura Joal Rios.

Ao falar sobre a experiência de realizar as sessões de leituras, Tairone (2024) conta que na reunião em que foi debatido o texto do Carlos Pena, em 2009, em determinado trecho do texto lia-se “e o longo céu transformava seu ourazul em carvão.”, todos os presentes, que participavam da reunião, ficaram pensativos sobre os sentidos e o possível significado desse fragmento, até que um dos aprendizes, o André, filho do Tairone, na época ainda uma criança, resolveu a frase enigmática com a seguinte sentença: “Já sei, isso é um pôr do sol!”, demonstrando o desenvolvimento de habilidades imprescindíveis para compreensão global do texto (QUEIROZ, 2024).

Dessa forma, podemos inferir que as leituras dos gêneros textuais realizadas no circo, demonstraram potencial para contribuir e acelerar o desenvolvimento das habilidades dos participantes relacionadas ao reconhecimento, por exemplo, da construção composicional, estilo, conteúdo temático e uso desses textos. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) (1998), de Língua Portuguesa, os textos se organizam em determinados gêneros em função das intenções comunicativas e das condições de produção, e esse conhecimento pode ser construído a partir do fazer pensar sobre o texto como unidade, conhecendo vários textos de um mesmo gênero, pensando sobre ele, é possível identificar qual a função desse gênero, construir a percepção que um determinado gênero pode variar dependendo do escritor, qual a estrutura e intenção desse gênero, dentre outros aspectos.

A construção das habilidades relacionadas aos gêneros textuais, por sua vez, tornaria possível o desenvolvimento das competências necessárias para que os participantes pudessem construir seus próprios textos. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017), as competências são definidas como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), conjunto de habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Quanto a isso, ao falar sobre os objetivos do ensino focado em desenvolver competências, Perrenoud (2000), em entrevista à **Nova Escola**, afirma que o objetivo não é só “passar conteúdos”, mas preparar para a vida em sociedade, ou seja, essa noção de competência sugere que o domínio da língua/linguagem é condição para a plena participação social e que o acesso aos saberes linguísticos, referente aos gêneros textuais, é necessário para o exercício da cidadania. Dessa forma, podemos observar, por





exemplo, que em entrevista ao projeto Cinema no interior, Feitosa (2008) afirma que o objetivo final do circo, o propósito das atividades é de desenvolver as competências para produção de textos, valendo-se da ideia de transformar o espaço em um centro de criações artísticas, cujo as produções sejam idealizadas, criadas e gerenciadas pelos próprios participantes. Essa afirmação denota interesse, dessa maneira, de ofertar produções resultado de vivências e experiências construídas no local, fazendo com que haja uma relação direta entre as produções realizadas no espaço e na sociedade, discutindo, assim, aprendizagem de textos e uso da linguagem artística e literária. Evidencia-se também um pensar acerca do potencial formador, criador e estruturante das artes e como isso pode afetar a construção identidade dos delmirenses frequentadores ou não do espaço.

A percepção acerca do poder da arte como fator de transformação da sociedade pode ser expressa em uma metáfora utilizada pelo fundador do espaço, que é elucidativa acerca da função do projeto, quando afirma que os frequentadores são "os cupins na paliçada" (Feitosa, 2008). Para ele, é preciso pensar que no entorno da cidade há a paliçada da ignorância, do fatalismo, da falta de perspectiva e esperança que bloqueia o horizonte de possibilidades, de oportunidades, e os "cupins", os frequentadores, são os responsáveis por produzir uma cisão, uma fissura que seja, necessária para que haja mudanças, desvelando novos horizontes de possibilidades.

Essa perspectiva acerca do papel social dos projetos culturais pode ser resumida na definição do pesquisador e antropólogo García Canclini (1995), que defende a ideia de que os espaços culturais são arenas onde se articulam as práticas simbólicas, sociais e políticas, refletindo e moldando as identidades coletivas e individuais. Essa perspectiva explica os espaços culturais como um ambiente dinâmico, onde as reuniões configuram práticas com potencial formador de estímulo à cidadania, contribuindo para ressignificar crenças e construir habilidade que pode ser importante para atuação social desses indivíduos, que no caso de Circo são ações distribuídas em fases de crescimento.

Ainda na primeira fase, além das leituras dos textos também havia "O balaio das palavras", atividade que consistia em selecionar e reunir as palavras encontradas, pelos participantes, nos textos considerados as mais difíceis, incomuns, as que eles não sabiam o que significava ou tinham dúvidas. Então, tinha início uma outra etapa, eram distribuídos dicionários e os aprendizes tinham como objetivo encontrar as palavras listadas rapidamente, quem encontrava a palavra primeiro poderia ler as acepções/ significados possíveis, segundo o dicionário, para os demais participantes.

Feitosa (2024) afirma que essa metodologia gerava uma certa competição. Alguns pontos chamam atenção nessa terceira fase: primeiro um processo natural de gamificação, uma vez que se gerava uma "competição", mesmo que implícita, tornando tudo mais divertido e engraçado, ajudando a engajar, motivando-os e melhorando a aprendizagem por meio do estímulo ao desafio. Dessa ação metodológica, podemos notar outro ponto importante que é o potencial de ampliação da competência linguística por meio da expansão do léxico dos participantes, que ao aprenderem novas palavras, facilitam as inferências e relações semânticas dessas palavras em contextos de uso.





A atividade também tem potencial de ajudar na compreensão da dimensão morfológica, construindo uma consciência linguística acerca da formação, classificação, adaptação de palavras, suscitando reflexão sobre os fenômenos linguísticos presentes na Língua Portuguesa, que, posteriormente, os participantes podem fazer uso destes conhecimentos nas produções de seus textos (orais ou escritos), ampliando também a capacidade de inferência na produção de sentidos das próximas leituras.

É importante ressaltar que em 2008, época em que foram iniciadas as atividades, a democratização dos dispositivos móveis com acesso à Internet, por exemplo, não era uma realidade para a maioria dos frequentadores, pois eles eram crianças pobres, da periferia, sem acesso economicamente à tecnologia. Sendo assim, segundo Santos (2006) não se pode entender a cultura como conhecimento, ideias, crenças sem pensar na sociedade à qual se referem. Atualmente, pode-se ter o significado dicionarizado de qualquer vocábulo ao simples comando em um navegador ou inteligência artificial, mas para realidade socioeconômica dos frequentadores do Circo de Leituras Joval Rios, na época, o dicionário físico utilizado nas atividades era o recurso possível e indispensável.

Outro ponto que merece destaque sobre as atividades é que, segundo a participante Joice (Feitosa, 2008), ao falar da experiência de participar do projeto, afirma: "Tô achando ótimo, principalmente pra quem não tem muito acesso à leitura". Atualmente, com a ampliação do acesso à Internet e aos dispositivos móveis, a reprodução das obras literárias das mais diversas áreas em arquivos digitais é uma realidade. Em Delmiro, naquele período, apesar dos empréstimos de livros pelas bibliotecas escolares municipais (quando tinham), com seus horários e datas de funcionamento, mesmo considerando os espaços particulares para quem tinha poder aquisitivo para ter e ler uma obra, os livros não eram um recurso tão acessíveis se compararmos com a atualidade.

A frase da participante ilustra bem como o acesso não era um cenário disponível para muitos, o que demonstra ainda mais a importância das atividades realizadas no espaço, que seguia uma lógica inversa a das bibliotecas convencionais da região, do empréstimo do livro para a leitura individual, solitária, propondo uma leitura compartilhada com reflexão conjunta dos participantes. Na verdade, essas atividades serviram como uma preparação, em que, posteriormente, ocorreram oficinas de teatro com intuito de preparar os frequentadores do local para formação de um elenco, composto por algumas crianças e adolescentes participantes do projeto. Segundo Feitosa (2024), o objetivo era que os próprios participantes adaptassem ou construíssem os roteiros, com base nas experiências construídas, o que não foi possível. Entretanto, a trupe foi responsável por encenar o espetáculo *Édipo o rei*, uma adaptação feita pelo Tairone, da peça escrita pelo dramaturgo grego Sófocles. Outro clássico encenado pela trupe do Circo de leituras Joval Rios foi a adaptação da peça infantil *Pluft, o fantasminha*, de Maria Clara Machado.

Dessa forma, podemos perceber como o espaço se configura como um espaço de cultura que tem promovido uma gama de experiências com diversos gêneros artísticos como a literatura, a pintura, a música e o cinema. Para Bhabha (1998), a cultura é com-





plexa e multifacetada, refletindo as dinâmicas contemporâneas de identidade e pertencimento, as culturas não são homogêneas, são um campo de negociação onde diferentes identidades e experiências se encontram. Isso explica o fato da pluralidade nas abordagens dos textos utilizados no Circo de Leitura, textos de países diferentes, de culturas diferentes estão sendo mobilizados, o que torna possível o que Bhabha (1998) vai chamar de “entre lugar” que tornaria possível o “hibridismo cultural”, experiência capaz fazer surgir novas expressões culturais com traços singularizantes.

Para concluir...?

A proposta de leitura e de contato com o livro no *Circo* se propõe a uma visão diferenciada da escola, cuja proposta curricular esbarra na continuidade pertinente do conteúdo e da avaliação, contrária a proposta da leitura espontânea, compartilhada e socializada difundida nos espaços culturais do Circo de Leitura Joval Rios. Diante disso, falando sobre a importância do texto e da leitura, Passos e Vieira (2014, p. 6 – Grifos nossos) diz que:

Diante das exigências do atual contexto social em que vivemos da globalização, que **exige leitores capazes de interpretar corretamente os mais variados gêneros inclusive os multimodais**, percebemos a importância de formar leitores competentes para lerem textos que articulam o verbal ao não verbal. Nesse mesmo sentido, Rojo (2008, p. 25) que diz que é preciso ir além da leitura de textos escritos para os quais desenvolvemos as teorias para efetuar o ensino da leitura. Tornou-se imprescindível colocar imagens em relação ao **texto escrito com signos de outras modalidades de linguagens (imagens estáticas e em movimento, fala, música, infografias)**. (PASSOS; VIEIRA, 2014, p. 6 – grifos nossos)

Dessa forma, a proposta de voltar o olhar para o espaço do Circo de Leituras Joval Rios compõe uma necessidade e reparação histórica para a sociedade de Delmiro Gouveia, haja vista a presença e a herança positiva deixada ao longo de três décadas aos/às filhos/as do Circo, que ganharam desenvolvimento pessoal, intelectual e profissional, e hoje movimentam e melhoram a vida cultural da cidade.

Referências

ANDRADE, J. P. de. A sétima arte no YouTube. **O Homem da Capa Preta**. Direção de Joaquim Pedro de Andrade. 1986. YouTube. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=9rBc6rdQaS8> >. Acesso em: 16 out. 2024.

BARRETO, F.; DIEGUES, C.; FEITOSA, T. **Luzia Homem**. IMDb. Disponível em: < <https://www.imdb.com/title/tt0093447/> >. Acesso em: 20 dez. 2023.

BARRETO, L.; FEITOSA, T.; WALTER LIMA JR. **Ele, o Boto**. IMDb. Disponível em: < https://www.imdb.com/title/tt0092907/?ref_=tt_rvi_tt_i_5 >. Acesso em: 6 jul. 2024.





BARTHOLO, R. **Respeitável público**: os bastidores do fascinante mundo do circo. Rio de Janeiro: Letras e Expressões; São Paulo: Elevações, 1999.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> >. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Portuguesa. Brasília, Ministério da Educação DF: MEC/SEF, 1998.

CANCLINI, G. N. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CARVALHO, R. **Circo-teatro no semiárido baiano (1911-1942)**. Repertório, n. 15, p. 40-40, 2010.

CIRCODATA - **Dicionário do circo brasileiro**. Joval Rios. Disponível em: < <https://circodata.com.br/index.php?c=verbetes&m=exibir&t=artistas&id=1570&> >. Acesso em: 2 fev. 2024.

CIRCON. **Joal e Leda Rios**. Circonteudo.com. Disponível em: < <https://www.circonteudo.com/fabricante-historia/joal-e-leda-rios/> >. Acesso em: 2 fev. 2024.

CULTURA-PE. **Um teatro quase esquecido** – Painel das Décadas de 1930 e 1940 no Recife (Década de 1940), Issuu, disponível em: < https://issuu.com/cultura.pe/docs/um_teatro_quase_esquecido_d_cada_d_068c9f24f1c5ee >. acesso em: 19 jul. 2024.

DIÁRIO da Manhã (PE) - 1940 a 1959 - **DocReader Web**, Bn.gov.br, disponível em: < https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262_03&pesq=Fekete&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1043 >. acesso em: 27 jul. 2024.

FACEBOOK. **Festival de cinema universitário de Alagoas**. Disponível em: < <https://www.facebook.com/festivalcinemaal/photos/pb.100063907336436.-2207520000/715564935178501/?type=3> >. Acesso em: 18 ago. 2024.

FEITOSA, T. Cinema no interior. Circo de Leituras Joal Rios. **YouTube**, 2008. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=oKhmcDmypoU> >. Acesso em: janeiro de 2024.

FEITOSA, T.; GUERRA, R. **O Veneno da Madrugada**. IMDb. Disponível em: < https://www.imdb.com/title/tt0426097/?ref_=tt_rvi_tt_i_3 >. Acesso em: 6 jul. 2024a.

FEITOSA, T.; LOUZEIRO, J.; REZENDE, S. **O Homem da Capa Preta**. IMDb. Disponível em: < <https://www.imdb.com/title/tt0133011/> >. Acesso em: 6 jul. 2024b.





GORDILHO, M.. **Paulo Magalhães**, Elencobrasileiro.com, disponível em: < <https://www.elencobrasileiro.com/2019/07/paulo-magalhaes.html> >. acesso em: 29 jul. 2024.

GOULART, C. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 450-562, set./dez. 2006.

MANDACARU. IMDb. Disponível em: < https://www.imdb.com/title/tt0143051/?ref_=tt_rvi_tt_i_2 >. Acesso em: 6 jul. 2024.

NETO, G. **Homem de circo**. Disponível em: < <https://gordurinha.neto.blogspot.com/2011/02/homem-de-circo.html> >. Acesso em: 11 out. 2024.

PASSOS, L. A.; VIEIRA, M. S. de P. **A contribuição do gênero da história em quadrinhos para o desenvolvimento da leitura**. Disponível no site: 1690.pdf (ufu.br). Acesso em mai./2013.

PERRENOUD, P. **Perrenoud**: construindo competências. Set. 2000. Disponível em: < https://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_2000/2000_31.html >. Acesso em: 11 out. 2024.

PIMENTA, D. **Antenor Pimenta, circo e poesia**: a vida do autor de "... E o céu uniu dois corações". São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417> >. Acesso em: 20 ago. 2024.

QUEIROZ, M. R. dos S. **Roteiro de entrevistas com Tairone Feitosa**. Arquivo de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Curso de Letras, Campus do Sertão. 2024.

ROCHA. P. Estado de Cinema? **Alagoar**. Disponível em: < <https://alagoar.com.br/estado-de-cinema/> >. Acesso em: 5 jul. 2024.

TAVARES, C. **Circos em Delmiro Gouveia (postagem dupla)**, Blogspot.com, disponível em:< <https://amigosdedelmirogouveia.blogspot.com/2010/11/circos-em-delmiro-gouveia-postagem.html> >. acesso em: 8 jul. 2024.

UFAL NOTÍCIAS. **Oficina de roteiro cinematográfico é iniciada pelo Circuito de Cinema**. Disponível em: < <https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2020/11/oficina-de-roteiro-cinematografico-e-iniciada-pelo-circuito-penedo-de-cinema> >. Acesso em: 5 jul. 2024.





Efeitos de sentido sobre os corpos femininos no *Mmorpq World Of Warcraft*⁶⁸

Ernando Nunes Cabral Filho⁶⁹

Débora Raquel Hettwer Massmann⁷⁰

Andrey Ronald Monteiro da Silva⁷¹

Considerações iniciais

Os jogos eletrônicos, inicialmente, foram produzidos por institutos universitários como objetos de pesquisa na área tecnológica. Posteriormente, ganharam notoriedade, visibilidade e espaço nos mais diversos contextos sociais. Com a evolução tecnológica, tais jogos sofreram diversas alterações em sua estética, portabilidade e jogabilidade, podendo ser encontrados nos mais diversos aparelhos, “na forma de jogos para PC, jogos online, emuladores e consoles portáteis” (NASCIMENTO, 2016, p. 20).

Além do encantamento produzido pelos gráficos e desempenhos modernos, os jogos eletrônicos propiciam às/aos jogadoras/es experiências novas e inéditas, como, por exemplo, aventuras em mundos mágicos e fantásticos. No entanto, ainda que compreendidos como entretenimento pela grande massa social, os jogos eletrônicos “suscitam discussões mais complexas, ora positivas, a exemplo da sua contribuição para a educação e a saúde, ora negativas, como a falta de concentração” (NASCIMENTO, 2016, p. 10).

No campo da Análise de Discurso, os jogos são compreendidos como reprodutores de efeitos de sentidos nas/os jogadoras/es. Nesse sentido, compreendemos que é relevante investigar como são (re)produzidos tais efeitos de sentido, principalmente em relação ao funcionamento discursivo a respeito dos corpos das personagens femininas. Além disso, é essencial discutir como o gênero masculino e a heteronormatividade alicerçam o processo criativo dos jogos, “um campo construído, majoritariamente, por pessoas do sexo masculino” (Cordeiro; Massmann; Sales, 2018), e formulam as personagens femininas a partir de estereótipos presentes na sociedade “de e sobre a mulher” (CORDEIRO; MASSMANN; SALES, 2018, p. 115).

A partir disso, a presente pesquisa objetiva analisar os efeitos de sentido produzidos sobre os corpos das personagens femininas dentro do MMORPG *World of Warcraft*. Para tanto, embasamos nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso. O capítulo está dividido nas seguintes seções: Introdução; O MMORPG

⁶⁸ A presente pesquisa é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O imaginário do corpo feminino nas personagens de World of Warcraft: um estudo à luz da Análise de Discurso” (Cabral Filho, 2021), defendido no Curso de Letras (*campus* Sertão) da Universidade Federal de Alagoas.

⁶⁹ Egresso em Letras (*campus* Sertão), da Universidade Federal de Alagoas.

⁷⁰ Doutora em Letras. Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas.

⁷¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas.



World of Warcraft; Análise de Discurso; O imaginário dos corpos femininos no *World of Warcraft*; Considerações finais e as referências.

O Mmorpg World Of Warcraft

O RPG é um acrônimo de *Role Playing Game* ou "Jogo de Interpretação de Papéis/ Personagens", em tradução livre para o português. O jogo possui muitos adeptos em todo o mundo e é um gênero onde as/os jogadoras/es, no interior de uma narrativa cooperativa, assumem o papel de personagens que elas/es mesmas/os são responsáveis por criar. Embora muitos associem o termo RPG a jogos digitais, sua origem é referente ao jogo analógico. Com o passar dos anos, surgem as variantes de jogos eletrônicos e online.

Massively Multiplayer Online Role-Playing Game (MMORPG) é uma das maiores evoluções do RPG de mesa, possuindo suas próprias economias, regras, linguagens e valores (Jon, 2010). Além disso, conta com o suporte de tecnologias avançadas, melhorando a realidade e a qualidade virtual, e aperfeiçoando as experiências das/os jogadoras/es. Conforme Figueiredo (2012), esse gênero é um dos mais lucrativos dos últimos anos. O primeiro MMORPG foi *Meridian 59*, lançado em 1995.

O *World of Warcraft* (WoW) tem sua gênese na série de livros e jogos *single player* chamados *Warcraft*. A abordagem única desse jogo tornou-o o MMORPG mais famoso do mundo. O WoW é licenciado, produzido e distribuído pela produtora Blizzard. No jogo, observamos um universo fantasioso em que a/o jogador/a é incentivada/o a explorar mapas, realiza missões e engajar-se com outras/os jogadoras/es.

Ao adentrar nesse universo, as/os jogadoras/es são convidadas/os a criar um avatar, entre as opções disponíveis. Os avatares são diferentes uns dos outros, com habilidades distintas e trajetórias únicas. Além disso, "a mecânica do jogo é construída de modo que, para cada avatar, existam prós e contras, de forma que o jogador procure interagir com outros, cujos avatares complementam as habilidades do seu, para poder progredir no jogo" (Francisco; Zacchi, 2018, p. 248-249).

Desde o seu lançamento, o WoW está disponível em diversos idiomas e conta com 10 expansões, a saber: *The Burning Crusade* (2007); *Wrath of the Lich King* (2008); *Cataclysm* (2010); *Mists of Pandaria* (2012); *Warlords of Draenor* (2014); *Legion* (2016); *Battle for Azeroth* (2018); *Shadowlands* (2020); *Dragonflight* (2022); *The War Within* (2024). Essas atualizações expandem o mundo e as mecânicas do jogo, assim como introduzem novas histórias e aventuras, objetivando a contínua imersão e consumo por parte das/os jogadoras/es.

Em suma, o WoW trouxe conteúdos extensos e missões desafiadoras as/aos desbravadoras/es. Tudo no jogo foi- e ainda é- minuciosamente projetado para manter as coisas divertidas e prender a atenção e o tempo da/o jogador/a. O jogo foi um sucesso muito rapidamente. As/Os jogadoras/es de diversas idades e vários lugares do mundo se aglomeram/vam aos milhões no universo lúdico de *World of Warcraft* para jogar, competir e socializar (FAHS, 2009).





Análise de discurso

A Análise do Discurso (AD) surgiu na década de 60, na França, a partir da elaboração da teoria do discurso fundada por Michel Pêcheux, filósofo que tinha como uma de suas paixões o estudo da língua. Segundo Ferreira (2016), é da articulação entre suas três paixões – a língua, as máquinas e a política – que Pêcheux definiu o discurso como seu objeto de estudo, objetivando “relacionar os aspectos teóricos a realidade e a transformação da sociedade” (Silva, 2017, p. 26).

O marco inaugural da AD foi a publicação da obra “*Analyse Automatique du Discours*”, tese defendida por Pêcheux e, posteriormente, publicada pela editora Dunod, em 1969. Esse texto é o responsável por fundamentar alguns dos conceitos essenciais para a teoria do discurso. Santos (2016) explicita o pressuposto teórico-metodológico da Análise de discurso como

teoria geral da produção dos efeitos de sentidos, que não será nem o substituto de uma teoria da ideologia nem o de uma teoria do inconsciente, mas poderá intervir no campo dessas teorias [...] a AD de Pêcheux é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas (especialmente a psicologia) (SANTOS, 2016, p. 37-38).

Na Análise de Discurso, três são os conceitos basilares, a saber: língua, história e ideologia. Para a AD, a compreensão de língua ultrapassa a concepção saussuriana de sistema abstrato de signos, composto por significado (conceito) e significante (imagem acústica), e assume a língua no mundo, na interação social, “pelas práticas discursivas nas quais o homem se insere, sendo capaz de significar e significar-se. O discurso torna possível tanto a permanência e a continuidade, quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade na qual vive” (Piovesan *et al.*, 2006, p. 02). Assim sendo, a língua é interpelada pela história e pela ideologia.

Em relação à ideologia, Pêcheux (1988) afirma que “1) Só há prática através e sob uma ideologia; 2) Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (PÊCHEUX, 1988, p. 149). A ideologia não é composta por ideias, mas por práticas realizadas para e entre os sujeitos. Além disso, a ideologia é compreendida como mecanismo que, a partir das posições sociais ocupadas pelos sujeitos, “produz evidências de sentido que através do hábito e do uso indicam o ‘que é o que deve ser’” (ARAÚJO, 2019, p. 114). Segundo Orlandi (2012a, p. 96), a ideologia

se liga inextricavelmente à interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação da história com a língua, na medida em que esta significa. A conjunção língua/história também só pode se dar pelo funcionamento da ideologia. E é isto que podemos observar quanto temos o objeto discurso como lugar específico em que se pode apreender o modo como a língua se materializa na ideologia e como esta se manifesta em seus efeitos na própria língua (ORLANDI, 2012a, p. 96).





A história, por sua vez, tem sua base no materialismo histórico proposto por Karl Marx, a partir da compreensão de que “o homem é aquele que faz história” (SILVA, 2017, p. 27). Para Silva (2017), a proposta teórica de Marx compreende o trabalho, enquanto humanizador do sujeito, como premissa para a existência humana e, por meio dele, é que consegue fazer história. Assim sendo,

O homem só pode fazer história a partir da realidade objetiva que é proporcionada para ele em determinado momento histórico, por isso que em cada formação estrutural da sociedade os processos de humanização são diferenciados, então, sendo o homem histórico é preciso considerar as condições de produção em que são emitidas as formas de linguagem (SILVA, 2017, p. 27).

Tasso (2004) entende a história como elemento constitutivo da língua. Nesta interrelação, a língua, enquanto materialidade, reúne a história, através do acontecimento, e o linguístico, pelos arranjos significantes, “configurando o modo como o sujeito produz seu dizer e materializa discursos” (n.p.). Em suma, é compreender a história como produção de sentidos, não como explicação, contexto, cronologia ou evolução, elemento externo ao discurso, mas como elemento interno a linguagem e constitutiva dos sentidos. É na inter-relação entre língua e história, ambas opacas e não neutras, que se percebe a atuação da ideologia no discurso.

Por último, é essencial destacar as contribuições científicas produzidas por Eni Orlandi, precursora dos estudos da Teoria discursiva no contexto brasileiro. No Brasil, os estudos em Análise de discurso iniciam durante o regime militar, a partir das experiências pessoais e acadêmicas de Orlandi. Durante o período de autoritarismo, a pesquisadora se propôs a analisar o discurso pedagógico e religioso. Nesse contexto, a autora identificou a necessidade de pontuar que o sentido podia/pode ser outro, além de afirmar o político como “constitutivo, a incompletude do sujeito, a falha e a não transparência da linguagem, e, sobretudo, o fato de que o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo” (ORLANDI, 2012b, p. 17).

Essa época, marcada pela produção discursiva do regime militar e da frente ampla de resistência, é a condição para o irrompimento da Análise de discurso no Brasil em sua sistematicidade, de modo que “a discursividade dominante suscita a necessidade de desvirar os discursos, de mostrar outros sentidos. De aprender a ler com outras palavras naquelas palavras. O que não podia ser dito fazia enorme pressão em nossos dizeres” (ORLANDI, 2012b, p. 19).

Assim, o dispositivo teórico e analítico da Análise de discurso no Brasil produz um deslocamento de perspectiva no campo da linguagem e passa a analisar a “exposição do sujeito à historicidade (ao equívoco e à ideologia), na sua relação com o simbólico” (ORLANDI, 2012b, p. 23). Não é o estacionamento na análise puramente conteudista (o que o texto quer dizer), mas como os textos dizem o que dizem.





O imaginário dos corpos femininos no *World Of Warcraft*

Nesta seção, realizamos as análises dos efeitos de sentido produzidos na representação dos corpos de quatro personagens femininas do jogo. Antes, porém, faz-se necessário compreender a representação masculina dentro do jogo para, em seguida, analisarmos como a imagem do corpo feminino produz sentidos para a/o espectador/a, uma vez que acreditamos que “o feminino será constituído em relação ao masculino, ou seja, o feminino será o ‘outro do masculino’” (ROMANUS, 2012, p. 16.). A seguir, apresentamos dois personagens do WoW: Rei Anduin e Rei Lich.

Figura 01: Personagens Rei Anduin e Rei Lich.



Fonte: Recorte realizado pelos autores, 2021.

Inicialmente, ao analisarmos a representação de dois dos personagens principais, o Rei Anduin e o Rei Lich, percebemos que o jogo eletrônico apresenta os personagens masculinos como eixo central e em posição social privilegiada. Além disso, por ser um jogo relacionado ao mundo masculino, identificamos a exaltação dos estereótipos típicos de um herói, que são provenientes do imaginário social, ou seja, a bravura, a atitude e a imponência da armadura.

Essa representação nos remete ao padrão social de masculinidade como modelo prescritivo de atitudes, comportamentos e emoções que devem ser seguidos por homens. Esse modelo está embasado em práticas patriarcais, caracterizada pelo poder do homem em relação a/ao outra/o, em uma relação de submissão e objetificação, o que reflete diretamente no ser feminino.





A manutenção do padrão social masculino nos jogos pode ser ilustrada a partir da reflexão proposta por Romanus (2012), quando a autora propôs selecionar uma personagem feminina e transformá-la em homem. A proposta tinha por objetivo evidenciar as sensações causadas pela imagem nos homens. Assim, ao realizar a transformação, os personagens masculinos, antes mulheres, estariam representados com roupas justas e curtas, com decotes e fendas, e evidenciariam os glúteos e o corpo do personagem. Para a autora, esse personagem seria descrito como ofensivo, uma vez que,

essa sensação de “ofensa”, de que algo não está certo, de transgressão, se dá por um olhar treinado e mantido pelas relações de poder, que instituem a heterossexualidade como norma e estabelecem comportamentos e modos de vestir como adequados, ou não para cada sexo (ROMANUS, 2012, p. 21).

Deste modo, compreendemos que a ideologia heteronormativa nos jogos, ademais de fossilizar o binarismo masculino-feminino, apaga, marginaliza, nega, denigre e estigmatiza as outras formas não heterossexuais de atitudes, padrões, identidades e comportamentos sociais. A seguir, a análise de três personagens femininas do WoW.

Figura 02: Personagens Alexstrasza, Garona e Aani.



Fonte: Recorte realizado pelos autores, 2021.





Ao analisarmos as imagens acima, referentes às personagens femininas: Alexstrasza, Garona e Aani, compreendemos pouca, ou nenhuma, diversificação na construção estética das personagens. Embora pertençam a raças diferentes, Alexstrasza é uma elfa sangrenta, Garona é uma orcquisa e Aani é uma draeneia, as três personagens nos remetem a um padrão corporal humano feminino. Essa estética propicia um olhar de apreciação do público masculino heteronormativo, uma vez que estão constituídas por seios fartos, cinturas finas, nádegas grandes e pernas definidas.

Para ilustrar bem essa representação feminina em diversos jogos, Fortim e Monteiro (2013) citam a Sara Grimes (2003), para compreender como tais padrões estéticos se baseiam na satisfação e apreciação masculina. De acordo com Fortim e Monteiro (2013),

Em sua análise sobre três personagens mulheres protagonistas de videogames, a autora diz que, na maior parte deles, o jogo é feito para a escopofilia masculina, ao invés de propiciar uma identificação feminina (especialmente se jogados em modo de terceira pessoa). A autora ainda aponta que as personagens são vistas como atrativas para o sexo masculino: são caucasianas, têm formas curvilíneas e as roupas deixam o corpo a mostra, em conformidade com os ideais de beleza do mundo ocidental (FORTIM; MONTEIRO, 2013, p. 15).

A presença da representação estereotipada da mulher e do corpo feminino também pode ser observada nas mais diversas mídias, como no cinema, televisão, HQs, entre outros, por meio de elementos narrativos, gráficos, ângulos da câmera e na construção dos personagens. Para Cordeiro, Massmann e Salles (2018), essa representação estereotipada advém do olhar masculino. Nos quadrinhos, por exemplo, essa manutenção é produzida na colocação de heroínas nas capas dos volumes, em que os corpos femininos são destacados como elementos atrativos para a compra. Como artefatos masculinos, entendimento construído no imaginário social, os jogos e as histórias em quadrinhos são feitos por homens e para homens com o mesmo padrão social ideal de mulher.

De acordo com Cordeiro, Massmann e Salles (2018), as relações de poder são estabelecidas nos jogos através do uso das personagens como elemento de apreciação do público masculino. Enquanto os personagens masculinos são representados com diferentes personalidades, mais livres e sem amarras, "as mulheres apenas passam a informação de que são mulheres e nada além disso" (CORDEIRO; MASSMANN; SALLES, 2018, p. 120). Nas palavras de John Berger (1999, p. 66, *apud* CORDEIRO; MASSMANN; SALLES, 2018, p. 120), "A mulher é representada de uma maneira bastante diferente do homem – não porque o feminino é diferente do masculino – mas porque se presume sempre que o espectador ideal é masculino, e a imagem da mulher tem como objetivo agradá-lo".





Para tanto, vale ressaltar que as implicações do sexo masculino sobre o feminino por questões sexuais não acontecem de agora, é uma coisa que já vem imbricada no cerne feminino desde os primórdios, como afirmam Heilborn e Sorj (1999). As autoras relatam que as relações entre os sexos estavam ligadas ao papel sexual e ao status que cada um dos indivíduos possuía. Em outras palavras, as diferenças básicas entre o homem e a mulher e a evidência de que a mulher seria mais fraca e frágil em relação ao homem.

Bezerra e Ribas (2014) defendem que a constante repetição dos estereótipos sobre o feminino e o masculino reforçam e perpetuam o paradigma dos gêneros, onde o ser masculino é caracterizado como agressivo e autoritário e a mulher é compreendida como subordinada e dependente, produzindo consequências negativas "ao formar um modelo normativo identificado como feminino" (CORDEIRO; MASSMANN; SALLES, 2018, p. 120). Abaixo, apresentamos e analisamos a personagem Proudmoore.

Figura 03: Personagem Jaina Proudmoore.



Fonte: Recorte realizado pelos autores, 2021.

Ao analisarmos a imagem da personagem Jaina Proudmoore (na HQ e no jogo), além de identificarmos as características anteriormente discutidas, é, ainda, caucasiana, com roupas justas, seios fartos, cintura fina e nádegas grandes, características ligadas ao padrão ideal de beleza. No jogo, encontramos a representação da personagem Jaina como um belo exemplo de modelo de capa de revista, o que demonstra que "os games, de certa forma, permeiam as culturas e as formações de identidades, estas ligadas a grupos sociais ou a figura de heróis, heroínas de games e vilões que podemos comparar com os ídolos na cultura pop" (CORDEIRO; MASSMANN; SALLES, 2018, p. 121-122).





Além disso, segundo Hall (1997, p. 26, apud. CORDEIRO; MASSMANN; SALLES, 2018, p. 122), essa representação sugere

que a identidade emerge, não tanto de um centro interior, de um eu verdadeiro e único, mas do diálogo entre conceitos e definições que são representados para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados de sermos interpretados por eles, por assumirmos posições de sujeitos, construídos por nós por alguns dos discursos sobre a "inglêsidade" – em resumo, de investirmos nossas emoções em uma ou outra daquelas imagens para nos identificarmos.

Em suma, compreendemos como as formações discursivas trabalham para a divulgação cultural de padrões sociais e estéticos, já que, além de entreter suas/seus consumidoras/es, propagam valores estéticos condizentes a um grupo socialmente privilegiado com características físicas de magreza, corpo definido e cinturas finas, ou seja, um padrão ideal de beleza europeu.

Considerações finais

Com base nas análises realizadas nas materialidades discursivas das personagens do *World of Warcraft*, compreendemos que, a partir da naturalização dos jogos eletrônicos como práticas do público masculino heteronormativo, os corpos das personagens são construídos a partir dos gostos e das idealizações masculinas sobre o ser feminino. Essas representações, além de serem excludentes com a pluralidade/diversidade do corpo feminino, estimulam, reforçam e perpetuam padrões sociais machistas, misóginos e patriarcais.

Outrossim, observamos a necessidade e importância da maior diversidade das representações presentes nos jogos. Para Cordeiro, Massmann e Salles (2018, p. 126), a diversidade está sendo conquistada por meio do "reconhecimento do valor das mulheres como consumidoras desse produto ou em favor de uma aproximação com a realidade social, onde as mulheres lutaram para obter muitas conquistas". Dessa forma, deseja-se o apagamento das representações femininas superficiais, como forma de gerar uma maior diversidade nas representações das mulheres dentro dos espaços dos jogos.

Além disso, defendemos a necessidade da representatividade feminina nos jogos desde uma perspectiva de empoderamento e protagonismo, como possibilidade do rompimento de paradigmas sociais atribuídos à mulher. No entanto, compreendemos que o protagonismo feminino nos jogos não é suficiente para atribuição de um sinônimo de representatividade. Afinal, vivemos em uma sociedade ainda marcada pelo machismo, misoginia e patriarcado frente as mulheres. Por fim, defendemos a necessidade das empresas responsáveis pela produção e comercialização dos jogos desenvolverem um trabalho voltado a educação e conscientização de práticas que combatam a perpetuação dos padrões sociais que excluem, marginalizam e invisibilizam a pluralidade/diversidades dos corpos femininos.





Referências

- ARAUJO, J. T. S. L. **O processo de (re)significação da aposentadoria na sociedade brasileira**: discurso, trabalho e capitalismo. Tese (Doutorado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.
- BEZERRA, A.; RIBAS, J. A. **A influência do feminino nos games**: um estudo de caso com a personagem Lara Croft. *In*: Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica em Design e Moda, Pernambuco, 2014.
- CABRAL FILHO, E. N. **O imaginário do corpo feminino nas personagens de World of Warcraft**: um estudo à luz da Análise de Discurso. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal de Alagoas, campus Sertão, 38f., 2021.
- CORDEIRO, H. N. A.; MASSMANN, D.; SALLES, A. C. Personagens femininas nos games: gênero, corpo e sentido. *In*: DOMINGUES, A. S; SALLES, A. C. **Ensino e pesquisa**: diferentes formas de se dizer e escrever a história. Pouso Alegre: Univás, 257p., 2018.
- FAHS, T.. **The Battle for Azeroth rage on**. 2009. Disponível em: < <https://www.ign.com/articles/2009/08/18/ign-presents-the-history-of-warcraft> > Acesso em: 22 fev. 2021.
- FERREIRA, L. Pêcheux, nossa bússola inspiradora. *In*: **Anais do Seminário de Estudos em Análise de Discurso**, Porto Alegre, Caçador, SC, 2016.
- FORTIM, I.; MONTEIRO, L. F. Choose your character: Mulheres e Personagens femininos nos videogames. **XII SBGames**. São Paulo. SP, 2013.
- FRANCISCO, L. A.; ZACCHI, V. J. Construção de sentidos em uma comunidade virtual do World of Warcraft. **Signótica**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 247–272, 2018. DOI: 10.5216/sig.v30i2.50591. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/50591> >. Acesso em: 12 dez. 2024.
- JØN, A. A.. The development of MMORPG culture and the guild. **Australian Folklore**, v. 25, 2010.
- NASCIMENTO, J.. **Estereótipos femininos nos jogos eletrônicos online**: um estudo sobre representações de gênero em *LEAGUE OF LEGENDS*. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 88f, 2016.
- ORLANDI, E. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 10 ed., 2012a.
- ORLANDI, E. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido, Ideologia. Campinas, SP, Pontes, 2012b.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.





PIOVESAN, A. M. W.. *et al.*. A análise do discurso e questões sobre a linguagem. **Revista x**, v. 2, p. 1-18, 2006.

ROMANUS, J. S.. **Gênero em jogo**: um olhar sobre personagens e as representações de tipos de feminilidades e masculinidades nos games de ação contemporâneos. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento Acadêmico de Desenho Industrial, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SANTOS, A.. **"#Somostodosmacacos". O preconceito racial no futebol**: discurso e memória. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

SILVA, S. B. **A mulher no discurso da publicidade e os efeitos de sentido para a promoção do Capital**. Dissertação (mestrado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

TASSO, R. D. Revisitando o papel da história na análise do discurso. **Anais do 6º Encontro Celsul** – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul, 2004.





O funcionamento da contradição no discurso sobre o/a trabalhador/a-musicista em Alagoas

Rodrigo Santos⁷²

Considerações iniciais

Ao realizarmos um gesto de reflexão acerca das relações de trabalho que se processam no campo musical em Alagoas, somos provocados pelas circunstâncias de sua efetivação (sobretudo nos casos em que o sujeito-músico vende sua força de trabalho para o Estado por meio de editais) a propor uma importante discussão sobre os sentidos que revestem o significativo trabalho nas duas formações ideológicas fundamentais do sistema capitalista, a do capital e a do trabalho.

Porém, antes de seguirmos com nosso investimento, algumas considerações sobre o processo de constituição dos sentidos das palavras devem ser feitas. De acordo Pêcheux,

o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe 'em si mesmo' (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinada pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 2014, p. 146, grifos do autor).

Desta maneira, acreditamos que na medida em que o caminho dos sentidos é forjado, através da tecitura de inúmeros fios ideológicos que se entrecruzam para dar sustentação ao discurso, o sujeito se identifica com determinadas formações ideológicas e, com isso, manifesta seus posicionamentos através da posição sujeito que ocupa. Nesta toada, a depender de quem emprega a palavra **trabalho** no discurso, os sentidos evocados sempre podem ser outros e múltiplos, inclusive quando o dizer se inscreve em formações discursivas distintas, pois o "discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro" (ORLANDI, 2020, p.41), ainda que opere em uma mesma formação ideológica.

Compreendendo este funcionamento, buscaremos fazer uma análise da processualidade que envolve a apropriação do termo trabalhador por determinados sujeitos, especialmente em situações discursivas que colocam em xeque a figura do musicista no recorte territorial alagoano. Para tanto, tomaremos a discursividade que se consubstancia nas relações de troca engendradas entre Estado e trabalhadores, através de contratos firmados por meio de editais, uma vez que os acordos pactuados por intermédio desses instrumentos legais têm frequentemente sido objeto de questiona-

⁷² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, na Universidade Federal de Alagoas.





mentos, seja em publicações realizadas no âmbito dos municípios alagoanos, seja na esfera da administração pública estadual. Referimo-nos a problemas que se corporificam, por exemplo, em questões relacionadas à redação destes atos escritos e aos equívocos e contradições que circundam sua execução, ou seja, ora os artigos que constam nesses editais trazem imbuídos em seu texto sentidos que se direcionam para uma espécie de negação da figura do musicista como trabalhador em face da natureza daquilo que ele produz (obras de arte), ora o que está posto em sua redação não se cumpre. Produzindo, desta maneira, um ambiente em que as contradições do discurso sobre os sujeito-músico, ou melhor, "as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade [...] pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si 'os processos discursivos', na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classe" (PÊCHEUX, 2014, p.83-84) se convertem, por vezes, em fortes embates entre trabalhadores e administração pública, justamente porque os sujeitos em questão não se veem respeitados em sua posição de trabalhadores, conforme veremos adiante.

Outro fator que contribui com a cristalização de certos sentidos é a reprodução do pensamento social em relação ao que significa ser musicista na sociedade contemporânea. Na perspectiva da vida cotidiana, o trabalhador da área musical tem sua existência associada fundamentalmente a conjunturas festivas e de eventos de diversos tipos, onde a circulação de mercadorias como comidas e bebidas alcoólicas é tomada como demanda prioritária na dialética do capital, restando à mercadoria resultante do emprego da força de trabalho do musicista (a música) um papel secundário ante as leis que regem este mercado. Assim, o músico se vê obrigado a negar seu potencial artístico e criativo em detrimento da reprodução de um repertório dominante para que possa conseguir trabalho, pois, teoricamente, este é o repertório que se encarregará de manter o público consumindo as demais mercadorias circulantes em espaços de entretenimento. Destarte, parafraseando Pêcheux, se você é um verdadeiro músico, o que, de fato, você é, "não deve" priorizar o trabalho criativo, apenas reproduzir o repertório dominante. Em vista disso, Pêcheux acrescenta que é

a ideologia que fornece as evidências pelas quais 'todo mundo sabe' o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado 'queiram dizer o que realmente dizem' e que mascaram, assim, sob 'a transparência da linguagem' aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2014, p.146, grifos do autor).

Pensar sobre os sentidos do trabalho no campo discursivo⁷³ da música nos coloca no centro de uma significativa reflexão a respeito das condições de produção em que se dá a reprodução da vida material do/a musicista. Será que o sistema capitalista autoriza esse trabalhador a se inscrever na posição de artista e, a partir desse aspecto, a posição de trabalhador poderá ser cancelada?

⁷³ "Universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo são designações que explicitam os níveis em que se dão os encontros entre discursos, entre duas ou mais formações discursivas" (MAINGUENEAU, 1993, p. 116).





Ou seja, é possível ser artista e ser trabalhador ao mesmo tempo? Muitas vezes, o trabalho mnemônico, pautado naquilo que a mídia hegemônica consagra como "sucesso" instaura algumas barreiras e estranhamentos, isto é, além de produzir "sofrimento e mortificação, inviabiliza a criatividade e desumaniza o ser social" (CAVALCANTE, MAGALHÃES E SOBRINHO, 2023, p. 191), pois conforme afirma Ramires, "a mídia é parte de uma indústria que obedece às regras da sociedade capitalista [...] atua como uma força que tem o poder de interferir em questões políticas, econômicas e sociais" (RAMIRES, 2017, p.56). Isto posto, esses são alguns dos incômodos que irão tangenciar a discussão que faremos aqui.

É arte ou trabalho?

Trata-se de um questionamento fundamental para a substanciação do movimento analítico que buscaremos fazer neste artigo, pois o discurso sobre a posição-sujeito músico, sobretudo no que concerne à existência ou não de fronteiras capazes de estabelecer um corte entre o que significa ser trabalhador e ser artista na sociedade contemporânea, implica a naturalização de certos sentidos em relação ao trabalho no âmbito musical de Alagoas. Por esse viés, Mariani ressalta que "*os discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de ("discurso-origem"), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja" (MARIANI, 1998, p. 60, grifos do autor).

Logo, torna-se necessário considerar que os sentidos colocados em funcionamento a partir daquilo que é dito, ou melhor, do discurso sobre o musicista na perspectiva do trabalho, tem suas bases assentadas sobre fatores diversos. Os quais irão significar de um modo ou de outro a depender das condições de produção em que o discurso é engendrado, haja vista que a categoria teórica de Condições de Produção do discurso é primordial para que possamos apreender os sentidos colocados em jogo numa determinada situação discursiva. Michel Pêcheux, principal expoente teórico da Análise de Discurso, ainda no seu projeto inicial (AAD-69), destaca que "seria impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção" (1990, p. 79, grifos do autor). Orlandi, por sua vez, explica que as "condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação". Além disso, a autora acrescenta que "podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico" (ORLANDI, 2020, p.28-29).

Destarte, os discursos intermediários que margeiam a atividade laboral de musicistas, em certos momentos, produzem efeitos de sentidos que apontam para a invalidação da posição-sujeito trabalhador na esfera musical. Além do que, ao tomarmos os dizeres como efeitos de sentidos, sublinhamos que estes "são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele





aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção" (ORLANDI, 2020, p.28).

Assim, é possível perceber que um dos fatores que contribuem com a instauração de efeitos de sentidos de não-trabalho no interior do discurso sobre musicistas diz respeito ao contexto sócio-histórico, ideológico em que as relações de trabalho no âmbito musical se fundam. Já que, conforme pontuamos anteriormente, o trabalho do/a musicista não é regulamentado e, de um modo geral, os trabalhadores que atuam nessa área não gozam, por exemplo, de garantias trabalhistas básicas, férias ou direito a licença remunerada em caso de doenças. Isto é, os sujeitos inscritos nessa posição estão historicamente imbricados em um quadro de precarização que está, "para além da sua dimensão econômica, atinge todos os âmbitos da sua vida social, dando um novo conteúdo no modo de trabalho e de vida, sustentados na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites" (ANTUNES; DRUCK, 2015, p.20).

Outrossim, questões que implicam a deliberação do valor da mercadoria-música no capitalismo também caracterizam um fator problemático, à medida que esta não é uma mercadoria convencional, e sim uma obra de arte, um trabalho essencialmente imaterial e que não possui um valor comum no mercado em que é posto em circulação. Tampouco seus processos de criação se utilizam de métodos convencionais. Há uma relação intrínseca entre o criador da obra de arte e a produção artística,

o homem não perde sua subjetividade, mas ao emprestá-la à obra, faz com que ela pertença em sua objetividade a toda relação material do mundo, reconhecida em seu caráter de particularidade. O artista em seu ato de criação é fundamentalmente livre. Todavia, trata-se de uma liberdade não abstrata, e sim, diretamente conectada ao concreto diante do qual o objeto artístico e o artista não podem se descolar (XAVIER; CARRIERI, 2020, p.600).

Diante do que está posto, como mensurar o valor de uso e consequente valor de troca de algo que é feito de modo tão específico e que pressupõe a utilização de meios tão subjetivos para sua criação? Disto resulta que, "recorrentemente é atrelada à figura do artista certa genialidade e capacidade criativa que o distingue dos trabalhadores comuns cujo processo de transformação produtiva se baseia na própria capacidade corporal" (XAVIER; CARRIERI, 2014, p.592). Indo na mesma direção, Marx e Engels, na obra a ideologia alemã (2007, p.378, grifos dos autores), citam Sancho-Pança, personagem do romance Don Quijote de la Mancha, do escritor espanhol M. Cervantes (1547-1616) para tratar da organização do trabalho, e reiteram que

a organização do trabalho diz respeito apenas àqueles que outros podem fazer por Nós, como, por exemplo, o abate de animais, a lavoura, etc.; os demais trabalhos conservam uma natureza egoísta, porque ninguém pode, por exemplo, conceber em Teu lugar Tuas composições musicais, executar por Ti os Teus esboços de pintura etc. Ninguém pode substituir as obras de Um Rafael. Estas são trabalhos de um Único, que somente este Único é capaz de realizar, enquanto aqueles outros trabalhos merecem ser chamados de humanos, "pois o elemento próprio é, nesse caso, de mui pouca importância, de modo que qualquer pessoa pode ser adestrada a fim de executá-los" (MARX; ENGELS, 2007, p.378).





Percebemos, contudo, que o trabalho artístico (lugar discursivo em que a linguagem musical está situada) é discursivizado, em diferentes tempos históricos, como uma atividade de relevância face ao imaginário social, inclusive se pensarmos em um recorte de atualidade. Entretanto, as contradições do mundo trabalho também incidem sobre os sujeitos que se inscrevem nessa posição (de artista/musicista) para produzir efeitos de sentidos de deslegitimação em relação à inscrição do discurso desses sujeitos na formação discursiva do trabalho. Para além, trata-se de um sujeito cuja atividade laboral se concretiza em espaços de confraternizações e festividades, onde circulam mercadorias como comidas e bebidas alcoólicas e os ânimos estão frequentemente exacerbados. Ou seja, são lugares que em nada se parecem com os ambientes tradicionais consagrados pelo modo de funcionamento capitalista como espaços voltados para a concretização de relações de trabalho.

Deste modo, fica exposto que a finalidade da reprodução laboral do/a musicista sob a ótica da maneira como opera a sociedade capitalista não é voltada para interesses coletivos, os quais poderiam corroborar uma fruição musical materializada em benefícios sociais amplos. Com isso, a prática musical profissional só é chancelada pelo poder público e pela classe dominante (Lembremo-nos que há uma subordinação do Estado à classe dominante), caso a mercadoria-música esteja servindo diretamente aos interesses do capital. No tocante ao público, que consome e ao mesmo tempo participa da formulação do discurso sobre o trabalho de musicistas, este tende a responder ideologicamente à dominação da classe dominante que, por sua vez, utiliza-se do aparato ideológico do Estado para capturar suas mentes. Ainda assim, “essa variação de forma de trabalho, mesmo que não possa se dar sem atritos, tem necessariamente de ocorrer. Abstraindo da determinidade da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta o fato de que ela é um dispêndio de força humana de trabalho” (MARX, 2017, p.121). Em outras palavras, ainda que os sentidos do trabalho estejam atrelados aos sentidos de produtividade material objetiva do capital, na subjetividade da arte, existe o “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos e, nesse sentido, ambas são trabalho humano” (MARX, 2017, p.121).

Paralelamente, e para melhor situarmos a posição-sujeito trabalhador no meio artístico/musical, direcionamos nossas atenções para o caráter social do trabalho, nesse sentido ressaltamos que o trabalho de musicista é, como qualquer outro, trabalho social. Isso significa que existe uma cadeia produtiva musical (cantores, compositores, instrumentistas, escolas de música, luthiers⁷⁴, casas de espetáculos, bares e restaurantes, técnicos de sonorização, entre outros) interligada em diversos níveis e que funciona como uma engrenagem através de uma relação de interdependência para que o/a artista/musicista tenha condições de, em última instância, subir num palco ou colocar sua música para circular em plataformas digitais⁷⁵, as quais hoje são responsáveis por serem o elo entre musicista/banda e o público em geral.

⁷⁴ São trabalhadores responsáveis por construir e realizar reparos e regulagens em instrumentos musicais de cordas.

⁷⁵ Trata-se de uma solução tecnológica em substituição aos meios tradicionais (CDs, discos de vinil, fitas cassetes, entre outros) utilizados para consumir conteúdo musical por intermédio de inúmeros aplicativos.





Apesar disso, no funcionamento societal capitalista, é necessário muitas vezes que haja a aniquilação do sujeito artista para que a forma-sujeito trabalhador possa existir. Melhor dizendo, o/a musicista se assujeita aos interesses do capital para poder trabalhar (aderindo ao trabalho mnemônico ou negando seu potencial criativo, por exemplo). Para Orlandi, “a forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento” (ORLANDI, 2020, p.48).

E, para concluirmos, uma breve reflexão acerca dos sentidos de “sucesso” na sociedade contemporânea se faz necessária. Referimo-nos mais especificamente aos sentidos de “sucesso” conferidos pela mídia ao sujeito-músico. Pois acreditamos que são, principalmente, as estruturas midiáticas de caráter hegemônico que se encarregam de determinar, a partir da ótica de funcionamento capitalista, o que poderá ser considerado arte e trabalho concomitantemente. Ramires (2017), afirma que além dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os quais possuem funções específicas no Estado liberal de direito, embora se entrecruzem, há um quarto poder representado justamente pela mídia e que, “ao longo de sua história, [...] assumiu o papel de mediadora das relações entre estado e sociedade civil, na intersecção entre o público e o privado” (RAMIRES, 2017, p. 57). No âmbito musical, este “quarto poder” manipula e viabiliza apenas a circulação de sentidos que atendam aos interesses dos agrupamentos que dominam esses espaços. Assim, somente uma pequena parte dos sujeitos que atuam profissionalmente na área musical terão suas imagens vinculadas aos sentidos de sucesso e, conseqüentemente, serão autorizados a se inscrever na posição-sujeito trabalhadores.

A difícil relação dos editais com os/as musicistas alagoanos/as

As inúmeras crises instaladas ao longo dos anos entre trabalhadores da classe musical e entes públicos, representados por secretarias de cultura em todo o Estado, têm se tornado uma rotina. De um lado temos o/a musicista, reivindicando sua inscrição no espaço discursivo do trabalho e, ao mesmo tempo, buscando preservar uma certa autonomia artística e, de outro, o discurso jurídico do Estado materializado em editais e chamamentos públicos, cuja finalidade é a de compor as programações dos festivais de música realizados pela administração pública. Ficando a cargo destes certames, muitas vezes, a única possibilidade de haver regimentos e condições adequadas para que o exercício da ocupação profissional do/a musicista aconteça. Todavia, o que se tem observado não é isto, e sim constantes descumprimentos das finalidades para as quais estes objetos são destinados.

Na medida em que tais descumprimentos de finalidade são explicitados e, para o bem da análise que nos propomos realizar neste pequeno texto, salientamos que o trabalhador em tela possui algumas especificidades, as quais são determinantes para a produção do discurso sobre o sujeito-músico na perspectiva do trabalho, isto é, as condições de produção em sentido amplo que corroboram a constituição da posição-sujeito músico em Alagoas apontam para uma realidade de inseguranças, pois, em





síntese, os trabalhadores a que nos referimos são autônomos, não possuem nenhum vínculo empregatício com seus contratantes e, conseqüentemente, não gozam de garantias trabalhistas básicas.

Vejamos alguns dos casos emblemáticos que nos ajudam a jogar luz sobre os processos contraditórios de contratação de trabalhadores da área musical por entes públicos no estado. Começamos pela Virada Cultural realizada em comemoração ao bicentenário da emancipação política de Alagoas, cuja propaganda do evento é feita, inicialmente, em Diário Oficial⁷⁶, no dia 13 de setembro de 2017, onde dias antes, especificamente no dia 08 do mesmo mês e ano, há a publicação do Extrato de Chamamento Público de convocação de artistas para compor a programação do evento, conforme fragmento extraído da publicação feita no Diário Oficial⁷⁷ de Alagoas deste dia:

O Estado de Alagoas através da Secretaria de Estado da Cultura e suas prerrogativas legais, chama todos os grupos de Cultura Popular e Grupos de Folguedos de Alagoas interessados em participar da Virada Cultural dos 200 anos, a se realizar nos dias 16 e 17 de setembro de 2017, a se fazerem presentes no auditório Aquatune, às 10 horas do dia 13 de setembro de 2017 (quarta-feira), para reunião de recebimento de documentação e propostas, onde devem apresentar suas propostas.

Trata-se de uma formalidade necessária, haja vista que o ato envolve questões de interesse público. Ademais, é dever da administração pública estadual dar publicidade e transparência a esse tipo de chamamento. Especialmente diante das condições de produção estritas que deram base para a realização do evento que estava sendo arquitetado, pois, no final do ano de 2017, o então governador de Alagoas, Renan Filho, já iniciava suas movimentações visando produzir sentidos positivos em relação à sua imagem e de sua administração perante a opinião pública, inclusive manifestando interesse em cooptar a classe artística e cultural. Dado que em aproximadamente um ano, aconteceria o pleito eleitoral de 2018 e sua intenção de se reeleger, a essa altura, já era de conhecimento geral.

O momento comemorativo do bicentenário da emancipação política de Alagoas era uma ótima oportunidade para produzir narrativas discursivas de valorização e autoestima da população alagoana.

Em contrapartida, seu principal adversário na disputa pelo posto de novo mandatário do Estado, o então senador Fernando Collor, num gesto representativo de um discurso próprio da formação ideológica do capital, aproveita o fato histórico para fazer críticas à condução da política social e econômica do governo do Estado. Nas palavras do senador à época, em pronunciamento na tribuna do senado, no dia 14 de setembro de 2017, "Alagoas já foi uma das capitanias mais prósperas do século 18 e início do século 19,

⁷⁶ Disponível em < <https://www.doeal.com.br/ver-edicao?edition=25624&page=16&searchTerm=Cultural> >. Acesso em 15 mar.2023.

⁷⁷ Disponível em < <https://www.doeal.com.br/ver-edicao?edition=25621&page=32&searchTerm=Cultural> >. Acesso em 15 mar.2023.





mas hoje vive uma crise particular, manifestada principalmente nos campos social e econômico, que apresentam déficits no serviço público e no setor produtivo”⁷⁸.

Quanto aos trabalhadores da cadeia produtiva musical alagoana, desejosos por espaços de atuação artística e profissional com possibilidades de propiciar valorização e reconhecimento à categoria, houve uma enorme frustração. Aliás, a Virada Cultural foi alvo de inúmeros protestos por parte de artistas e ativistas culturais, que denunciavam situações que vão desde falsos anúncios da contratação de atrações musicais que sequer foram convidadas, cancelamento de mais de 13 shows, até mudanças repentinas de locais de apresentação.

O MOVA (Movimento Cultural Alagoano), em moção de repúdio intitulada *POLÍTICA DE EVENTOS NÃO É POLÍTICA CULTURAL*, a qual foi publicada em seus canais oficiais⁷⁹, afirma que após todos os desrespeitos a que os musicistas alagoanos foram submetidos durante os trâmites que envolveram a contratação dos serviços artístico-musicais por parte da SECULT/AL, os artistas ainda tiveram que lidar “com justificativas cínicas que os culpam pelos problemas causados pela incompetência da equipe responsável”. Além do MOVA, artistas como Vitor Pirralho⁸⁰ e a banda Xique e Baratinho⁸¹, entre outros, posicionaram-se publicamente para denunciar fortemente aquilo que na visão deles era um total descaso, ou, nas palavras de Pirralho, “uma vergonha”.

Esse modo de agir evidencia um processo contínuo de deslegitimação e enfraquecimento da figura do/a musicista no campo discursivo do trabalho, já que o tratamento dispensado a estes sujeitos nas relações de troca desta natureza não tem sido pautado em princípios básicos de respeito ao trabalhador, contribuindo para que parte da sociedade tenha dificuldade em perceber estes sujeitos como trabalhadores, pois na “lógica” da sociedade capitalista, muitas vezes, a mercadoria música não detém potencial mercadológico algum ou, dizendo de outro modo, não possui valor de uso, visto que conforme mencionamos no item anterior, o que resulta do trabalho desses sujeitos não é um produto convencional para ser vendido no mercado, mas sim obras de arte. O que acaba, de certa forma, criando uma barreira para que o valor de troca dessa mercadoria possa ser determinado no capitalismo. Valendo-se disso, o Estado age como se estivesse fazendo um favor à/ao trabalhador/a-músico, impondo-lhe também o silenciamento de sua revolta que, conforme é apontado por Orlandi, é “o silêncio da opressão” (2007, p.101) diante do desrespeito sofrido, uma vez que não hesita em se utilizar da infraestrutura ideológica do Estado para, a despeito de tudo, conforme está posto na moção de repúdio do MOVA, culpar a vítima pelos problemas causados pela

⁷⁸ Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/09/14/collor-celebra-bicentenario-de-emancipacao-de-alagoas> >. Acesso em 15 mar.2023.

⁷⁹ Disponível em < <https://www.facebook.com/movacultura/> >. Acesso em 15 mar.2023.

⁸⁰ Disponível em < https://www.youtube.com/watch?feature=youtu.be&v=qPB4TASKZio&app=desktop&fbclid=IwAR0gk9ni2Dth7FU0K2V3ahTj9jleqUSD5uEmn5Gd8g83cl7UJJRyCvFkYMg_aem_AbDSQ-a1WJZeYdVoUsB8YaA1aOJQshZX0OhJ3hWhe5Q7mdDjvXR5d_v8DrFr7QfIWEhJG0qKc_83MtNamxWDIVU >. Acesso em 15 mar.2023.

⁸¹ Disponível em < <https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/artistas-reclamam-de-desorganizacao-e-desrespeito-na-virada-cultural> >. Acesso em 15 mar.2023.





falta de compromisso e responsabilidade dos atores envolvidos na elaboração e execução dos editais em Alagoas.

Para continuarmos, direcionamos nossos olhares para um segundo caso exemplar, que também explicita o quanto esses instrumentos que deveriam funcionar na esfera das políticas públicas como dispositivos capazes de proteger e visibilizar o/a musicista como trabalhador/a tem falhado recorrentemente. O anunciado segundo caso, refere-se, mais precisamente, a uma série de lutas que vêm sendo travadas na alçada da administração pública em Maceió entre musicistas e as equipes que “cuidam” da gestão cultural no mandato do atual prefeito da capital alagoana, João Henrique Caldas, o JHC. Cujas gestão buscou, desde o primeiro momento, utilizar vultosas quantias de verba pública com a contratação de artistas de renome nacional para participar de grandes eventos musicais promovidos pela prefeitura, os quais vem sendo duramente criticados pela classe artística/musical maceioense.

O desrespeito sistemático à Lei Municipal nº 7.077, que entrou em vigor a partir de 19/08/2021 e “disciplina a necessidade de alocação de, no mínimo, 50% dos valores gastos pelo poder público municipal com a contratação de artistas, com artistas locais e dá outras providências” (Maceió, 2021, p.1) é um dos pontos de maior reprovação e consequentes debates no campo musical do trabalho em Maceió, pois, a conduta das forças políticas locais, cujos discursos se inscrevem em uma formação discursiva jurídica materializada nos editais elaborados por eles próprios, joga luz em uma série de contradições. Pois essas mesmas forças políticas que produzem esses instrumentos legais sempre encontram um meio de burlar a lei. À medida que buscam atender aos seus próprios interesses e não aos interesses da demanda artística/cultural da cidade.

O mecanismo utilizado pela Fundação Municipal de Ação Cultural (FMAC) para o credenciamento e habilitação de grupos musicais visando compor as grades de atrações dos eventos realizados pela prefeitura na gestão FHC é o Edital 007/2021, cujo título é “Toca Tudo Massayó” e surge com a pretensão de atender a toda a demanda de eventos produzidos pela prefeitura da capital, como: o Aniversário da Cidade, Natal, Reveillon, Carnaval, São João, entre outros. É através deste credenciamento que os órgãos municipais ligados à cultura firmam contratos com artistas e bandas locais para atuarem, por exemplo, nos palcos do Verão Massayó, Abril Pra Cultura e São João Massayó, três dos festivais que mais tem evidenciado as contradições presentes no discurso do Município em relação à valorização e ao reconhecimento dos/as trabalhadores(as)/musicistas maceioenses.

O referido edital ressalta em sua redação que todos os artistas credenciados serão convocados durante o prazo de vigência do objeto; determina o tempo de duração mínima e máxima das apresentações; define o que se pode entender como eventos de pequeno, médio e grande porte, através da perspectiva de público, para que cada banda/artista se enquadre em parâmetros pré-definidos; e arbitra sobre os valores que cada categoria deverá receber como pagamento por suas apresentações. Além disso, explicita quais são os gêneros musicais que poderão se inscrever no certame, inclusive dando exemplos de quem são os artistas de referência e prestígio nacional que se enquadram em cada estilo musical citado no texto, para que, desta maneira, os interessados possam





estabelecer relações de identificação com o gênero e realizar a inscrição na categoria pertinente, a qual em seguida será validada por comissão avaliadora. Ou seja, a administração pública buscou elaborar um documento que não deixasse escapar, na perspectiva do discurso jurídico, pontos que pudessem suscitar contra-argumentações por parte dos interessados, pois conforme nos ensina Pêcheux, "(a lei *sempre* encontra 'um jeito de agarrar alguém', uma 'singularidade' à qual aplicar sua 'universalidade') produz o sujeito sob a forma de *sujeito de direito*" (2014, p.145, grifos do autor). Além de tentar produzir uma imagem idônea, pautada em pressupostos de transparência e igualdade de oportunidades ante a sociedade, visto que o discurso do Município não é inocente, já que eventos desta natureza entram fortemente na propaganda política e, ao fazê-lo, os sentidos que apontam para a captura ideológica de nichos da sociedade que irão atuar como potenciais eleitores são revelados.

O ambiente em que o "Toca Tudo Massayó" (edital 007/2021) é recebido pela categoria de trabalhadores/as do campo musical no momento em que ele ocorre é de grandes expectativas, pois as condições de produção em sentido estrito que se apresentaram são as de uma Maceió que tinha em curso um processo de consolidação das flexibilizações dos quadros de isolamento/distanciamento social que se fizeram necessários por um longo período, em face da crise sanitária que se abateu sobre o mundo, a Pandemia de Covid-19. De acordo com o professor Dr. Cícero Péricles, da Universidade Federal de Alagoas - Ufal - em entrevista à Ascom Ufal, em 09 de setembro de 2020, as atividades econômicas em Maceió começaram a ser liberadas em julho de 2020, dentro de um cronograma dividido em cinco fases (vermelha, laranja, amarela, azul e verde), Péricles complementa que atividades como a administração pública, eventos artísticos e a rede escolar estão entre os que demandaram um tempo maior para que pudessem voltar a uma certa normalidade. Foi em 2021 que as restrições para a realização de shows e apresentações musicais diminuíram consideravelmente, permitindo, desta maneira, que este ramo de atividade voltasse a ocorrer e os contratos pudessem novamente ser firmados.

Os sentidos de êxito para a classe artística/musical na perspectiva do trabalho irrompem com a chegada deste edital, que na ocasião representou uma conquista para os sujeitos inscritos na posição de musicistas em Maceió, já que estes, historicamente, não gozam de garantias trabalhistas básicas ou vínculos empregatícios com seus contratantes e, por essa razão, durante a pandemia, viram-se desamparados. Entretanto, na prática, o que ocorreu, conforme apontam inúmeros trabalhadores/as da cadeia produtiva musical de Maceió, vai na contramão dos pressupostos de idoneidade e igualdade de oportunidades fixados no "Toca Tudo Massayó", instrumento jurídico que disciplina as relações de troca que vão se estabelecer entre musicistas e Município a partir de então durante todo o mandato do prefeito JHC.

A discursividade posta em funcionamento através das reiteradas denúncias feitas pelos/as musicistas que atuam no âmbito da capital alagoana oscilam, principalmente, entre o desrespeito à lei municipal de incentivo aos artistas locais e o calote. No São João Massayó de 2023, por exemplo, – o qual foi amplamente publicizado pelo prefeito JHC, tanto nas mídias oficiais ligadas à prefeitura quanto em suas redes sociais como o





maior São João do Litoral do Brasil – contou com a presença de artistas como Thiaguinho, Bell Marques, Alok, Gusttavo Lima, Leonardo, Luan Santana, Wesley Safadão, entre outros. Dos artistas que tiveram seus cachês publicados em diário oficial do Município, Gusttavo Lima foi o que recebeu o maior montante, foram 980 mil reais pagos pelo seu show, seguido por Wesley Safadão, com 770 mil reais, a despesa total com o pagamento dos artistas de prestígio nacional que participaram do evento chegou a 7 milhões de reais.

Tal prática produziu uma série de posicionamentos. O músico Antônio Rosa, membro do Fórum da Música Alagoana, em entrevista concedida ao Jornal de Alagoas⁸², enfatiza que “não vê problema na realização de grandes eventos, mas desde que junto de uma estratégia de valorização da cultura e do artista local, como também de toda rede de trabalhadores da cultura”. Na mesma edição do Jornal, membros do Fórum também comentam a situação, eles afirmam que o “São João de Maceió de 2023 foi marcado por contas astronômicas, por parte da prefeitura da cidade, que deixou de pagar artistas locais que participaram da festividade”. Alegam ainda que, até o momento da publicação da matéria, 08 de janeiro de 2024, “os artistas já protestaram, e nem sequer viram a cor do dinheiro”.

Do mesmo modo, o Verão Massayó, também foi alvo de críticas por parte de musicistas e entidades ligadas ao trabalho musical. A Ordem dos Músicos do Brasil (OMB CF), seccional Alagoas, emitiu nota criticando o não-cumprimento dos termos da Lei Municipal nº 7.077 na realização deste evento. Segundo a Ordem, “a lei em questão visa equilibrar a exposição entre talentos alagoanos e figuras nacionais em eventos na cidade”, mas a maneira como a prefeitura tem operado “aponta um descaso reiterado com os profissionais do setor, algo que não apenas os desrespeita mas também os desvaloriza diante da comunidade e do mercado”.

A discursivização que se materializa a partir dos sentidos de desvalorização e desrespeito que são expostos na convivência entre administração pública e musicistas está em relação com o discurso sobre o trabalho no campo da música que, por sua vez, colabora com uma espécie de institucionalização da imagem do/a artista/musicista no imaginário social, isto é, trata-se de um movimento de anti-formulação do significado da posição-sujeito trabalhador para musicistas.

Considerações finais

Conforme pudemos perceber ao longo do texto, a conjuntura histórica do trabalho no campo musical em Alagoas é marcada por inúmeras contendas, especialmente no que diz respeito às relações contratuais que envolvem entes públicos e musicistas no Estado. Em tais relações, os acordos firmados entre as partes envolvidas se dão com base em um movimento antagônico de classes, o qual é respaldado pelas duas formações ideológicas fundamentais do sistema capitalista, a do capital e a do trabalho.

⁸² Disponível em < <https://www.jornaldealagoas.com.br/geral/2024/01/08/22353-prefeitura-de-maceio-e-criticada-por-nao-respeitar-lei-municipal-de-incentivo-a-artistas-locais> >. Acesso em 01 Ago. 2024.





Nesse sentido, as posições assumidas no discurso, frequentemente, evidenciam as contradições presentes no interior das relações de troca que são efetivadas a partir dos compromissos firmados por meio dos instrumentos jurídicos a que nos referimos, cuja função deveria estar voltada para o fomento às atividades artísticas e culturais em Alagoas, mas, na prática, isso não ocorre. Ao contrário, o modo de agir da administração pública (aqui representada pelo governo estadual de Alagoas e pela prefeitura municipal de Maceió) demonstra um alinhamento com os interesses da classe dominante, e não com as questões ligadas às demandas dos trabalhadores da área musical, as quais são inconciliáveis com os interesses desta classe.

O que estamos dizendo é que, ao invés de políticas culturais, o que tem sido realizado pelas administrações públicas em Alagoas (utilizando o aparato jurídico, econômico e ideológico do Estado) são políticas de eventos, isto é, há um flagrante desvio de finalidade destes certames. Além do mais, os discursos colocados em funcionamento, através do dito e também do não-dito, explicitam sentidos de invalidação do sujeito-músico enquanto trabalhador. Pois na medida em que as ações da administração pública demonstram aderência às ideias da classe dominante e ao mesmo tempo suas formulações discursivas apontam para a dissimulação dessa aderência através do discurso jurídico materializado nestes atos escritos, as contradições do trabalho irrompem, corroborando a produção de discursos sobre a atuação profissional de musicistas a partir de um viés de negação desses sujeitos na perspectiva do trabalho.

Uma questão crucial para a concretização do nosso gesto de análise foi a discussão que propusemos acerca da existência ou não de um corte entre posição-sujeito trabalhador e a posição-sujeito artista. Momento em que refletimos sobre questões como o valor da mercadoria-música no capitalismo, o caráter social do trabalho no meio musical e os sentidos do "sucesso" como fator preponderante para a determinação da coexistência das formas-sujeito músico e trabalhador concomitantemente.

Por fim, o percurso teórico que adotamos para que pudéssemos dar conta de apreender os sentidos colocados em jogo na discursividade que se materializa nos editais voltados para a contratação de musicistas e bandas em Alagoas, bem como o funcionamento ideológico do Estado e a produção do discurso sobre o trabalho de musicistas, permitiu-nos compreender de que maneira o termo trabalhador significa nos diversos discursos que circulam na sociedade contemporânea acerca da questão. Visto que, a prática discursiva se dá a partir de diferentes vieses, entre os quais podemos mencionar o fato de que, ora os discursos significam com base no que é posto em circulação pelos próprios fazedores de música em atividade no Estado, ora é a posição do próprio Estado que é discursivizada e, noutros momentos, o dizer é empregado pelo público, que ao mesmo tempo que é ouvinte da música produzida localmente, também participa dos processos de produção do discurso sobre o trabalho de musicistas. Tudo isso deu suporte ao nosso movimento analítico que, certamente, não se esgota com esse trabalho, mas dá as bases para que possamos aprofundar nosso investimento na compreensão do discurso sobre o musicista no espaço discursivo do trabalho em Alagoas.





Referências

ANTUNES, R.; DRUCK, G. **A terceirização sem limites**: a precarização do trabalho como regra. O social em questão, vol. 18, núm. 34. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil, 2015, p. 19-40.

CAVALCANTE, M. S. A. O.; MAGALHÃES, B.; SILVA SOBRINHO, H. F. da. **Análise do Discurso ontologia Marxiana**. In: AMARAL, M. V. B.; ZOPPI-FONTANA, M. G.; ERICSON, S. (ORG). Do discurso: fronteiras e perspectivas. Campinas: Pontes Editores, 2023, p. 186-203.

PREFEITURA DE MACEIÓ. **Lei Municipal nº 7077**, de 19 de agosto de 2021, Maceió, AL, Diário Oficial do Município, 2021.

MAINGUENEAU, D. (1987). **Novas tendências em análise do discurso**. 2. ed. Trad. Freda Indursky. Campinas/SP: Pontes, 1993.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1992-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital/Karl Marx; tradução: Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 13. ed. Campinas/SP: Pontes, 2020.

UFAL. PÉRICLES alerta para os impactos no comércio alagoano até dezembro, com reabertura das lojas e fim dos programas de auxílio emergencial. **Ascom Ufal**, Maceió, 09 de set. 2020. Disponível em: < <https://ufal.br/servidor/noticias/2020/9/professor-da-ufal-publica-estudo-sobre-a-reabertura-da-economia-alagoana> > Acesso em 30 set. 2020.

PÊCHEUX, M. A Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, p. 61-105, 1990b.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.





RAMIRES, L. **"Eles conseguiram"**: os sentidos do "sucesso" no jornalismo de televisão/
Lídia Ramires. Maceió: Edufal; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

XAVIER, W. S., CARRIERI, A. de P. **Concepções de uma estética materialista para uma arte transformadora**: a superação do caráter abstrato na particularidade do trabalho artístico.
Cadernos EBAPE. BR, 12(3), 590-604. 2014.





A (in)definição da negritude: desafios conceituais e políticos

Ábia Marpin⁸³

"Mais de quinhentos anos de história mal contada.
Terra à vista é o caralho, a terra foi tomada, assalto a mão armada.
Entre a cruz e a espingarda, o genocídio continua.
Brasil, pátria amada."
MC Tribo

"Negam que aqui tem preto, negão.
Negam que aqui tem preconceito de cor.
Negam a negritude, essa negação."
Chico César e Lazzo Matumbi

Definir quem é negro ou negra no Brasil é, teoricamente, um enigma ainda sem solução categórica. Existem várias respostas para essa questão, mas nenhuma delas é completamente satisfatória. Isso ocorre, em parte, porque no debate epistemológico das ciências sociais e humanas, essa definição é frequentemente tratada como óbvia, raramente sendo discutida em seus princípios e parâmetros. Em vez disso, o foco costuma recair sobre seus desdobramentos, como as desigualdades sociais em relação às pessoas brancas, a legitimidade da filiação a uma matriz africana ou as doutrinas ideológicas e tecnologias políticas de branqueamento.

A definição herdada da biologia, embora considerada ultrapassada, ainda pressupõe tacitamente que características físicas são suficientes para identificar alguém como negro ou negra. No entanto, essas características raramente são descritas com precisão ou minúcia, o que deixam os princípios e parâmetros definidores dessa categorização em aberto.

Politicamente, essa indefinição não pode ser ignorada, embora raramente seja enfrentada de forma direta. Nas últimas décadas, houve uma mudança drástica nos valores normativos relacionados à identidade nacional. Antes, o Estado brasileiro buscava um ideal de progresso "eugênico" e miscigenado; nas últimas décadas, a busca tem sido por um desenvolvimento "democrático" e multicultural. Essa mudança reflete uma virada discursiva do Estado brasileiro, especialmente no que diz respeito ao tratamento dado às pessoas e populações negras.

⁸³ Doutorado em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas.



Essa virada é evidente, por exemplo, na institucionalização de leis que atacam e fragilizam o alicerce patrimonialista e racista do nosso arcabouço jurídico. Entre essas leis estão: a criminalização do preconceito de raça ou cor (Lei nº 7.716/1989); a inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar oficial (Lei nº 10.639/2003); a instituição do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010); a implementação de cotas de acesso a instituições de ensino federal (Lei nº 12.711/2012); e as ações para o reconhecimento e assistência das comunidades de remanescentes quilombolas (Decreto nº 4.887/2003).

Em contraste, leis emblemáticas como a "Lei de Terras"⁸⁴ (Lei nº 601/1850), a "Lei da Vadiagem" (Decreto nº 847/1890 e Decreto-Lei nº 3.688/41) e a "Lei da Imigração e Colonização" (Decreto-Lei nº 7.967/1945) refletiam valores racistas e "civilizatórios" característicos do projeto de nação que acabara de se desvincular do domínio colonial português.

Essa guinada discursiva, apesar de se concretizar no âmbito estatal, é em grande parte resultado da atuação dos movimentos e organizações negras ao longo do último século. Esses grupos pressionaram o Estado a debater e implementar políticas públicas para a igualdade racial, aproximando o discurso republicano da atuação da máquina pública. Não por acaso, essa virada se tornou possível e se efetivou após a reabertura democrática e a promulgação da Constituição Cidadã, na década de 1980. Desde então, a questão racial, que remonta à invasão colonial, tornou-se central para a restauração de direitos no Brasil.

O paradoxo da mistura

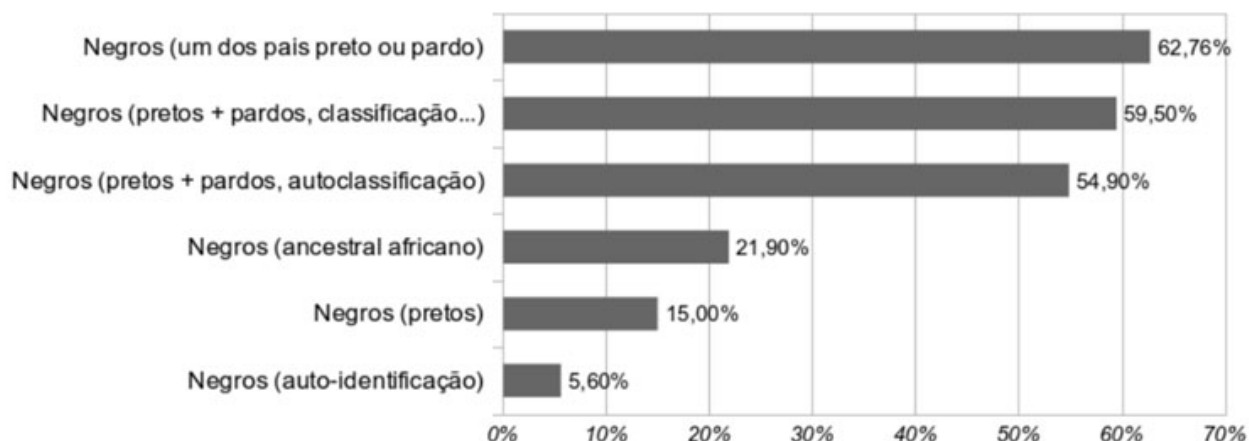
Em pesquisa publicada em 2012, Graziella Moraes Silva e Luciana de Souza Leão chamam a atenção para as discrepâncias nas estimativas do contingente da população negra no Brasil, resultado da dificuldade em responder a essa questão – as contagens variam entre 5,60% e 62,76%.

⁸⁴ Em "A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil" (2008), Mário Theodoro demonstra que a restrição dos mecanismos de posse de terra coincidia com o interesse mal disfarçado de manter as desigualdades e hierarquias sociais da escravização racial: "Operando uma regulação conservadora da estrutura fundiária no Brasil, a Lei de Terras foi promulgada no mesmo ano em que se determinou a proibição do tráfico de escravos (Lei Euzébio de Queiroz), marco da transição para o trabalho livre. É nesse contexto que a nova medida legal começa a vigorar, restringindo drasticamente as possibilidades de acesso à terra na transição do regime escravista para o de trabalho livre." (2008, p. 33-34).





Gráfico 1 – Quantos negros vivem no Brasil?.



Fonte: MORAES; LEÃO (2012).

Como argumentam as autoras, o paradoxo da mistura racial é central para compreender essas disparidades. A miscigenação em proporções massivas, como a que ocorreu no Brasil – marcada por um histórico de violências sexuais e influenciada pela ideologia e política do branqueamento –, forjou uma doutrina de classificação racial gradual, hierárquica e contextual, que permanece em disputa e, como indicam as mudanças políticas recentes, ainda persistente.

Essa doutrina se reflete nas divergências entre a determinação da raça com base em traços físicos, supostamente objetivos, e a autoidentificação, que é subjetiva e historicamente balizada por uma compreensão que atribui maior valor social à branquitude. No entanto, a impossibilidade de reproduzir a polarização normativa (branquitude versus negritude) apenas com base em “evidências” fenotípicas torna-se evidente e embaraçosa diante do alto grau de miscigenação no país. Esse fenômeno, por sua vez, converteu-se no que as autoras chamam de paradoxo da mistura.

Segundo Moraes Silva e Souza Leão (2012), esse paradoxo relegou a chamada “morenitude” a um vácuo identitário movediço e a uma espécie de limbo legal. Isso porque, embora pessoas pardas estejam proporcionalmente menos sujeitas ao ciclo de desvantagens cumulativas do racismo (HASENBALG, 1979, p. 220), elas não estão imunes às suas injunções. Ao mesmo tempo, as estratégias de resistência e as proteções legais são marcadas pela oposição e/ou comparação entre negritude e branquitude – tomando como referencial as pessoas brancas⁸⁵.

Oficialmente, desde 1950, o método de classificação racial no Brasil tem sido a autodeclaração de raça/cor. No entanto, como observam Telles (citado em MUNIZ, 2012, p. 252-253), muitos entrevistadores, seja por considerarem a resposta óbvia, por se sentirem desconfortáveis em perguntar ou por não darem importância à questão, acabam preenchendo esse item com base em sua própria percepção. O que essa esquiva revela? Por que essa questão se tornou um tabu?

⁸⁵ Talvez por isso seja corrente o uso do termo “não-branco”, que evidencia esse parâmetro metodológico.





Em outro trabalho publicado em 2012, Jerônimo Muniz analisa essas inconsistências demográficas, cruzando metodologias usadas para coletar e classificar informações raciais da população. Sua pesquisa constata que apenas “metade dos entrevistados se classifica ou é classificada da mesma maneira, isto é, de modo independente da metodologia utilizada na coleta ou na construção da variável raça/cor” (MUNIZ, 2012, p. 261).

Muniz destaca que:

Ninguém possui renda média elevada, chances maiores de casar-se, ter acesso serviços de saúde ou entrar na faculdade porque é (auto)classificado como “branco”. Ninguém possui habilidades inatas para jogar futebol, ser um bom cantor, desenvolver certa morbidade ou ser discriminado no emprego por ser “preto”, “pardo”, “branco”, “amarelo” ou “indígena”. O que realmente importa é como a sociedade responde à identificação racial individual. A questão pertinente está mais ligada às respostas da sociedade propriamente dita do que à aparência inata dos indivíduos. A identidade racial, e as respostas dadas a ela pela sociedade, são uma função do status social compartilhado e não das características individuais. A raça não é necessariamente o reflexo da cor da pele de um indivíduo, mas sim o reflexo da relação entre indivíduos e outras pessoas da sociedade. (MUNIZ, 2010, p. 282)

Seu argumento, que ecoa uma perspectiva interacionista, ressalta as fragilidades do método de autodeclaração, especialmente no que diz respeito ao seu uso como estratégia política para reduzir desigualdades e combater injustiças.

É importante considerar que a experiência da negritude, sintetizada na categoria demográfica raça/cor, é mensurada a partir de uma escala individual e de uma interpretação subjetiva. No entanto, essa medida ainda serve como base para análises sobre o racismo em sua dimensão estrutural e sua incidência arbitrária. Como garantir que todas as pessoas que indicam a mesma resposta compartilham os mesmos significados para o termo?

É impossível menosprezar a influência dessa subjetividade no quadro de análise, ainda que seja difícil sugerir soluções para operacionalizar a inclusão dessas variáveis. Como continuar discutindo a negritude sem essa “assombração” pairando sobre o debate? Como lidar com uma questão que afeta de modo tão diverso e determinante a experiência cotidiana de tantas pessoas, sem se deter à definição do que caracterizaria essa experiência? Refiro-me às questões de experiência antes mesmo de abordar questões identitárias, pois a identidade me parece secundária – ou seja, a experiência serve como matéria-prima para a elaboração dos discursos nos quais a identidade se baseia.





Como bem destacou Jerônimo Muniz no trecho acima, além da classificação, é preciso dar atenção às interações entre as pessoas, entre diferentes grupos raciais e, mais ainda, aos processos de racialização que as constituem. Pois é nessas interações que a dimensão vertical da classificação ganha contornos pragmáticos e se consolida.

Misturar para branquear

Com a singularidade das estruturas sociais nacionais para alocar tais interações, uma série de estudiosos e estudiosas⁸⁶ argumentou que a ideologia do branqueamento seria um produto genuinamente brasileiro, desenvolvida no fim do século XIX, a partir de um esforço para desembargar o desenvolvimento de um eugenismo político baseado em um racismo supostamente científico.

A contradição fundamental era que as concepções eugênicas importadas do arianismo europeu não admitiam a mistura entre as "raças", algo inverossímil e insustentável no contexto brasileiro. A solução encontrada foi, partindo da premissa de que a "raça" branca era superior na escala de civilização e mais "forte" geneticamente, buscar o "desenvolvimento" e o "melhoramento" da "raça brasileira" por meio da mestiçagem⁸⁷. Um exemplo emblemático desse pensamento é o arranjo proposto por Oliveira Vianna, jurista e sociólogo fluminense e um dos expoentes do movimento eugênico brasileiro:

Estas duas raças barbaras só se fazem agentes de civilização, isto é, sómente concorrem com elementos eugenicos para a formação das classes superiores, quando perdem a sua pureza e se cruzam com o branco. Si, em funcção da nossa civilização, o eugenismo do indio é quasi nullo, si é limitadissimo o do negro, já o dos dois typos cruzados, o mulato e o mameluco, é mais desenvolvido e sensivel. Da plebe mestiça, em toda a nossa historia, ao sul e ao norte, têm sahido, com effeito, poderosas individualidades, de capacidade ascencional incoercivel, com uma acção decisiva no nosso movimentos civilizador. (VIANNA, 1938, p. 179)

Ainda que coerente e sedutora, essa hipótese parece ignorar o desenvolvimento milenar do ideário de transformar negro em branco. Em "Uma história de branqueamento ou o negro em questão" (2006), Andreas Hofbauer não apenas traça o longo fio histórico dessa ideia, mas também defende que termos como "branco", "negro", "raça", "cultura" e "identidade" são conceitos-chave de discursos de inclusão e exclusão. Ele opera esses termos como uma meta-categoria metodológica para destacar o caráter histórico, relacional e ideológico de conceitos tão recorrentes nos debates sobre raça e negritude.

⁸⁶ Lilia Moritz Schwarcz, em "O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930" (1993), e Tomas Skidmore, em "Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro" (1870-1930) (2012 [1993]), por exemplo.

⁸⁷ A convicção de que a miscigenação era o caminho para clarear e, logo, melhorar a raça "brasileira" é ilustrada pelo vaticínio de João Batista Lacerda, nosso representante na primeira edição do Congresso Universal das Raças, em 1911, na Inglaterra: "O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças" (LACERDA, citado em LOTIERZO; SCHWARCZ, 2013, p. 4). Essa ideia também é representada na pintura "A Redenção de Cam", do artista espanhol Modesto Brocos, que retrata uma família em três gerações: a avó negra, a mãe mestiça, o pai e a criança brancos, uma espécie de ilustração do projeto eugenista brasileiro.





Uma vez que reconhecemos que “raça” e também “negro” e “branco” não são “dados naturais”, mas “construções sociais” que estão ligadas a e se articulam como “ideias culturais” que têm sido usadas como critérios de inclusão e exclusão, reivindico que deveríamos tratar tais conceitos também como parte integrante importante da história da discriminação, isto é, como elementos ideológicos fundamentais da história do racismo. (HOFBAUER, 2006, p.25-26)

Em outros contextos, como o dos Estados Unidos, o paradoxo da mistura pode ser articulado não nos termos da ideologia do branqueamento, mas a partir do fenômeno do *racial passing*. Na década de 1960, Erving Goffman analisou as questões da estigmatização e definiu genericamente o *passing* como uma situação em que a característica passível de estigmatização não é conhecida por ninguém além da própria pessoa (1963, p. 91). Essa “invisibilidade” é articulada como um ponto de fuga e/ou uma chave subversiva de acesso:

[...] o fenômeno do *racial passing*, [é] quando um membro de um grupo racial permite ou encoraja outras pessoas para que o classifique como membro de outro grupo racial. [...] Porque o *racial passing* dá, aos membros de grupos raciais oprimidos, acesso a *status* social e poder reservados para membros de grupos raciais privilegiados, o que os dá a capacidade de subverter ou transformar hierarquias raciais perniciosas. (JONES, 2017, p.43 – em inglês no original⁸⁸)

No entanto, para estar o mais livre possível dos efeitos da estigmatização, é necessário levar a sério suas premissas – paradoxalmente legitimando-as a contrapelo. No já clássico texto de Harold Garfinkel sobre o *passing* de uma mulher transexual, o autor nos mostra o esforço e o monitoramento constantes que essa postura exige:

Muito do realismo instrumental de Agnes direcionado à gestão de seus *status* sexual escolhido se referia ao manejo de circunstâncias que evitaram o que ela entendia como uma identidade equivocada e degradante. Confundir as duas coisas [mulher heterossexual e homem homossexual] era um assunto de erro objetivo, ignorância ou injustiça por parte do outro. (GARFINKEL, 2006 [1968], p. 150)

A interpelação estigmatizadora é um elemento crucial para compreender o processo de elaboração e declaração da negritude e da identidade negra. O levantamento histórico das terminologias raciais feito por Hofbauer em sua tese, defendida em 1999 e publicada em livro em 2006, demonstra que, ao longo da história, a racialização nunca foi uma classificação inocente ou inconsequente. Ao contrário, sempre implicou uma hierarquização da dignidade humana e a tradução/conversão desse valor abstrato em valor material.

⁸⁸ Todos os textos em línguas estrangeiras foram traduzidos livremente por mim. Para quem preferir ler os textos originais, as referências estarão no final do artigo.





[...] o ideário de transformar “negro” em “branco” perpassou longos períodos históricos, em que o ideal do branco tem sido (re)semantizado constantemente. Nunca se resumiu à ideia de “transformar uma cor/raça em outra”. Na cor branca seriam projetados, ao longo do tempo, além de valores religiosos-morais, outros ideais, tais como liberdade e progresso civilizatório. Esse ideário tem refletido não apenas os anseios e os interesses das elites, mas tem tido também respaldo no imaginário popular. O ideário do branqueamento postula a supremacia do branco e, ao mesmo tempo, induz os indivíduos a se aproximarem desse ideal. Traz em si um potencial de resistência contra qualquer tentativa de “essencializar” os limites de cor e/ou raça, uma vez que faz com que os indivíduos tendam a apostar em negociações pessoais e contextuais das fronteiras identitárias e tendam a rejeitar processos e mecanismo formais de determiná-las. Essa prática social tem contribuído para encobrir o teor discriminatório embutido nesse esquema ideológico e também para abafar eventuais contra-reações coletivas. É dessa forma também – argumentarei – que o ideário do branqueamento tem “atuado” no sentido de dar sustentação ao poder patrimonial que se baseia em redes pessoais de proteção e de dependência e cuja força se faz perceptível, no Brasil, até os dias de hoje. (HOFBAUER, 2006, p. 27-28)

Sistematicamente, como podemos inferir do trecho destacado das reflexões de Hofbauer, a premissa de misturar para branquear traz sérios obstáculos para a mobilização coletiva – algo para o qual a “essencialização” das identidades serviria, em certa medida, como antídoto.

No entanto, o que algumas pessoas interpretam ou acusam de essencialismo ganha novos contornos a partir da virada discursiva do Estado brasileiro e da implementação de políticas de reparação histórica e ações afirmativas. Isso porque seus valores antirracistas não podem ser operacionalizados sem recorrer ao racismo. Em outras palavras, para abolir as desigualdades sociais entre pessoas de grupos raciais distintos, é necessário ter como premissa que definições racistas são reais e efetivas. Isso nos leva a mais uma discussão e a mais um paradoxo fundamentais para quem se envolve com questões de identidade e negritude: o paradoxo do essencialismo.

O paradoxo do essencialismo

Se, por um lado, alguns trabalhos destacam a fragilidade de uma suposta unidade ou de um essencialismo excludente na compreensão das narrativas identitárias da negritude⁸⁹ – considerando o intenso processo de mestiçagem, hibridização e diferenciação no Brasil –, não raro eles deixam em segundo plano a análise das persistentes diferenças socioeconômicas estruturais entre negros e brancos no país.

⁸⁹ Ver, por exemplo, “Negritude sem etnicidade”, de Livio Sansone (2007 [2003]), “Divisões perigosas” organizado por Peter Fry, Yvone Maggie, Marcos Chor Maio et al. (2007), “Nem preto nem branco, muito pelo contrário”, de Lília Schwarcz (2012) e “Negritude e pós-africanidade”, de Carlos Gadea (2013).





Por outro lado, alguns estudos enfatizam a materialidade dessas diferenças, muitas vezes escamoteadas nos códigos legais e formais da igualdade cidadã⁹⁰, contribuindo com argumentos que tiveram grande impacto na construção de políticas afirmativas no Brasil nas últimas três décadas. Outros ainda debatem a coexistência de duas perspectivas para o processo de racialização⁹¹: a do grupo dominante e a do grupo dominado, destacando a relevância da racialização como instrumento de resistência. Contudo, em geral, essas interpretações têm dificuldades em estabelecer uma definição unânime para a negritude⁹² e/ou em lidar com suas dissonâncias e “desvios” – frequentemente rotulados como falta de consciência ou reflexo do processo de branqueamento⁹³, seja físico, seja ideológico.

Se, por um lado, uma contenção semântica da “negritude” pode silenciar dissensos e criar enquadramentos (essencialistas) para essa identidade racial, por outro, ela pode abrir espaço para a vocalização, na arena pública, das demandas de populações racializadas, ao criar consensos políticos para esses grupos marginalizados.

Entre aqueles que não veem problema em associar características fenotípicas e biológicas a traços culturais e comportamentos “inatos” da negritude, e aqueles que, como o britânico Paul Gilroy⁹⁴, denunciam o caráter ideológico e nocivo da raça, existe uma infinidade de gradações que parecem concluir que o essencialismo seja, afinal, um mal necessário – um recurso poderoso e indispensável para a mobilização política de minorias identitárias.

Esse parece ser o caso da noção de “essencialismo estratégico” proposta por Gayatri Spivak (1985). Para ela, o poder de agência de grupos subalternos se dá a partir desse mecanismo – mesmo que ele exija uma vigilância constante para evitar o risco de apagar ou hierarquizar opressões.

Kimberlé Crenshaw, por sua vez, aponta para o caráter interseccional das identidades e para a necessidade de complexificar as teorizações sobre as implicações de ser, por exemplo, mulher, negra, pobre e de uma determinada região, destacando o poder político das coalizões em torno de identidades:

Se [...] a história e o contexto social determinam o utilitarismo na política de identidade, como, então, podemos entender a política de identidade hoje, especialmente à luz do nosso reconhecimento das múltiplas dimensões da identidade? [...] Isso significa que nós não podemos falar de identidade?

⁹⁰ Para estudos demográficos das desigualdades raciais no Brasil ver Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle Silva e Márcia Lima (1999) e Carlos Antônio Costa Ribeiro (2006), entre outros.

⁹¹ Refiro-me aqui à discussão do tema feita por Antônio Sérgio Guimarães (1999). Seu argumento me remete à imagem da fita de Moebius evocada por Sherry Ortner (2007) para descrever as múltiplas dimensões da agência em relação ao poder e aos projetos de grupos marginalizados.

⁹² Graziella Silva e Luciana Leão (2012) chamam atenção para algumas consequências das discrepâncias entre as mensurações recentes da população negra no Brasil, em função dos critérios de definição de raça/cor.

⁹³ Ver a revisão crítica do conceito de branqueamento feita por Andreas Hofbauer (2006).

⁹⁴ Em “Against Race” (2000), o autor propõe um antirracismo radical: o abandono da raça, baseado em um novo humanismo, global e cosmopolita.





Ou ao contrário, que qualquer discurso sobre a identidade tem de reconhecer como nossas identidades são construídas através da intersecção de múltiplas dimensões? Uma resposta inicial para estas questões requer que nós primeiro reconheçamos que os grupos organizados em torno da identidade são de fato coalizões, ou ao menos coalizões em potencial esperando para serem formadas. (CRENSHAW, 1991, p. 1299)

Em um tom mais próximo ao das críticas de Paul Gilroy, Stuart Hall é categórico ao anunciar "'o fim da inocência', ou o fim da noção inocente da essência de um sujeito negro" (1996, p. 443). Para o jamaicano radicado em Londres, as identidades culturais na pós-modernidade são sobretudo contingenciais, celebrações móveis, apenas aparentemente coerentes, estabilizadas por uma *narrativa do eu* (2006, p. 13). Mesmo como estratégia política, para ele, o essencialismo é um equívoco.

O momento essencializante é fraco porque naturaliza e des-historiciza a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético. Quando o significante negro é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, é alojado em sua categoria racial biologicamente constituída, valorizamos pela inversão, a própria base do racismo, que estamos tentando desconstruir. [...] É como se pudéssemos traduzir a natureza em política, usando uma categoria racial para sancionar políticas de um texto cultural e como medida do desvio. (HALL, 2003, p. 345)

Para além das contendas sobre seu significado e desdobramentos no escopo das teorias sociais e sociológicas, a força política da cristalização das identidades é inegável e de extrema importância para a análise teórica da (in)definição da negritude, especialmente quando esta se pluraliza em um ritmo exponencial. Antes baseada em referenciais estáveis, como a ascendência africana e/ou escravizada, a negritude se complexifica, e sua importância se estende do campo epistemológico ao axiológico e, para a maioria da população brasileira, ao campo existencial.

Diante disso, caberia à teoria a espinhosa missão de definir se, e em que medida, é legítimo para sujeitos e grupos negros essencializar suas representações da negritude? Não parece um tanto óbvio e pouco rigoroso que teóricos e teóricas argumentem que a perspectiva da teoria deveria ser privilegiada⁹⁵, mesmo sobre questões que vão muito além do epistemológico? Questões que, por sua natureza, estariam além de seus domínios?

⁹⁵ Ainda que não me sinta apta a endossar integralmente a análise de Stuart Hall sobre o caso específico de Louis Althusser e sua influência no marxismo cultural, recorro a sua crítica para destacar uma postura teórica problemática: a que se apoia exclusivamente no rigor racional e conceitual, ignorando outros elementos que compõem e atravessam os fenômenos sociais. Hall argumenta que, ao reduzir a teoria a uma questão de coerência interna e privilegiar o texto em detrimento da prática, Althusser abriu caminho para um "teorismo" que valoriza o rigor lógico e epistemológico em detrimento da complexa articulação entre pensamento e relações sociais. Como Hall afirma: "Ao reduzir a teoria a uma questão de coerência conceitual interna e privilégio textual, Althusser abriu as portas para o teorismo que privilegia um rigor lógico e epistemológico às custas da questão extremamente difícil de como o pensamento é articulado às relações sociais." (HALL, 2016, p. 115). Essa crítica é relevante para o debate sobre o essencialismo e a negritude, pois evidencia os riscos de uma abordagem excessivamente teórica que desconsidera as dimensões políticas, históricas e existenciais das identidades raciais.





Michel Agier parece refletir sobre esse paradoxo e chama a atenção para o fato de que, enquanto cada vez mais trabalhos empíricos das ciências sociais denunciam a tendência essencialista e culturalista com que a identidade vinha sendo tratada, e a desconstruem como objeto – para tratá-la como processo –, os emergentes movimentos identitários em diferentes partes do planeta a reconstruem e fazem uso crescente de uma retórica identitária – não raro, informada por esses mesmos trabalhos científicos. Ele conclui, assim, que “as evoluções sociais e políticas, portanto, impõem um novo objeto empírico: os grandes empreendimentos identitários” (AGIER, 2000, p. 226 – grifos no original). Para ele, já não seria adequado falar em identidade cultural, mas sim em uma cultura identitária, que conjuga duas exacerbações contemporâneas: a do caráter reflexivo da identidade e a do aspecto declarativo da cultura (AGIER, 2001, p. 23).

Identidade, diversidade e cientificidade

Como condensar, em uma única perspectiva coerente, as dissonâncias entre a pertinência das observações racialistas sobre desigualdades sociais e a relevância de compreender a negritude como mais um marcador de identidade entre tantos outros – e, como tal, em constante disputa na instável narrativa de si?

Diante desse impasse, ainda carecemos de uma categoria analítica, de uma definição de negritude que seja capaz de manter em perspectiva tanto as estruturas racistas e suas injunções no cotidiano das pessoas, quanto a identidade elaborada no atrito entre as restrições impostas e os recursos disponíveis para cada indivíduo racializado. Além disso, é necessário considerar a “caixa-preta” onde essas dimensões se convertem uma na outra: as experiências cotidianas atravessadas pelo racismo.

Argumentarei a seguir que, embora o sofrimento causado pelo racismo não seja a única característica da negritude, ele é um recurso tácito usado para “identificar” e expor pessoas negras a uma vasta série de prejuízos, violências e violações diárias. Diante da ineficiência dos mecanismos de classificação disponíveis – sejam de autoidentificação ou de heteroidentificação –, estar sob o efeito pernicioso do racismo me parece um marco primordial e infalível para definir a negritude. Esse marco pode ser um bom ponto de partida para a reflexão sobre a (in)definição de quem são as pessoas negras no Brasil.

Outro ponto crucial, ao qual essa categoria analítica não deveria se manter indiferente, é o debate sobre se, enquanto identidade racial, a negritude de alguém pode ser mensurada quantitativamente. Em outras palavras, se um conceito deve oferecer meios para responder quem são as pessoas negras, quais são os critérios para defini-las e, principalmente, quando colocamos em questão a disputa por recursos de ações afirmativas – especialmente no campo axiológico –, se teoricamente podemos afirmar que há pessoas “mais negras” do que outras.

De minha parte, interpreto essas variações (evidentes) das experiências e narrativas identitárias como qualitativas. Ou seja, há muitos modos de ser uma pessoa negra, mas, enquanto categoria epistemológica, a negritude não possuiria meios para





definir graus de negritude. Pessoas negras precisam usar o que está ao seu alcance para elaborar a experiência do racismo da maneira menos degradante possível. Se nem todas as elaborações são louváveis, todas são plausíveis, factíveis e legítimas. Cabe a cada uma dessas pessoas, bem como aos movimentos políticos organizados por elas, julgar quais narrativas são mais ou menos interessantes e adequadas.

Geopolítica dos Estudos de Negritude

Além da falta de consenso – ou, pelo menos, de uma pactuação clara – sobre o que estamos discutindo quando falamos de negritude e seus temas correlatos, como racismo e identidade negra, há uma segunda lacuna significativa na literatura: a extensão geográfica dos estudos sobre a negritude no/sobre o Brasil. Afinal, qual o tamanho desse país continental quando falamos (e/ou escrevemos profissionalmente) sobre a negritude?

Embora os critérios que determinam a negritude de alguém sejam frequentemente acionados de forma intuitiva no cotidiano e em interações informais, eles são extremamente difíceis de definir e descrever com precisão. Essa dificuldade se reflete na produção acadêmica, que, devido às limitações de recursos e às estratégias de distribuição de financiamento para pesquisas, tende a se concentrar em determinadas regiões, tomadas como exemplares.

Um caso emblemático é o do Projeto Unesco, realizado entre as décadas de 1940 e 1950, que buscou generalizar seus resultados a partir de argumentos metodológicos como a divisão entre focos “urbanos” e “rurais”, “industrializados/burocratizados” e “informais”, ou áreas majoritariamente brancas versus majoritariamente negras. Além disso, o mercado editorial científico reserva um espaço mais restrito para pesquisas localizadas fora dos centros de referência acadêmica, especialmente quando o tema é a negritude.

No entanto, como aponta Paul Gilroy, é necessário reajustar a cartografia crítica espaço-temporal da diáspora para evidenciar a dinâmica da disseminação e da autonomia local, ao lado dos desvios e circuitos imprevistos que marcam novas jornadas e chegadas, abrindo possibilidades políticas e culturais inéditas:

a cartografia crítica espaço/tempo da diáspora, portanto, precisa ser reajustada de sorte que a dinâmica da disseminação e da autonomia local possa ser evidenciada ao lado dos desvios e circuitos imprevistos que marcam as novas jornadas e novas chegadas que, em troca, liberam novas possibilidades políticas e culturais. (GILROY, 2012, p.180).

Essa perspectiva me convence da importância de entender o espaço social dos negros em um território que abriga alguns dos símbolos mais expressivos da negritude





nacional – como Zumbi, Dandara e o Quilombo dos Palmares⁹⁶ –, mas que também é cenário de um genocídio contínuo de jovens negros^{97 98}e, paradoxalmente, segue sendo ignorado na geopolítica dos estudos de negritude brasileiros, especialmente por aqueles que se pretendem generalizantes.

O principal desafio ético-político-epistemológico trazido pela razão decolonial é a consciência da geopolítica do conhecimento. Trata-se de rejeitar a crença iluminista na transparência da linguagem em prol de uma fratura epistemológica capaz de inserir uma perspectiva inédita e libertadora tanto no campo discursivo quanto na esfera da ação. Como afirma Miglievich-Ribeiro:

O principal desafio ético-político-epistemológico trazido pela razão decolonial é a consciência da geopolítica do conhecimento, a partir da qual se trata de rejeitar a crença iluminista na transparência da linguagem em prol de uma fratura epistemológica capaz de inserir uma perspectiva inédita e libertadora tanto no campo discursivo como na esfera da ação, assumindo a impossibilidade de qualquer ciência falar em nome de coletividades heterogêneas e multifacetadas mas a premência de se insurgir contra quaisquer estruturas de poder e opressão que silenciem alguém. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p.77-78)

Alagoas, cenário de massacres históricos – desde o extermínio da nação indígena dos Caetés, passando pelo desmantelamento do Quilombo dos Palmares, o maior da América Latina, até o massacre do Quebra de Xangô em 1912⁹⁹ e o número exorbitante de mortes de jovens negros nos últimos anos¹⁰⁰ –, é marcada por uma cultura da violência como linguagem¹⁰¹, usada exemplarmente contra essas populações.

⁹⁶ Contemplando a dimensão cultural e da identidade negra.

⁹⁷ E a dimensão das desigualdades e violências raciais.

⁹⁸ “Com relação aos níveis de vitimização por AF [armas de fogo] de negros, existem UFs, como Alagoas e Paraíba, onde essa seletividade racial nos homicídios por AF supera a casa de 1.000%. Em outras palavras, para cada branco vítima de arma de fogo nesses estados, *morrem proporcionalmente mais de 10 negros*, vítimas de homicídio intencional.” (WAISELFISZ, 2015, p. 81). Na Paraíba, a taxa (48,7) é um pouco menor que dois terços da taxa de Alagoas (76,2).

⁹⁹ O *Quebra de Xangô, Dia do Quebra, Quebra de [19]12 ou Quebra-quebra*, foi um evento de intolerância religiosa ocorrido em 2 de fevereiro de 1912, às vésperas da eleição para o governo do Estado de Alagoas, onde uma milícia paramilitar financiada pelo candidato da oposição invadiu e devastou terreiros de religiosidade de matriz africana, destruiu e ridicularizou objetos sagrados de culto e violentou e assassinou vários religiosos – implicando, inclusive, na migração de vários deles para estados vizinhos –, se valendo do racismo religioso latente para atacar o até governador e candidato da situação. As obras “1912: o Quebra de Xangô”, videodocumentário de Siloé Amorim, produzido com recursos do prêmio DocTV (Maceió: DocTV, 2006) e “Xangô Rezado Baixo: religião e política na Primeira República”, resultado da tese de doutoramento de Ulisses Rafael (Maceió: Editora UFS e Edufal, 2012) apresentam estudos sistemáticos do evento.

¹⁰⁰ Em 2012, apenas na capital, foram 24,3 homicídios de jovens brancos para cada 100 mil habitantes, enquanto a mesma taxa para jovens negros chegou a 327,6 (WAISELFISZ, 2014, p.166).

¹⁰¹ Em “O poder e a cultura da violência em Alagoas” (2014), Ruth Vasconcelos demonstra como a cultura de violência está historicamente arraigada e extensamente capilarizada no tecido social local.





Apesar de não ser um centro urbano economicamente representativo no país, sua capital, Maceió, configura-se como um cenário peculiar e pouco explorado pelas pesquisas recentes sobre desigualdades raciais e negritude no Brasil. Surpreende, por exemplo, que a maioria da população maceioense seja negra – 65,57% se declaram pretos ou pardos¹⁰² no Censo. Diante disso, por que tão poucas pessoas incorporam essa identidade na experiência cotidiana como pessoa negra?

Talvez, como já mencionado, isso se deva ao que Dirceu Lindoso chamou de “escrita sesmeiro-escravista” (LINDOSO, 2005, p. 53) e ao que Jeferson da Silva descreveu como folclorização (2014), dispositivos que deixaram como legado o esquecimento e/ou silenciamento das populações pobres na historiografia oficial – majoritariamente negras e mestiças.

Além disso, o desenvolvimento histórico da região forjou, no passado, um ambiente extremamente hostil aos elementos simbólicos da negritude. Até mesmo Arthur Ramos, sociólogo e médico alagoano, referência incontornável dos estudos sobre negritude no Brasil e no mundo e um dos coordenadores do Projeto Unesco, foi um dos grandes artífices dessa ideologia hegemônica e castradora da mestiçagem¹⁰³. De modo similar – e, em certa medida, mais eficiente do que em cenários como Rio de Janeiro (RJ) ou Salvador (BA) –, a elaboração e a demonstração pública da negritude sempre foram paulatina e sistematicamente desestimuladas, dissimuladas, negativas, censuradas e até mesmo violentamente contidas como elemento constituinte da autoidentidade coletiva da capital alagoana, onde tenho desenvolvido minhas pesquisas. No entanto, Maceió tem passado por mudanças significativas em relação ao espaço social das expressividades negras. Nas últimas três décadas, a partir da reabertura democrática do país, os movimentos negros locais se fortaleceram e têm demandado mais direitos para a população e a cultura negras locais.

Muito provavelmente influenciada por essa mudança no cenário local – e pela injeção de um volume atípico e considerável de recursos financeiros durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que elegeram o campo cultural como prioritário para a democratização –, houve, nas últimas duas décadas, uma explosão de movimentos culturais da negritude ancorados em expressividades musicais reconhecidas como negras. Esses movimentos, compostos por agentes e grupos que transitam entre o cultural, o político e o estético, têm levantado questões sobre representatividade, mestiçagem, apropriação, legitimidade e autenticidade, entre outras.

¹⁰² Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente a 2022, a população de Maceió é de 957.875 habitantes, sendo 520.808 pessoas pardas e 107.251 pessoas pretas, agrupados na categoria “negro” e consolidando este percentual.

¹⁰³ Penso aqui na produção e repercussão de obras como “O Negro Brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise” (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934), “O Folk-lore Negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise” (Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1935), “O Negro Brasileiro” (São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940), “A aculturação negra no Brasil” (Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1942) e o póstumo “A Mestiçagem no Brasil” (Maceió: Edufal, 2004 – publicado originalmente em 1952, em francês).





Com o panorama brevemente delineado até aqui, espero ter apresentado motivos suficientes para convencê-los de que Maceió e sua periferia constituem um caso interessante para investigar a pluralização e a complexificação dos acervos estéticos, éticos e políticos, os processos de elaboração, enunciação e experiência da negritude, e, assim, compreender melhor, criar categorias de análise e, quiçá, lançar luz sobre as estratégias políticas dos movimentos culturais negros da periferia para lidar com os limites que seu lugar social lhes impõe.

* - * - *

Ao longo deste artigo, explorei os desafios conceituais e políticos que envolvem a definição da negritude no Brasil. Partindo da premissa de que a negritude é uma categoria plural e dinâmica, busquei demonstrar como ela é construída a partir de experiências diversas, marcadas pelo racismo, mas também pela resistência, pela criatividade e pela reinvenção cultural.

O que antes eu só intuía, com a investigação ficou cada vez mais evidente: a experiência da negritude é plural. Ela é vivenciada de muitas maneiras e pode ser expressa em muitas versões: seja acionando a memória afetiva, e em certa medida imaginada, do laço com a cosmogonia africana, herdada por negros e negras escravizados no período de colonização e por seus descendentes¹⁰⁴; seja no caldeamento das religiosidades de matrizes africanas e seu desenvolvimento característico no Brasil¹⁰⁵; seja informada pelo compartilhamento da experiência de segregação racial do espaço urbano¹⁰⁶; seja amparada nas referências de movimentos negros diaspóricos propagados no processo de globalização¹⁰⁷; ou ainda nos usos e abusos que o mercado de bens simbólicos faz destes elementos e de seus significados¹⁰⁸ – isto sem falar nas apropriações e criativas reinterpretações que a população negra marginalizada faz deste conjunto de elementos simbólicos¹⁰⁹.

¹⁰⁴ No Brasil, a associação entre negritude e a origem africana de escravizados e escravizadas além de evidente, remonta a trabalhos do início do século XX, como os de Nina Rodrigues (1932 e 1935 [1896]), Arthur Ramos (1935 e 1940), Roger Bastide (1946 e 1971 [1960]), entre tantos. Para um panorama dos trabalhos que apontam e defendem uma (re)africanização ou uma afrocentricidade para a negritude contemporânea no Brasil, ver a coletânea Sankofa, organizada por Elisa Larkin Nascimento, em quatro volumes (2008, 2008, 2008 e 2009). Já para uma crítica dos “usos e abusos” da África no Brasil, ver Beatriz Góis Dantas (1988), Livio Sansone (2002), Michel Agier (2001) e Hofbauer (2012), por exemplo.

¹⁰⁵ Reginaldo Prandi é um dos destaques da literatura sobre o tema, com estudos publicados sobre a religiosidade no Brasil desde a década de 1970. O autor publicou e organizou dezenas de livros – o seu “Mitologia dos Orixás” (2000) teve dez edições em menos de duas décadas –, além de quase uma centena de textos mais curtos entre artigos e capítulos de livros. Mais especificamente sobre o desenvolvimento das religiões de matrizes africanas no Brasil, o seu “Segredos guardados: orixás na alma brasileira” (2005) é exemplar. Há ainda um grande número pesquisas de outros autores e autoras, dos quais destaco “A morte branca do feiticeiro negro” (ORTIZ, 1978), “O terreiro e a cidade” (SODRÉ, 1988), “Orixás da metrópole” (SILVA, 1995), “Entre a cruz e a encruzilhada” (NEGRÃO, 1996) e “As religiões afro-brasileiras e a cidade” (CONTINS, 2013).

¹⁰⁶ Em “Lugar de negro” (1982), em coautoria com Carlos Hasenbalg, Lélia Gonzalez define a “divisão racial do espaço” (1982, P. 15), e mesmo sem aprofundar o conceito, ela inaugura este tipo de reflexão sobre a dinâmica racial da cidade. Contemporaneamente vem ganhando destaque o trabalho do geógrafo Renato Emerson dos Santos, organizador do volume Questões urbanas e racismo (2012) da Coleção Negras e negros: pesquisas e debates e do livro “Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: O negro na Geografia do Brasil” (2007).

¹⁰⁷ Autores estrangeiros dos estudos pós-coloniais como Paul Gilroy (2012 [1991]), Stuart Hall (2006 [1992]) são referências incontornáveis na discussão sobre a experiência transnacional da negritude. Entre os brasileiros, Sérgio Costa, em “Dois Atlânticos” (2006), e Valter Roberto Silvério, em “Nossa herança africana” (2012), mesmo que sob prismas diferentes, discutem a questão no contexto nacional.

¹⁰⁸ Em “Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil” (2000), Livio Sansone aborda a questão destacando como a mercantilização opera uma seleção de





A análise evidenciou que a negritude não pode ser reduzida a uma definição essencialista ou a critérios meramente fenotípicos. Em vez disso, ela se manifesta em múltiplas dimensões: desde a memória afetiva e imaginada da diáspora africana até as expressividades culturais e políticas que emergem nas periferias urbanas, passando pela religiosidade de matriz africana, pelo compartilhamento da experiência de segregação racial no espaço urbano e pela influência dos movimentos negros diaspóricos. Além disso, a apropriação mercadológica dos elementos culturais negros e as reinterpretações criativas feitas pela população marginalizada também integram esse complexo mosaico.

A observação e a interlocução empírica também permitiram perceber que a partir dessas versões, a composição que cada pessoa negra faz individualmente pode ser bastante complexa, lançando mão de elementos de mais de um desses e de outros referenciais – o popular e controverso trabalho do teórico londrino Paul Gilroy defende inclusive que os produtos culturais do que ele chama de Atlântico negro são sempre mestiços e, apesar de originados por pessoas negras, não podem ser considerados suas propriedades exclusivas (GILROY, 2012, p.35).

Essa pluralidade, no entanto, não deve ser vista como um obstáculo, mas como uma riqueza que desafia as tentativas de enquadramento teórico e político. A observação empírica mostrou que a composição da identidade negra é individual e pode combinar múltiplos referenciais, muitas vezes de maneira híbrida. O trabalho de Paul Gilroy sobre o "Atlântico Negro" corrobora essa perspectiva, ao argumentar que os produtos culturais negros são sempre mestiços e não podem ser considerados propriedades exclusivas de um grupo racial.

Um dos principais desafios discutidos foi o paradoxo do essencialismo. Por um lado, a essencialização da negritude pode ser uma estratégia poderosa para a mobilização política e a reivindicação de direitos, como argumentam teóricos como Gayatri Spivak e Kimberlé Crenshaw. Por outro, ela corre o risco de silenciar as diferenças internas e de reproduzir hierarquias excludentes, como alertam pensadores como Stuart Hall e Paul Gilroy. Esse paradoxo revela a tensão entre a necessidade de categorias identitárias para lutar contra o racismo e o perigo de cristalizar essas categorias em definições rígidas e homogeneizantes.

Outro ponto central foi a geopolítica do conhecimento sobre a negritude. Ao destacar a ausência de estudos que contemplem a diversidade regional do Brasil, especialmente em áreas como Alagoas, o artigo chamou a atenção para a necessidade de ampliar o mapa cognitivo das expressividades negras no país.

determinados elementos em detrimento de outros. Na década anterior, José Jorge Carvalho (1994), discutiu a relação entre os gêneros da música popular e a construção de uma etnicidade negra no Brasil. Mais recentemente, e em especial entre os autores e autoras mais jovens, o debate tem dado ênfase ao tema da apropriação cultural, a exemplo do artigo de Lisandra Pinheiro (2015).

¹⁰⁹ Aqui faço referência a fenômenos como o melô nas grotas maceioenses, um estilo híbrido, feito com a gravação de versões em português de músicas de reggae internacionais, utilizando recursos e equipamentos adaptados e improvisados, que apesar da produção técnica precária, tem grande popularidade nas periferias de Maceió. Fenômeno semelhante ao surgimento do funk carioca, até a sua integração no mercado (formal) fonográfico, que também conjugou elementos híbridos, produção técnica precária e grande popularidade.





A experiência de Maceió, com sua história de violência racial e resistência cultural, ilustra como a negritude é vivida e elaborada em contextos específicos, que muitas vezes são ignorados pelas narrativas hegemônicas.

Por fim, argumentei que a negritude é, antes de tudo, uma experiência vivida na pele, marcada pelo racismo, mas também pela capacidade de transformar essa dor em potência política e cultural. Essa perspectiva, inspirada no realismo crítico, na crítica à colonialidade e nos estudos culturais, busca superar as dicotomias entre estrutura e agência, entre o global e o local, e entre a teoria e a prática.

Em síntese, este artigo não pretende oferecer uma definição fechada ou definitiva da negritude. Em vez disso, propõe uma reflexão aberta e crítica, que reconhece a complexidade e a pluralidade dessa categoria, ao mesmo tempo em que ressalta sua importância como ferramenta de luta e transformação social. Ao fazer isso, espero contribuir para um debate mais inclusivo e democrático sobre a negritude no Brasil, um debate que não apenas reconheça as diferenças, mas também as valorize como parte fundamental de nossa história e de nosso futuro.

Referências

ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

AGIER, M. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. Mana, v. 2, n. 7, pp. 7-33, 2001.

CRENSHAW, K. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color**. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, pp. 1241-1299, 1991.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GARFINKEL, H. **Estudios en Etnometodología**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: UNAM, 2006.

GILROY, P. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GOFFMAN, E. **Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity**. New York: Simon & Schuster, 1963.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.





JONES, H.; JONES, N. **Race as Technology: From Posthuman Cyborg to Human Industry**. Ilha Desterro, Florianópolis, v. 70, n. 2, p. 39-51, 2017.

LINDOSO, D. **Utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832-1850)**. Maceió: Edufal, 2005.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. **Por uma razão decolonial: desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna**. Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, jan.-abr. 2014.

MORAES SILVA, G.; LEÃO, L. de S. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, pp. 117-133, 2012.

MUNIZ, J. O. **Preto no Branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial**. Dados, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, pp. 251-282, 2012.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, G. M.; LEÃO, L. de S. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, pp. 117-133, 2012.

SILVA, J. S. da. **O que restou é Folclore: o negro na historiografia alagoana**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2014.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. Companhia das Letras, 2012.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, M. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

VIANNA, O. **Evolução do povo brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1938.





O corpo político da mulher de terreiro: uma análise

Ana Luiza da Silva Oliveira¹¹⁰
Adélia Augusta Souto de Oliveira¹¹¹

Considerações iniciais

As comunidades de terreiro são ambientes que se caracterizam como lugares onde a mulher possui cargos de liderança religiosa, sendo também enaltecida nesses contextos onde são reconhecidas como detentoras de poder e conhecimento, trataremos no decorrer deste capítulo, através de pressuposto teóricos da perspectiva sócio histórica, especialmente em sua concepção da configuração social de constituição psíquica realizada em contextos culturais, sociais e históricos, o desenvolvimento da existência das mulheres de terreiro e seus posicionamentos de liderança, autonomia e empoderamento a partir da sua religiosidade.

Considerando uma epistemologia iorubá, para a pessoa de tradição de terreiro o existir não é resumido a simplesmente viver, para essas pessoas está relacionado a ser parte integrante e de pertencimento a uma totalidade que é configurada na comunidade, que por sua vez tem sua funcionalidade a partir dos orixás. E é nessa percepção do coletivo que cada ser singular desenvolve sua individuação, ou seja, a partir da pluralidade estabelecida nestes espaços, encontrando aí as bases que sustentam sua vida psíquica individual. É a partir dessa cosmovisão que os sujeitos inseridos numa comunidade religiosa de matriz africana dispõem sua postura existencial. E para a Psicologia Histórico-cultural de base vygotskyana, o desenvolvimento do indivíduo ocorre pela mediação do outro ao converter as relações sociais em funções psicológicas que passam a funcionar como sendo próprias de sua personalidade, assim o sujeito e seu desenvolvimento estão sob uma perspectiva sócio-histórica e cultural, onde este se constitui na interação e interdependência com o meio em que está inserido.

Sobre a temática em estudos religiosos de matriz africana, Jesus (2012) aponta que é historicamente notório de que os espaços das comunidades de terreiro são marcados pela presença da mulher como membro ou sacerdotisa da religião, assim é facilmente percebida a presença da mulher nos espaços das casas de axé em posições de liderança, já que desenvolvem nesses espaços atividades que as colocam em posição de autoridade e valorização. As posições teóricas de Vygotsky, estão voltadas para essa relação do histórico-social do desenvolvimento do psiquismo humano, realizado no processo de apropriação da cultura mediante a comunicação entre pessoas, os "processos de comunicação e as funções psíquicas superiores neles envolvidas se

¹¹⁰ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas.

¹¹¹ Docente do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal de Alagoas.



efetivam primeiramente na atividade externa (interpessoal) e, em seguida, na atividade interna (intrapessoal) regulada pela consciência, mediados pela linguagem, em que os signos adquirem significado e sentido" (VYGOTSKY, 1984, p. 59-65). Seguindo esse panorama, o terreiro é um espaço de afirmação da mulher, que constrói afetações tanto na própria mulher, como também na comunidade religiosa, pois a religião é uma base que influencia a construção sócio-histórica e cultural, como também identidades pessoais e coletivas formando a organização social. Não obstante, Bernardo (2003) afirma que tais vivências possibilitam a mulher empoderar-se, ver-se respeitada e não subjugada ao patriarcalismo, vivenciado na sociedade brasileira, que a coloca numa posição de ausência ou de inferioridade, servindo apenas para reproduzir e cuidar dos filhos.

Tomando a liderança feminina nos terreiros do Brasil com a relação direta com a história da organização do culto as energias da natureza neste país, admite-se que nas religiões de matriz africana, há uma presença e autoridade marcante da mulher, que é encontrada desde os itans¹¹² dos(as) orixás, como também na musicalidade que ocorre nos terreiros entoadas em dialetos ou músicas em português que fazem parte da MPB (Música Popular Brasileira) ou dos grupos afro culturais que são originários de terreiros que falam das orixás, e até na própria história da tradição iorubá desde África. A figura da mulher que transita nas casas de axé, revela-se como fonte de empoderamento e valorização da mulher, já que a coloca com relevante importância no funcionamento do sistema de culto aos orixás e no contexto social dos terreiros. Assim na religiosidade de matriz africana há a valorização da mulher em diversos âmbitos, espaço em que essa tradição milenar atribui à mulher poder, autonomia e afirmação. Como Oliveira (2017) aponta que muitos trabalhos que narram a história da mulher no Candomblé, em sua maioria retratam a sua ancestralidade africana para construir essa identidade feminina, e é através da cosmologia da religião que são traçados os caminhos para compreender os papéis que cada pessoa possui e as relações de poder construídas, onde através da mitologia¹¹³ dos(as) orixás tem-se as transferências dos signos contidos para a vida religiosa e social.

Vale ressaltar que a transmissão dos mitos vem de uma tradição oral, que evidentemente foi afetada pelo sistema moderno colonial, em que as palavras e sentidos por vezes foram desconectados, uma vez que, na diáspora, os africanos e seus descendentes não puderam contar com o suporte linguístico e cultural encontrado na Nigéria, principal território de origem do culto aos orixás. Há uma atitude colonialista que permeia muitos dos pesquisadores responsáveis pelos registros da religião dos orixás e que contribuiu para posicionar africanos como objetos de interesse, nunca como sujeitos que podem produzir um saber, inclusive sobre si mesmos (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2018, p.5).

¹¹² São as histórias, lendas, versos.

¹¹³ Importante destacar que a comunicação do culto no Candomblé se dá por meio da oralidade. Seus mitos têm proveniências em diferentes comunidades e regiões da África Ocidental, razão pela qual ocorre, por vezes, a apresentação de figuras diferentes numa mesma lenda.





Sendo o Candomblé um grande reduto de tradições africanas e de valorização da mulher, com a cultura nos terreiros sendo transmitida por meio da oralidade e constituída também na comunicação com os itans, o feminino nesses espaços se ampliam para além de sua função reprodutora, considerada sagrada as mulheres de axé podem realizar-se quanto existência humana e exercerem sua autonomia.

Acredita-se que o empoderamento feminino seja um processo norteado por parâmetros tais como: construção de uma autoimagem e confiança positiva; desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente; a construção da coesão de grupo; a promoção da tomada de decisões; e ação. Para tanto, esta construção acontece por meio de níveis de igualdade, quais sejam: bem-estar; acesso aos recursos; conscientização; participação e controle social. Estes aspectos compõem a dimensão psicológica do processo de empoderamento. Referem-se ao desenvolvimento do autorreconhecimento, por meio do qual as pessoas adquirem ou fortalecem seu sentimento de poder, competência, autovalorização e autoestima (LANDERDAHL *et al.*, 2013, p. 310).

Da mesma forma para Leon (2001, p. 97), "o empoderamento como autoconfiança e autoestima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade".

As ancestrais africanas: a significação no Brasil

No que diz respeito a constituição das casas de axé, os estudos de Cavas e Neto (2015) pontuam que o Candomblé, religião afrobrasileira, nasce no Brasil decorrente da diáspora negra durante a colonização, período em que a Europa expandia suas fronteiras e importava africanos na condição de escravos oriundos das mais diversas regiões da África para o Brasil. Nesse movimento forçado e truculento, negros e negras foram aqui propositalmente dispersos para evitar organizações, além de perder seus nomes, seus pares, suas famílias, foram proibidos de cultuarem suas divindades. Os primeiros terreiros de Candomblé na Bahia foram fundados por mulheres negras. A África "imaginada" foi aqui recriada através desse mundo mítico religioso, possuindo as mulheres negras e aquelas que delas descenderam importante significado nesse processo. Nas figuras das mães de santo elas simbolizavam uma resistência à opressão masculina. Atuando também na transmissão, valorização e preservação da cultura iorubá (CAVAS; NETO, 2015). Esse protagonismo feminino é fruto da vida social das mulheres iorubás, que desde África, lideravam o comércio e eram independentes financeiramente, esse aspecto é considerado uma matrifocalidade, conceito utilizado na antropologia para explicar as formas de organização das famílias negras, em que as mulheres são detentoras de poder.

Desse modo, a matrifocalidade, como forma alternativa de família, parece fazer parte dos fluxos, das trocas constituídas na diáspora. Tanto para a mulher africana quanto para a afro-brasileira, a matrifocalidade, aparentemente, não foi só uma imposição da escravidão e do pós abolição – com a consequente marginalização do homem negro.





A mulher negra parece viver essa opção de forma diferente das mulheres brancas. Em minhas pesquisas anteriores, pude verificar que, para essas mulheres, a matrifocalidade não é encarada como sofrida, pesada; pelo contrário, acentua sua autonomia (BERNARDO, 2003, p.44,45).

Esse sistema matrilinear se reproduz nos terreiros, espaço onde a mulher tem poder de decisão e participação. Um outro exemplo é que no Brasil, por volta do século XVIII, se organizaram duas importantes associações femininas: a Ialodê e a Geledés, que eram responsáveis pela troca de bens materiais e simbólicos, sendo dessa forma, além de comerciantes, também líderes espirituais. De acordo com a psicóloga social Maria Salete Joaquim (2001), o primeiro terreiro foi fundado no Brasil por volta do século XIX, em Salvador, pelas africanas Iyá Detá, Iyá Kalá e Iyá Nassô, que marcou uma nova fase de organização do culto aos orixás no país. Outras casas foram sendo fundadas e esse fato deu grande projeção social e prática política às mulheres afrodescendentes, que pela forma como se organiza as sociedades do povo do axé, "colaboraram com a formação de autoestima relacionada ao espírito de combatividade, de não acomodação aos padrões hegemônicos de comportamento feminino, graças também a uma configuração do mítico feminino africano" (VASCONCELOS, 2014, p. 64). Também nesse aspecto, Souza (2015) aponta que na comunidade de terreiro, em diversas representações, o feminino assume um papel de destaque e isso perpassa de várias maneiras, desde: a ideologia de organização social da tradição iorubá, na música, na dança, ou o poder de reprodução, e até mesmo no universo das divindades, onde o ser feminino é respeitado, valorizado, detentor de conhecimento e participação ativa. Toda essa simbologia permite muitas transformações sociais, no sentido de repensar o poder, as relações de gênero e encorajamento das mulheres perante a sua variante significação de papéis e poderes diante da sociedade. Ahualli (2014) afirma que a vivência em uma comunidade de terreiro gera uma identidade tanto individual quanto grupal, estabelecendo valores que tendem a propiciar ao indivíduo uma melhor condição de existência, assim como uma melhor inserção na vida comunal com elementos identificatórios e atributivos que designam o papel a ser desempenhado junto ao grupo.

O candomblé é estruturado a partir de uma cosmovisão que afirma uma identidade específica para o gênero feminino. Quando a mulher se integra a esse universo, sua identidade vai sendo moldada através das representações contidas em um sistema mítico referenciado pelas nações africanas; constitui uma nova consciência de si, do seu papel no mundo e de sua conduta social; sua personalidade (SANTOS, 2012, p. 3).

Cordovil (2013), também afirma que o Candomblé é reconhecido como espaços liderados por mulheres pela sociedade em geral. Alguns terreiros permanecem com a tradição da sucessão do sacerdócio ser exclusivamente feminina. Identificações como essa, permitem que não só a mulher da comunidade de terreiro possa reconhecer-se detentora de poder, autonomia, autoconfiança e liderança das próprias vidas, mas que outros espaços repensem posicionamentos, como também outras mulheres que não estão inseridas no contexto da religiosidade de matriz africana possam também se sentir empoderadas. Jesus (2012) considera que o poder que é conferido as matriarcas





das comunidades de axé, também as transforma em grandes agentes socio comunitárias, que fomentam a cultura afrobrasileira e a autoriza, por consequência, a disseminar também novas referências de pensamento acerca da mulher.

Configurando assimilações do terreiro com a cosmo concepção iorubá pré-colonial, a nigeriana e filósofa Oyèwùmí (1997), traz a superfície o desafio de escrever sobre uma epistemologia africana endógena, visto que as teorias empregadas para se discutir sociedade decorrem de ciências sociais ocidentais, que estão profundamente enraizadas em uma cultura eurocentrada. A filósofa aponta a tensão existente entre uma língua isenta de gênero, o iorubá e outra que se estrutura em torno do gênero, o inglês, e como antes da instalação da noção ocidental na cultura iorubá, o corpo não era base de papéis sociais, inclusão ou exclusão, não sendo o fundamento da identidade social (OYÈWÙMÍ, p 21, 2021).

O corpo iorubá oferece um cenário bem diferente, e mais do que isso, mostra que o corpo humano não precisa ser constituído como generificado ou ser percebido como evidência para a classificação social em todos os tempos. Na sociedade iorubá pré colonial, o tipo de corpo não era a base da hierarquia social: machos e fêmeas não eram estratificados de acordo com a distinção anatômica. A ordem social exigia um tipo diferente de mapa, e não um mapa de gênero que supõe a biologia como a base para a classificação social (OYÈWÙMÍ, p. 26, 2021).

No universo sagrado do Candomblé, experiências de transmissão oral, indicam que os itans são um elemento essencial e estão presentes em toda dinâmica do terreiro, fazendo parte do que constituem os ensinamentos que direcionam o funcionamento dos rituais, ações da comunidade e formas de ser no mundo. Influenciam, por sua vez, experiências de vida das pessoas, como elas interagem e constroem os sentidos, em orações e preces, bem como são permeados também das histórias dos(as) orixás. Essas histórias relatam aventuras, características, oferecem informações sobre o mundo, os seres que fazem parte dele, e suas descobertas, tais como a música, o fogo e a construção de artefatos de guerra. Desse modo, os mitos podem ser considerados uma objetivação com importante lugar no cotidiano das práticas religiosas do Candomblé, especialmente no que diz respeito aos processos de significação que figuram o lugar da mulher.

Souza (2014) pontua que nas sociedades negro-africanas, são encontrados valores civilizatórios, que compõem o dia a dia dos grupos étnicos e destaca que na diáspora negra trouxeram na memória as vivências que deram origem aos valores civilizatórios afro-brasileiros, onde essas marcas foram impressas no modo de ser, na literatura, dança, religião, alimentação, ciência, como também na pele, cabelo e até no canto brasileiro. No entanto, para além desse processo social, as sociedades negro-africanas estão articuladas também com suas manifestações do sagrado como proposta de organização do mundo e direcionamento da vida. Esse legado atravessou o atlântico na diáspora negra, junto ao corpo, memória e fé daqueles(as) que foram arrancados(as) de sua terra, num movimento forçado e desumano, que, por séculos, compuseram o comércio e escravização do(a) africano(a), num período de caçada violenta, brutal e atroz que abrange o século XVI até o século XIX. Mas mesmo com





tanto sofrimento, os(as) negros(as) sempre mantiveram viva a Mãe África. Assim, continuaram com seus costumes, em especial o religioso, ainda que uma cultura europeia tenha sido imposta, pois foi a religiosidade um dos elementos culturais mais combatidos, e o qual não aconteceu por acaso, pois a religião é síntese cultural de um povo.

Uma outra questão muito bem colocada por Rivas (2017) é que em África as mulheres eram grandes negociantes do mercado e maioria nesses espaços. É possível conciliar o dinamismo e perspicácia do papel das mulheres no comércio em África com o surgimento das negras quitandeiras no período escravocrata e pós-abolição no Brasil, no qual uma memória possibilitou o desenvolvimento de atividades semelhantes em terras brasileiras, o que permite uma identificação entre “uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” (POLLAK, 1989, p. 9). Com a Lei do Ventre Livre, num movimento matrifocal, ser quitandeira era garantir seu sustento e dos seus filhos(as) e essa prática de garantir a sobrevivência da família continua presente até os dias atuais em muitas famílias negras. São mulheres que mantêm na memória subterrânea o mister de suas ancestrais, desde a atuação comercial ao sistema de cooperação entre as mulheres comerciantes, bem como a responsabilidade da própria manutenção física e de suas crenças religiosas.

Para iluminar ainda melhor este fato – o da chefia feminina – torna-se importante destacar alguns fatores que foram incisivos para que a mulher viesse ocupar o ápice da hierarquia religiosa, além de outros fatores que foram elencados no trajeto feminino da África para o Brasil. As mulheres africanas pertencentes às etnias Fons e Iorubás exerceram em seus respectivos reinos um poder político importante. É claro que no presente da escravidão esse poder teve que ser ressignificado. Na realidade é totalmente contraditório com a situação de escravo o exercício de qualquer poder no plano real. Assim, pode ter ocorrido uma transformação: se não existiam condições de exercício do poder real, exercia-se no plano imaginário através da religião” (BERNARDO, 2005, p. 16).

Quando Rivas (2017) afirma que a mulher negra é uma influência modernizadora, já no início do século XX, onde construiu para si um espaço social, econômico, cultural e religioso, ela apresenta as mulheres que foram capazes de ocupar um lugar que não se podia imaginar numa sociedade ocidental, onde elas possuíam sua autonomia econômica e já eram o poder máximo em um espaço religioso, na qual já se podia visualizar um “ideal” de igualdade entre os sexos no seu modo de viver. Assim é que a mulher de Candomblé, traz em seus posicionamentos os antecedentes históricos das vivências da mulher negra africana, no que diz respeito a alteridade, independência e organização familiar, as quais foram reproduzidas em solo brasileiro à época da escravização, momento que já praticavam o comércio no exercício de quitandeiras e ganhadeiras. Prática que se estendeu ao período pós abolicionista, juntando- se a isso a





organização das casas de angu¹¹⁴ e reunião dos cultos tradicionais de matriz africana, que construiu ao que hoje é conhecido como Candomblé.

Partindo de um contexto histórico, a prática de cultuar os Orixás em algumas regiões do continente africano, principalmente as que correspondem às etnias que vieram para o Brasil no processo da diáspora negra, possuía uma forma bem individualizada, pois cada cidade adorava uma divindade, “a exemplo de Oyó¹¹⁵, onde é cultuado o Orixá Xangô¹¹⁶, neste caso, todos daquela cidade eram seus filhos” (SOUZA, 2014, p. 23). Com a vinda dos(as) negros(as) africanos(as), na condição de escravos, um grupo de mulheres reuniu os deuses e deusas para serem adorados em um mesmo barracão, dando origem a religião chamada de Candomblé. Embora as formas de cultuar os(as) orixás no que diz respeito a essa junção caminhassem de maneira distinta ao formato em solo africano, Rosário (2008) pontua que a mitologia continuou presente nas explicações da criação, na composição dos atributos dos(as) orixás, como também nas justificativas religiosa dos tabus. E a frente desse processo, “as mulheres negras conseguiram cumprir um papel predominante, se organizando e articulando estratégias para manter o culto aos deuses e deusas, mesmo com a eminência de serem perseguidas” (SOUZA, 2014, p. 24).

“O candomblé é mais que uma seita mística, é um verdadeiro pedaço da África transplantado. Em meio às bananeiras, às buganvílias, às árvores frutíferas, às figueiras gigantes que trazem em seus ramos os véus esvoaçantes dos Orixás ou a beira das praias de coqueiros, entre a areia dourada, com suas cabanas de deuses, suas habitações, o lugar coberto onde à noite os atabaques com seus toques chamam as divindades ancestrais, com sua confusão de mulheres, de moças, de homens que trabalham, que cozinham, que oferecem às mãos sábias dos velhos em suas cabeceiras encarapinhadas para cortar, com galopadas de crianças seminuas sob o olhar atento das mães enfeitadas com seus colares litúrgicos, o candomblé evoca bem essa África reproduzida no solo brasileiro, de novo florescendo. Comportamento sexual, econômico e religioso formam aqui uma única unidade harmoniosa” (BASTIDE, 1961, p. 312-313).

Através do imaginário das negras africanas em sua forma de pensar o individual e organizar o coletivo, que foram permitidas novas elaborações dos elementos culturais no novo mundo. Sendo ainda possível compreender a necessidade de reunir valores, visto que no tráfico transatlântico diferentes etnias chegaram ao Brasil, com valores étnicos, sociais, culturais, linguagens e conhecimentos distintos, onde o hibridismo “se tornou a maneira imaginável para resistir e manter as tradições religiosas e culturais africanas diante à imposição do colonizador europeu, mesmo que para isso fosse preciso perder parte delas na nova terra” (Souza, 2014, p.34).

¹¹⁴ Casas clandestinas (moradia ou estabelecimento de quitandas) de apoio a escravos fugidos e de resistência da cultura africana dentro da cidade, oriundas de mulheres negras.

¹¹⁵ Oyó foi um reino dos iorubas, povo africano que ainda habita a atual Nigéria.

¹¹⁶ Orixá do fogo, da justiça e trovões.





Provavelmente as ações das primeiras mulheres na organização do culto, não fosse criar uma religião, mas garantir o culto aos seus deuses e deusas diante a repressão colonizadora do século XX no Brasil.

Do final do século XIX, até o início do século XX, as mães de santo iniciaram a organização de uma religião brasileira, de matriz africana, o candomblé. Congregando um caráter sincrético fortíssimo, essas representantes religiosas buscaram acima de tudo as alianças necessárias para o resgate, a manutenção e o respeito às práticas religiosas de origem africana (REIS; FREITAS, 2010, p. 12).

No que diz respeito a transmissão dos saberes, Katrib (2013), pontua que através da oralidade e do exercício de contar e recontar suas histórias, praticantes reconstroem os sentidos de pertença identitária, de interlocução com sua ancestralidade e reforçam o exercitar de tantas narrativas que movimentam essa prática religiosa. A oralidade na qual está centrada as manifestações religiosas afro-brasileiras, é baseada na transmissão dos mitos expressos nas danças, cânticos e rituais, nas indumentárias (vestimenta e joalheria), e em outras séries de fatores que perpetuam experiências históricas, religiosas e sociais na consciência e na memória coletiva dos(as) descendentes de africanos(as) no Brasil (SILVA, 2018, p.73). É nessa linguagem mitológica, como afirma Rosa (2017) que se realiza a concepção de transmissão de conhecimento necessárias para se compreender os modos de ver e ser no mundo das práticas religiosas de matriz africana. É a partir das línguas faladas nas casas de axé que se tem acesso às referências de identidade, história e memória desses espaços, e que permitem atravessar caminhos de transmissão de conhecimentos e de compreensão do mundo não hegemônicos.

Na cultura negra, os mitos são indicadores de caminhos e meios para a aquisição, transformação ou transferência de axé. O axé se transmite numa relação interpessoal e dinâmica, num processo de comunicação direta, onde a oralidade é básica e fundamental. O axé se desenvolve na comunidade-terreiro que funciona como um centro irradiador de todo um sistema cultural, do qual a oralidade é um de seus elementos, mas que deve ser visto em função do todo. (THEODORO, 1996. p. 62).

Os membros das casas de axé aprendem através dos mitos, um conhecimento ancestral, que transmite conceitos e doutrinas, sendo, portanto, "instrumentos de comunicação e ensino" (THEODORO, 1996, p. 63), os mitos são ricos na cultura afro-brasileira e não colocam as mulheres e orixás femininas em posição de desvalorização, são transmitidos oralmente dentro dos terreiros para ensinar como forma de manter viva a tradição a partir de representações simbólicas que inspirem e auxiliem na resolução de problemas. Assim, o Candomblé que foi organizado por mulheres africanas e essa religião de matriz africana articulada no Brasil tem desde sua organização a manutenção transmitida por meio da oralidade e vivência no terreiro, perpassada pela linguagem mitológica de um arcabouço de sentidos que transmitem diferentes conhecimentos sobre o modo de ser no mundo a partir de uma cosmovisão contra-hegemônica.





De acordo com Silva (2018), o Candomblé se constitui como modo de vida, considerando que as práticas religiosas do terreiro ultrapassam os muros do ambiente religioso. Reúne, assim, uma visão de mundo e compõe uma filosofia que propõe diversas vivências e concepções de mundo, na qual a figura da mulher possui posicionamento ativo e representatividade. E assim é que Vieira (2019) aponta que pensar o lugar das mulheres do/no terreiro significa abordar de que maneira elas vivenciam as possibilidades de reinvenção ou reestruturação de estratégias para suas vidas que diferem de uma lógica de fragilidade e submissão das mulheres. Onde o pertencimento a determinado segmento religioso, a crença ou não crença em um deus(a) ou deuses(as) são fatores importantes que inserem sujeitos na cultura e produzem interação com grupos, ou seja, produzem modos de subjetivação em nossa sociedade. Sendo assim, é importante considerar a pertença religiosa as comunidades de terreiro como um fator significativo para as maneiras de produzir subjetividade nas mulheres que fazem parte das casas de axé.

A mulher no terreiro nasce em uma rede tecida em conjunto com os homens para manutenção e resistência das comunidades e suas tradições. Ainda assim, elas afirmam que o papel da mulher é o mais importante, tudo passa por suas vistas e por suas mãos. Se por um lado, este é um território onde elas podem experimentar outros tipos de feminilidades, elas o fazem a partir de lugares que são esperados para elas, a maternagem, a organização da casa, a disposição para acolhimento, alimentação e cuidado do outro. A grande virada é que elas ressignificam esses papéis; se fora do terreiro ser mãe e doméstica é lembrado como lugar de menos valia, no terreiro, ser mãe e ocupar funções na cozinha e no cuidado litúrgico é o que investe as mulheres de poder, um nó sutil e curioso que reposiciona as mulheres na estrutura religiosa, ainda que ocupem os mesmos papéis designados a elas em sociedade (VIEIRA, 2019, p.100).

Neste sentido, Vieira (2019) fala de uma dimensão de surpresa e próprio estranhamento no campo antropológico em estudar mulheres neste lugar. Contudo, esse tipo de surpresa faz sentido se tivermos como referência a perspectiva judaico-cristã. Se reposicionarmos o olhar para o continente africano, matriz destas religiões, mesmo que lá também tenhamos os homens no lugar de mediadores e tradutores do que é divino, entre os povos nagô-iorubás, as mulheres ocupavam lugares e funções de destaque. A autora aponta também que os direitos, os corpos e os lugares das mulheres sempre estiveram sendo discutidos ao longo da história no Brasil, e que no que diz respeito ao campo religioso brasileiro, as únicas tradições em que encontramos mulheres em cargos máximos de liderança é a religião de matriz africana. Souza (2014) reforça essa premissa ao afirmar que ao se discutir feminilidade com o Candomblé, o debate se torna complexo, pois o que se vê à frente de grande parte das religiões existentes no mundo e no Brasil é que se encontram líderes religiosos do sexo masculino. Esta autonomia do gênero feminino nos rituais de Candomblé, desde o processo de organização, tem uma interatividade entre essas mulheres que fazem uso de códigos, simbologia e uma linguagem própria dessa religiosidade. E constituem-se de uma força incomparável





para garantir a continuação dos conhecimentos passados oralmente sobre a ancestralidade e a luta pelo respeito à sua religiosidade e dignidade. Esse papel de líder religiosa no Candomblé, produz um significado muito particular, pois é carregado de memória matrifocal, pois as “mulheres das etnias fons e iorubás exerceram em seus respectivos reinos um poder político importante” (BERNARDO, 2003, p.51). Então na mulher de terreiro “revela-se um nexo próprio, onde uma mulher-sujeito, com sua alteridade e coerência, lida com valores e significados simbólicos diferentes dos da sociedade hegemônica” (THEODORO, 1996, p. 172). Para Lima (2014) são mulheres que compartilham a maternidade biológica com a espiritual e desenvolveram e desenvolvem papéis importantes na luta pela igualdade racial e pela igualdade de gênero em uma sociedade patriarcal. Essa conjuntura também é trazida por Silva (2013),

É assim que as Mães de Santo – por conta das peculiaridades decorrentes do processo simbiótico que experimentam ao longo da vida, qual seja, sacrifício / ofício / benefício – misturam, sem qualquer constrangimento, afeto e autoridade, domicílio e terreiro, comida e força de espírito, dança e oração, festa e reclusão, tudo numa experiência onde a maternidade (fora da biologia) e um que de matriarcado (dentro da sociedade patriarcal), as transforma, a cada dia, em sujeitos míticos de políticos que com habilidades e competências específicas – se articulam com outros seres (espirituais e sociais) com quem compartilham sentimentos de pertença, em termos de raça e de fé, e professam sua crença, preservando sua cultura, gerenciando conflitos e contribuindo para a transformação de vida de filhos e filhas de santo que, através de uma relação profundamente afetiva (e igualmente poderosa), encontraram nestas mulheres uma fonte da qual emanam orientação, bênção, estímulo e disposição para a luta, inclusive a luta social em defesa de suas raízes e herança cultural, que constitui o maior patrimônio do qual emergem os fundamentos e as estratégias de combate à intolerância, ao racismo e à desigualdade social na qual estão inseridos/as e contra as quais lutam apaixonada e permanentemente. (SILVA, 2013, p.34)

As mulheres de axé sempre estiveram se organizando dentro e fora dos terreiros, sendo responsáveis pela manutenção das tradições e funcionamento da casa e também pensando e construindo estratégias a partir dos atravessamentos que circulam sobre suas comunidades. “Estudar o feminino no espaço religioso é promover uma discussão do papel das mulheres, como agentes de mudança, ao mesmo tempo em que também são guardiãs da memória” (SILVA, 2018, p. 65).

A força dessas mulheres vem se estendendo além dos barracões onde acontecem os rituais e cultos aos deuses, pois seu poder político possibilitou articulações importantes para as comunidades localizadas no entorno dos ilês, como criação de escolas dentro dos espaços sagrados com modelos pedagógicos afrocentrados, visibilidade às





comunidades religiosas de matriz africana em termos legislativos garantindo o respeito à liberdade de cultos, aos símbolos, representações e signos da cultura afro-brasileira, assim como recursos para manutenção dos ilês como patrimônio cultural em alguns estados brasileiros. Paralelo ao poder político, elas garantem o poder social dando direcionamento a programas contra a violência da mulher, implementando programas de promoção à saúde da comunidade religiosa e à educação de terreiros. Seu poder cultural reside no campo de atuação delas em si mesmo quando administram as casas de axé, orientando os filhos de santo sobre a importância de manutenção das tradições africanas através da oralidade, na preparação dos rituais iniciatórios e cultos aos deuses e no exercício educativo de respeitar os mais velhos no processo hierárquico religioso (SOUZA, 2014, p. 36).

O processo de construção e resistência de culto às energias da natureza, oriundas de várias etnias de solo africano trazidas para o Brasil, tiveram participação ativa de mulheres. Sendo assim, o Candomblé, se apresenta como um lugar que apresenta protagonismo e valorização da mulher na sua ideologia, com uma herança ancestral, de destaque das orixás com representatividade e respeito.

Considerações finais

A civilização ocidental propõe à mulher um estereótipo feminino baseado na docilidade e na submissão, o Candomblé apresenta uma contrapartida a partir das iyabás¹¹⁷, que representam sensualidade e sexualidade, distantes dos aspectos de pecado e condenação, além de força, inteligência, perspicácia e posicionamento ativo.

Vygotsky (1927/1995; 1927/2004) enfatiza que qualquer aspecto investigado deve ser estudado historicamente em todas as suas fases de desenvolvimento, desde o momento de seu aparecimento até a sua dissipação. Dentro desse paradigma o entrelace da cultura iorubana pré colonial junto a formação das comunidades de axé no Brasil, que, de ancestralidade iorubá traz consigo os marcos civilizatórios de uma cultura não hegemônica, e que embora os terreiros de Candomblé tenham sido constituídos no Brasil, eles apresentam uma estrutura organizacional configurada nas tradições e costumes dos povos iorubás e a partir de onde legitimam sua organização social e constituem particularidades na mulher de terreiro. Sendo assim é imprescindível legitimar a “negrura perspectivista em nível psíquico, cognitivo e espiritual das epistemes” dos Terreiros (AKOTIRENE, 2019, p. 20).

Leontiev (1978) pontua que a consciência humana se desenvolve por motivações biológicas, mas também grandemente por fatores históricos e sociais. Sendo a atividade consciente do ser humano algo que foi e vem sendo conquistada e transformada nas interações entre o sujeito e o ambiente sócio histórico cultural, sendo assim a consciência é uma atribuição de sentidos que acontece quando o sujeito se apropria das atividades envolvidas em relação a algo. A partir dessa compreensão, tem-se na comu-

¹¹⁷ Orixás femininas.





nidade de terreiro um espaço que é "ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação a arte, história, divertimento e recreação, em que se é remontado uma Unidade Primordial" para seus membros (BÂ, 1982, p. 181). Então dentro do que apresenta as práticas das casas de axé e suas dinâmicas, o sujeito adquire um saber de si e do outro ao seu redor em relação ao que desencadeia a ação.

Dessa maneira, ter consciência é saber de si, do outro e da realidade e, para Vygotsky (1934/2003), conhecer algo é perceber seus significados e sentidos e dar-lhe contornos. A consciência permite a transformação e o desenvolvimento e é através dela que a pessoa evolui e se torna capaz de estabelecer novos nexos e emancipa-se como sujeito ativo que cria e recria sua realidade, assim ela é o próprio devir humano, que rompe com a premissa colonial da mulher como o outro.

Referências

AHUALLI, P. M. L. **Inserção Produtiva De Jovens E Mulheres De Comunidades Tradicionais De Terreiro Através Do Viés De Cultura Afro-brasileira**. 2014. Universidade de Brasília. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação-PPGE Especialização em gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPPGeR. Brasília, 2016. Disponível em < <https://bdm.unb.br/handle/10483/13114> >. Acesso em 13 de out. 2021.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p.

BÂ, H. A tradição viva. In.: KI-ZERBO, J. (Coord.). **História geral da África: metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática, p. 162-171, 1982.

BATISTE, R. **O Candomblé da Bahia (Rito Nagô)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

BERNARDO, T. **Negras, mulheres e mães: Lembranças de Olga de Alaketu**. São Paulo: Educ; Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

BERNARDO, T. **As deusas na diáspora negra**. São Paulo: Revista Mandragorá, ISSN: 2176-0985, vol. 16, n. 16, p. 63-68, 2010.

CAVAS, C. S. T.; NETO, M. I. **Atravessando Fronteiras: um estudo sobre mães de santo e a 'África imaginada' nos terreiros de Candomblé do Rio de Janeiro**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 52 -70, ago. / dez. 2015.

CORDOVIL, D. **Sexualidade, gênero e poder: uma análise da participação feminina em políticas públicas para afroreligiosos em Belém, Pará**. PLURA, Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, vol. 4, nº 2, p. 149-163, 2013.

JESUS, I. S. **Processos identitários da mulher no terreiro "Ilê Axé Oloιά Tassitaòò em Aracaju/SE**. Universidade Federal de Sergipe, 2012.





JOAQUIM, M. S. **O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra**. Educ, 2001.

KATRIB, C. M. I. **Diálogos entrecruzados: cidadania, cultura afro-brasileira e os 10 anos de implementação da Lei n. 10.639/03**. Revista Educação e Política em Debate. v. 2, n. 1, 2013.

LANDERDAHL, M. C., VIEIRA, L. B.; CORTES, L. F.; PADOIN, S. M. D. M. **Processo de empoderamento feminino mediado pela qualificação para o trabalho na construção civil**. Rio de Janeiro: Revista Escola Anna Nery, p. 306-312. 2013. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/S1414-81452013000200015> >. Acesso em 13 de out. 2021.

LEONTIEV, A. N. **Atividade, consciência e personalidade**. Buenos Aires: Ciencias del Hombre, 1978.

LIMA, V. C. dos S. **Mãe Hilda Jitolu: a trajetória de uma líder espiritual baiana'** 26/05/2014 156 f. Mestrado em ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS Instituição de Ensino: Universidade Federal Da Bahia, Salvador Biblioteca Depositária: CEAO-UFBA. Disponível em < https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=558459 >. Acesso em 13 de out. 2021.

OLIVEIRA, A. L. S. **As iyabás no Candomblé: as mulheres de Terreiro e uma descrição dos itans das orixás**. 2023. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia. Universidade Federal de Alagoas. Biblioteca depositária: RIUFAL. 2023 Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11861> >. Acesso em 16 de nov. de 2024.

OLIVEIRA, C. S. de. **As relações de gênero no Candomblé de Santo Amaro**. 2017. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2017. Disponível em < https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/758/1/2017_proj_coliveira.pdf >. Acesso em 13 de out. 2021.

OLIVEIRA, M. S. de. **"Mulher Cabeça Feita, Mulher Força Perfeita": Estudo de Traços das Yabás em Letras de Canções do Bloco Afro Ilê Aiyê**. Letras. UFBA. 2018. Disponível em < <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25226> >. Acesso em 13 de out. 2021.

OYĚWÙMÍ, O. **What Gender is Motherhood? Changing Yorùbá Ideals of Power, Procreation, and Identity in the Age of Modernity**. Nova Iorque: Palgrave, 2016a.

OYĚWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero** Trad. Wanderson Flor do Nascimento. - 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021. 324 p.





OYEWUMI, O. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses**. Minneapolis: Publisher University of Minnesota Press, 1997. 256 p.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REIS, J. F.; FREITAS, R. C. S. **De matriz africana: o papel das mulheres negras na construção da identidade feminina**. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9. UFSC, 2010.

RIVAS, M. E. G. B. M. **Tem mulher na macumba "sim sinhô": as mulheres negras na macumba religiosa e musical carioca entre 1870 e 1930'**. Doutorado em Ciência da religião. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: PUCSP. Disponível em < <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20634> >. Acesso em 13 de out. 2021.

ROSA, T. G. **Ku sanga de contas contadas: práticas de ensino da arte para as relações étnico-raciais'** 31/03/2017 107 f. Mestrado em relações étnico-raciais instituição de ensino: centro federal de educação tecn. Celso suckow da fonseca, rio de janeiro biblioteca depositária: biblioteca central do cefet/rj. Disponível em < https://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/91_Tatiana%20Gomes%20Rosa.pdf >. Acesso em 13 de out. 2021.

ROSARIO, C. C. **Religiões dos Orixás: Mito e Teologia na África e na Diáspora**. Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil, V. Salvador, BA, 2008.

SANTOS, M.; DA SILVA, A. F. **Iyás E Abebés: Existências, Resistências E Lutas Matriarcais Afrodiaspóricas**. Revista Calundu–Vol, v. 4, n. 2, 2020.

SANTOS, E. B. M. **Nós falaremos por nós: uma encruzilhada autoetnográfica sobre a construção da identidade negra a partir das comunidades tradicionais de terreiro**. 2022. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em < <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/16908> >. Acesso em 13 de out. 2021.

SANTOS, V. O. **Mulher de casa e de Candomblé**. Revista África e Africaneidades, vol. 4, p. 01-09, 2012. ISSN 1983-2354.

SARDENBERG. C. M. B. **Conceituando empoderamento na perspectiva feminista**. Programa de Pós Graduação em Antropologia. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM/UFBA. Universidade Federal da Bahia-UFBA, 2009. Disponível em < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf> >. Acesso em 14 jul. de 2020.





SILVA, R. da. **Ritual E Performance Feminina Na Aldeia Dos Orixás** ' 18/12/2018 Mestrado em Antropologia Social Instituição de Ensino: Universidade Federal De Alagoas. Biblioteca Depositária RIUFAL. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/4833> >. Acesso em 20 de set. 2021.

SOUZA, L. F. C. **Mito, história e individuação do feminino no Candomblé: as imagens arquetípicas da guerreira, da amante e da mãe**. Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós Graduação em Ciências das Religiões. João Pessoa, 2015. Disponível em < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7867> >. Acesso em 20 de set. 2021.

SOUZA, N. N. da S. de. **Mulheres do axé: da invisibilidade social à visibilidade religiosa**' 10/10/2014 83 f. Mestrado em relações étnico-raciais instituição de ensino: centro federal de educação tecn. Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do CEFET/RJ. Disponível em < https://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/18_Nadson%20Nei%20da%20Silva%20de%20Souza.pdf >. Acesso em 24 de out. 2021.

THEODORO, H. **Mito e espiritualidade: mulheres negras**. Pallas Editora E Distribuidora, 1996.

VASCONCELOS, V. M. F. **No colo das labás: raça e gênero em escritoras afro-brasileiras contemporâneas**. Doutorado em Literatura. Programa de Pós Graduação em Literatura. Universidade Federal de Brasília, 2014. Disponível em < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/16641> >. Acesso em 20 de out. 2021.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005. 194 p.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas III: problemas del desarrollo de la psique**. Madrid: Visor, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **O problema da consciência**. In: L. S. Vigotski. Teoria e método em psicologia. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 191 p.

VYGOTSKY, L. S. **O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica**. In: L. S. Vigotski. Teoria e método em psicologia. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIEIRA, F. de S. **"Ojá em cabeça de mulher: feminilidades e trajetórias em terreiros"** 15/02/2019 112 f. Mestrado em Psicologia Social. Instituição de Ensino: Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: BDTD/UERJ. Disponível em < <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/16610> >. Acesso em 20 de out. 2021.





Inovação e formação docente: experiências do Curso de Pedagogia da UFAL – *campus* do Sertão no contexto do PRIL

José Messias da Silva Aguiar¹¹⁸
Lílian Kelly de Almeida Figueiredo Voss¹¹⁹

Considerações iniciais

Este capítulo tem como objeto de estudo o processo de inserção do curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas (*Campus* do Sertão), ofertado pelo Programa institucional de fomento e indução da inovação da formação inicial continuada de professores e diretores escolares (PRIL), através do Edital nº 66/2021 SEB/MEC, conduzido à luz das metodologias ativas e por meio de atividades, essencialmente práticas. A região sertaneja, é marcada por constantes desafios socioeconômicos, educacionais, culturais, que, impactam in/diretamente a qualidade da educação. A formação docente é um aspecto crucial para promover, sobretudo, o desenvolvimento qualitativo escolar e local.

No dia 15 de março de 2010, em que se comemora o Dia da Escola, a UFAL implantou o *Campus* do Sertão. Mais de dez anos se passaram e, em 2021, o olhar para o futuro, muitas vezes inconstante para a região sertaneja, preconizou a oportunidade de sonhos, realizações, objetivos e conclusões acadêmicas para sujeitos que achavam que não podiam mais cursar o ensino superior. Com o Edital 66/2021 SEB/MEC, surgia a oportunidade de ofertar mais um curso de Pedagogia, agora no turno noturno. Antes esmagado por outros cursos, na região sertaneja, firma-se como um “novo” curso com características singulares, precisas e qualitativas.

Com este edital, foi possível ainda, a implantação de mais dois cursos, assim a comissão elaboradora do processo, decidiu pela oferta de Letras - Língua Portuguesa e de um novo curso, o de Ciências: Biologia, Física e Química Licenciatura. A oferta do curso de Ciências, além de promover a formação numa perspectiva interdisciplinar, despertou a possibilidade da expansão da UFAL - *Campus* do Sertão. Os cursos de Pedagogia, Ciências e Letras, através do PRIL têm o potencial de melhorar a formação dos professores, contribuindo assim para uma educação de qualidade contextualizada às necessidades locais.

¹¹⁸ Egresso do Curso de Pedagogia (*campus* Sertão), da Universidade Federal de Alagoas.

¹¹⁹ Docente de Curso de Pedagogia (*campus* Arapiraca), Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas.



O PRIL foi uma ação do MEC/SEB, que visou atender às finalidades da Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), especificamente as Metas 1, 4, 5, 7, 12 e 15 e das Estratégias 1.8, 1.9, 4.3, 5.6, 7.5, 7.26, 12.4, 15.1, 15.4, 15.5, 15.8 e 15.9; do Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016; e do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação, com referência ao artigo 11, inciso IV, alínea a e artigo 13, incisos I e II, que estabelecem as competências da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação (Difor/SEB).

Considerando esta oportunidade e o *déficit* educacional ainda existente na região, o Campus do Sertão concorreu ao Edital 66/2021, por meio da criação de um novo curso de Pedagogia licenciatura, e, de mais dois novos cursos Ciências e Letras, tendo duração de 4 anos (8 semestres) cada, conforme disposto no Edital. Os recursos financeiros são provenientes do orçamento da SEB/MEC, na Ação Orçamentária 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica, de acordo com o limite orçamentário fixado para o Programa.

Os projetos pedagógicos dos cursos do PRIL são iniciativas inovadoras para formar professores sintonizados com as questões atuais; desta forma, estes foram organizados para serem ofertados de forma híbrida, privilegiando atividades fundamentadas a partir das metodologias ativas e tecnologias de ensino, amparados pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem Ava/Moodle, além do conhecimento prático dos documentos vigentes; as metas do PNE, focadas na formação inicial e continuada de professores, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC), entre outras atualizações.

Para que essa articulação fosse efetivada, as tecnologias foram recursos essenciais para o suporte das atividades a serem realizadas. O grande avanço das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) ocorreu sem parar desde as últimas décadas, nem são mais novidade, se tornaram parte do nosso cenário social e pessoal. Portanto, o *lócus* questionador da investigação se compreendeu com a partir das análises das experiências vivenciadas ao longo das práticas realizadas nas disciplinas do curso de Pedagogia do PRIL, amparadas pelas metodologias ativas.

O caráter relevante do estudo foi permeado por elementos pautados nas metodologias ativas, tecnologias, formação docente e como são difundidas nos cursos/programas ofertados pelo PRIL/UFAL e universidades parceiras, assim como os ditames do conhecimento científico na educação superior, neste caso, nos preceitos do hibridismo, compreendendo o processo discursivo formativo dos(as) discentes e sujeitos envolvidos.

Compreende-se ainda, os aspectos formativos, abordagem qualitativa, análise descritiva e por uma breve história da criação do *Campus* do Sertão, apresentando pressupostos inerentes à maneira de ensinar e aprender. Esta contribuição soma-se aos conhecimentos da área de ensino e domínios afins, proporcionando um olhar distinto sobre a história de cada curso, a metodologia inovadora, Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) e a prática pedagógica.





Educação e inovação na formação de professores: uma perspectiva teórica

No Campus do Sertão, o PRIL possibilitou a articulação entre teoria e prática por meio de estratégias formativas que integraram as metodologias ativas, tecnologias digitais aplicadas à educação e projetos de intervenção no contexto local, rompendo paradigmas com os cursos de licenciatura tradicionais ofertados pela UFAL, em seus diferentes *Campi*. A análise realizada buscou evidenciar como o curso de Pedagogia, inserido em uma região marcada por desafios socioeconômicos e educacionais, promoveu a ressignificação da prática docente, contribuindo para a formação de profissionais sensíveis às realidades das comunidades onde atuam/atuarão.

Nesse sentido, foram desenvolvidas estratégias pedagógicas inovadoras que exploraram os recursos pedagógicos alinhados à BNCC, a BNC-Formação e a integração das dimensões intercultural e inclusiva. Essas ações não apenas reforçaram a qualificação acadêmica dos estudantes do curso, mas também promoveram uma aproximação efetiva com a realidade das escolas do Sertão alagoano, no qual denominamos de chão da escola.

Um dos diferenciais do programa foi a ênfase na formação de professores comprometidos com a transformação social. Alinhado aos princípios do PRIL, o curso de Pedagogia implementou nos últimos 3 anos, ações que incentivaram os estudantes a refletirem sobre suas práticas, a partir do chão da escola, considerando as especificidades locais e as práticas pedagógicas amparadas nas competências e habilidades da BNCC. Os Projetos de intervenção em escolas públicas, desde o primeiro semestre, seminários temáticos, mostras culturais e oficinas práticas tornaram-se pilares dessa formação, permitindo que os estudantes experimentassem os desafios do cotidiano escolar enquanto buscavam soluções criativas e eficazes.

Além disso, o Curso de Pedagogia/PRIL fomentou a integração entre professores, gestores escolares, colaboradores das escolas e comunidades, promovendo uma rede colaborativa de formação e apoio mútuo. Essa dinâmica fortaleceu a perspectiva de que a educação é um processo contínuo e compartilhado, que requer a participação ativa de todos os envolvidos na construção de práticas pedagógicas contextualizadas e inovadoras.

Em síntese, a experiência do curso de Pedagogia/PRIL exemplifica como políticas públicas de incentivo à formação docente podem impactar positivamente a qualificação de futuros pedagogos. Ao integrar inovação, reflexão crítica e práticas voltadas para a realidade local, o programa contribuiu para formar educadores mais preparados e conscientes de seu papel transformador na sociedade.

A Educação, enquanto processo de formação integral do indivíduo, exige constantes inovações para atender às demandas de uma sociedade em constante transformações. No contexto da formação de professores, a integração entre teoria e prática e o uso de metodologias ativas se destacam como aspectos fundamentais para o desenvolvimento de competências pedagógicas alinhadas às necessidades contemporâneas. Segundo o patrono da educação brasileira, Paulo Freire (1996),





o professor não pode ser um mero transmissor de conteúdos; ele deve atuar como mediador, contribuindo para a construção crítica do conhecimento. Nesse sentido, práticas inovadoras como a do PRIL para a formação inicial de professores têm buscado ressignificar o papel do educador, destacando a autonomia, criatividade e a reflexão crítica como pilares de sua atuação.

A incorporação das TDIC, bem como as metodologias pedagógicas participativas representam um passo importante nas práticas de formação docente. Moran (2015), defende que o uso das TDIC permite diversificar os processos de ensino-aprendizagem, favorecendo a interação, a colaboração e o protagonismo dos estudantes. No âmbito da formação de educadores, as tecnologias ampliam as possibilidades de aulas mais dinâmicas e contextualizadas com a realidade, ao mesmo tempo que requerem dos participantes habilidades específicas para lidar com os desafios impostos pela cultura digital.

Outro aspecto importante é o papel das políticas públicas voltadas para a formação inicial e continuada de professores, que têm promovido programas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica (RP). Programas como esses buscam aprimorar a formação, como também fortalecer a articulação entre universidade e escola, proporcionando aos futuros educadores uma vivência prática que potencializa a compreensão das realidades escolares e a reflexão sobre suas práticas (BRASIL, 2019). Essa articulação entre teoria e prática é apontada por Zeichner (2010) como uma das principais demandas na formação docente, pois permite que o professor em formação desenvolva uma identidade profissional sólida e crítica.

Além disso, a formação docente deve ser pensada em uma perspectiva colaborativa, que valorize a construção coletiva do conhecimento e a troca de experiências. Nóvoa (1997), já argumentava, e que atualmente ainda é pertinente, que o processo de formação não se dá de forma isolada, mas em constante interação com os pares e com o contexto sociocultural em que o educador está inserido. Logo, as práticas inovadoras na formação docente não se limitam ao uso de tecnologias ou metodologias diferenciadas, mas envolve também o fortalecimento de redes de aprendizagem e comunidades de práticas que incentivem o desenvolvimento profissional contínuo. Portanto, a educação e a inovação na formação de professores exigem um olhar atento às mudanças sociais, tecnológicas e culturais, bem como o fortalecimento de práticas reflexivas e colaborativas. Essa perspectiva teórica reflete a necessidade de formar educadores capazes de atuar de forma ética, crítica e transformadora, contribuindo para uma educação de qualidade e socialmente relevante.

Marcos legais e políticos que sustentam o PRIL

O PRIL, como iniciativa de fomento à inovação na formação inicial de professores e gestores escolares, sediado no Campus do Sertão, no município de Delmiro Gouveia, estado de Alagoas, mantido com recursos do Edital 66/2021/SEB/MEC, cuja proposta foi submetido ao MEC, em conjunto com a Resolução Nº 73/2021-Consuni/UFAL,





de 21/10/2021, culminando na aprovação da criação da Rede Nordeste/Sul, coordenado pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Universidade La Salle (Unilasalle), encontra respaldo em diversos marcos legais e políticos que estruturam a educação no Brasil.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa e a sua preparação para o exercício da cidadania. Complementarmente, o artigo 206 determina princípios para educação, como igualdade de condições para acesso e permanência na escola, valorização dos profissionais da educação e garantia de padrão de qualidade, todos alinhados aos objetivos do PRIL.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, também desempenha um papel central ao definir que a formação de educadores deve ocorrer em nível superior e priorizar a articulação entre teoria e prática. O artigo 61 da LDB, destaca a importância de programas que promovam o aperfeiçoamento dos profissionais da educação e incentiva a implementação de políticas voltadas à valorização docente.

No âmbito das políticas públicas, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 - 2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, reforça metas específicas voltadas à formação docente. As metas 15 e 16 enfatizam a importância de garantir a formação inicial de qualidade e promover a formação continuada de professores e gestores escolares, com ações que dialoguem diretamente com os objetivos do PRIL. Além disso, o PNE também destaca a necessidade de fortalecimento das articulações entre instituições de ensino superior e sistemas de ensino básico, diretriz central nas iniciativas do programa.

Outro marco relevante é a BNCC, aprovada em 2017, que orienta as práticas pedagógicas no ensino básico e exige a preparação de professores e gestores alinhadas às competências e habilidades previstas no documento. O PRIL tem buscado contribuir para essa demanda ao fomentar formações integradas aos princípios norteadores da BNCC. Por fim, a Resolução CNE/CP nº 2/2019, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de professores, consolidando o alinhamento entre as políticas educacionais e os programas institucionais.

Essa resolução reforça a necessidade de práticas formativas contextualizadas e de parcerias entre universidades e redes de ensino. Dessa forma, os marcos legais e políticos que sustentam o PRIL reforçam a importância de estratégias que promovam a inovação, a valorização docente e a articulação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino, contribuindo para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade.

A Experiência descritiva do Curso de Pedagogia no PRIL

O PRIL se destacou como uma iniciativa inovadora no campo da educação, promovendo o aperfeiçoamento de práticas pedagógicas. No âmbito do Curso de Pedagogia/UFAL Sertão, a experiência com o programa tem proporcionado avanços significativos na formação dos futuros educadores, contribuindo para a construção de uma identidade crítica e reflexiva.





Uma das principais contribuições do PRIL/Pedagogia foi a implementação de atividades que envolveram diretamente os licenciandos em situações reais de ensino, o encontro desde o primeiro semestre com o chão da escola, através de atividades interdisciplinares realizadas pelas disciplinas. Essa abordagem prática permitiu que os estudantes compreendessem os desafios da docência, desenvolvendo competências essenciais para atuar em diferentes contextos educativos. Além disso, o programa possibilitou uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais, incentivando os futuros professores a questionarem e ressignificarem suas práticas à luz das realidades sociais, econômicas e culturais de sua região, como mostram as imagens que compõem a Figura 1, aqui abaixo:

Figura 01: Práticas pedagógicas desenvolvidas pelos discentes do PRIL/Pedagogia.



Fonte: Acervo PRIL/Pedagogia.

O PRIL se mostrou como um espaço privilegiado para o fortalecimento da identidade docente dos licenciandos. A identidade docente, entendida como um processo contínuo de construção e reconstrução, é moldada pelas experiências vivenciadas durante a formação inicial dos graduandos. O contato direto com a realidade das escolas, proporcionado pelo PRIL, permitiu que os futuros professores refletissem sobre suas futuras práticas pedagógicas, consolidando sua visão sobre o papel do educador no contexto da educação básica. Essa experiência prática também contribuiu para a superação de visões idealizadas da profissão docente, permitindo que os licenciandos desenvolvessem uma compreensão mais realista e fundamentada de sua atuação.

No contexto do Curso de Pedagogia/PRIL, o programa foi uma oportunidade de desenvolvimento profissional não apenas para os licenciandos, mas também para os supervisores e professores e demais atores das escolas parceiras, a exemplo das trocas ocorridas nos estágios. A troca de saberes entre os diferentes sujeitos envolvidos enriqueceu os processos formativos e fomentou uma cultura de aprendizado contínuo, na qual a escola foi vista como um espaço de formação para todos os seus participantes. Essa perspectiva reforçou a ideia de que a formação docente é um proces-





so coletivo e colaborativo, que depende da interação entre a universidade, os professores e os educadores em exercício.

Outro aspecto que merece destaque na proposta elucidada pelo PRIL, foi a possibilidade de inovação pedagógica (Figura 2), segundo Almeida (2007), essas atividades proporcionaram a construção coletiva de conhecimentos, fomentando a interação entre professores em formação, educadores em exercício e toda a comunidade educacional. O programa incentivou os licenciandos a experimentarem novas metodologias, tecnologias e abordagens didáticas atreladas à BNCC, ampliando seu repertório pedagógico e estimulando sua criatividade e outras características. Essas inovações não apenas beneficiaram o processo formativo dos licenciandos, mas de toda a universidade que evidenciou os projetos desenvolvidos no âmbito do curso.

Figura 02: Oficinas pedagógicas realizadas pelos discentes do PRIL/Pedagogia.



Fonte: Acervo PRIL/Pedagogia.

As oficinas pedagógicas realizadas pelo curso de Pedagogia assumiram um caráter interdisciplinar, abordando temas como práticas inclusivas, alfabetização e letramento, gestão democrática e currículos, diversidade racial e religiosa e o uso das tecnologias digitais na Educação. Essas temáticas foram apresentadas a partir da proposta do Projeto Pedagógico Curso (PPC), considerando as principais necessidades e desafios enfrentados pelo contexto educacional contemporâneo e alinhadas à BNCC. Ainda corroborando com Nóvoa (1997), a formação docente eficaz deve estar enraizada na realidade escolar, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades que sejam relevantes e aplicáveis no contexto educacional, como as imagens que compõem a Figura 3.





Figura 03: Oficinas pedagógicas realizadas pelos discentes do PRIL/Pedagogia e participação na 10ª Bienal do Livro Internacional de Alagoas



Fonte: Acervo PRIL/Pedagogia.

Esses momentos compartilhados também funcionaram como espaços para a experimentação de novos debates, como a aprendizagem baseada em projetos, dinâmicas colaborativas e o uso de ferramentas tecnológicas. Moran (2015) destaca que essas metodologias favorecem o engajamento dos participantes e ampliam a autonomia dos professores em formação. No cenário do PRIL/Pedagogia, as oficinas oportunizaram vivências dessas metodologias permitindo que os participantes não apenas conhecessem teoricamente as práticas, mas também as aplicassem e refletissem sobre os seus impactos no processo de ensino e aprendizagem.

A proposta inovadora do PRIL/Pedagogia apresenta um incentivo a reflexão sobre as ações desenvolvidas pelos educadores dentro da sala de aula. Como destacado por Paulo Freire (1996), as atividades desenvolvidas no contexto de formação dos discentes buscam promover a conscientização sobre o papel social da educação e a importância de construir práticas pedagógicas transformadoras.

Ressaltamos que a experiência vivenciada pelos formandos nessa perspectiva inovadora revelou-se um novo modelo de formação docente no sertão alagoano, ao realmente relacionar a prática com a teoria durante todo o processo formativo, e não apenas durante os estágios supervisionados obrigatórios. O Curso contribuiu para auxiliar a reafirmação dos discentes sobre o "ser professor", o que tem evidenciado a relevância do programa para o aperfeiçoamento da educação básica, como também para as melhorias na carreira docente.

Considerações Finais

O estudo qualitativo descritivo possibilitou analisar como as demandas acadêmicas desenvolvidas pelo curso de Pedagogia/PRIL contribuíram de maneira singular para a formação de professores na região sertaneja, no Estado de Alagoas. Participar de atividades que desde o primeiro semestre o levaram a experiências salutaras com o chão da escola foi fundamental para o desenvolvimento integral da formação dos estudantes.





Professores bem qualificados, sobretudo, nos ditames inovadores pedagógicos, utilizando-se das metodologias ativas em sala de aulas terão condições diferenciais de ensinar, de se colocar no lugar da experiência, de entender a partir da perspectiva diversa, pois compreendem as teorias pedagógicas, estratégias de ensino, abordagens didáticas e técnicas de avaliação como fatores fundamentais e humanizadores no processo de aprendizado.

Neste pequeno relato descritivo evidenciamos somente como o curso, ofertado pelo programa, foi uma ação de extrema importância na região sertaneja, por diversos motivos, que envolvem desde a realidade socioeconômica, quanto às necessidades específicas da educação local. É necessário novas discussões sobre a temática no espaço acadêmico, de modo que, é interessante pesquisas futuras que contemplem de forma ampla as vozes dos estudantes, os sentimentos por eles manifestados, para que assim seja dada maior visibilidade às suas dificuldades e benefícios, assim como os desafios enfrentados dentro da universidade, e para que sejam planejadas mais estratégias para novos programas neste caráter.

Referências

ALMEIDA, L. F. de. **Oficinas Pedagógicas: espaço para a construção coletiva do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

BACICH, L.; NETO TANZI, A.; TREVISANI, F. M. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia da educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Formação de Professores**. Brasília: MEC, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm >. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm >. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> >. Acesso em: 21 nov. 2024.





BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.** Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=138271-res-cne-cp-002-2019-pdf&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. **Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares** – Edital 66/2021 – MEC/SEB, de 30 de setembro de 2021. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-66/2021-348817602> >. Acesso em: 03 nov 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** 4. ed. Campinas: Papirus, 2015.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1997.

ZEICHNER, K. M. **Repensando a conexão entre a formação na universidade e as práticas escolares na formação de professores.** Educação, v. 33, n. 1, p. 56-71, 2010.





Sobre os organizadores

Débora Massmann - Professora e Pesquisadora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), atuando nos cursos de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL). É Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) (2009), Mestra e Graduada em Letras (português, francês e suas respectivas literaturas) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2005 e 2002). Realizou estágio Pós-doutoral no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2014). Em 2018, foi professora convidada na Universidade de Turim (Itália). Em 2019, foi Professora Visitante Nacional Sênior do Mestrado em Educação e Cultura (PPGEDUC), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Entre 2019 e 2023, foi pesquisadora associada do Laboratório de Estudos Urbanos (LABEUB), da UNICAMP. Tem experiência na área de Linguística e Literatura interessando-se pelo discurso literário, artístico, cultural, jurídico, político e pedagógico. Em suas pesquisas, destacam-se temáticas como museus e patrimônio, questões étnico-raciais, gênero e diversidade, entre outros. É Coordenadora do Projeto Cine Axé (Axé Pratygy/UFAL). Recentemente, tem atuado em parceria com a Produtora Cultural e Pesquisadora Mel Nascimento viabilizando ações de divulgação e circulação do conhecimento cultural no estado de Alagoas.

Guilherme Antônio Alves de Oliveira - Graduando em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus Sertão.





Sobre os autores

Adélia Augusta Souto de Oliveira - Professora titular do Instituto de Psicologia, docente pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas. Realizou estágios pós doutoral em Psicologia Social na PUC-SP (2021), em Educação na Universidade do Minho (2018-2019) e em Psicologia Social na Universidad de Barcelona (2011). Integra o Grupo de Trabalho da ANPEPP "A Psicologia Sócio-histórica no contexto de desigualdade social brasileiro" e o Grupo de Pesquisa CNPq "Epistemologia e a Ciência Psicológica". Desenvolve estudos sobre a produção de conceitos e métodos psicológicos, por meio de metassínteses. Tem interesse nas seguintes temáticas: psicologia da arte, infância, adolescência, desigualdade psicossocial, processos de resistência e equidade na educação. Desenvolve estratégias imagéticas como método de investigação/intervenção psicológica.

Aderjan Albert da Silva Argolo - Mestre em Ciências Humanas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Oeste da Bahia (PPGCHS UFOB). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL UFAL). Professor de Línguas Portuguesa e Espanhola e suas literaturas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Ana Luiza da Silva Oliveira - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (2024-2028). Graduação em Psicologia pela UFAL (2019). Possui mestrado em Psicologia UFAL (2023). Participante pesquisadora do Projeto de Extensão Cine Axé da Universidade Federal de Alagoas. Integrante do Grupo de Pesquisa Discurso, Sentidos, Sociedade (Disenso/Cnpq/UFAL). Tem interesse pela temática de comunidades de terreiro e religiões de matriz africana, feminismo, gênero, racismo religioso, análise de discurso e infância.

Ábia Marpin - Jornalista, socióloga e produtora cultural. Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ (2020) e mestre em Sociologia pela UFAL (2015), sua pesquisa aborda a cultura negra, os movimentos periféricos e antirracistas. É autora do livro Luzes para uma face no escuro (2018), sobre a cena negra e periférica de Alagoas, e uma das autoras de Primeira Infância no Poder Judiciário (2023), publicado a partir de pesquisa desenvolvida pela FGV Direito Rio. Com mais de 20 anos de experiência na produção cultural, foi uma das fundadoras do Coletivo AfroCaeté, sócia idealizadora do Batuquerê e produtora executiva do Festival Casa Cheia, além de ter contribuído para eventos como Festa das Águas, Sururu da Nega e Festival Revoadá. Atualmente, é colaboradora da Fapeal, onde coordena o Programa de Iniciação Científica na Educação Básica, em escolas públicas de Alagoas. Sua trajetória é marcada pela investigação e contribuição ao antirracismo, à inclusão e à diversidade no âmbito cultural, científico e social.

Aleph Danilo da Silva Feitosa - Doutorando no Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduado em Letras/Espanhol pela mesma instituição de ensino.





Alexandre Ribeiro Emiliano - Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL) e tem uma trajetória profissional dedicada à promoção da diversidade e ao enfrentamento da discriminação nas escolas públicas. Atua como Técnico Pedagógico na Gerência de Diversidade, Inclusão e Meio Ambiente da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEDUC), onde coordena e implementa iniciativas pedagógicas voltadas para a inclusão de estudantes LGBTQIAPN+. Além disso, desenvolve projetos voltados à promoção da inclusão de estudantes LGBTQIAPN+ nas escolas estaduais. Sua atuação inclui a realização de formações continuadas para professores, gestores e outros profissionais da educação, sempre com o objetivo de fomentar uma cultura de respeito e inclusão no ambiente escolar. Ele tem sido uma figura central no desenvolvimento de estratégias para a implementação de políticas de diversidade nas escolas, trabalhando para que as identidades e orientações de grupos historicamente marginalizados sejam reconhecidas e valorizadas no ambiente educacional. É membro do Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis e Transsexuais de Alagoas - CECD/LGBT/AL e do Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBTQIAPN+. Realiza ações de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) na SEDUC, em conformidade com as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08. Esse trabalho consiste no estudo do Referencial Curricular de Alagoas com vistas a integrar os princípios de ERER. Também integra o Grupo de Estudos Discurso e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEAL/UFAL).

Andrey Ronald Monteiro da Silva - Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). É mestre em Linguística (PPGLL) e graduado em Letras Espanhol (UFAL). Tem experiência na área de Letras, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino-aprendizagem de línguas, formação de professores, letramento crítico e decolonialidade.

Débora Massmann - Professora e Pesquisadora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), atuando nos cursos de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL). É Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) (2009), Mestra e Graduada em Letras (português, francês e suas respectivas literaturas) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2005 e 2002). Realizou estágio Pós-doutoral no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2014). Em 2018, foi professora convidada na Universidade de Turim (Itália). Em 2019, foi Professora Visitante Nacional Sênior do Mestrado em Educação e Cultura (PPGEDUC), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Entre 2019 e 2023, foi pesquisadora associada do Laboratório de Estudos Urbanos (LABEUB), da UNICAMP. Tem experiência na área de Linguística e Literatura interessando-se pelo discurso literário, artístico, cultural, jurídico, político e pedagógico. Em suas pesquisas, destacam-se temáticas como museus e patrimônio, questões étnico-raciais, gênero e diversidade, entre outros. É Coordenadora do Projeto Cine Axé (Axé Pratagy/UFAL). Recentemente, tem atuado em parceria com a Produtora Cultural e Pesquisadora Mel Nascimento viabilizando ações de divulgação e circulação do conhecimento cultural no estado de Alagoas.





Ernando Nunes Cabral Filho - Graduando em Design Gráfico pela Faculdade Anhanguera e graduado em Letras Português pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Sertão (2022). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Análise de Discurso e ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.

Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória - Doutora em Linguística e Professora da UFAL. Atua como Docente no curso de Letras-Português da FALE, Docente Permanente no PPGLL e Docente no PROFLETRAS. Atua na linha de Teoria e Análise Linguística, com ênfase em Sociolinguística Variacionista e Sociolinguística Histórica. Atualmente faz parte da comissão científica da área de Sociolinguística da ABRALIN e integra o GT de Sociolinguística da Anpoll.

Guilherme Antônio Alves de Oliveira – Graduando em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão. Atuou como bolsista de Iniciação Científica pela FAPEAL no projeto "Discursos de e sobre o sertão: Língua, memória e história.", (2022-2023), voltado ao estudo de práticas discursivas, história e memória no contexto sertanejo. Participou da organização do e-book "Discursos de e sobre o Sertão: língua, história e memória" e da Enciclopédia Digital do Sertão.

Hugo Pedro Silva dos Santos - Doutorando e Mestre em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEL/UFRN), e Graduado em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão, onde atua como docente substituto. É pesquisador do Grupo de Estudos em Linguística Aplicada / Queer em Questões do Sertão Alagoano (GELASAL/UFAL).

Isaac Itamar de Costa Melo - Professor do Programa de Mestrado Profissional em Letras da UPE e Professor substituto da UFPE. Doutor em Letras pela UFRGS e Mestre em Linguística pela UFPE. É membro do Grupo de Pesquisa Oficinas de Análise do Discurso, liderado por Maria Cristina Leandro Ferreira, e vice-líder do GepAD/UPE.

Ismar Inácio Santos Filho - Doutor em Letras-Linguística (PPGL-UFPE) e Mestre em Estudos em Linguagem (MeEL-UFMT). Professor Associado no Curso de Letras-Língua Portuguesa (Campus do Sertão) e Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL-FALE), na Universidade Federal de Alagoas. Coordenador-Líder do Grupo de Estudos em Linguística Aplicada/Queer em Questões do Sertão Alagoano (GELASAL), no qual se interessa pelas interfaces linguagem e território e linguagem e gênero e sexualidade. Membro do Corpus: Grupo de estudos e pesquisas em história dos corpos e das sensibilidades (Coordenador por Durval Muniz de Albuquerque Jr.).

John Kevin Lopes de Araújo da Silva - Graduado em Letras pela UPE. Discente do Programa de Pós-Graduação em Linguística pela UFAL. É membro e monitor do GepAD/UPE, fundado pela Profa Dra Dirce Jaeger e membro do Grupo de Estudos Discurso, Sentido e Sociedade (DISENSO/CNPq/UFAL) coordenado pela Profa Dra Débora Massmann.





José Messias da Silva Aguiar – Graduado em Pedagogia, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus Sertão.

Juliane Miranda – Discente do Programa de Pós-Graduação em Linguística pela UFAL. Graduada em Letras pela UFAL, Campus Sertão.

Lílian Kelly de Almeida Figueiredo Voss – Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL). Doutora em Educação (PPGE/UFAL). Coordenadora do Curso de Pedagogia – PRILEI. Coordenadora Geral UAB/EAD/UFAL. Docente do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca.

Lucas Gonçalves da Silva – Graduado em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão, Campus Sertão, Professor de Língua Portuguesa do Estado de Pernambuco.

Márcio Ferreira da Silva - Docente do curso de Letras, área Literatura, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão.

Maycon Roberto dos Santos Queiroz - Graduando em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus Sertão.

Maria Helena Menezes de Souza - quilombola e líder comunitária da comunidade Serra das Viúvas, Água Branca (AL). Graduada em Letras - Língua Portuguesa, especialista em Estudos Linguísticos e Literários, mestre e doutora em Linguística. Desenvolve pesquisas na área da Sociolinguística Variacionista. Atualmente, é professora substituta do curso Letras da Universidade Federal de Alagoas - Campus Sertão.

Rodrigo Agra de Oliveira - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisador voluntário do Grupo de Pesquisa "Discurso, Sentido e Sociedade" (DISENSO/CNPq/UFAL), do PPGLL/UFAL, desenvolvendo pesquisas na área de Letras, em Análise de Discurso. Bacharel em Direito - Faculdade Estácio de Sá.

Rodrigo Santos - Professor da rede estadual de Alagoas (SEDUC-AL), cantor, guitarrista e compositor alagoano e mestre em Linguística na área de Análise do Discurso (AD) pela Universidade Federal de Alagoas. É doutorando e pesquisador do Gedon - Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia (Ufal) e do Grad - Grupo de Estudos em Análise do Discurso (Ufal).

Rosilene dos Santos Gonçalves – Graduado em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão.

Thiago Trindade Matias – Docente do curso de Letras, área Linguística, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão.

Thyara Ravelly Sandes Silva – Graduado em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão.

